



# Cira Arqueologia

N.º 4 DEZ'15



Câmara Municipal  
de Vila Franca de Xira  
[www.cm-vfxira.pt](http://www.cm-vfxira.pt)



[www.museumunicipalvfxira.pt](http://www.museumunicipalvfxira.pt)



Centro de Estudos  
ARQUEOLÓGICOS  
Vila Franca de Xira



# Cira Arqueologia

N.º **4** DEZ'15



**Câmara Municipal  
de Vila Franca de Xira**  
[www.cm-vfxira.pt](http://www.cm-vfxira.pt)



**MUSEU  
MUNICIPAL** [www.museumunicipalvfxira.pt](http://www.museumunicipalvfxira.pt)



Centro de Estudos  
**ARQUEOLÓGICOS**  
Vila Franca de Xira

PROPRIEDADE

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira  
Museu Municipal

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira  
Museu Municipal

COORDENAÇÃO GERAL

Fátima Roque

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO

João Pimenta

TEXTOS

António M. Monge Soares, Carlos Fabião, Eurico Sepúlveda,  
Gonçalo Costa, Henrique Mendes, João Pimenta, João Sequeira,  
Maria de Fátima Araújo, Marisol Ferreira, Marta Santos, Pedro Valério,  
Tânia Casimiro, Teresa Rita, Vincenzo Soria

REVISÃO

João Pimenta, Patrícia Ramos

CAPA

Pormenor da marca impressa (tríscele) proveniente de Chões de Alpompe. Fotografia de João Almeida

DESIGN E PAGINAÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira DIMRP/SDPG  
Patrícia Victorino

EDIÇÃO

CD-Rom | 100 exemplares

DATA DA EDIÇÃO

Dezembro de 2015

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores.

ISSN

2183069X

Apresentação	4
<b>1</b> <b>Composição elementar de artefactos metálicos de Vale de Tijolos e da Eira da Alorna (Almeirim): A metalurgia do Bronze Final no território nacional</b>	11
PEDRO VALÉRIO; JOÃO PIMENTA; MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO; ANTÓNIO M. MONGE SOARES	
<b>2</b> <b>Casal dos Pegos I e o Povoamento Orientalizante do Rio da Silveira – Vila Franca de Xira</b>	19
JOÃO PIMENTA; HENRIQUE MENDES	
<b>3</b> <b>Um conúbio de sabedoria técnica e novas modas conviviais: as taças em pasta cinzenta imitante TSI de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) – Campanhas de 2008 a 2013</b>	55
VINCENZO SORIA	
<b>4</b> <b>Os pesos de tear identificados nos contextos romano republicanos de Monte dos Castelinhos – Campanhas de 2008 a 2013</b>	65
MARTA SANTOS	
<b>5</b> <b>Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompé – Santarém</b>	110
CARLOS FABIÃO; TERESA RITA; JOÃO PIMENTA	
<b>6</b> <b>Acerca da dinâmica económica do porto de Urbs Imperatoria Salacia: O estudo das ânforas</b>	151
JOÃO PIMENTA; EURICO SEPÚLVEDA; MARISOL FERREIRA	
<b>7</b> <b>Materiais do povoado islâmico do Serradinho (Muge, Salvaterra de Magos)</b>	171
GONÇALO COSTA	
<b>8</b> <b>Uma coleção de púcaros quinhentistas de Vila Franca de Xira</b>	187
HENRIQUE MENDES, JOÃO PIMENTA	
<b>9</b> <b>Fragmentos do mundo contemporâneo: objectos em grés recuperados no Tejo</b>	209
JOÃO SEQUEIRA E TÂNIA CASIMIRO	

## Texto de apresentação Revista Cira Arqueologia n.º 4

O Município de Vila Franca de Xira, tem vindo, nos últimos anos a efetuar uma forte aposta na atividade e investigação arqueológica. Fruto desse labor, o ano de 2015, ficou marcado por momentos assaz relevantes para o Museu Municipal e para a afirmação da arqueologia enquanto disciplina estruturante no conhecimento da ocupação do nosso território.

A 23 de Março, com a inauguração da Exposição internacional “Lusitania Romana. Origen de dos pueblos / Lusitânia Romana. Origen de dois Povos” no Museu Nacional de Arte Romana de Espanha - Mérida, assinalou-se a cedência temporária de uma das peças mais emblemáticas do acervo do Museu Municipal, o escudo romano de Monte dos Castelinhos.

A 6 de Maio, teve lugar a apresentação pública, da Revista *CIRA Arqueologia* n.º 3. Neste volume com mais de 400 páginas, coordenado pelo Professor Carlos Fabião e pelo Arqueólogo do Museu Municipal, João Pimenta, materializam-se os resultados do Congresso Internacional de Arqueologia, “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”, realizado em Vila Franca de Xira em 2013.

A 16 de Maio, inaugurámos, no Núcleo Museológico do Mártir Santo, a Exposição monográfica, “O Sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos. Em busca de *Ierabriga*”. Esta mostra constituiu pretexto para darmos a conhecer o ponto de situação dos estudos sobre a presença romana no baixo-Tejo, sublinhando a centralidade do território de Vila Franca de Xira no quadro da Península Ibérica.

Não é de mais sublinhar que, a par da Exposição, o Museu Municipal apresentou um Catálogo com 200 páginas, em que é aprofundado o conhecimento sobre este sítio e sobre o território que o rodeia. De território desconhecido no âmbito do estudo do mundo romano, Monte dos Castelinhos assume-se hoje como um sítio incontornável para o estudo da romanização no ocidente da Península Ibérica.

A 19 de Maio realizámos uma visita, em colaboração com o Museu Nacional de Arqueologia e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, à Exposição “Lusitânia Romana: Origen de dois Povos”, no Museu Nacional de Arte Romana, em Mérida. Esta iniciativa permitiu levar públicos de Vila Franca de Xira a uma relevante exposição internacional, assumindo o município o seu papel de agente cultural.

A 26 de Setembro, abrimos as portas do Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira – CEAX. Este novo equipamento cultural do Município emerge na sequência da dinâmica da atividade arqueológica e da sua subsequente divulgação pela comunidade. Na sua génese, este Centro, tem como objetivos programáticos, o estudo, investigação e promoção, dos mais antigos vestígios da ocupação humana no vale do Tejo. O CEAX, enquanto espaço científico e cultural, reúne assim as condições para o desenvolvimento de um conjunto de atividades no domínio da investigação e divulgação do património arqueológico. Nas suas instalações funcionam, além dos gabinetes de trabalho destinados a acolher investigadores, uma ampla área expositiva, o serviço educativo, assim como as reservas municipais das Coleções de Arqueologia.

Sobre este último ponto, ressalve-se que resulta da necessidade de criação de um novo espaço de área de reserva, planeado em moldes modernos e destinado a acolher a heterogeneidade de espólios e registos. As novas instalações permitem agora concentrar aquilo que se encontrava disperso e a, partir deste momento, receber outras coleções e tornar visitável (mediante marcação, e devidamente enquadrada pelos técnicos) a área de “bastidores” do Museu Municipal.

Desde o primeiro desenho deste novo projeto, foi acautelada a existência de um serviço educativo específico, destinado à educação patrimonial na área da arqueologia. Nasceu assim o “Ateliê de Arqueologia experimental”, que simula uma escavação arqueológica, introduzindo conceitos, metodologias e práticas da atividade arqueológica. Ainda que pensado para o público escolar do território onde este Centro se insere, encontra-se porém aberto a todos os interessados.

A área expositiva, que se pretende temporária, abriu com a mostra “Arqueologia em Vila Franca de Xira. O desvelar de um património milenar”, que dá a conhecer algumas das escavações e estudos mais relevantes ocorridas no concelho nos últimos anos.

Culminando um ano pleno de atividade, apresentamos hoje o mais recente volume da Revista *CIRA Arqueologia*. Trata-se do quarto volume de uma Revista que se tem vindo a afirmar na sua área de especialidade, e que pretendemos que mantenha a sua periodicidade, apostando no princípio de que, o conhecimento sobre o passado do nosso território constitui papel estruturante da nossa filosofia de atuação.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

**FERNANDO PAULO FERREIRA**

**Museu Municipal de Vila Franca de Xira**

Rua Serpa Pinto, 65  
2600-263 Vila Franca de Xira  
Tel. 263 280 350

museumunicipal@cm-vfxira.pt  
sede@museumunicipalvfxira.org  
www.museumunicipalvfxira.org  
www.cm-vfxira.pt



Figura 1 e 2  
Apresentação pública  
da Revista CIRA  
Arqueologia N.º 3, a 6  
de Maio de 2015.

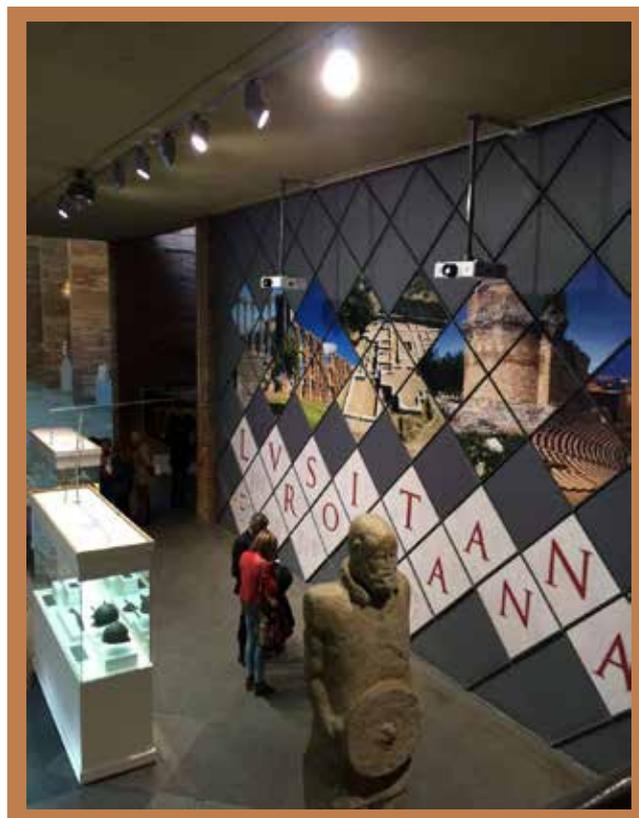


Figura 3  
Inauguração  
da Exposição  
internacional  
"Lusitania Romana.  
Origen de dos pueblos  
/ Lusitânia Romana.  
Origen de dois Povos"  
no Museu Nacional  
de Arte Romana de  
Espanha - Mérida, a 23  
de Março de 2015.



Figura 4  
O Secretário de estado da Cultura de Portugal, Jorge Barreto Xavier, assiste à explicação por parte do Diretor do Museu Nacional de Arte Romano de Mérida, José Maria Alvarez, em torno do escudo romano de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira.

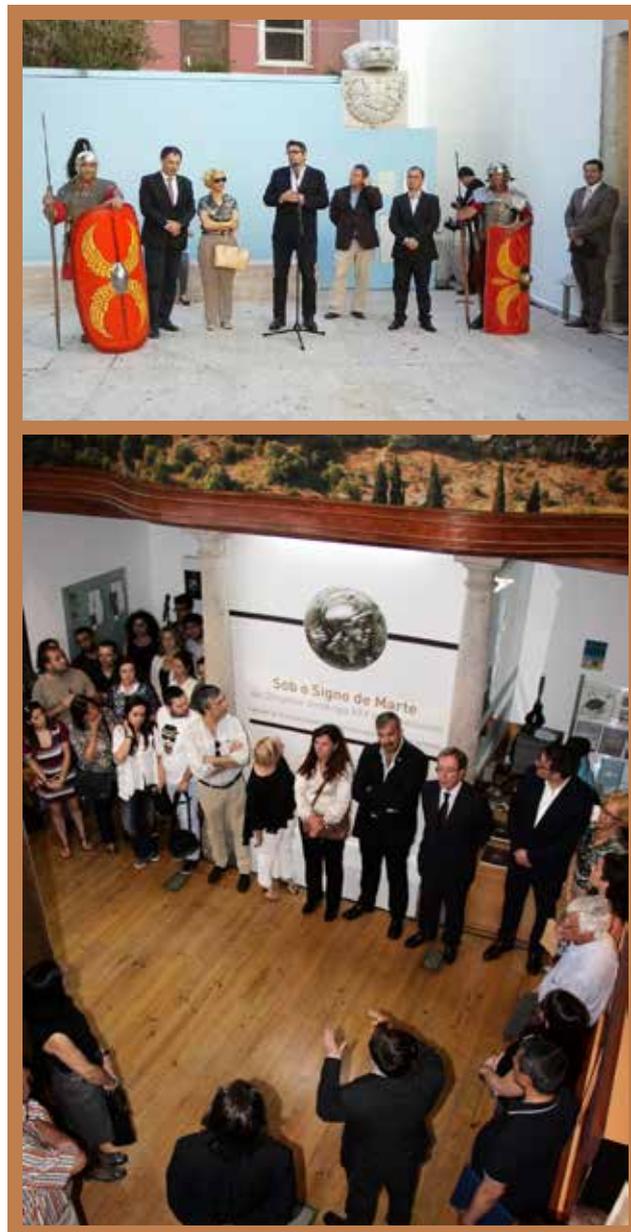


Figura 5 e 6  
Inauguração da Exposição "O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos" no Núcleo Museológico do Mártir Santo em Vila Franca de Xira, a 16 de Maio de 2015.



Figura 7, 8 e 9  
Inauguração do  
Centro de Estudos  
Arqueológicos de  
Vila Franca de Xira –  
CEAX e da Exposição –  
“Arqueologia em  
Vila Franca de Xira.  
O desvelar de um  
património milenar”,  
a 26 de Setembro  
de 2015.

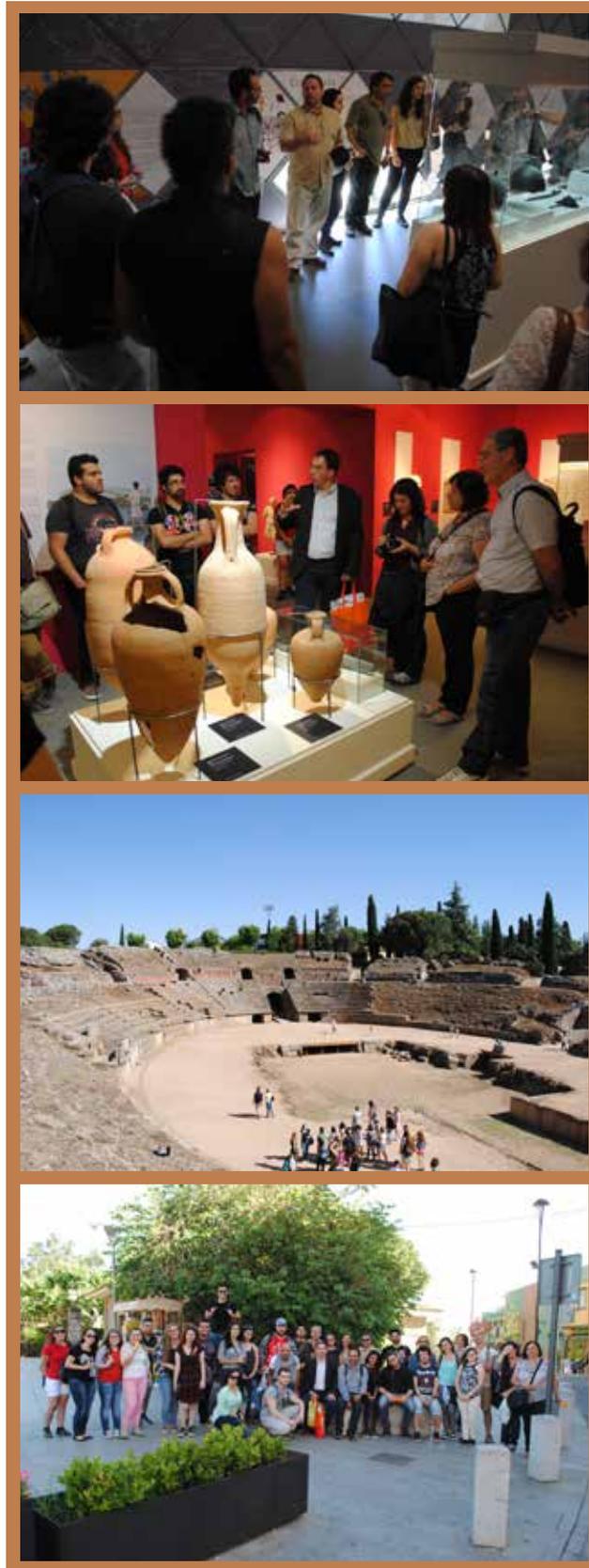


Figura 10 a 13  
Visita, em colaboração  
com o Museu Nacional  
de Arqueologia e a  
Faculdade de Letras  
da Universidade de  
Lisboa, à Exposição  
“Lusitânia Romana:  
Origem de dois Povos”,  
no Museu Nacional  
de Arte Romana, em  
Mérida., a 19 de Maio  
de 2015.

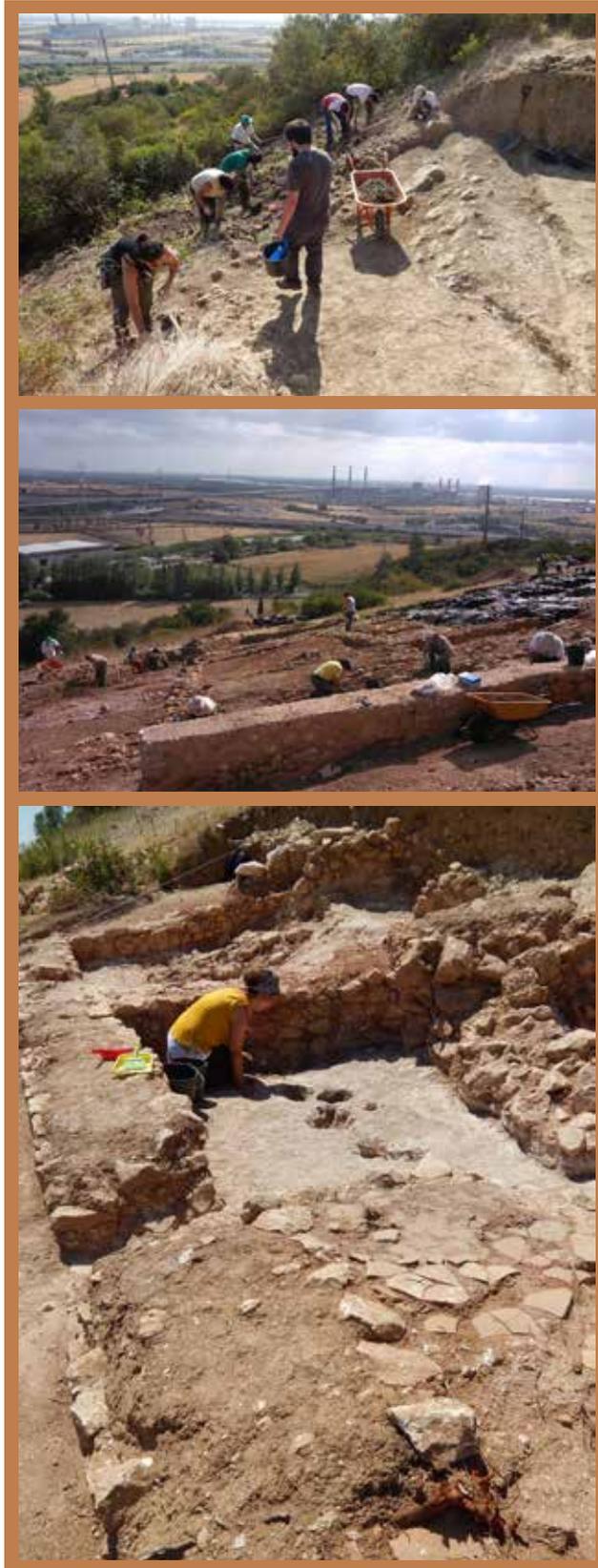


Figura 14, 15 e 16  
Campo Arqueológico  
Monte dos Castelinhos  
2015.

## ➤ **Composição elementar de artefactos metálicos de Vale de Tijolos e da Eira da Alorna (Almeirim): A metalurgia do Bronze Final no território nacional**

**ANTÓNIO M. MONGE SOARES**  
**MARIA FÁTIMA ARAÚJO**  
**PEDRO VALÉRIO**  
**JOÃO PIMENTA**

CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS NUCLEARES,  
INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, UNIVERSIDADE DE LISBOA

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA - CEAX

### RESUMO

Um conjunto de três braceletes e uma ponta de lança do Bronze Final, provenientes, respectivamente, de Vale de Tijolos e da Eira da Alorna (Almeirim), foram analisados por micro espectrometria de fluorescência de raios X dispersiva de energias para identificar a sua composição elementar. Os artefactos são compostos por ligas binárias de bronze (8,3-13,9 % de estanho) com teores reduzidos de outros elementos, tais como chumbo, arsénio e ferro. Os teores muito reduzidos de ferro (<0,05 %) dos artefactos indiciam a utilização de métodos primitivos de redução de minério, enquanto que os teores mais elevados de estanho dos braceletes face à ponta de lança poderão estar relacionados com a cor dourada dos bronzes ricos em estanho. A comparação com a composição de artefactos coevos do actual território nacional enquadra os resultados obtidos na metalurgia do Bronze Final, caracterizada por uma produção em vasos cerâmicos abertos (vasilhas-forno e cadinhos), com um fornecimento regular de estanho e quase exclusivamente dedicada à obtenção de ligas binárias de bronze.

### SUMMARY

The elemental composition of a Late Bronze Age set of 3 bracelets and a spearhead recovered at Vale de Tijolos and Eira da Alorna (Almeirim, Portuguese Estremadura) was determined by micro energy dispersive X-ray fluorescence spectrometry. Artefacts are composed of binary bronze alloys (8,3-13,9 % tin) with reduced amount of impurities, such as lead, arsenic and iron. The low iron content (0,05% Fe) suggests primitive smelting operations, while the bracelets higher tin contents could be related with the golden colour of tin-rich bronzes. These alloys compare well with the Late Bronze Age metallurgy in the Portuguese territory, which is characterised by the use of ceramic crucibles instead of furnaces for smelting, in addition to a steady supply of tin to almost exclusively produce binary bronze alloys.

## 1. Introdução

Nos dois últimos séculos do II milénio a.C. o território nacional assiste a uma verdadeira revolução no âmbito da metalurgia, com a vulgarização das ligas de cobre e estanho (bronzes) e o abandono dos cobres arsenicais, os quais se encontravam em utilização havia quase dois milénios. Para além de esporádicos artefactos em cobre, as produções do Bronze Final (c. 1200-800 a.C.) são, agora, quase em exclusividade, os bronzes binários com teores reduzidos de impurezas. Os testemunhos desta metalurgia podem ser encontrados em estudos analíticos recentemente realizados em artefactos provenientes de povoados, necrópoles,

depósitos votivos ou de fundidor, distribuídos um pouco por todo o território nacional, tais como os do habitat de Baiões, Viseu (Figueiredo *et al.*, 2010), de Figueiredo das Donas, Vouzela (Figueiredo *et al.*, 2011), do depósito de Freixianda, Ourém (Gutiérrez Neira *et al.*, 2011), os metais de Casais da Pedreira (Alenquer), Moinho do Raposo (Alenquer) e Vila Cova de Perrinho, Vale de Cambra (Bottaini *et al.*, 2012), o machado de Alpriate, Vila Franca de Xira (Senna-Martinez *et al.*, 2013) e os metais dos povoados de Entre Águas 5, Serpa (Valério *et al.*, 2013a) e do Outeiro do Circo, Beja (Valério *et al.*, 2013b).

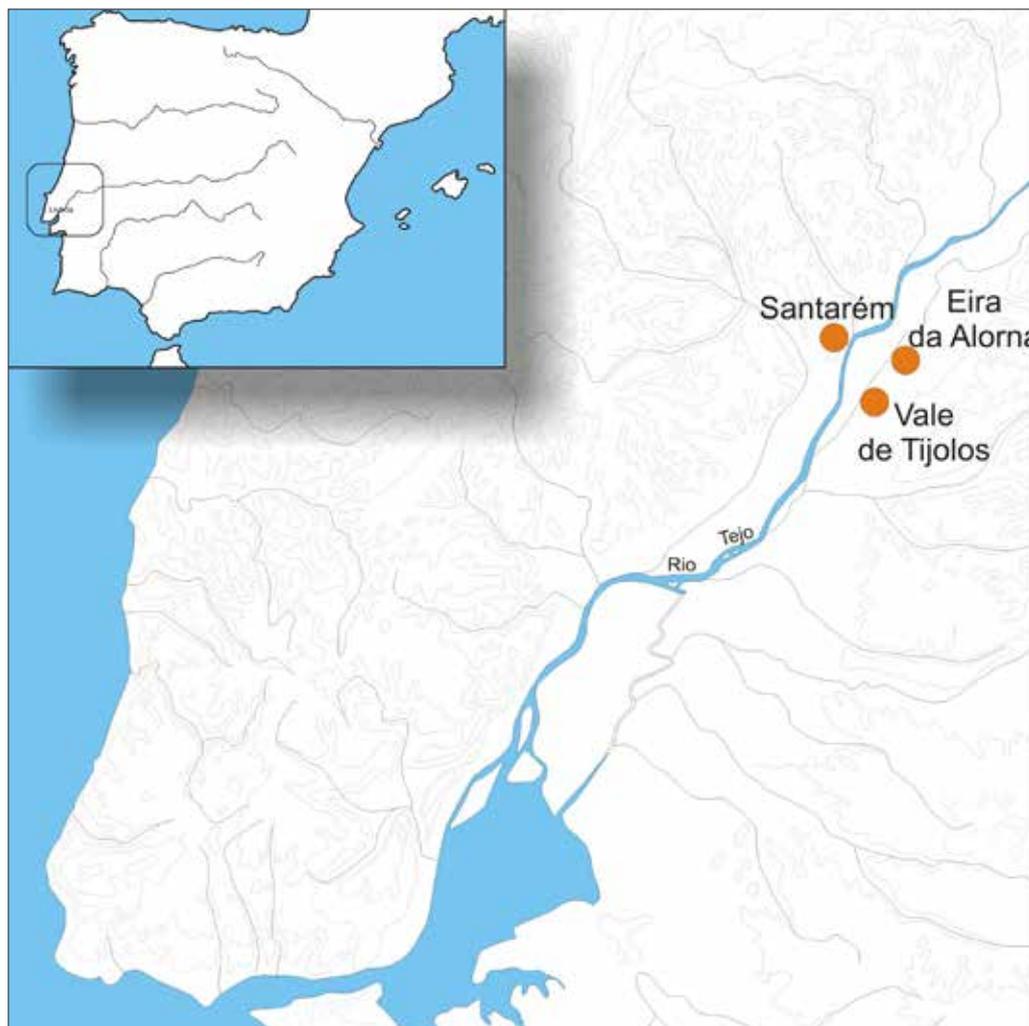
O presente trabalho consiste na caracterização elementar de três braceletes provenientes de Vale de Tijolos (Almeirim) e de uma ponta de lança da Eira da Alorna (Almeirim). Pretende-se desta forma incrementar o conhecimento sobre as prováveis ocupações destes dois sítios arqueológicos e contribuir para o conhecimento da metalurgia do Bronze Final em território nacional.

## 2. Enquadramento arqueológico e caracterização tipológica

Os materiais em epígrafe são o resultado de recolhas esporádicas resultantes da realização de trabalhos agrícolas nos férteis terrenos das margens do Tejo. Apesar de, desde cedo, ter sido reconhecida a riqueza arqueológica desta região (Marques e Andrade, 1974), o seu estudo tarda em ser efectuado. A Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim tem tido, desde os anos oitenta do século passado, um papel relevante na recolha e inventariação dos mais remotos vestígios de ocupação do seu território, impedindo assim a sua nefasta destruição sem qualquer registo para memória futura.

Recentemente, estabeleceu-se uma frutífera colaboração com um dos signatários (J.P.), o que tem conduzido ao estudo e divulgação das ricas colecções depositadas, quer no Museu da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural, quer no Museu Municipal de Almeirim (Pimenta *et al.*, 2012).

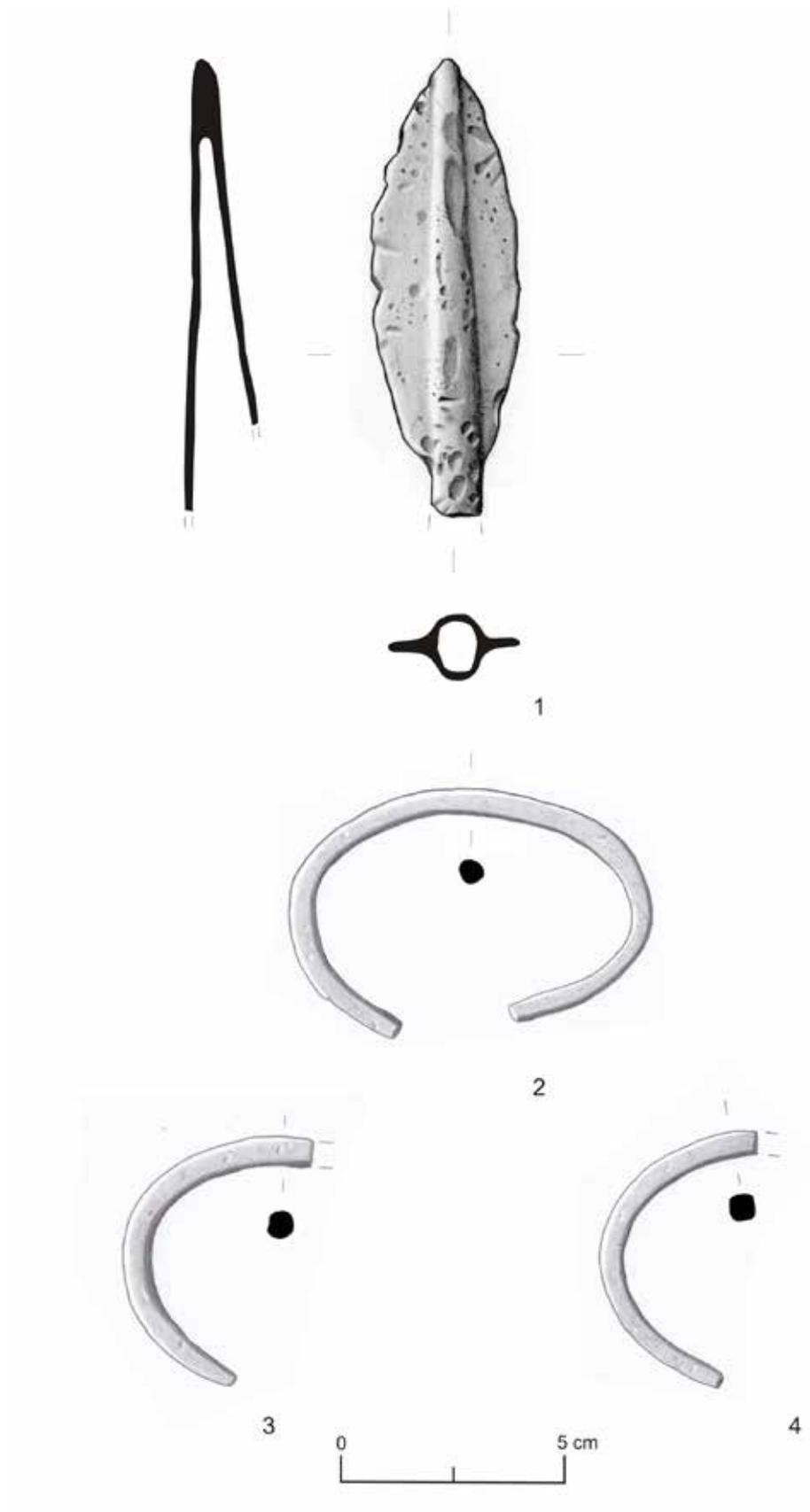
As peças agora em estudo são provenientes de dois sítios arqueológicos distintos. O sítio arqueológico da Eira da Alorna, Almeirim (Figura 1), correspondente ao CNS N.º 2165, situa-se num terraço do Tejo sobre a vala de Alpiarça, mesmo em frente à cidade de Santarém, gozando de uma boa visibilidade sobre o planalto da antiga alcáçova. As mais antigas referências a uma eventual ocupação proto-histórica deste sítio remontam aos anos setenta, quando Schubart (1971), no âmbito de um trabalho de revisão sobre a cerâmica da Idade do Bronze tardio, refere a existência de materiais com esta proveniência no Museu Nacional de Arqueologia. Posteriormente, Gustavo Marques e Gil Migueis de Andrade, no âmbito do inventário das estações proto-históricas que inserem dentro do seu questionável conceito de cultura de Alpiarça, mencionam a Eira da Alorna sob o n.º 51 (Marques e Andrade, 1974). No Museu de Almeirim, encontra-se depositado um vasto espólio com esta proveniência, o qual se encontra em fase de estudo. Da sua análise, mesmo preliminar, é possível aferir uma relevante ocupação da Idade do Bronze Final, podendo corresponder a um povoado de cariz agrícola sem quaisquer condições naturais de defesa. É interessante sublinhar que a ocupação não termina com o advento da Idade do Ferro, mas que este estabelecimento se mantém activo, recebendo fortes influências do mundo fenício. Em data indeterminada foi recolhido, a par de um vasto conjunto de cerâmica manual com características da Idade do Bronze Final, uma ponta de lança em bronze (Figura 2, n.º 1). A ponta de lança da Eira da Alorna insere-se dentro da família das pontas de lança com alvado e nervura central. Tendo em conta o estudo exaustivo efectuado por Cardoso *et al.* (1992) sobre as diversas tipologias deste tipo de artefacto, a propósito do depósito do Bronze Final de Alqueva, pode-se incluir o presente



**Figura 1**  
Localização dos sítios  
arqueológicos de Eira  
da Alorna e Vale de  
Tijolos (Almeirim).

exemplar dentro do tipo Baiões, devendo a sua cronologia oscilar entre os finais da Idade do Bronze e a 1.ª Idade do Ferro.

O sítio arqueológico de Vale de Tijolos, Almeirim (Figura 1), correspondente ao CNS N.º 3110, é conhecido, na literatura arqueológica, pelos vastos vestígios de época romana, que devem corresponder a uma *Villa* (Silva, 2012). A sua ocupação anterior, de época proto-histórica, encontra-se escassamente conhecida. Contudo, alguns materiais de cerâmica manual, a par do conjunto de braceletes em bronze ora trazido a público, podem atestar a existência de uma ocupação mais antiga situada nas imediações. Tendo em conta o conjunto, assaz homogéneo, de um bracelete completo e dois fragmentos distintos de outros dois exemplares, a par da referência de terem sido identificados juntamente com fragmentos de cerâmica manual, indicia que podemos estar perante uma necrópole dos finais da Idade do Bronze. Deposições rituais de características similares encontram-se bem atestadas nas duas necrópoles de incineração de Alpiarça, situadas em torno do grande povoado de Alto do Castelo, nomeadamente as necrópoles do Tanchoal e do Meijão (Marques, 1972; Kalb e Höck, 1985; Vilaça *et al.*, 1999). Os braceletes de Vale de Tijolos enquadram-se assim dentro de uma tipologia bem conhecida dentro da Idade do Bronze, com vasta dispersão espacial e que se encontram representados, tanto em necrópoles e depósitos rituais, como em sítios de habitat (Coffyn, 1983).



**Figura 2**  
 N.º 1 - Ponta de lança (EA-1) do tipo aletas proveniente do sítio de Eira da Alorna (Almeirim). N.º 2 a 4 - Pulseiras (VT-1 a 3) identificadas no sítio de Vale de Tijolos (Almeirim).



**Figura 3**  
Braceletes de Vale de Tijolos (VT-1, VT-2 e VT-3) e ponta de lança da Eira da Alorna (EA-1).

### 3. Metodologia

Os artefactos arqueológicos em liga de cobre apresentam invariavelmente uma camada de alteração superficial resultante de processos de corrosão que, também frequentemente, incorporam partículas do solo. Deste modo, a determinação da composição elementar da liga requer a preparação prévia dos artefactos, isto é, a remoção das camadas de alteração numa pequena área da superfície dos mesmos (Araújo *et al.*, 2013).

As análises por micro espectrometria de fluorescência de raios X, dispersiva de energias (micro-EDXRF), foram realizadas num espectrómetro ArtTAX Pro equipado com um sistema de focagem do feixe de raios X, que permite a análise de áreas de diâmetro inferior a 100  $\mu\text{m}$  (Bronk *et al.*, 2001). Cada artefacto foi analisado em três pontos utilizando 40 kV, 600  $\mu\text{A}$  e 100 s. A quantificação foi realizada com o programa WinAxil, mediante factores de calibração calculados com os padrões Phosphor Bronze 551 (British Chemical Standards) e Bronze 5 (Des Industries de la Fonderie). O erro relativo do método é inferior a 10 % e os limites de quantificação dos elementos de interesse são 0.50 % Sb, 0.20 % Zn, 0.10 % Pb, 0.10 % As, 0.10 % Ni e 0.05 % Fe.

### 4. Resultados e discussão

A análise elementar por micro-EDXRF demonstrou que os artefactos de Vale de Tijolos e Eira da Alorna são compostos por ligas binárias de bronze (Cu-Sn) com teores reduzidos de outros elementos, tais como chumbo (Pb), arsénio (As) e ferro (Fe) (Tabela 1).

Sítio	Tipologia	Referência	Cu	Sn	Pb	As	Fe
Vale de Tijolos	Bracelete	VT-1	85,6	13,9	0,40	n.d.	<0,05
Vale de Tijolos	Bracelete	VT-2	87,4	12,6	n.d.	n.d.	<0,05
Vale de Tijolos	Bracelete	VT-3	88,8	11,1	<0,10	n.d.	<0,05
Eira da Alorna	Ponta de lança	EA-1	90,1	8,3	1,2	0,11	<0,05

**Tabela 1** Composição de artefactos de Vale de Tijolos e Eira da Alorna (valores em %; n.d. – não detectado).

O ferro apresenta-se como o elemento vestigial mais significativo nestes artefactos e as baixas concentrações medidas ( $<0,05\%$ ) indiciam um processo primitivo de redução de minério. Na Península Ibérica, o trabalho de Craddock e Meeks (1989) foi pioneiro na identificação do aumento nos teores de ferro em bronzes provenientes de contextos fenícios quando comparados com os dos artefactos de bronze indígenas. A explicação encontrada prende-se com as condições das operações de redução de minério (atmosfera pouco redutora e temperatura reduzida) entre os povos indígenas do Bronze Final, as quais impedem a redução das impurezas de ferro do minério e a sua posterior incorporação no cobre metálico. Na Península Ibérica, estas condições pouco eficientes de obtenção de metal relacionam-se com a utilização de cadinhos de redução (ou vasilhas-forno) ao invés de fornalhas convencionais. Esta fase mais avançada da metalurgia só parece começar na Idade do Ferro, influenciada pela chegada de colonos fenícios (Rovira e Montero Ruíz, 2013). Na Estremadura Portuguesa, os artefactos mais antigos com teores mais elevados de ferro são provenientes da ocupação fenícia da Quinta do Almaraz (Valério *et al.*, 2012). No entanto, as fornalhas de redução, eventualmente utilizadas para obtenção da liga com estas características, encontram-se ainda ausentes do registo arqueológico.

Relativamente ao tipo de liga identificado nos artefactos de Vale de Tijolos e Eira da Alorna importa referir que os bronzes binários são a produção quase exclusiva do actual território nacional durante o Bronze Final. No caso específico dos artefactos em apreço, os teores mais elevados de estanho nos braceletes de Vale de Tijolos (11,1-13,9 % Sn) podem indiciar uma tentativa para obter ligas de cor mais dourada para este tipo de ornamentos. O trabalho experimental de Fang e Macdonnell (2011) demonstrou que a adição de estanho até cerca de 15 % diminui a tonalidade avermelhada do cobre tornando a liga mais dourada, enquanto para valores superiores a 18 % de estanho a liga adopta um tom mais prateado. Por outro lado, o aumento do teor de estanho torna o material menos dúctil e mais difícil de trabalhar, sendo portanto menos apropriado para utensílios e armas, tais como a ponta de lança da Eira da Alorna (8,3 % Sn) que, provavelmente, sofreriam trabalho de martelagem para aumentar a sua dureza, designadamente, no gume.

No actual território português, como já referido, as colecções de metais do Bronze Final são quase exclusivamente constituídas por ligas binárias, quer no sul, quer no centro/norte. Os resultados disponíveis apontam para teores algo superiores na região mais a norte, mais especificamente de  $12,3 \pm 2,5\%$  Sn,  $n = 91$  (centro/norte) e  $9,7 \pm 2,7\%$  Sn,  $n = 72$  (sul) (Valério *et al.*, 2015). No geral, esta tendência parece ser independente das diferentes tipologias presentes nas colecções estudadas, dado que a comparação de uma tipologia específica, neste caso as argolas (a única com um número significativo de exemplares), também assinala bronzes mais ricos em estanho na região centro/norte ( $13,2 \pm 1,4\%$  Sn,  $n = 36$ ) do que na região sul ( $10,6 \pm 2,9\%$  Sn,  $n = 21$ ) (Valério *et al.*, 2015). Dado que as fontes de estanho destes territórios se encontram maioritariamente nas regiões norte e centro (Merideth, 1998) será plausível relacionar estas diferenças com a maior proximidade e, desde logo, um acesso mais fácil dos povos do centro/norte do território aos minérios de estanho. No entanto, as fontes de estanho da região de Cáceres (Rovira, 2002) e mesmo no Alentejo, nos arredores de Campo Maior (Cardoso *et al.*, 1992; Gonçalves, 1973), poderiam igualmente fornecer a região sul, um assunto que está por esclarecer enquanto não forem realizados estudos de proveniência neste território para o período cronológico em causa.

Nos povoados indígenas a utilização quase exclusiva de bronzes binários continua a fazer-se sentir mesmo após a implantação das feitorias fenícias como a Quinta do Almaraz (Almada). Aqui, o conjunto artefactual apresenta, para além dos habituais bronzes binários, uma percentagem apreciável de cobres e alguns bronzes com chumbo (Valério *et al.*, 2012). Contudo, cerca de 30 km rio acima, no depósito do séc. VIII da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira), continuam a utilizar-se exclusivamente os bronzes binários (Valério *et al.*, 2015). De igual modo, o conjunto de ornamentos proveniente da gruta do Medronhal (Condeixa a Nova), provavelmente um enterramento do século VIII a.C., provou ser inteiramente composto por bronzes binários (Figueiredo *et al.*, 2013). De referir que esta continuidade tecnológica tinha já sido constatada nos metais dos séculos IX-VIII a.C. do povoado do Castro dos Ratinhos, Moura (Valério *et al.*, 2010), embora neste caso tal possa estar relacionado com a localização interior do povoado, mais afastado do litoral onde a influência fenícia seria mais intensa (Arruda, 2015).

## 5. Conclusões

O pequeno conjunto de metais de Vale de Tijolos e da Eira da Alorna enquadra-se perfeitamente na metalurgia típica do Bronze Final do actual território português. Os teores apropriados de estanho destas ligas binárias de bronze indicam um fornecimento regular desta matéria prima. Por outro lado, os teores muito reduzidos de ferro sugerem a utilização de métodos primitivos de obtenção de metal (redução de minérios em cadinhos/vasilhas-forno), a qual se enquadra numa metalurgia doméstica de produção de artefactos numa escala relativamente pequena.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio financeiro concedido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia ao Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares através do Projecto UID/Multi/04349/2013. Os autores agradecem ainda ao Departamento de Conservação Restauro (DCR/FCT/UNL) pela utilização do espectrómetro de micro-EDXRF.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; VALÉRIO, P.; FIGUEIREDO, E.; MONGE SOARES, A. (2013) – Investigação em Arqueometalurgia em Portugal. Resultados recentes e perspectivas futuras de uma equipa multidisciplinar. *Al-Madan*. 17/2, p. 69-78.
- ARRUDA, A.M. (2015) – Intercultural contacts in the far west at the beginning of the 1st millennium BC: through the looking-glass, in *The Mediterranean Mirror. Cultural Contacts in the Mediterranean Sea between 1200 and 750 B.C.* (eds. Babbi, A.; Bubenheimer-Erhart, F.; Marín-Aguilera, B.; Mühl, S.), Mainz: Römisch-Germanisches Zentralmuseum, p. 269-283.
- BOTTAINI, C.E.; SILVA, A.L.M.; COVITA, D.S.; MOUTINHO, L.M.; VELOSO, J.F.C.A. (2011) – Energy dispersive X-ray fluorescence analysis of archeological metal artifacts from the Final Bronze Age. *X-Ray Spectrometry*. 41, p. 144-149.
- BRONK, H.; ROHRS, S.; BJEUUMIKHOV, A.; LANGHOFF, N.; SCHMALZ, J.; WEDELL, R. (2001) – ArtTAX - a new mobile spectrometer for energy-dispersive micro X-ray fluorescence spectrometry on art and archaeological objects. *Fresenius Journal of Analytical Chemistry*. 371, p. 307-316.
- CARDOSO, J.L.; GUERRA, M.F.; GIL, F.B. (1992) – O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final português. *Mediterrâneo*. 1, p. 231-250.
- COFFYN, A. (1983) – La fin de l'Âge du Bronze dans le centre-Portugal. *O Arqueólogo Português. Série IV*. N.º 1, p. 169-196.

- CRADDOCK, P.T.; MEEKS, N.D. (1989) – Iron in ancient copper. *Archaeometry*. 29, p. 187-204.
- FANG, J.; MCDONNELL, G. (2011) – The colour of copper alloys. *Historical Metallurgy*. 45-1, p. 52-61.
- FIGUEIREDO, E.; SILVA, R.J.C.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; ARAÚJO, M.F.; FERNANDES, F.M.B.; INES VAZ, J.L. (2010) – Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baioes (Viseu, Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 37, p. 1623-1634.
- FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; INESVAZ, J.L. (2011) – Characterisation of Late Bronze Age large size shield nails by EDXRF, micro-EDXRF and X-ray digital radiography. *Applied Radiation and Isotopes*. 69, p. 1205-1211.
- FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C.; VILAÇA, R. (2013) – Characterisation of a Proto-historic bronze collection by micro-EDXRF. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B*. 296, p. 26-31.
- GONÇALVES, F. (1973) – *Carta geológica de Portugal na escala 1/50000. Notícia explicativa da folha 33C. Santa Eulália*. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.
- GUTIÉRREZ NEIRA, P.C.; ZUCCHIATTI, A.; MONTERO-RUIZ, I.; VILAÇA, R.; BOTTAINI, C.; GENER, M.; CLIMENT-FONT, A. (2011) – Late Bronze Age hoard studied by PIXE. *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B*. 269, p. 3082-3086.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1985) – *Cerâmica de Alpiarça. Exposição permanente na Galeria dos Patudos*. Câmara Municipal de Alpiarça. Casa Museu dos Patudos em colaboração com o Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa.
- MARQUES, G. (1972) – Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto. *Trabalhos de Antropologia Dr. Mendes Correia*. N.º 13. Faculdade de Ciências do Porto.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G.M. (1974) – Aspectos da proto-história do território português 1 – definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro) *In Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto, p. 125-148.
- MERIDETH, C. (1998) – An archaeometallurgical survey for ancient tin mines and smelting sites in Spain and Portugal. *British Archaeological Reports International Series*. 714, Oxford: Archaeopress.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- ROVIRA, S. (2002) – Metallurgy and society in prehistoric Spain, in *Metals and Society* (eds. Ottaway, B.S.; Wager, E.C.), Oxford: Archaeopress, p. 5-20.
- ROVIRA, S.; MONTERO RUIZ, I. (2013) – Iberia: technological development of prehistoric metallurgy, in *Metal Matters: Innovative Technologies and Social Change in Prehistory and Antiquity* (eds. Burmeister, S.; Hansen, S.; Kunst, M.; Müller-Scheessel, N.), Rahden Westf.: Marie Leidorf, p. 231-239.
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; LUÍS, E.; PIMENTA, J.; FIGUEIREDO, E.; LOPES, F.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C. (2013) – Nota sobre um machado plano em bronze de “Tipo Bujões” de Vila Franca de Xira. *Cira Arqueologia*. 2, p.95-102.
- SILVA, R.B. (2012) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Historia, especialidade em Arqueologia, orientada pela Professora Dr.ª Rosa Varela Gomes, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SCHUBART, H. (1971) – Acerca de la cerámica del Bronce Tardío en el sur y oeste peninsular. *Trabajos de Prehistoria*. 28. Madrid. 1971, p. 16.
- VALÉRIO, P.; SILVA, R.J.C.; ARAÚJO, M.F.; SOARES, A.M.M.; BARROS, L. (2012) – A multianalytical approach to study the Phoenician bronze technology in the Iberian Peninsula - a view from Quinta do Almaraz. *Materials Characterization*. 67, p. 74-82.
- VALÉRIO, P.; SOARES, A.M.M.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M. (2013a) – Bronze production in Southwestern Iberian Peninsula: the Late Bronze Age metallurgical workshop from Entre Águas 5 (Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 40-1, p. 439-451.
- VALÉRIO, P.; SOARES, A.M.M.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M. (2013b) – Estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze Final do Outeiro do Circo (Beja). *In Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (eds. Arnaud, J.M.; Martins, A.; Neves, C.) Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 609-615.
- VALÉRIO, P.; SOARES, A.M.M.; MONTEIRO, M.; PEREIRA, A.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C. (in press) – Compositional and microstructural study of 8th century BC bronzes from Moita da Ladra (Tagus Estuary): how did the spread of the Phoenician metallurgy take place in Western Iberia? *Archaeometry* (DOI: 10.1111/arcm.12197).
- VILAÇA, R.; CRUZ, D.J. da; GONÇALVES, A. A. HUET B. (1999) – A Necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 38, p. 5-29.

## ➤ Casal dos Pegos I e o Povoamento Orientalizante do Rio da Silveira (Vila Franca de Xira)<sup>1</sup>

**JOÃO PIMENTA** CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX/UNIARQ

**HENRIQUE MENDES** CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX

“No meio da profusão de dados provenientes da península de Lisboa, só a delimitação de áreas de estudo específicas pode trazer algumas novas respostas.”

(SOUSA, 1998 P. 171)

### RESUMO

O presente trabalho emerge das problemáticas suscitadas com a escavação do povoado de Santa Sofia, em Vila Franca de Xira. O alargar do quadro de indagações, ao território vizinho, através de um projeto de prospeção sistemática, permitiu começar a antever um quadro de povoamento totalmente insuspeito.

No âmbito deste projeto, foi possível identificar em áreas de meia encosta, diversos sítios dos finais da Idade do Bronze e da Idade do Ferro, que podem enquadrar-se dentro daquilo que usualmente se classifica como casais agrícolas, assim como, outros de maior dimensão e de posição destacada na paisagem.

Entre as diversas áreas analisadas, o Vale do Rio da Silveira apresenta-se como um espaço geográfico bem definido e com uma dinâmica de ocupação que justifica o desenvolvimento de um projeto de estudo futuro.

### SUMMARY

This paper emerges from the problems raised with the excavation of the Santa Sofia archaeological site in Vila Franca de Xira. The widening of the inquiry into the neighboring territory, through a systematic exploration project, allowed start to envision a totally unsuspected settlement framework.

Under this project, it was identified in hillside areas, various sites of the late Bronze Age and Iron Age, which can be framed by what usually is classified as agricultural couples, as well as other larger and prominent position in the landscape.

Among the various areas analyzed, the Silveira River valley presents itself as a well-defined geographic area and with a dynamic of occupation that justifies the development of a future study project.

## 1. Introdução

A descoberta e posterior escavação do povoado proto-histórico de Santa Sofia, em pleno núcleo urbano da cidade de Vila Franca de Xira, conduziu a um quadro de problemáticas a queurgia dar resposta (Pimenta e Mendes, 2007).

Ao iniciarmos o estudo deste povoado, este apresentava-se regionalmente como um caso único de povoamento para a Idade do Bronze e Idade do Ferro, não existindo estações con-

temporâneas no concelho de Vila Franca de Xira, nem nas áreas mais próximas, que nos permitissem contextualizar as realidades registadas em Santa Sofia.

Perante este desconhecimento, desenvolveu-se um projeto de prospeções sistemáticas do território, que permitiu identificar diversos novos sítios, demonstrando claramente a interação entre o mundo indígena e os navegadores semitas, embora falte ainda precisar a cronologia dessa interação.

Num primeiro momento, tivemos já oportunidade de apresentar os resultados destes trabalhos, tendo-nos então detido nos dados obtidos para o vale do Rio Grande da Pipa (Pimenta e Mendes, 2010/2011).

Com o presente trabalho pretendemos trazer a público um conjunto de dados coerentes e que, a nosso ver, permitem uma visão de conjunto para o vale do Rio da Silveira.

**Figura 1**

Localização do Vale do Rio da Silveira no Vale do Tejo com a implantação dos principais sítios de altura da Idade do Bronze Final. Base cartográfica, Boaventura, 2009.

## 2. Enquadramento Geográfico

O território de Vila Franca de Xira espalha-se pelas duas margens do Rio Tejo, contendo em si mesmo uma diversidade geográfica que condicionou, ao longo da história, a sua ocupação.

Na margem direita, deparamo-nos com uma ampla faixa ribeirinha, recortada por significativas linhas de água, descendo dos montes a jusante, que marcam o início da paisagem da Estremadura. Nesta zona reuniam-se as condições para a implantação de núcleos habitacionais, tendo desde cedo os seus terraços fluviais sido escolhidos para esse efeito.

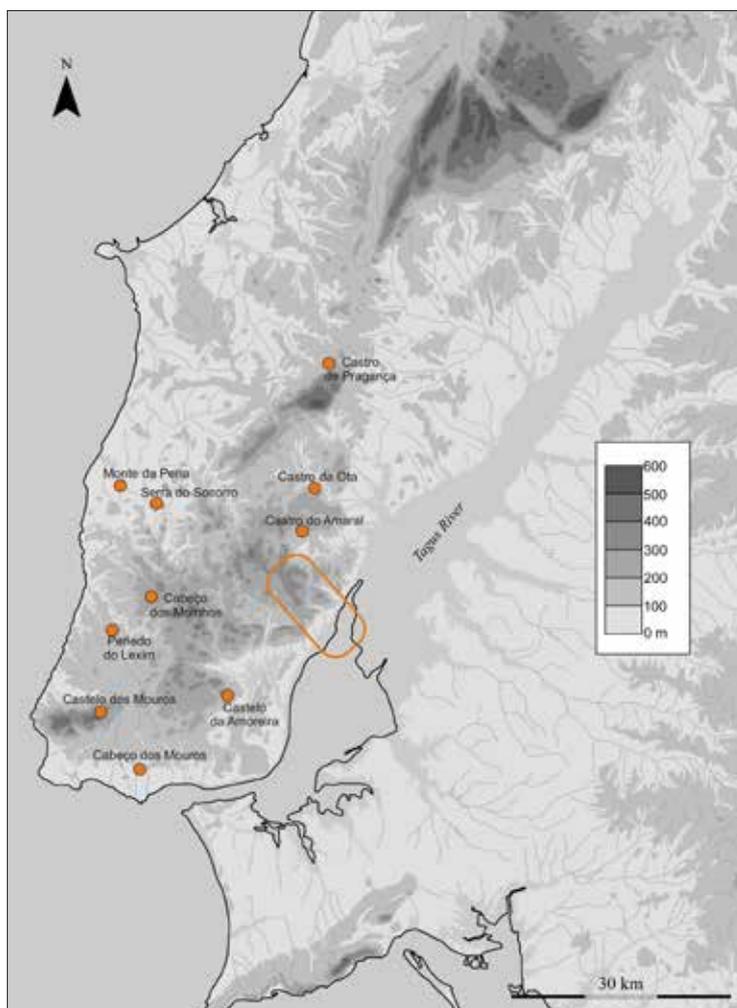
A margem esquerda espalha-se pelas férteis lezírias Taganas, até ao vale do Rio Sorraia. Este amplo território tem, ainda hoje, um aproveitamento essencialmente agrícola e pecuário, sendo uma das zonas mais férteis do país.

O Rio da Silveira (Fig. 1), apesar de hoje em dia se encontrar muito assoreado, continua a ser um importante afluente do Tejo, com caudais variáveis que deixam vislumbrar a sua importância de outros tempos.

Este rio nasce a cerca de 350 metros de altitude na localidade de São Romão e recebe, ao longo do seu sinuoso percurso de cerca 13 km, os afluentes de Trancoso, vale de Calhandriz, Rio do Fojo e Ponte Nova.

O seu percurso inicial encontra-se encaixado num vale estreito onde existem fortes indícios de exploração mineira antiga, patentes nos vestígios de concheiras resultantes possivelmente do desmonte dos terraços fluviais para a pesquisa de ouro (Trancoso de Cima II – CNS n.º 30371).

Após a localidade de Trancoso, o vale do Rio da Silveira, espalha-se numa fértil planície contornada por montes de dimensões consideráveis, mas de encostas suaves. Como iremos ver, é nesta área mais resguardada que encontramos diversos sítios de cronologias proto-históricas.



Esta planície, na zona da Calhandriz, desemboca num vale esguio e apertado por onde o Rio da Silveira corre até desaguar nas amplas margens aluvionares do Tejo.

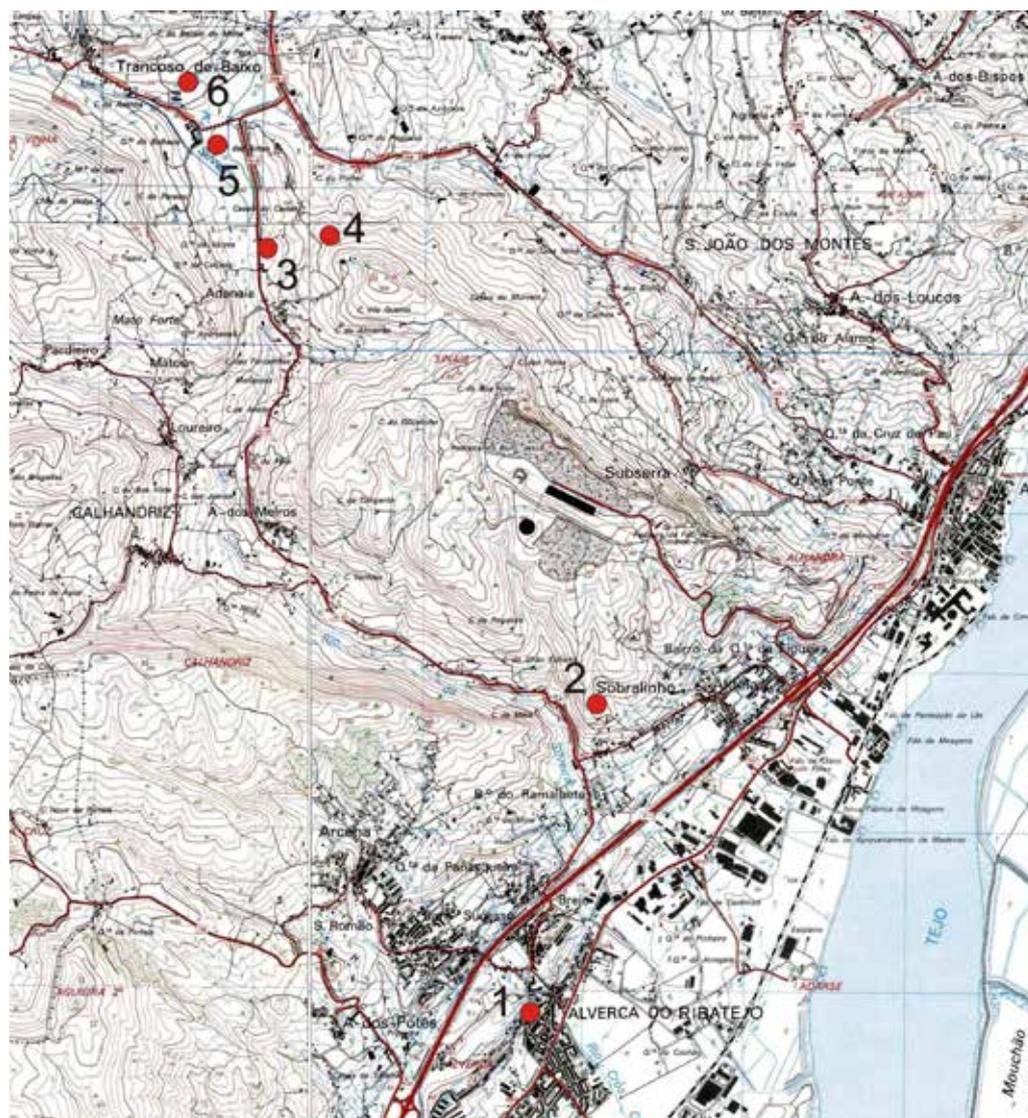
A ausência de dados paleogeográficos impede-nos de conhecer a evolução da fase terminal do Rio da Silveira, ao longo do tempo, e, em particular, para o período a que nos reportamos. Por isso, apenas podemos supor que esta acompanha o processo geral de assoreamento das zonas estuarinas, deixando em aberto a possibilidade de a sua navegabilidade, atestada em épocas históricas até à colina do Castelo de Alverca, poder ter-se efetuado, pelo menos, até à zona com o topónimo bem apelativo de Quinta dos Barcos.

### 3. Os trabalhos de prospeção

Os trabalhos de campo foram efetuados nos anos de 2006 e 2007 no âmbito do projeto, «Conhecer o património de Vila Franca de Xira. Património móvel e imóvel», patrocinado pelo Programa Operacional da Cultura (Pimenta e Mendes, 2007a).

Apesar de um inventário desta natureza nunca estar concluído, o trabalho que podemos desenvolver permitiu revelar um potencial arqueológico insuspeito.

Embora sejam desde há muito conhecidos diversos sítios arqueológicos nesta área, as investigações do Museu Municipal permitiram detetar três dezenas de novas estações, algu-



**Figura 2**  
Excerto da Carta Militar de Vila Franca de Xira, 1: 25.000, Folha n.º 390, com a localização dos sítios proto-históricos identificados no Vale do Rio da Silveira: 1 – Castelo de Alverca; 2 – Alto do Pinheiro; 3 – Adanaia; 4 – Castelo; 5 – Quinta do Bulhaco II; 6 – Casal dos Pegos I.

mas delas de grande importância científica e patrimonial a carecerem de projetos de investigação e salvaguarda. Entre estas, destacam-se pela sua raridade, as estações proto-históricas (da Idade do Bronze Final e da Idade do Ferro) (Fig. 2) reveladoras de uma dinâmica de povoamento, até ao momento, desconhecida.

A metodologia de prospeção foi a de batida sistemática do espaço, privilegiando a importância da micro análise territorial e o microcosmos do vale de uma ribeira ou de um rio.

No presente caso do Rio da Silveira, efetuou-se a leitura do território desde a antiga foz até à nascente (Figs. 2 e 3), tentando-se, tanto quanto possível, efetuar a prospeção efetiva do espaço em diversas fases do ano (ver Pimenta e Mendes, 2007a).



**Figura 3**  
Vista do Vale do Rio da Silveira a partir da Quinta da Bela Vista.



**Figura 4**  
Vista do Rio da Silveira junto ao Casal da Azenha.

#### 4. O Povoado do Morro do Castelo de Alverca do Ribatejo

O morro onde se veio a erguer o antigo castelo medieval de Alverca (Fig. 5) apresenta uma implantação estratégica sobre a antiga via de penetração paralela ao Rio Tejo, mais tarde estrada romana, e um amplo domínio visual sobre a antiga foz do Rio Crós Cós e o Rio da Silveira (Fig. 2). Esta localização privilegiada, associada a condições naturais de defesa em duas das suas vertentes, fez com que este local fosse ocupado desde épocas remotas.

Ainda que os dados disponíveis sobre as mais antigas fases de ocupação deste espaço sejam escassos, a intervenção levada a cabo no Núcleo de Alverca do Museu Municipal de Vila Franca de Xira (CNS 23634), permite, pela primeira vez, recuar a presença humana no núcleo histórico até inícios do primeiro milénio antes de Cristo (Pimenta e Mendes 2007b).



**Figura 5**  
Vista do morro do Castelo de Alverca a partir do Alto da Forca.

##### 4.1. Resumo dos trabalhos efetuados

Face ao projeto de recuperação do antigo edifício da Casa da Câmara de Alverca para instalar o novo núcleo do Museu Municipal, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira decidiu, desde o primeiro momento, efetuar trabalhos arqueológicos preventivos.

Apesar de todas as subtrações de informação resultantes da ocupação deste edifício ao longo dos séculos, a intervenção arqueológica desenvolvida nas diversas sondagens, efetuadas dentro e fora do edifício, permitiu identificar uma potência estratigráfica variável de cerca de dois metros. A sua leitura permitiu analisar, pela primeira vez, a sequência de ocupação humana do antigo aglomerado de Alverca, ao longo de cerca de três mil anos. O estudo dos dados obtidos e a análise dos relatórios da intervenção de campo, registos e espólio exumado permite-nos distinguir cinco grandes fases para a sua ocupação:

Um dos dados inesperados na escavação do interior do edifício da Casa da Câmara foi a deteção de uma importante ocupação proto-histórica, datada dos finais da Idade do Bronze (Pimenta e Mendes 2007b).

Estas evidências foram reveladas pela leitura estratigráfica efetuada na Sala Sul. Aqui, o pavimento setecentista em grandes lajes calcárias permitiu a preservação dos níveis precedentes entre os quais se destacam as unidades estratigráficas 4 e 5 da Sondagem A1/ B1/ A2/ B2 e as Camadas 6 e 7 da Sondagem A3/ A4/ B3/ B4.

Estes níveis de sedimento argiloso apresentavam-se bastante homogêneos sendo particularmente ricos em fauna malacológica (ameijoas, berbigão e ostra). Infelizmente, a exiguidade da área intervencionada não permitiu registar quaisquer vestígios de estruturas que nos permitam elucidar acerca do tipo de ocupação aqui ocorrida.

O espólio recolhido é constituído essencialmente por cerâmica manual. A análise da totalidade da amostra revela uma predominância de grandes contentores de armazenamento, que deveriam servir para guardar os excedentes agrícolas (Figura 6, n.º 3 a 7 e n.º 9 a 15). Regista-se ainda a presença de taças carenadas e potes de acabamento cuidado com as superfícies polidas e espatuladas devendo pertencer a serviços mais “requintados” (Figura 6, n.º 1 e 2 e Figura 7, n.º 16 a 19).

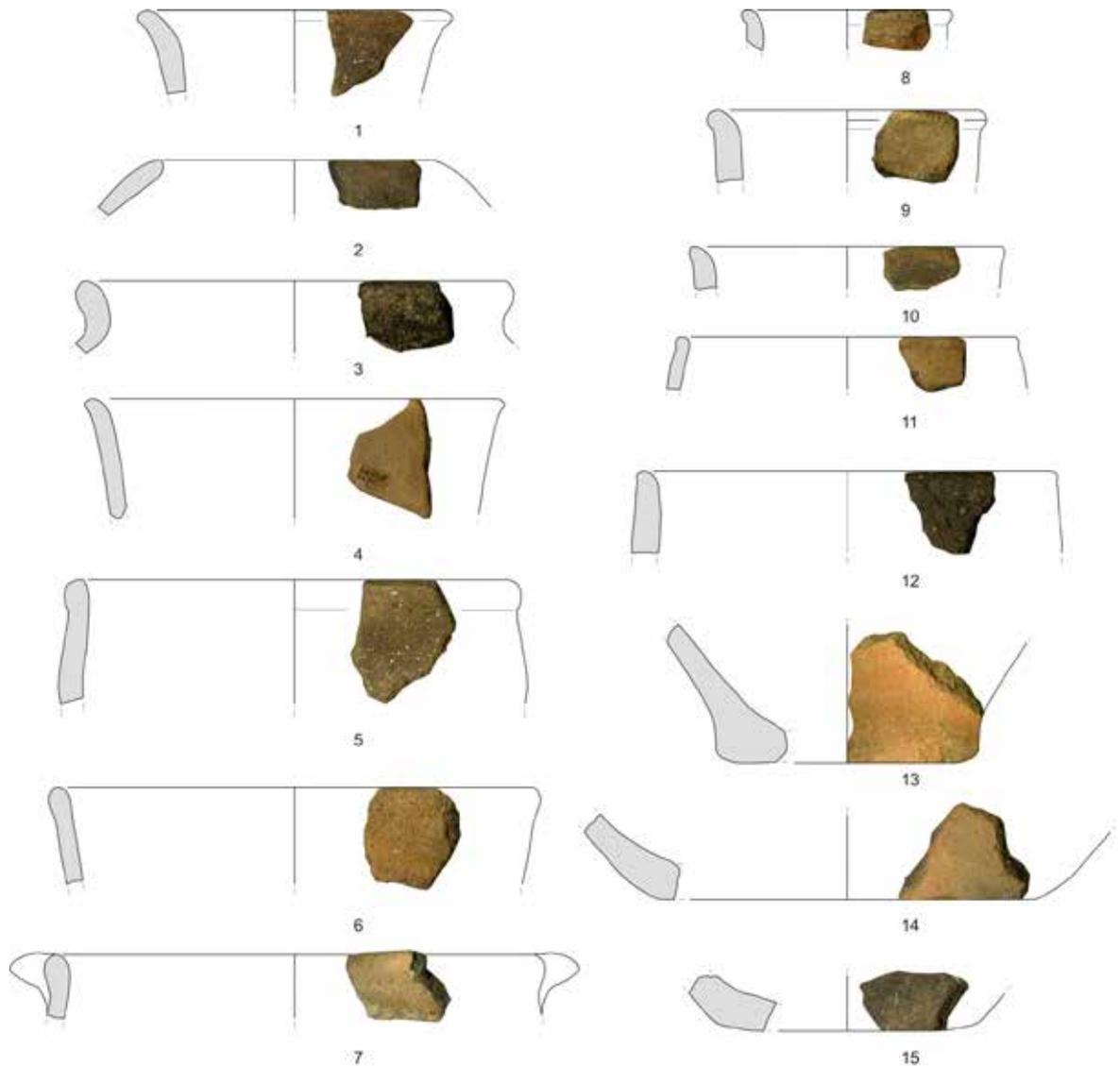


Figura 6  
Cerâmicas manuais da  
Idade do Bronze Final.

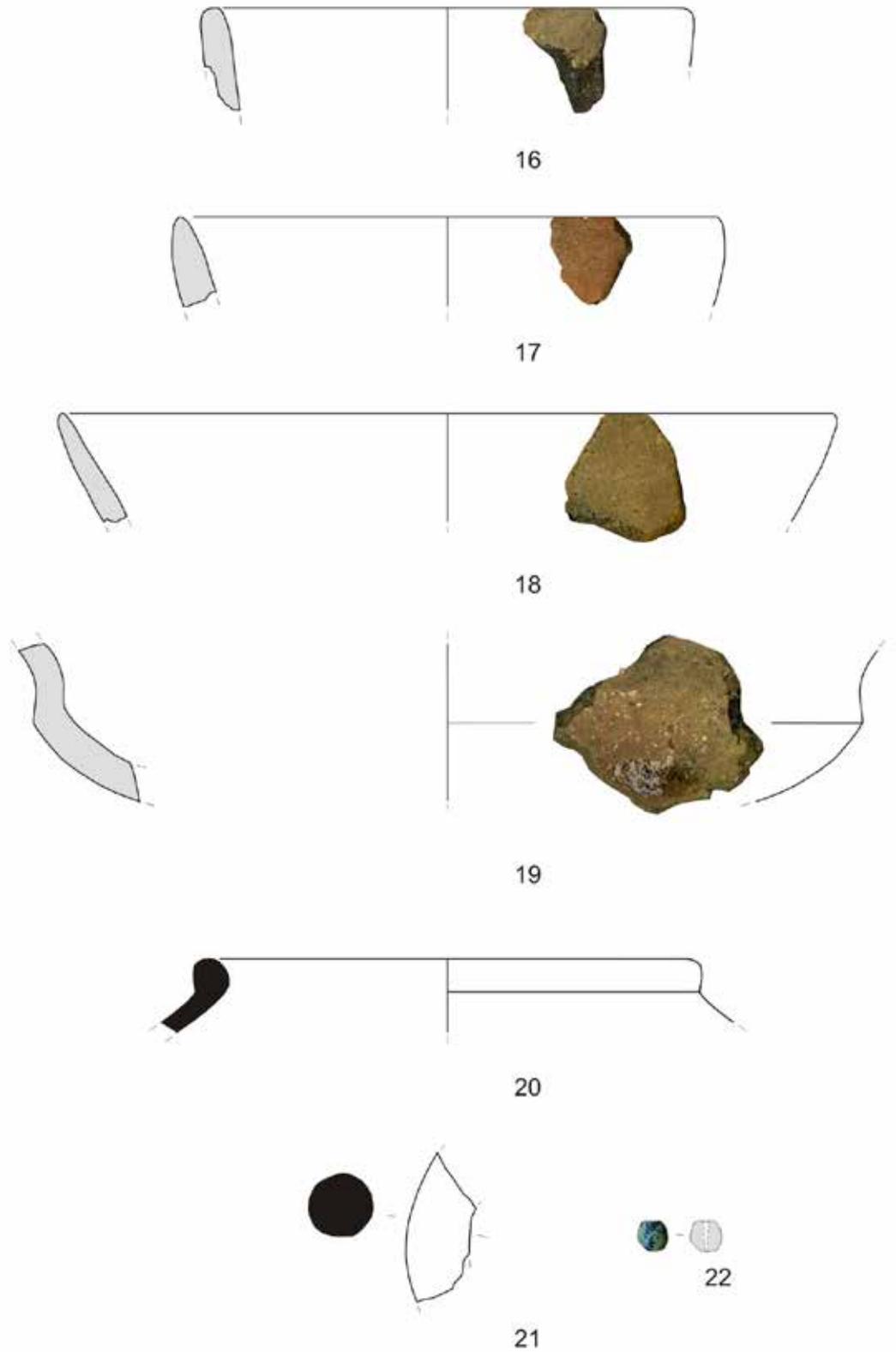


Figura 7  
 Cerâmicas manuais da  
 Idade do Bronze Final;  
 N.º 22 e 23 ânforas  
 pré-romanas; N.º 21  
 conta em pasta vítrea.

O conjunto cerâmico apresenta bons paralelos nos sítios da Idade do Bronze Final da área do estuário do Tejo como Tapada da Ajuda (Cardoso e Silva, 2004); Cabeço do Mouro Cascais (Cardoso, 2006) e em diversos sítios do vale do Tejo (Cardoso, 2004; Vilaça e Arruda, 2004 e Félix, 2006).

A par das cerâmicas identificou-se ainda a presença de dois pequenos artefactos em sílex (uma lamela e um pequeno raspador), dois fragmentos de uma argola em bronze e uma conta em pasta vítrea de tom azul (Figura 7, n.º 22).

Ainda que não se tenham detetado quaisquer níveis da Idade do Ferro, a presença em níveis posteriores, de época romana e medieval, de materiais claramente pré-romanos de cariz orientalizante, autoriza-nos a supor a sua existência.

Estes materiais, ainda que escassos e carecendo de um contexto primário, merecem a nosso ver umas breves observações. Tratam-se, essencialmente, de fragmentos de bojos de grandes recipientes de tipo *pithoi*. Apenas três fragmentos permitem reconstituição formal: um bocal de *pithos* com vestígios do arranque de asa bífida e dois fragmentos correspondendo a ânforas de tipologia pré-romana, nomeadamente uma asa de rolo e um bocal de ânfora (Figura 7, n.º 20 e 21). Este contentor corresponde a uma produção do Estuário do Tejo, recentemente designada como Tipo 1 (Sousa e Pimenta, 2014). Este Tipo engloba recipientes inspirados nas ânforas de saco (tipos 10.1.1.1 e 10.1.2.1. de Ramon Torres), que adquirem, nesta área geográfica, características específicas, concretamente uma maior amplitude do bordo, assim como uma notável diversidade ao nível da sua secção, que se acentua particularmente nos exemplares mais tardios (Sousa e Pimenta, 2014). O início desta produção parece recuar a finais do séc. VIII / inícios do séc. VII a.C., sendo, contudo, certo que perdura até meados do 1º milénio a.C., como foi possível constatar na Rua dos Correiros (Lisboa), onde integra o grupo 1B (Sousa, 2014).

Qual a extensão da ocupação proto-história do morro do Castelo de Alverca e a sua real importância, só a realização de novas intervenções com um quadro de indagações previamente definido, poderá vir esclarecer.

A análise da sua localização e implantação topográfica faz supor podermos estar perante um povoado “fortificado” que tiraria partido da sua implantação como área de bom ancoradouro, junto a uma via principal de comunicação terrestre e controlando o acesso ao interior do território pelo vale do Rio Crós Cós e vale do Rio da Silveira.

Apesar de escassos, os elementos disponíveis permitem vislumbrar que este povoado terá interagido com os primeiros contactos com o mundo fenício, desde uma fase precoce do processo de orientalização do estuário do Tejo. Destas trocas surgem-nos como evidências a pequena conta em pasta vítrea, recolhida em contextos interpretados como da Idade do Bronze Final e onde não foi detetada qualquer cerâmica a torno, assim como, os contentores de tipo *pithoi* e as ânforas recolhidos em contextos secundários.

## 5. Necrópole do Alto do Pinheiro

O sítio arqueológico do Alto do Pinheiro (CNS 30442) localiza-se numa plataforma aplanada no topo de um monte, implantado sobre uma curva do Rio da Silveira, nas imediações da povoação do Sobralinho.

Corresponde a uma necrópole de cistas datada do Calcolítico, nunca devidamente investigada em moldes modernos (Parreira, 1986, p. 77). Os dados disponíveis resumem-se a uma intervenção arqueológica aqui efetuada a 6 de Abril de 1956 por Hipólito Cabaço, tendo então sido escavada uma cista de um conjunto maior que ficou por intervir. O espólio dessa

intervenção permanece praticamente inédito nas reservas do Museu Municipal, sendo constituído por um vaso campaniforme de tipo marítimo e uma taça lisa.

Os trabalhos de prospeção permitiram revisitar este sítio arqueológico, tendo-se verificado infortunadamente que a ampliação do adutor de água da EPAL, que conduz água à cidade de Lisboa, terá afetado profundamente o que restava desta estação.

Recolheram-se, porém, alguns materiais à superfície, nomeadamente um fragmento de taça carenada com acabamento polido, que parece indicar que o sítio teve uma reocupação durante a Idade do Bronze Final. Se estaremos ou não igualmente, perante um uso funerário nesta fase, só futuros trabalhos de campo poderão vir a esclarecer.

#### Figura 8

Vista de Oeste do sítio arqueológico de Adanaia. A vermelho encontra-se delimitado a área alvo de desaterro e onde se detetou a ocupação da Idade do Bronze. Em plano de fundo, sobre as vivendas, é visível o sítio do Castelo, então ainda densamente arborizado.

### 6. Adanaia

O sítio de Adanaia, freguesia de Calhandriz, situa-se numa encosta suave sobranceira ao Rio da Silveira, encontrando-se delimitado a norte por uma pequena linha de água.

Em 2006, em visita ao local deparámo-nos, numa extensa fração de terreno perto da estrada nacional, com um desaterro recente de cerca de dois metros, para a construção de uma moradia (Figs. 8 e 9). A observação dos cortes preservados e do terreno permitiu identificar uma ampla área de dispersão de cerâmica manual, ossos e conchas (Pimenta e Mendes, 2007A).





**Figura 9**  
Vista da área alvo de desaterro e que conduziu à deteção da ocupação proto-histórica.

Face à situação de destruição generalizada, tendo o desaterro atingido o nível geológico em toda a área, apenas foi possível registar a informação e recolher o imenso espólio que se encontrava ainda disperso pela área.

A análise do conjunto cerâmico permite-nos identificar duas ocupações distintas: uma da Idade do Bronze Final, que parece estender-se a toda a área, e uma posterior, de época romana alto-imperial.

Desta última, exumou-se apenas material de construção, fragmentos de bojos de ânforas e dois elementos de *Terra Sigillata* hispânica, que apontam para uma ocupação romana, possivelmente a uma cota superior da encosta.

A ocupação proto-histórica é bastante expressiva. Muito embora não tenhamos as devidas coordenadas estratigráficas e contextuais para a correta interpretação das várias centenas de fragmentos de cerâmica manual recolhidos, estes atestam pela sua morfologia e acabamentos um leque variado de funções, para cuja definição muito contribui a homogeneidade cronológica do conjunto, centrado, face aos paralelos estabelecidos, naquilo que tem vindo a ser definido para a península de Lisboa como Bronze Final I (Cardoso e Carreira, 1993 e Cardoso, 1999-2000).

Entre o conjunto predominam os grandes contentores de armazenamento de colo alto e lábio simples (Figuras 10, 11 e 12). Estes apresentam bons paralelos em níveis da Idade do Bronze Final em Alpiarça (Marques, 1972; Kalb & Höck, 1985). Esta forma encontra-se igualmente bem atestada em diversas estações na península de Lisboa em contextos coetâneos (Cardoso, 1997/98, 2003, 2006, 2010/2011, Cardoso e Silva, 2004), assim como no povoado de Santa Sofia em Vila Franca de Xira, aqui já com uma cronologia de inícios da Idade do Ferro, ainda que com fortes tradições indígenas do Bronze Final (Pimenta e Henrique, 2010/2011).

Os potes de menor dimensão e de colo exvertido, com bons paralelos na península de Lisboa nos povoados da Tapada da Ajuda e Cabeço do Mouro, Cascais (Cardoso e Silva, 2004 e Cardoso, 2006), encontram-se igualmente bem atestados (Figura 13 e 14).

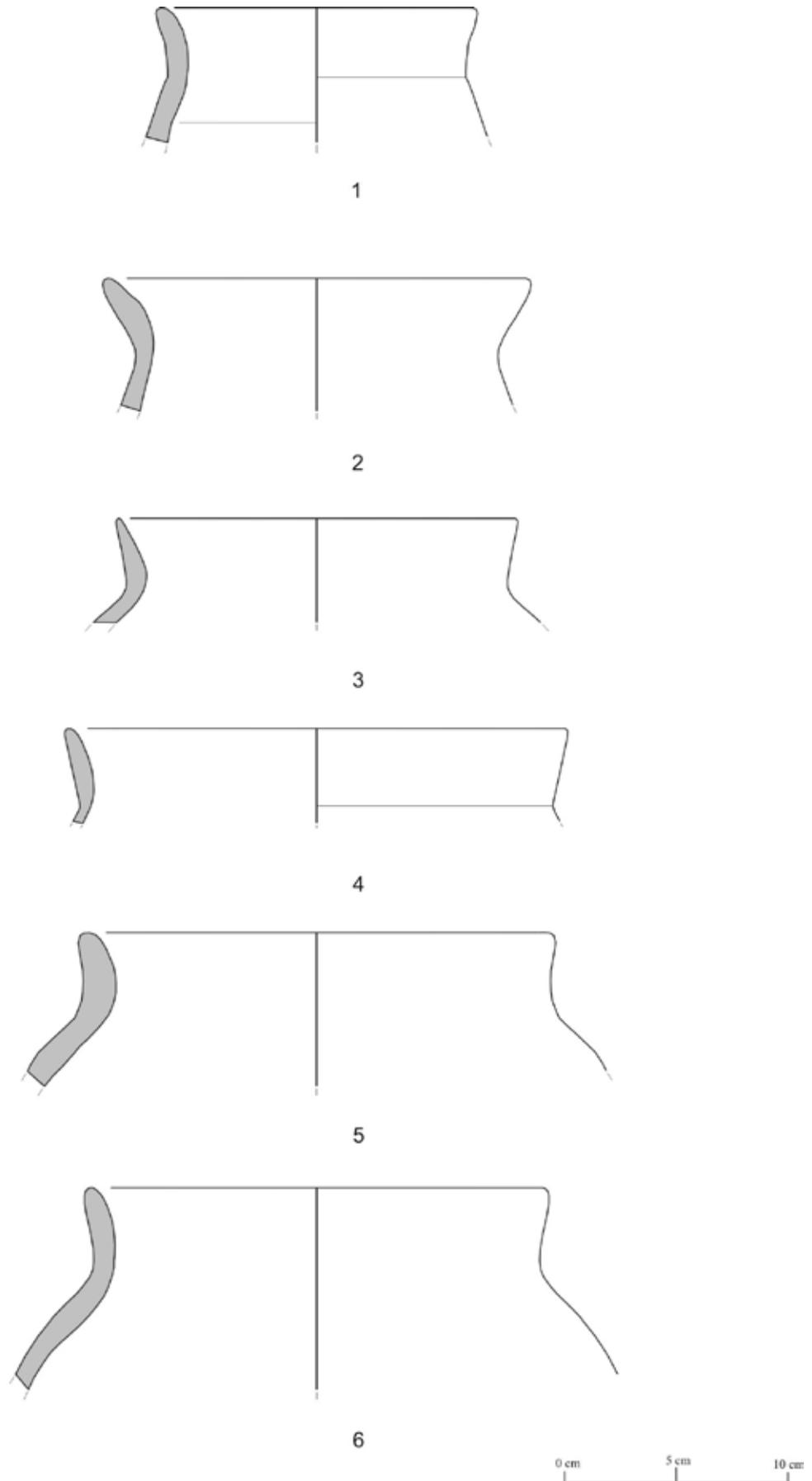


Figura 10  
Potes de  
armazenamento em  
cerâmica manual.

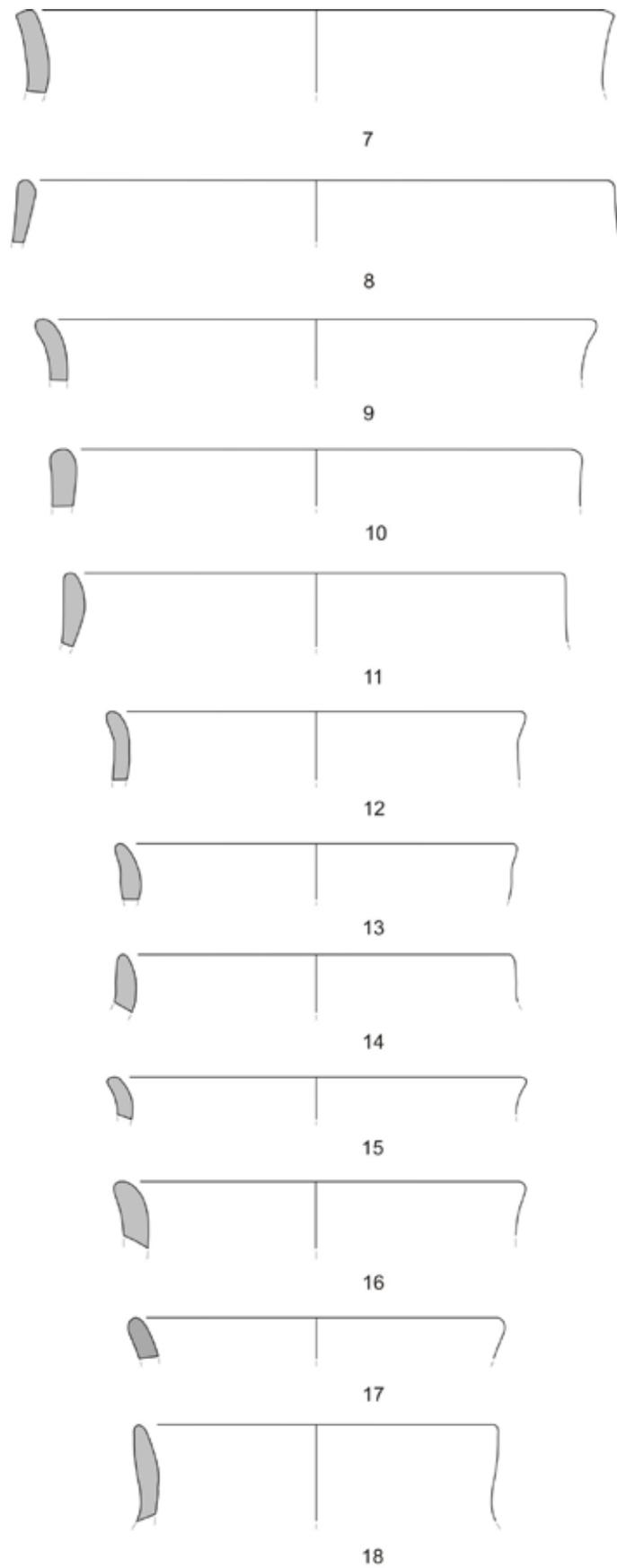


Figura 11  
Potes de  
armazenamento em  
cerâmica manual.

0 cm 5 cm 10 cm

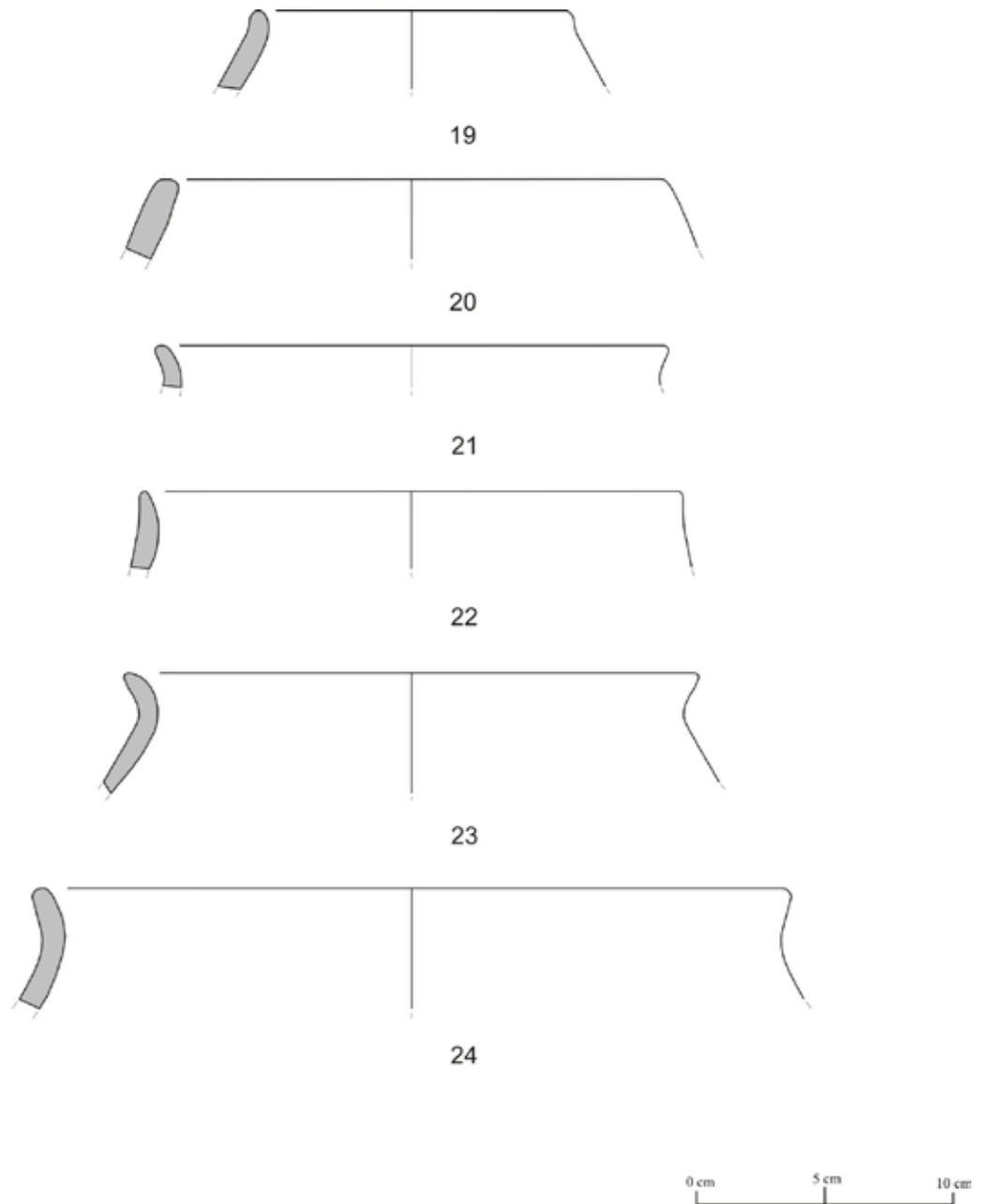


Figura 12  
Potes de  
armazenamento em  
cerâmica manual.

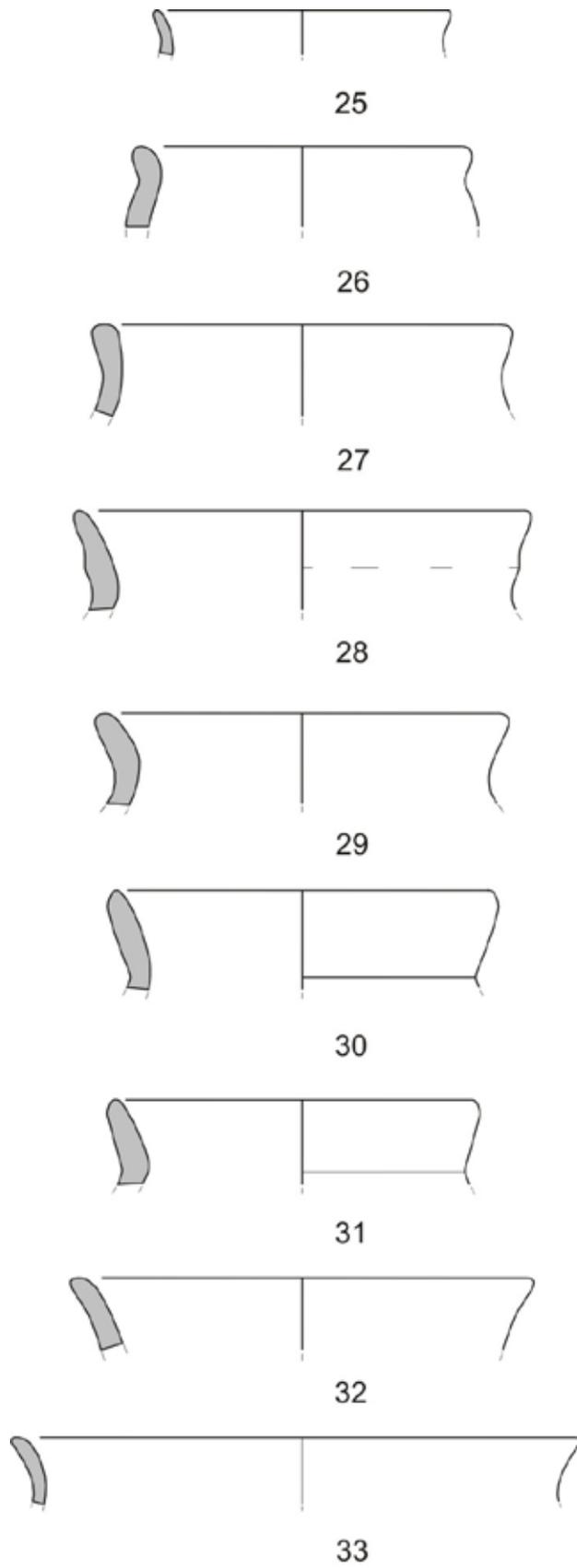


Figura 13  
Potes de cerâmica  
manual.

0 cm      5 cm      10 cm

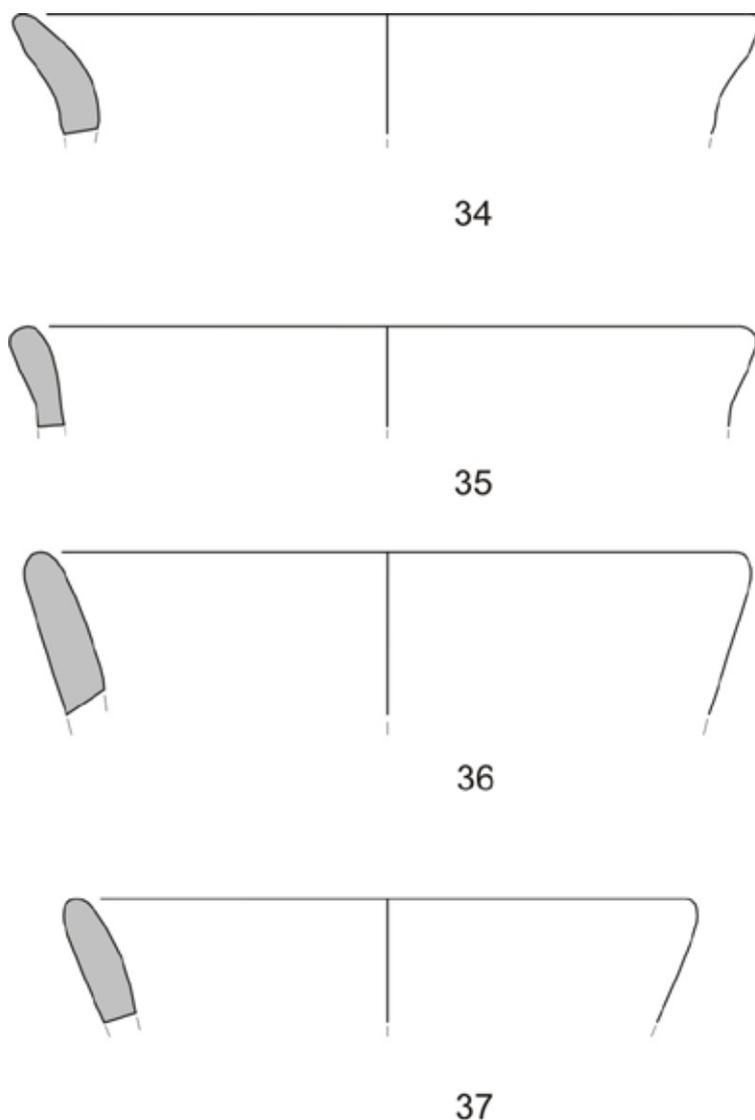


Figura 14  
Pequenos potes  
de cerâmica manual.

A nível de fabrico, estes contentores evidenciam pastas médias, muito raramente grosseiras, nelas avultando os elementos não plásticos de quartzos, micas douradas e grãos carbonatados, apresentando-se em geral compactas e duras, com núcleos escuros e superfícies castanho-anegradas. O acabamento destas pode apresentar-se cuidado, ou mais irregular, mas sempre alisadas, por vezes recorrendo à técnica “*a cepillo*”

Entre o conjunto cerâmico, destaca-se um conjunto de materiais com um claro tratamento diferenciado a nível das suas superfícies e com fabrico distinto, evidenciando pastas de textura fina e média com escassos elementos não plásticos, bem distribuídos. As superfícies encontram-se alisadas e brunidas, incluindo algumas delas a aplicação prévia de uma aguada. A nível formal, destaca-se com este fabrico a presença de taças com carenas altas bem evidenciadas (figuras 15 e 16).

Tal como no povoado da Tapada da Ajuda, a decoração em “ornatos brunidos”, encontra-se ausente do conjunto. Poderá este dado ter uma explicação cronológica? Remetendo-se assim,

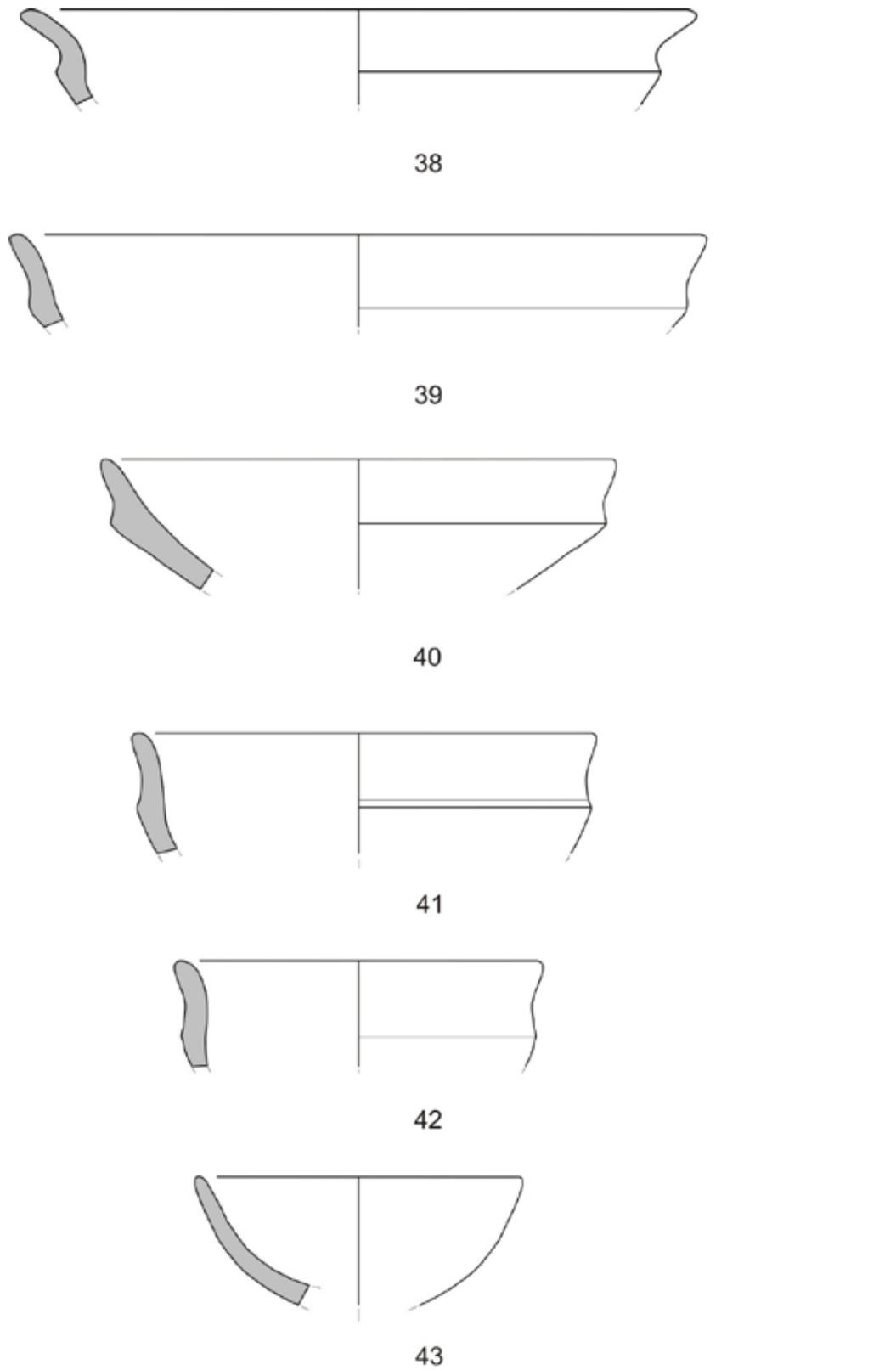


Figura 15  
 N.º 38 a 42 taças  
 carenadas, n.º 43  
 taça hemisférica em  
 cerâmica manual.

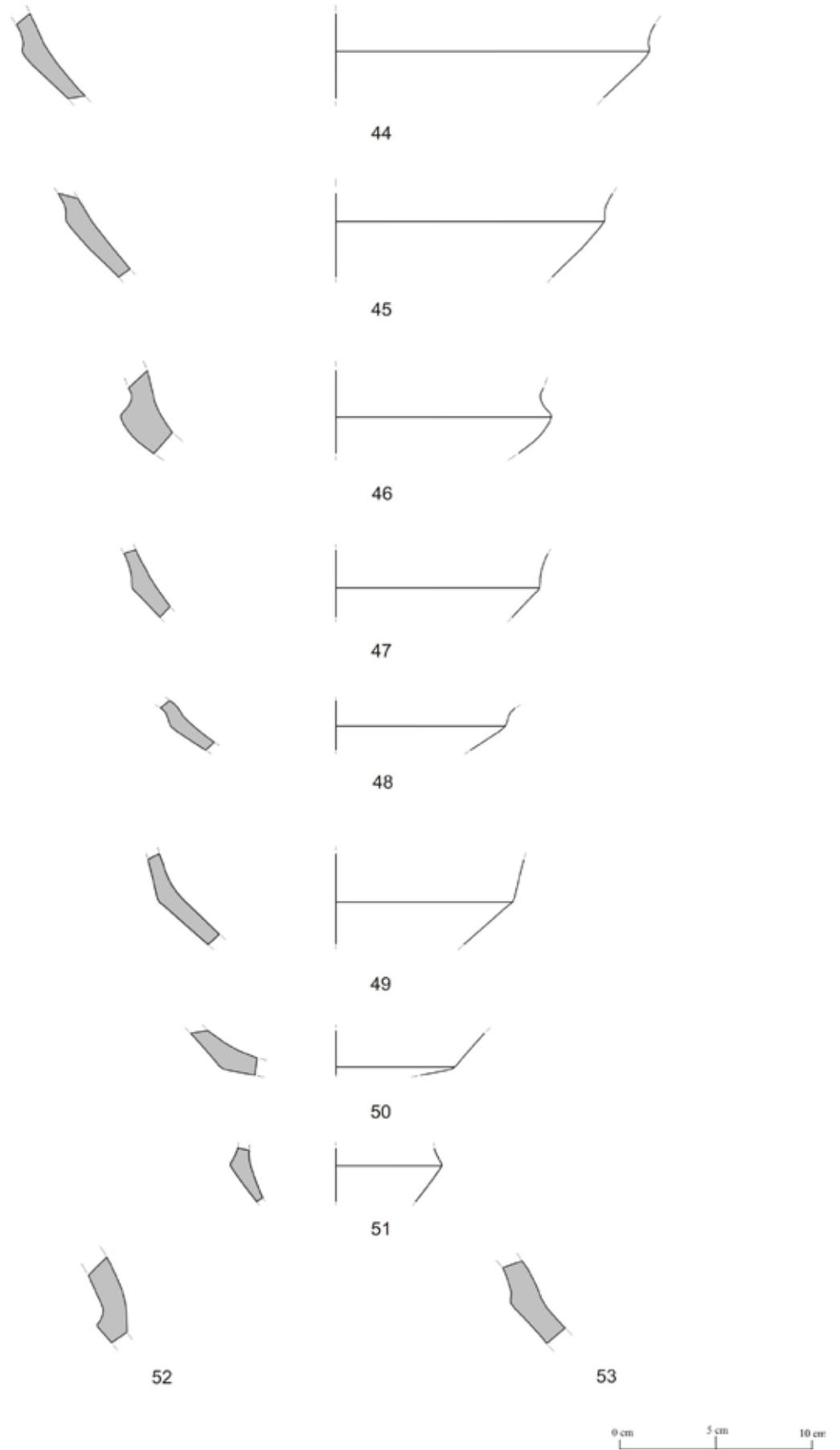


Figura 16  
Taças carenadas em  
cerâmica manual.

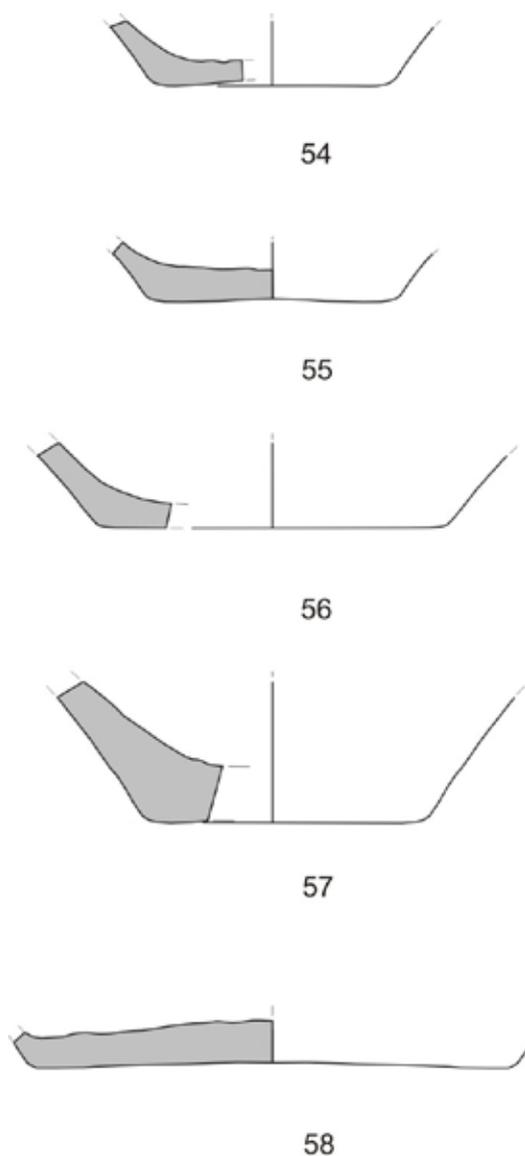


Figura 17  
Fundos planos em  
cerâmica manual.



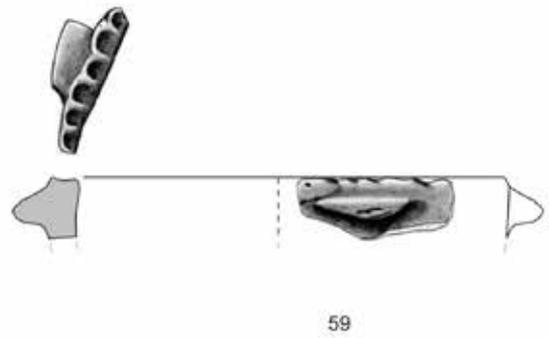
o sítio de Adanaia para uma cronologia mais recuada dentro da Idade do Bronze, datada esta, tendo por base essencialmente o sítio da Tapada de Ajuda, dos séculos XIV/XIII a XI a.C. (Cardoso, 2004). Apesar de pertinente esta hipótese, temos que ter consciência, que em sítios de encosta como o caso em estudo, estas decorações são escassas, podendo a sua ausência ser apenas uma questão de amostragem.

A nível de decoração, apenas se identificaram escassos exemplares (ver Figura 18). Entre estes destacam-se dois bocais denteados, n.º 59 e 60, e um fragmento de fundo plano com retícula interna efetuada por incisão pós-cozedura, n.º 61, afastando-se assim das decorações similares efetuadas através de brunimento, designadas de Tipo Andaluz.

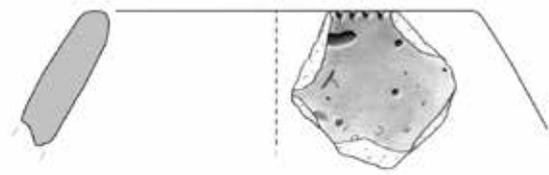
Por último, recolheu-se um pequeno machado votivo de fibrolite, não sendo claro se este está associado a esta fase, ou corresponderá a um período de ocupação pretérito ainda não sustentado por outros elementos, (figura 19).

Figura 18

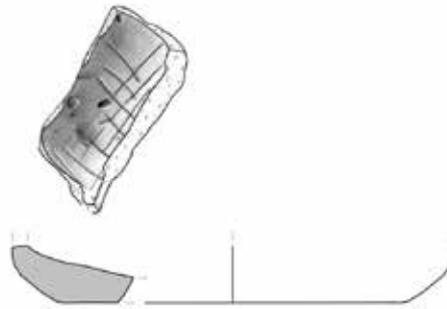
N.º 59 e 69 cerâmica manual com bordos denteados; n.º 61 fundo com decoração incisa; n.º 62 e 63 elementos de prensão.



59



60



61



62

63

Figura 19

Pequeno machado votivo de fibrolite.



Ainda que não tenha sido possível vislumbrar a existência de estruturas, a recorrente presença de fragmentos de placas de barro de revestimento, denotando o negativo de restos de material orgânico, assim como a abundância de blocos calcários dispersos pela área, são um forte indicador da sua existência.

A análise da sua implantação, sem quaisquer características de defesa natural e a proximidade de linhas de água, insere-se dentro do que tem vindo a ser caracterizado para a península de Lisboa como casal agrícola (Marques & Andrade, 1974; Cardoso, 2004). Poderíamos, assim, estar perante uma ocupação sob a direta influência ou interdependência do vizinho sítio do Castelo.

**Figura 20**

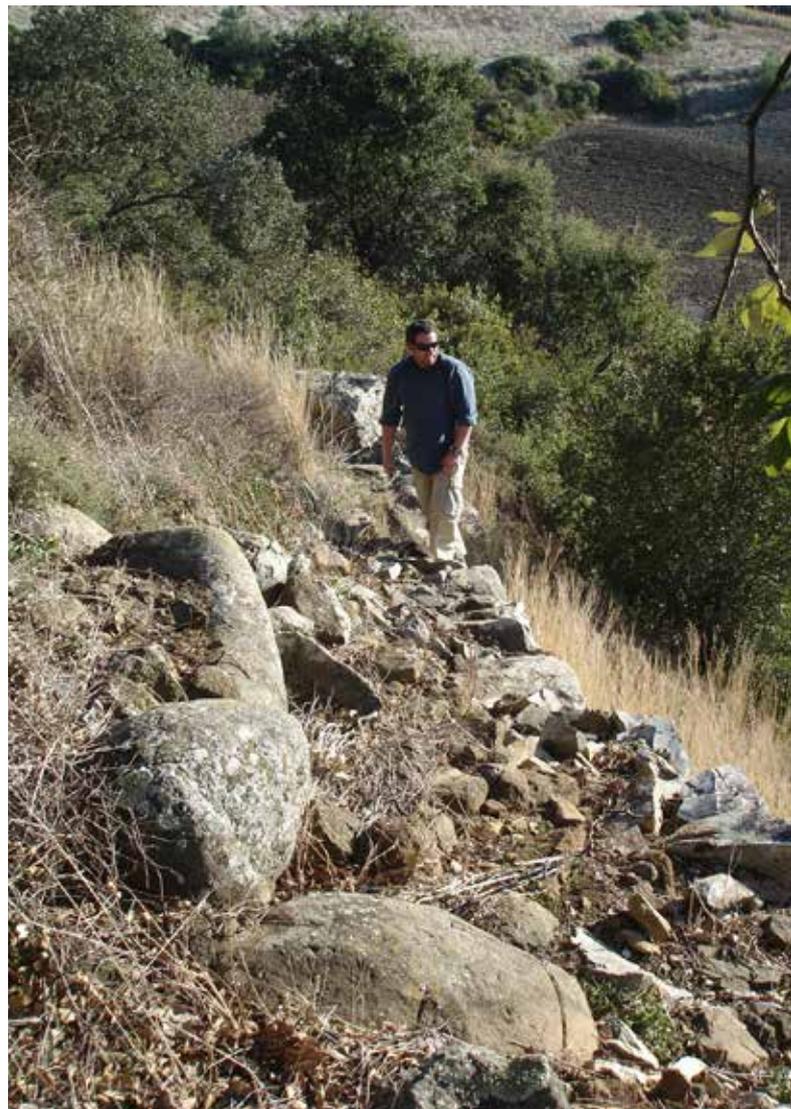
Vista geral do sítio do Castelo.

**Figura 21**

Fotografia parcial da muralha pétreo que protege o sítio.

## 7. Castelo

O sítio do Castelo (Fig. 20), no lugar de Adanaia, freguesia de Calhandriz (sem CNS) é pela primeira vez referenciado no levantamento do património arqueológico de Vila Franca de Xira efetuado por Rui Parreira (1986). Nessa notícia, menciona-se que se trata de uma formação natural com uma ocupação humana indeterminada. De facto, apesar de a tradição local referenciar a existência de uma ocupação humana no alto, essa não pode ser comprovada no terreno (Idem, p. 74).



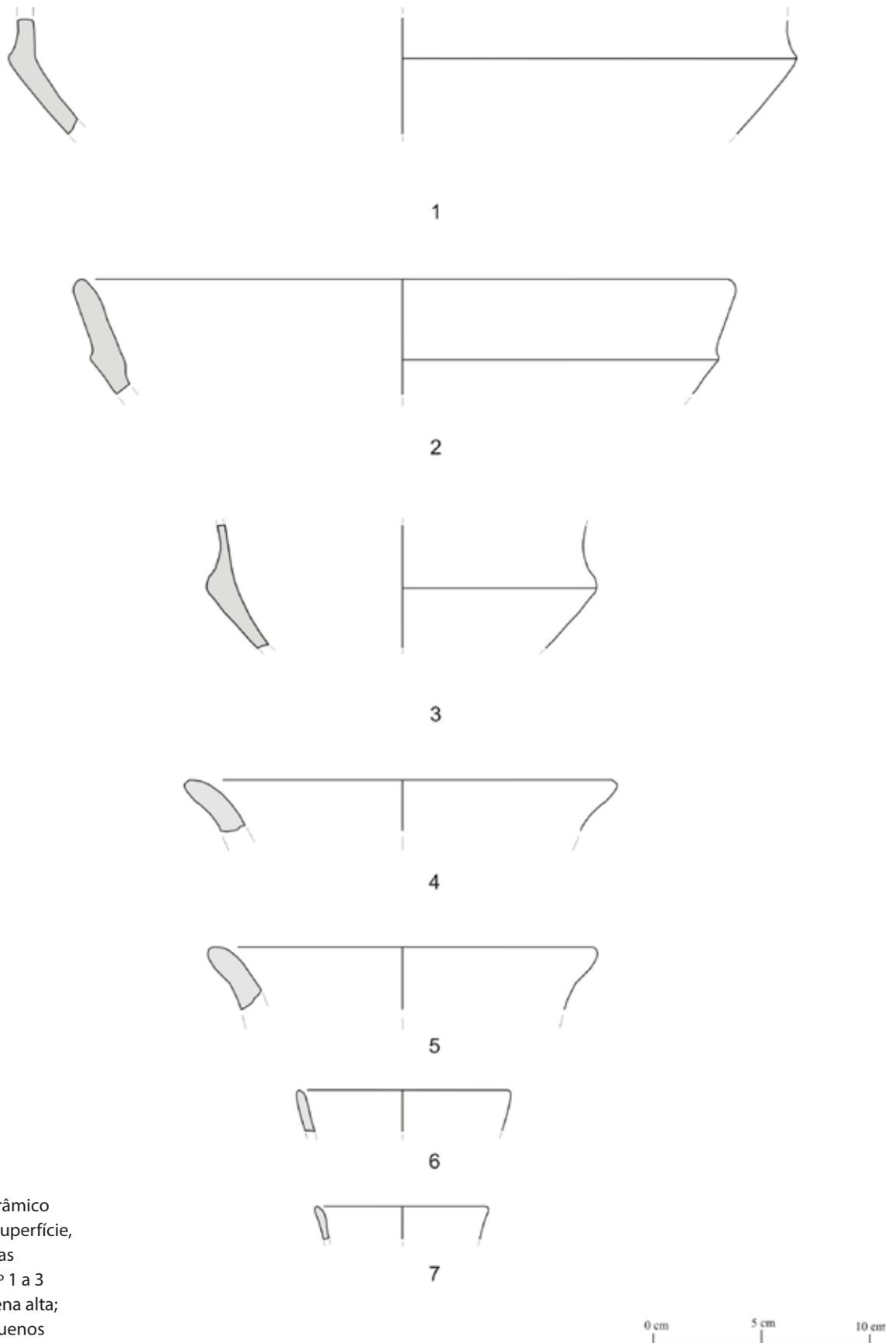


**Figura 22**  
 Vista do topo do sítio  
 do Castelo para Norte.  
 Sendo visível:  
 1 – Casal dos Pegos I;  
 2 – Quinta do Bulhaco II.

Nos trabalhos de prospeção que efetuamos em 2006 e 2007 revisitámos o sítio tentando confirmar ou infirmar a existência de um sítio arqueológico. Porém a situação de invisibilidade arqueológica impossibilitou de todo uma leitura (Pimenta e Mendes, 2007a).

Apenas no corrente ano, na sequência de um incêndio florestal ocorrido no passado verão de 2014, foi possível visitar o denominado Castelo, agora livre do denso manto vegetal de giestas. Trata-se de uma formação geológica calcária singular, em que emergem dois extensos afloramentos configurando uma muralha natural de proporções verdadeiramente ciclópicas, que foi aproveitada e incrementada pelo homem com a construção de uma ampla muralha de planta semicircular no lado de mais fácil acesso (Figs. 21 e 22).

O seu interior afigura-se estar bem preservado, não sendo desde há muito agricultado. À superfície foi possível recolher alguns materiais (Fig. 23). Perante a análise das cerâmicas manuais e dos artefactos líticos recolhidos é plausível supor uma ocupação do final da Idade do Bronze, em tudo similar à já atestada no seu sopé no lugar de Adanaia. Destaca-se a presença de taças carenadas em cerâmica manual com acabamento cuidado e polimento externo, ainda que sem a típica decoração de “ornatos brunidos”.



**Figura 23**  
 Conjunto cerâmico  
 recolhido à superfície,  
 no interior das  
 muralhas. N.º 1 a 3  
 taças de carena alta;  
 n.º 4 a 7 pequenos  
 potes de acabamento  
 cuidado.

## 8. Casal dos Pegos I

No decorrer dos trabalhos de prospeção deparámo-nos, numa área de vinha ocupando o sopé de um monte sobranceiro ao vale do Rio da Silveira e à Quinta do Bulhaco (ver Fig. 2), com uma invulgar ocorrência (Pimenta e Mendes, 2007a). A sua análise permitiu aferir estarmos perante um sítio arqueológico inédito que denominámos de Casal dos Pegos I (CNS 30367). Corresponde a uma densa dispersão de materiais numa área de encosta com pendente para oeste e sem condições naturais de defesa (Fig. 24).

A construção da autoestrada n.º 10, a norte, e de uma estrada rural, a sul, levou a que o sítio tenha sido muito afetado, sendo observável no corte (Fig. 25) ainda aí visível, restos de alinhamentos pétreos, correspondendo possivelmente a estruturas de cariz habitacional.

O espólio é particularmente abundante, sendo constituído maioritariamente por cerâmicas a torno de cariz orientalizante. As cerâmicas manuais de tradição indígena encontram-se igualmente patentes ainda que claramente minoritárias.

Entre as cerâmicas a torno, destaca-se o conjunto de fragmentos de ânforas. Estes encontram-se particularmente bem representados e são reveladores da dinâmica aquisitiva do sítio. Foi possível registar onze fragmentos de bocais e nove asas. Não deixa de ser interessante a comparação com o sítio de Santa Sofia, extensamente escavado, onde apenas se recuperou um fragmento de bocal (Pimenta, Soares e Mendes, 2012).

Entre as ânforas recolhidas é possível estabelecer dois grupos distintos, tendo em conta a análise das suas pastas, o que nos permite propor proveniências distintas.

Os exemplares n.º 1 e 2 evidenciam uma pasta assaz característica que, tendo em conta os grupos definidos por Ramon Torres (1995, p. 256-261), nos permite identificá-los como do Grupo “Baía de Cádiz”. Correspondem ao Tipo 10.1.2.1. de Ramon Torres, de proveniência meridional, possivelmente da área de Cádiz e com cronologias centradas entre os séculos VII e VI a.C.

Os restantes exemplares englobam-se no Grupo I de fabrico definido para as ânforas de produção pré-romana no estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014, p. 251), tratando-se assim de produções de cariz regional.

Os exemplares n.º 3 a 9 correspondem ao Tipo 1 desta Tipologia. O início desta produção parece recuar a finais do séc. VIII / inícios do séc. VII a.C., sendo, contudo, certo que perdura até meados do 1º milénio a.C. (Sousa e Pimenta, 2014).

O bocal n.º 10 corresponde ao Tipo 3. A sua produção parece centrar-se a partir de meados do século VI a.C., encontrando-se esta forma bem atestada em níveis do século V a.C. no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014).

**Figura 24**  
Vista geral do sítio de Casal dos Pegos I no decorrer dos trabalhos de prospeção. Em fundo o vale do rio da Silveira.

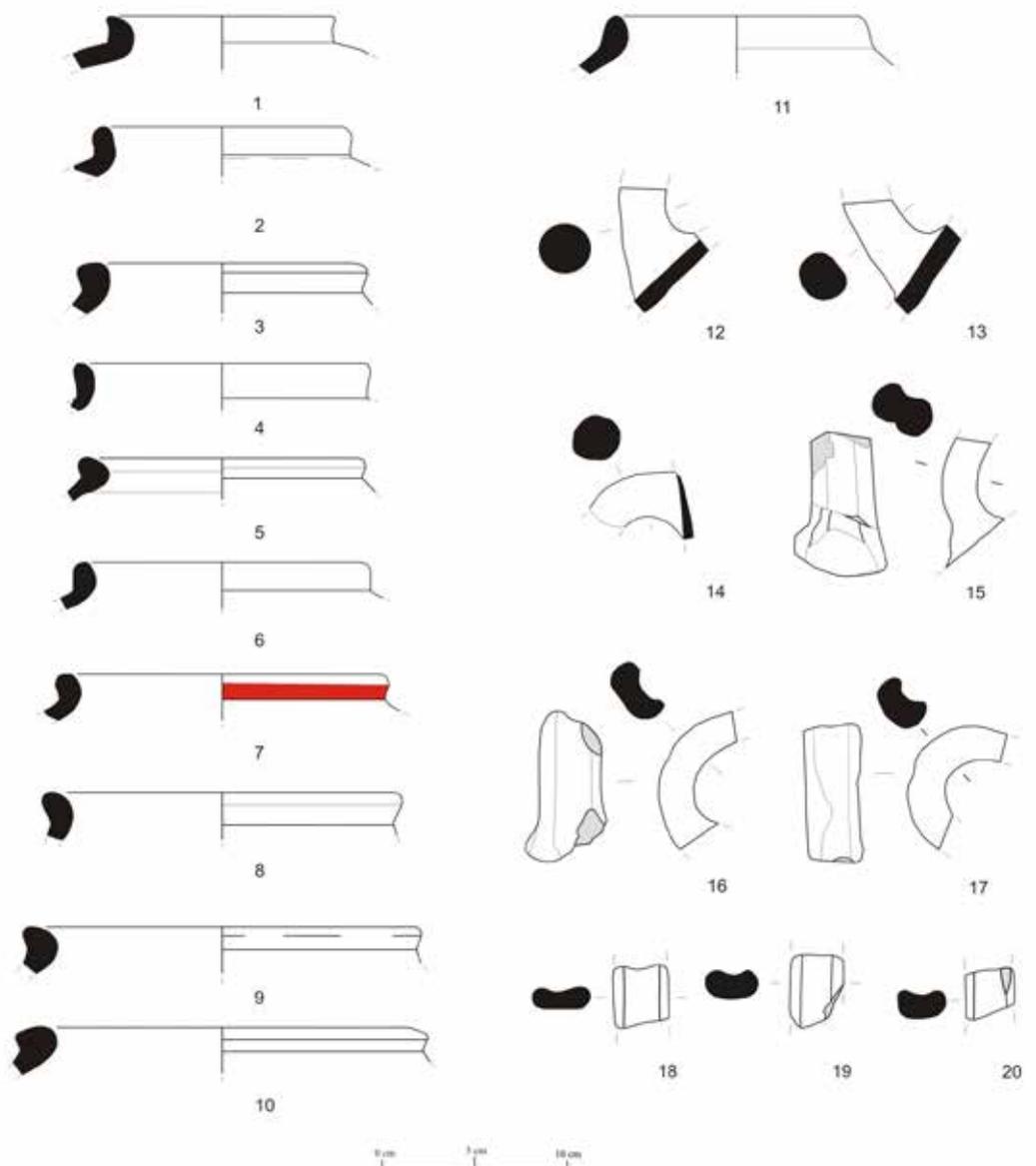
**Figura 25**  
Corte recente resultante da abertura de uma estrada e que afeta profundamente o sítio de Casal dos Pegos I.



A ânfora n.º 11 pode identificar-se com o Tipo 4 destas produções do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014). Trata-se de um contentor que se encontra amplamente difundido no vale do Tejo, e cuja cronologia parece centrar-se em torno do século V a.C.

Entre as asas de ânfora identificam-se dois tipos distintos: um de asas espessas e de secção ovoide (n.º 12 a 14 da figura 26) e outro, melhor representado, n.º 15 a 20 da figura 26, de asas com uma característica depressão longitudinal, típica da segunda metade do primeiro milénio (Sousa, 2014).

A par das ânforas identificou-se um amplo conjunto de contentores cerâmicos destinados ao armazenamento. Os exemplares n.º 21 e 22 assim como as asas bífidas n.º 23 e 24, correspondem a contentores Tipo *pithoi* típicos do mundo de influência fenício (Arruda, 2002). Os bocais n.º 25 a 32 parecem já corresponder a contentores de armazenamento de distinta morfologia. Formas e fabricos idênticos foram recentemente sistematizados sob a Série 10 da tipologia estabelecida com base no estudo do espólio cerâmico recolhido na escavação do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, com cronologias de meados do século V a.C.



**Figura 26**  
Conjunto cerâmico recolhido à superfície e produzido a torno. N.º 1 a 20 ânforas de tradição do mundo fenício-púnico. N.º 15 a 20 asas de ânfora com característica depressão longitudinal típica da segunda metade do primeiro milénio.

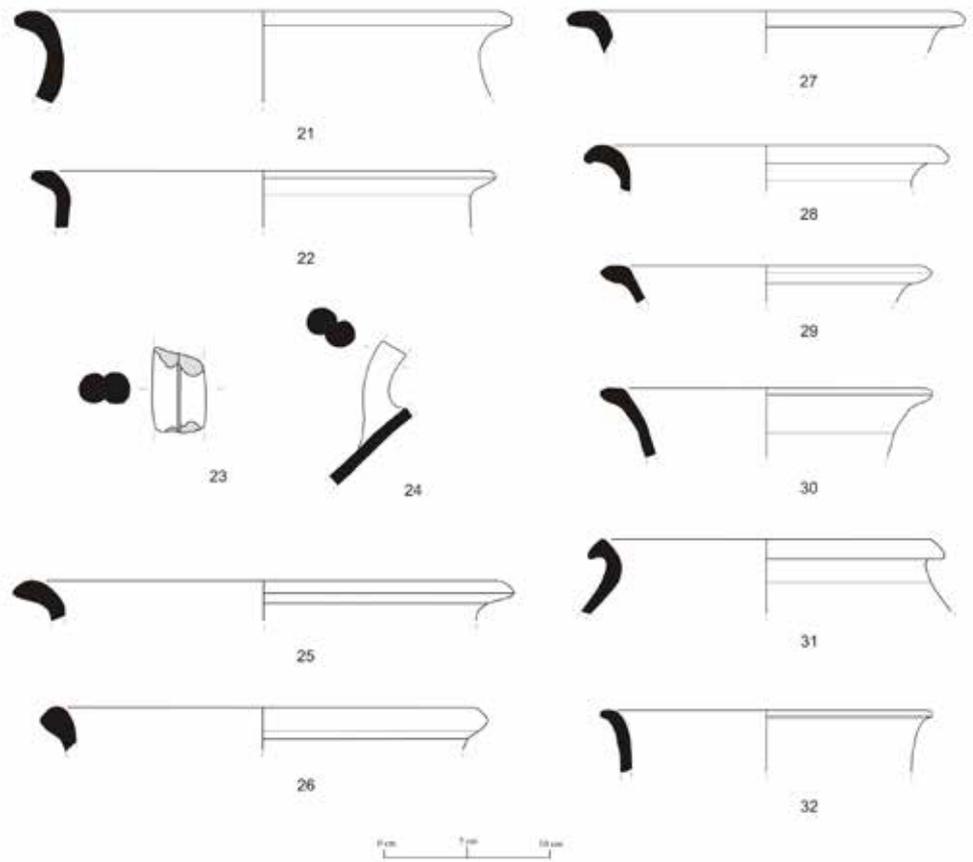


Figura 27

Conjunto cerâmico recolhido à superfície e produzido a torno. N.º 21 a 24 contentores de armazenamento do tipo pithoi. N.º 25 a 32 contentores de armazenamento.

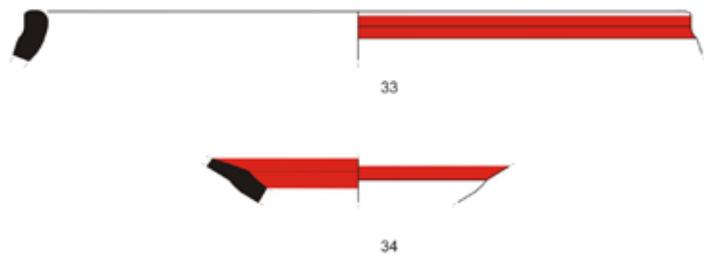
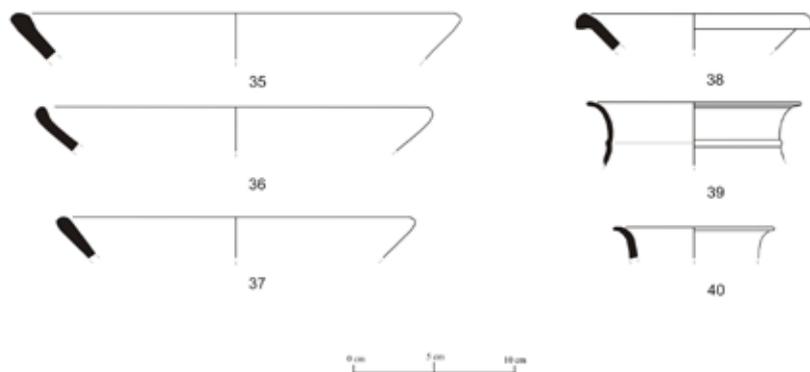
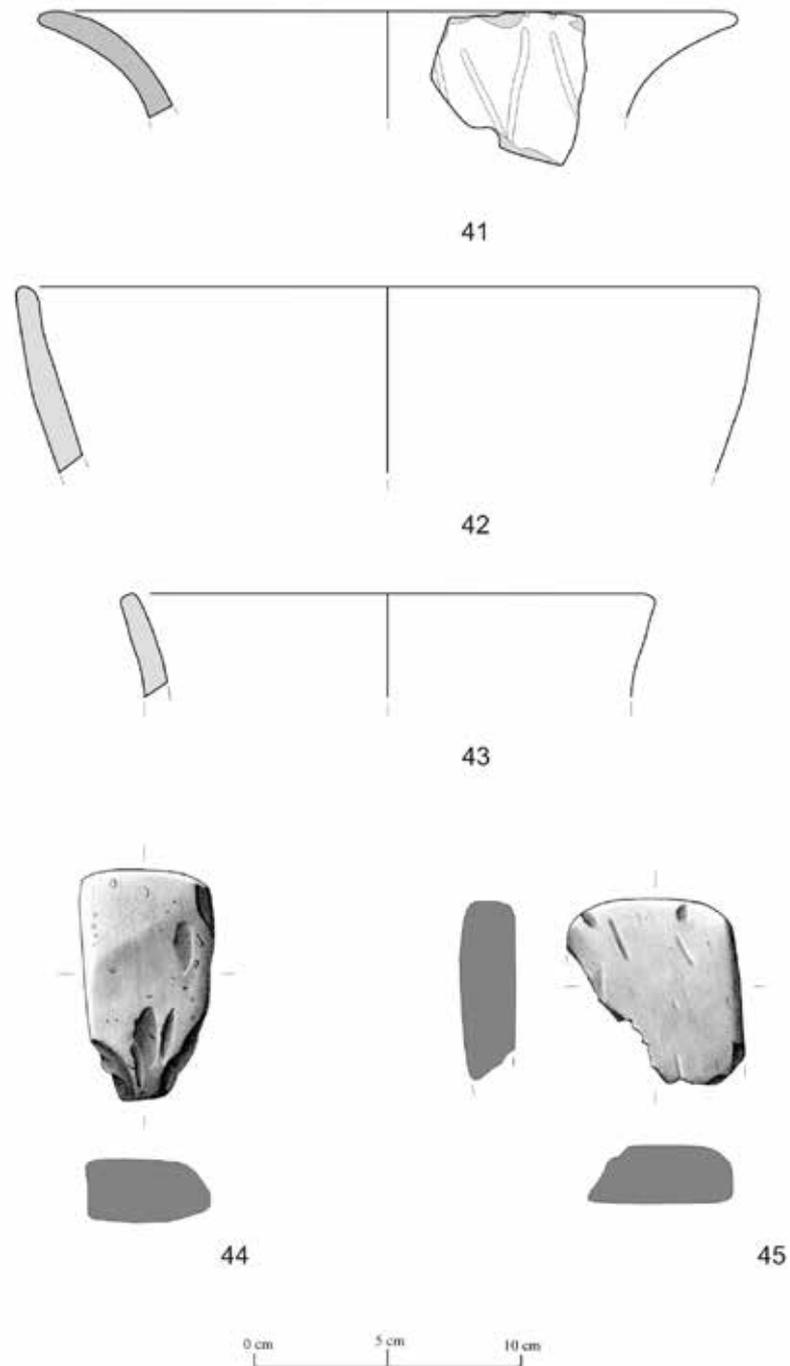


Figura 28

Conjunto cerâmico recolhido à superfície e produzido a torno. N.º 33 ampla taça globular revestida externamente com engobe vermelho. N.º 34 fragmento de prato de engobe vermelho. N.º 35 a 40 cerâmicas cinzentas finas polidas.





**Figura 29**  
Conjunto cerâmico  
e lítico recolhido à  
superfície. N.º 41 a  
43 contentores de  
cerâmica manual. N.º  
44 e 45 machados  
de pedra polida em  
anfibolite.

(Sousa, 2014). Formas similares encontram-se bem representadas no povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, aí com cronologias dos finais da Idade do Ferro (Pimenta, Mendes e Madeira, 2009).

A cerâmica de engobe vermelho encontra-se atestada por duas peças, ambas com pastas que nos permitem supor uma produção do vale do Tejo, possivelmente da área da foz (Calado *et al.* 2013). A peça n.º 27 corresponde a um contentor de tendência esférica, com caneluras junto ao bordo, e revestimento externo a engobe vermelho. Esta forma encontra-se bem representada em contextos da primeira metade do século VII a.C. em Huelva (Forma C1a de Rufete Tomico, 1988-89). Curiosamente, forma similar foi identificada no povoado de

cabanas de Santa Sofia (Pimenta e Mendes, 2010-11, figura 7, n.º 25). O exemplar n.º 28 corresponde a um fragmento de parede de um prato com revestimento interno e externo de um engobe vermelho espesso e bem aderente.

A cerâmica cinzenta fina polida está escassamente representada, por apenas seis fragmentos. Os exemplares n.º 35 a 37 correspondem a tigelas hemisféricas de perfil simples, similares ao tipo 1, do conjunto de cerâmica cinzenta da Sé de Lisboa (Arruda, Freitas e Vallejo Sánchez, 2000) e à Série 1, Grupo 1A, da cerâmica cinzenta do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014). Os bocais n.º 39 e 40 são atribuíveis a pequenos potes, Série 3, Grupo 3A da mesma Tipologia (Sousa, 2014, p. 132). O n.º 39 encontra paralelo idêntico entre o material da Rua dos Correeiros em Lisboa, onde foi recolhido um pote completo desta forma (variante 3Aa). A peça de cerâmica cinzenta, que apresentamos com o n.º 38, é de mais difícil classificação, podendo mesmo corresponder a uma peça de cronologia posterior.

Como referimos, a par da cerâmica a torno encontra-se atestada a presença de cerâmica manual de tradição da Idade do Bronze Final (n.º 41 a 43 da figura 29).

Por último, recolheram-se dois exemplares de machados de pedra polida em anfibolite, já muito gastos (n.º 44 e 45 da figura 29).

A análise do conjunto artefactual, recolhido à superfície, permite tecer algumas breves considerações acerca do tipo e da cronologia de ocupação deste sítio, embora esta leitura careça de coordenadas contextuais:

Os dados registados parecem sustentar, como hipótese de trabalho, estarmos perante um sítio datado já da Idade do Ferro, denotando fortes e precoces influências do mundo orientalizante. Face à presença de cerâmica de engobe vermelho, ânforas do Tipo 10.1.2.1. importadas do sul peninsular, assim como de alguns *pithoi*, é possível situar a sua fundação em meados do século VII a.C. Apesar desta remota antiguidade o grosso do material situa-se já em meados da segunda metade do primeiro milénio a.C..

A recolha na área do corte, de alguns restos osteológicos e malacológicos permitiu efetuar duas datações pelo radiocarbono:

REF. DE LABORATÓRIO	TIPO DE AMOSTRA	$\Delta 13C$ (‰)	DATA 14C (BP)	DATA CALIBRADA (CAL BC) * 1 $\Sigma$ 2 $\Sigma$
Sac-2375	Ossos (colagénio)	-21,60	2480±40	758-726; 672-541 775-472
Sac-2374	Venerupis decussata	-1,40	2690±35	380-291 400-197

\* Calibração fazendo uso das curvas IntCal13 e Marine13 (Reimer *et al.*, 2013) e do programa CALIB 7.0 (Stuiver e Reimer, 1993). Utilizou-se o valor de  $\Delta R = 95 \pm 15$  anos 14C (Soares e Dias, 2006) na calibração da data obtida com conchas marinhas.

As datas obtidas não põem em causa a cronologia inferida a partir da análise artefactual. Pelo contrário, parecem confirmá-la. No entanto, a sua validade seria maior se as pudessemos associar a contextos específicos.

## 9. Quinta do Bulhaco II

A Quinta e Palácio do Bulhaco (ver Fig. 2 e 30) é um extenso e bem preservado exemplo de arquitetura civil setecentista, propriedade dos Condes da Cunha. Nas suas imediações detetou-se, em 2006, evidências de ocupações pretéritas de grande interesse, reveladas na sequência de trabalhos agrícolas (Pimenta e Mendes, 2007a).

Entre estas, destaca-se por se enquadrar no presente enquadramento temporal, a correspondente aos vestígios que então designámos como Quinta do Bulhaco II, (CNS 30359).



**Figura 30**  
Vista geral da  
implantação do sítio  
de Quinta do Bulhaco  
II. Em fundo o edifício  
da Quinta.

Situado numa área aplanada na margem esquerda do Rio da Silveira, os vestígios de uma ocupação datada da Idade do Ferro, estendem-se por uma área de cerca trezentos metros quadrados.

Na zona central do terreno, detetámos uma maior concentração de materiais cerâmicos de cronologia da Idade do Ferro (Fig. 31 e 32). Entre estes destaca-se a presença de bocais de potes de perfil em esse; cerâmica cinzenta fina, asas de rolo e alguns bocais de ânforas pré-romanas.

Entre o conjunto de ânforas, foi possível classificar sete fragmentos de bocal, que permitem tecer algumas observações. Da análise das suas pastas é possível individualizar três grupos distintos de fabricos, que parecem corresponder a distintas proveniências.

O primeiro Grupo (Fig. 31) encontra-se atestado, por um único exemplar de proveniência meridional, o bocal n.º 1. Trata-se de um fabrico meridional da área da Baía de Cádiz do Tipo 12. 1.1.1. (Mañá-Pascual A4) (Ramon Torres, 1995). As ânforas desta forma parecem ter uma

longa duração, estando documentadas em diversas estações desde meados do século IV a.C. até um momento indeterminado do século I a.C.

O segundo Grupo é o melhor representado, correspondendo ao Grupo 1, definido para as produções de ânforas do Estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014). Neste grupo inclui-se o restante conjunto de fragmentos de ânforas, à exceção do exemplar n.º 7.

A ânfora n.º 2 insere-se no Tipo 7 destas produções do estuário do Tejo, datada de momentos finais da Idade do Ferro, séculos III-II a.C. (Sousa e Pimenta, 2014).

Os contentores n.º 3 a 6 englobam-se no Tipo 6 desta Tipologia, com cronologias da segunda metade do primeiro milénio até aos alvares da romanização (séc. V a II a.C.) (Sousa e Pimenta, 2014).

O terceiro Grupo caracteriza-se por uma pasta muito característica das produções de ânforas do interior do estuário do Tejo (Grupo II da tipologia recentemente apresentada – Sousa e Pimenta, 2014). Encontra-se bem atestada em sítios como o Porto do Sabugueiro (Pimenta e Mendes, 2008), Alcáçova de Santarém (Arruda, 2002) e Chões de Alpompé, (Diogo, 1993). Foi apenas identificado um fragmento, n.º 7, correspondendo a um bocal do Tipo 6 (Sousa e Pimenta, 2014).

A par das produções de ânforas, sobressaem entre o conjunto de material recolhido, diversos fragmentos de bocal e de asas de jarros em cerâmica cinzenta fina polida (n.º 22 a 26). Trata-se de uma forma bem individualizada, destinada a conter e transportar líquidos. Este modelo formal encontra-se particularmente bem representado nos casais agrícolas da Idade do Ferro em torno de Lisboa, com cronologias de meados do século V a.C., como os estudados da região de Oeiras: Outurela (Cardoso, 1995) e Gamelas 3 (Cardoso e Silva, 2012), assim como na zona da Amadora (Sousa, 2013). No povoado da colina do Castelo em Lisboa, foram identificados jarros similares, com cronologias ulteriores e que alcançam os finais da Idade do Ferro (Pimenta, Calado e Leitão, 2013).

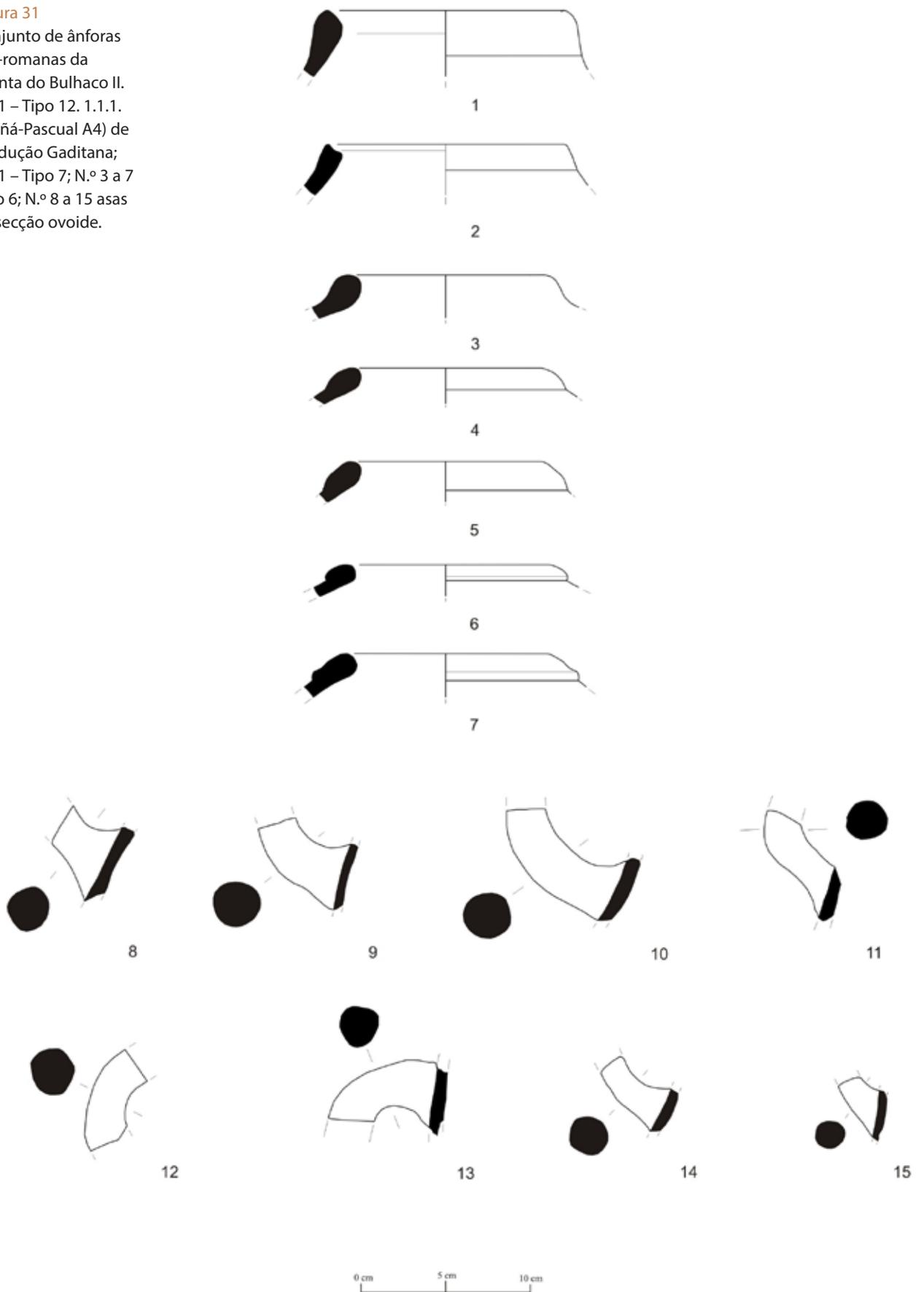
Da análise do conjunto de materiais recolhidos no sítio da Quinta do Bulhaco II, ressalta a sua cronologia tardia, dentro da Idade do Ferro. Tendo em conta as produções de ânforas aqui atestadas é possível que muitos destes contentores de produtos alimentares tenham aqui chegado já no século III-II a.C., podendo mesmo, alguns deles corresponder já a produções coetâneas com as primeiras movimentações militares romanas no Vale do Tejo. Ressalve-se que apesar de não ter sido possível registar nenhum fragmento classificável, foram aqui recolhidos alguns fragmentos de parede de ânforas itálicas com as típicas pastas campanienses, podendo corresponder a modelos de ânforas vinárias do tipo Dressel 1 ou Greco-Itálicas.

## 10. Tentativa de Síntese

A gênese deste trabalho emergiu das problemáticas suscitadas com a escavação em 2006 e 2007 do povoado de Santa Sofia, em Vila Franca de Xira. O alargar do quadro de indagações, ao território vizinho, através de um projeto de prospeção sistemática, permitiu começar a antever um quadro de povoamento totalmente insuspeito.

No âmbito deste projeto, foi possível identificar e georreferenciar em áreas de meia encosta, nas imediações de importantes linhas de água, diversos sítios dos finais da Idade do Bronze, e da Idade do Ferro, que podem enquadrar-se dentro daquilo que usualmente se classifica como casais agrícolas (Cardoso, 2004), assim como, outros de maior dimensão e de posição destacada na paisagem, evidenciando vestígios de potentes sistemas defensivos, que terão certamente assumido um papel de destaque na organização e hierarquização do povoamento.

**Figura 31**  
 Conjunto de ânforas  
 pré-romanas da  
 Quinta do Bulhaco II.  
 N.º 1 – Tipo 12. 1.1.1.  
 (Mañá-Pascual A4) de  
 produção Gaditana;  
 N.º 1 – Tipo 7; N.º 3 a 7  
 Tipo 6; N.º 8 a 15 asas  
 de secção ovoide.



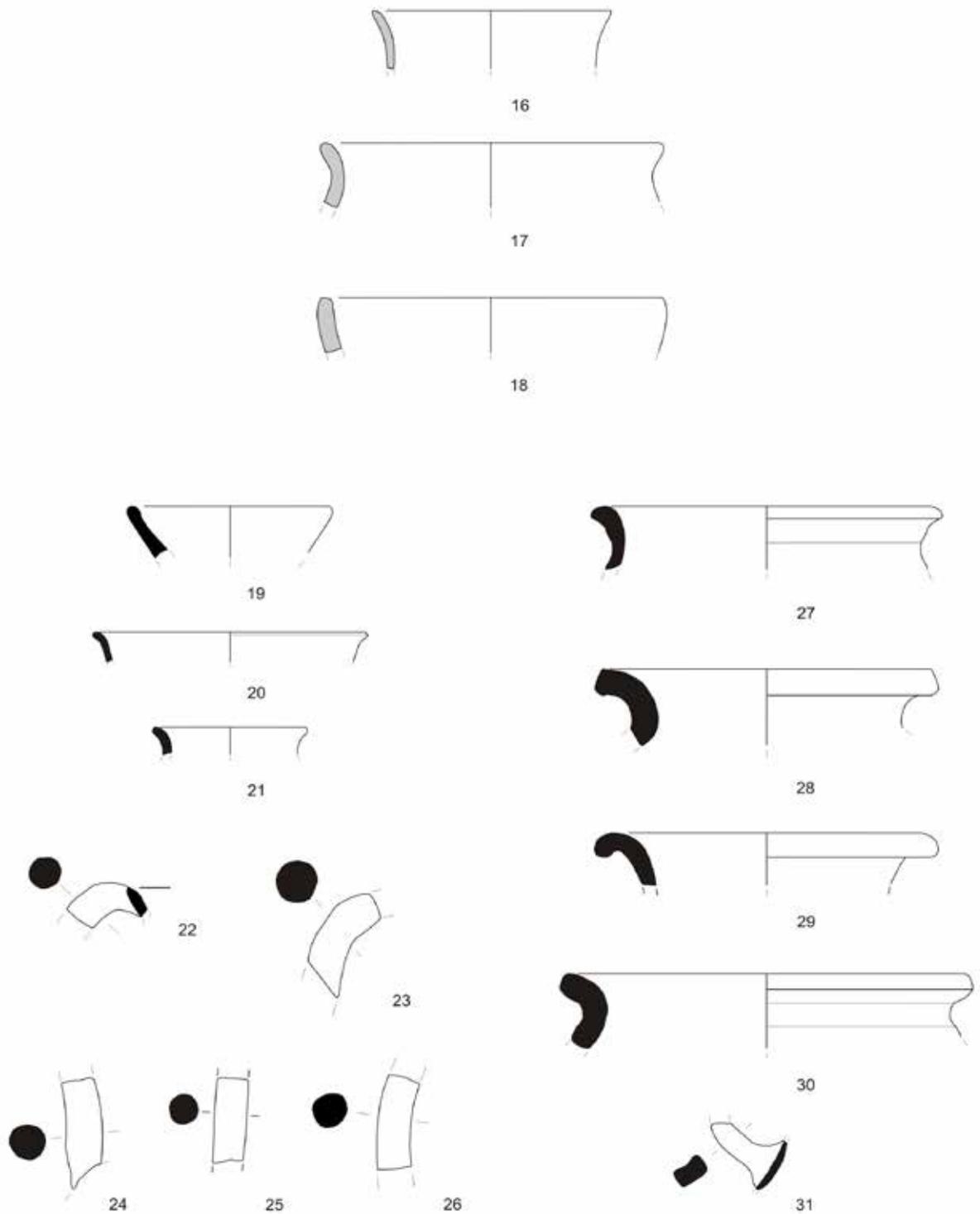


Figura 32

Materiais da Quinta do Bulhaco II. N.º 16 a 18 – Cerâmica manual; N.º 19 a 26 – Cerâmica cinzenta fina polida; N.º 27 a 30 – Contentores de armazenamento; N.º 31 – Pequena asa de pote (?) com depressão longitudinal.

Entre as diversas áreas analisadas, o Vale do Rio da Silveira apresenta-se como um espaço geográfico bem definido e com uma dinâmica de ocupação que justifica o desenvolvimento de um projeto de estudo futuro.

Ainda que tenhamos consciência, da limitação dos dados com que estamos a trabalhar, entenda-se, dos diversos sítios, reconhecidos ao longo das margens do Rio da Silveira, apenas um foi alvo de escavação arqueológica recente, tendo os restantes, sido apenas alvo de prospeções sistemáticas. Julgamos, contudo, pertinente trazer à coação estes novos elementos, apresentando e discutindo os dados disponíveis, não como um fim em si mesmo, mas como o início de um percurso de investigação que esperamos poder trilhar.

Temos, assim, dados consistentes, para afirmar, que, no final da Idade do Bronze, o vale do Rio da Silveira, assistiu à emergência de dois povoados de altura. O Castelo de Alverca, junto à sua foz, e o sítio do Castelo, junto à povoação de Adanaia, onde o vale se espraia em encostas férteis ainda hoje alvo de aproveitamento para a produção cerealífera.

Para a mesma fase, no sopé da fortificação do Castelo foi detetado o sítio de Adanaia. A informação disponível, ainda que truncada, permite sustentar estarmos perante uma área habitacional de alguma dimensão, correlacionada com o aproveitamento agrícola e pecuário do vale. Face à sua implantação sob o sítio do Castelo, estaremos perante dois sítios em direta correlação e codependência.

A informação disponível, não permite entender, de forma clara, como é que esta rede de povoamento da Idade do Bronze Final interagiu com a chegada dos mercadores fenícios, em meados do século VIII a.C., ao vale do Tejo.

Para o sítio do Castelo de Alverca, apesar de escassos, alguns elementos recolhidos permitem sustentar que existiu uma precoce interação entre ambas as comunidades. Dela, nos pode falar, a conta de pasta vítrea, recolhida em níveis onde ainda não se encontra qualquer cerâmica a torno e em que apenas estão representadas cerâmicas manuais típicas do Bronze Final. Tendo em conta, alguns materiais recolhidos em intervenções no casco antigo de Alverca, este povoado terá continuado ao longo da Idade do Ferro e período romano republicano, sendo assim um caso de longevidade assinalável, que encontra a sua justificação no seu cariz portuário.

Ao longo do vale, os restantes sítios da Idade do Bronze Final, parecem ter sido abandonados com o alvorecer da Idade do Ferro. Entre os elementos recolhidos em sítios como o Alto do Pinheiro, Castelo e Adanaia, nada nos indica a sua continuação além do século VIII a.C.

Apesar desta aparente retração do povoamento, no interior do vale e em posição de controlo de uma zona de portela de caminho natural de acesso à serra, onde existem fortes indícios de exploração mineira antiga, foi fundado nos inícios da Idade do Ferro o sítio de Casal do Pego I.

Na ausência de escavações arqueológicas, é difícil determo-nos na interpretação deste sítio e da sua real relevância. Contudo, a presença de importações da área da baía Gaditana, numa fase precoce do processo de orientalização do vale do Tejo (séculos VII-VI a.C.), leva a sublinhar a sua relevância, e supor que esta “fundação” possa se ter enquadrado numa estratégia deliberada de povoamento. Estaremos perante um casal agrícola dos inícios da Idade do Ferro, similar ao detetado em Santa Sofia e aos que tem vindo a ser estudados na região de Oeiras: Outorela (Cardoso, 1995), Leião (Cardoso *et al.* 2010-11), Gamelas 3 (Cardoso e Silva, 2012) e na zona da Amadora (Sousa, 2013)? Ou perante algo mais complexo?

O recente conhecimento, que se tem vindo a consolidar, sobre a Idade do Ferro do interior da península de Lisboa, leva-nos a sublinhar a relevância do povoamento proto-

-histórico detetado nos vales do rio Grande da Pipa e, do ora aqui exposto, do Rio da Silveira. Estes vales são vias de acesso e de transitabilidade natural para o interior para a atual zona de Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, assim como de rápida ligação destas áreas com as margens do Tejo. Também por aqui fluíram ideias, técnicas e mercadorias que sustentam o processo de orientalização que se assiste nas comunidades indígenas.

Não queremos aqui defender, que apenas estes dois vales foram utilizados como vias de penetração, antes pretendemos sublinhar a relevância da realização de estudos similares de povoamento em vales como o de Chelas em Lisboa, do rio Trancão em Loures, do rio de Alenquer e da Ota em Alenquer, onde certamente existem sítios relevantes por detetar e explorar.

Não sendo aqui o sítio para abordar o volume de informação sobre os sítios da Idade do Ferro no interior da península de Lisboa, nem tendo este trabalho a intenção de discutir espólios e cronologia dos mesmos, não podemos deixar aqui, de expor algumas novidades da investigação que vem dar colorido ao parco conhecimento disponível.

Um pouco a norte da nascente do Rio da Silveira, foram recentemente dados a conhecer dois sítios de altura, com condições naturais de defesa, e gozando de ampla visibilidade, ainda mal caracterizados do ponto de vista cronológico, mas com ocupações atestadas da Idade do Bronze e Idade do Ferro. O Sítio do Forte da Casal do Cego (Cardoso, 2012), e o do Moinho do Custódio - Arranhó (Cardoso e Gonzalez, 2008), ambos no município de Arruda dos Vinhos.

No seguimento da mesma Serra, destaca-se a relevante ocupação proto-histórica do Forte do Alqueidão – Sobral de Monte Agraço (Rocha e Reprezas, 2014). Alvo de escavações recentes, os elementos disponíveis são particularmente interessantes e reveladores da precoce penetração do mundo orientalizante e da sua forte interação com o mundo indígena da Idade do Bronze Final. Aqui se recolheram a par de cerâmicas manuais típicas do mundo indígena, um conjunto de ânforas do Tipo 10.1.2.1, contentores de tipo *pithoi*, cerâmica cinzenta e cerâmica com engobe vermelho. A aduzir a este panorama foi ainda identificada uma conta oculada em pasta vítrea (Rocha e Reprezas, 2014).

Dominando de uma forma singular uma área de enorme relevância no quadro da transitabilidade da península de Lisboa o povoado fortificado da Serra do Socorro, mantém-se ainda hoje mal conhecido. Os elementos disponíveis permitem sustentar a sua origem na Idade do Bronze Final e uma continuidade durante a Idade do Ferro, ainda que os materiais trazidos a público se enquadrem em cronologias algo tardias, enquadráveis nos meados do século VI-V a.C. (Matias, 2003; Cardoso, 2004).

Nas proximidades da Serra do Socorro, e aparentemente correlacionado com este povoado, existe uma relevante, ainda que mal conhecida ocupação, dos inícios da Idade do Ferro, em torno do alto do Moinho da Mariquitas (Caninas, *et al.*, 2006). Na breve notícia em que é dado conhecimento da sua descoberta são referidos três sítios distintos: a Quinta de Além; o Moinho da Mariquitas propriamente dito, em que é mencionada a existência de um recinto fortificado, e uma outra ocorrência a sul da povoação de Mesquita em que é proposta a existência de uma necrópole da Idade do Ferro, onde foram recolhidas inúmeras contas de pasta vítrea (Caninas *et al.* 2006).

Temos assim, como podemos ver, um quadro algo distinto do que tem vindo a ser traçado e onde começa a emergir uma forte presença de elementos orientalizantes num eixo Este-Oeste, ao longo de uma relevante via natural que liga as margens do Tejo à fachada atlântica.

Aí emergem dois grandes povoados de altura, que certamente assumiram papel de relevo na estruturação do povoamento, a Serra do Socorro e o Forte do Alqueidão.

Por último, no âmbito do giz do povoamento do rio da Silveira, importa determo-nos no sítio de Quinta do Bulhaco II. Aparentemente, este novo estabelecimento surge após o abandono do sítio de Casal do Pego I, datando a sua ocupação dos finais da Idade do Ferro, séculos III/II a.C., sendo, aparentemente, já coetâneo da presença das primeiras movimentações do exército romano no Vale do Tejo.

Em jeito de conclusão, importa reforçar que apenas a realização de trabalhos de escavação, devidamente programados e realizados com um quadro de indagações pré-definido que poderá clarificar algumas das questões ora expostas.

---

#### BIBLIOGRAFIA

- ARRUIDA, A. M. (2002) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona.
- ARRUIDA, A. M. (2005a) – O 1.º milénio a.n.e. no centro e no sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série 4. 23, p. 9-156.
- ARRUIDA, A. M. (2005b) – Orientalizante e pós-orientalizante no sudoeste peninsular: Geografias e cronologias. In *Actas del III Simposio Internacional de arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental. El Período Orientalizante*. Volume I. Anejos de AEspa. XXXV. Mérida, p. 277-303.
- ARRUIDA, A. M.; FREITAS, V.T.; VALLEJO SÁNCHEZ, J.I. (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 3. Número 2, p. 25-59.
- ARRUIDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOARES, R. (2014) – Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus*. Revista de Prehistoria y Arqueología. LXXIV. Julio-diciembre 2014. Universidad de Salamanca, p. 143-155.
- AUBET, M. E.; CARMONA, P.; CÚRIA, E.; DELGADO, A.; FERNANDEZ CAMPOS, A. e PARRÁGA, M. (1999) – *Cerro del Vilar. El asentamiento fenicio en la desembocadura del río Guadallorce y su interacción con el Hinterland*. Monografías Arqueología. Sevilla: Junta da Andalucía.
- BARROS, L.; CARDOSO, J. L.; SABROSA, A. (1993) - Fenícios na Margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz - Almada. In *Estudos Orientais IV - Os Fenícios no território Português*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, p. 143-182.
- BARROS, L. e SOARES, A. M. (2004) – Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série 4, 22, p. 333-352.
- BOAVENTURA, R. (2009) - *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- BOAVENTURA, R.; PIMENTA, J., VALLES, E. (2013) - O povoado da Idade do Bronze Final do Castelo da Amoreira (Odivelas). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 20. Pág. 389-406.
- CALADO, M.; PIMENTA, J., FERNANDES, L.; FILIPE, V. (2013) - Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do Teatro Romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho. In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 775-784.
- CANINAS, J.; CARDOSO, G.; HENRIQUES, F. MONTEIRO, M.; SABROSA, A. (2006) – Três novas jazidas da Idade do Ferro em Torres Vedras. In *Al-Madan*. II Série. N.º 14. Centro de Arqueologia de Almada. Almada, p. 6.
- CARDOSO, J. L. (1990) - A Presença Oriental no Povoamento da Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. In *Estudos Orientais I*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, p. 119-134.
- CARDOSO, J. L. (1995) - O Bronze Final e a Idade do Ferro na Região de Lisboa: Um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. XXXIV, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1997/98) – O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 169-187.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A baixa extremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: Um ensaio de História Regional*. Estudos Arqueológicos de Oeiras. 12. Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2006) – A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 9. Número 1, p. 21-46.

- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C e HENRIQUES, F. (1998) – Duas cabanas circulares da Idade do Bronze Final do Monte de São Domingos (Castelo Branco). *Estudos Pré-históricos. Actas do Colóquio “A pré-história na Beira Interior”*. Viseu. 6, p. 325-345.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; MARTINS, F.; ANDRÉ, C. (2010-11) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leião (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 18. Oeiras, p. 75-102.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. (2012) – O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série 5. 2, p. 355-400.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, I. M. (2004) – O povoado do Bronze final da Tapada da Ajuda (Lisboa): Estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 7. Número 1, p. 227-271.
- CARDOSO, G. (2012) – Sondagens arqueológicas nos fortes do Casal do Cego e da Carvalha (Arruda dos Vinhos). In *Al-Madan*. II Série. N.º 17. Centro de Arqueologia de Almada. Almada, p. 168-169.
- CARDOSO, G. ; ENCARNANÇA, J. D’ (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais. *CIRA Arqueologia* N.º2, p. 133-180.
- CARDOSO, G. ; GONÇALEZ, A. (2008) – Novos dados sobre Arruda dos Vinhos na Idade do Ferro. In *Actas do IV Seminário do Património da Região Oeste*. Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, p. 127-133.
- DIOGO, A. M. D. (1993) – Ânforas pré-romanas provenientes dos Chões de Alompé. *Estudos Orientais*. 4. Os Fenícios no Território Português, p. 215-227.
- FÉLIX, P. (2006) – O final da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro no Ribatejo norte (Centro de Portugal): Uma breve síntese dos dados arqueográficos. *Conimbriga*. Coimbra. 45, p. 65-92.
- FREITAS, V.T. (2005) – Observações preliminares sobre as cerâmicas de engobe vermelho do Castelo de Castro Marim. In *Actas del III Simposio Internacional de arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental. El Período Orientalizante*. Volume II. Anejos de AEspa. XXXV. Mérida, p. 911-918.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1985) – Cerâmica de Alpiarça. Exposição permanente na Galeria dos Patudos. Câmara Municipal de Alpiarça. Casa Museu dos Patudos em colaboração com o Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa.
- MAAS-LINDEMANN, G. (1999) – La cerámica de las primeras fases de la colonización fenicia en España. In *La Cerámica Fenicia en Occidente. Centros de Producción y áreas de comercio*. *Actas del I Seminario Internacional sobre temas Fenicios*. Guardamar del Segura, 21-24 de noviembre de 1997. Diputación Provincial de Alicante, p. 129-148.
- MARQUES, G. (1972) – Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto. *Trabalhos de Antropologia Dr. Mendes Correia*. N.º 13. Faculdade de Ciências do Porto.
- MARQUES, G. & ANDRADE, G.M. (1974) – Aspectos da Proto-História do território Português: 1 – Definição e distribuição da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto, p. 125-148.
- MATALOTO, R. (2004) – Um monte da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. *Trabalhos de Arqueologia*. 37.
- MATIAS, C. (2003) – Serra do Socorro : Uma aproximação à sua caracterização arqueológica no contexto da Estremadura Atlântica. In *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Mafra, p. 308-358.
- MAYET, F. e SILVA, C. T. (2000) - *L'établissement phénicien de'Abul. Portugal*. Paris: Difusión de Boccard.
- PARREIRA (1988) – Inventário do Património Arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-6. In *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 3, p. 96-105.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. *Trabalhos de Arqueologia*. 41.
- PIMENTA, J. ; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. As ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8. Número 2, p. 313-334.
- PIMENTA, J. ; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2013) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. A intervenção da Rua de São João da Praça”. *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*. Volume 2. Ana Arruda, Ed. Actas do VI th. Congress of Phoenician and Punic Studies. Lisboa 26 de Setembro a 1 de Outubro de 2005. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 724-735.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007a) – Relatório de Prospecções Arqueológicas no Âmbito do Projecto “Conhecer o Património de Vila Franca de Xira”. Município de Vila Franca de Xira, Divisão de Património e Museus.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007b) – A intervenção arqueológica na Casa da Câmara de Alverca do Ribatejo (Vila Franca de Xira). In *Catálogo da Exposição Alverca da Terra às Gentes*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira/núcleo de Alverca – Câmara Municipal Vila Franca de Xira, p. 53-70.

- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2008) – Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 11. Número 2, p. 171-194.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2010-11) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 18. Oeiras, p. 591-618.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. e MADEIRA, F. (2009) – O Povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 12. Número 2, p. 177-208.
- PIMENTA, J.; SOARES, A. M.; MENDES, H. (2013) – Cronologia Absoluta para o Povoado Pré-Romano de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). *CIRA Arqueologia* N.º2, p. 181-194.
- PIMENTA, J.; SILVA, R. B.; CALADO, M. (2013) - Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*: A Intervenção Arqueológica Urbana da Rua de São Mamede ao Caldas N.º 15”. *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*. Volume 2. Ana Arruda, Ed. Actas do VI th. Congress of Phoenician and Punic Studies. Lisboa 26 de Setembro a 1 de Outubro de 2005. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 712-723.
- PINTO, C. V.; PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do estuário do Tejo. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas (1977)*. Lisboa. Vol. 1, p. 145-163.
- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las Ánforas Fenicio-Púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Col. Lección Instrumental. 2. Barcelona. Publicacions universitat de Barcelona.
- REIMER, P.J., BARD, E., BAYLISS, A., BECK, J.W., BLACKWELL, P.G., BRONK RAMSEY, C., BUCK, C.E., CHENG, H., EDWARDS, R.L., FRIEDRICH, M., GROOTES, P.M., GUILDERSON, T.P., HAFLLIDASON, H., HAJDAS, I., HATTÉ, C., HEATON, T.J., HOFFMANN, D.L., HOGG, A.G., HUGHEN, K.A., KAISER, K.F., KROMER, B., MANNING, S.W., NIU, M., REIMER, R.W., RICHARDS, D.A., SCOTT, E.M., SOUTHON, J.R., STAFF, R.A., TURNEY, C.S.M., Van der PLICHT, J. (2013): “IntCal13 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves, 0-50,000 Years cal BP”. *Radiocarbon* 55(4):1869–1887.
- ROCHA, A.; REPREZAS, J. (2014) – O Forte do Alqueidão. *Arqueologia e História. Da Idade do Ferro às Invasões Napoleónicas*. Cadernos da CILT. I. Centro de Interpretação das Linhas de Torres. Sobral de Monte Agraço.
- Rufete Tomico, P. (1988-89) - Las cerámicas con engobe rojo de Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. X-XI, 3, p. 10-40.
- RUIZ MATA, D.; PÉREZ, C. J. (1995) – *El poblado fenicio del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa Maria, Cádiz)*. Biblioteca de temas portuenses. Puerto de Santa Maria.
- SOARES, A. M.; DIAS, J. M. A. (2006) - Coastal upwelling and radiocarbon. Evidence for temporal fluctuations in ocean reservoir effect of Portugal during the Holocene. *Radiocarbon*. 48(1), p. 45-60.
- SOUSA, A. (1998) – *O Neolítico Final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. Trabalhos de Arqueologia n.º 11. Instituto Português de Arqueologia.
- SOUSA, E. (2013) – A Idade do Ferro no Concelho da Amadora. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 16, p. 149-165.
- SOUSA, E. (2014) – *A Ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Estudos & Memórias. 7. UNIARQ. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In Morais, R., Fernández, Sousa, M. J. (eds.), *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Monografias Ex Officina Hispana II (Actas do II Congresso Internacional de la SECAH - Ex officina Hispana (Braga, de 3 a 6 de Abril de 2013). Porto, vol. 1, p. 303- 316.
- STUIVER, M.; REIMER, P.J. (1993): “Extended 14C Data Base and Revised CALIB 3.0 14C Age Calibration”. *Radiocarbon* 35(1): 215-230.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Trabalhos de Arqueologia 9. 2 Volumes. IPPAR. Lisboa.
- Vilaça, R. e Arruda, A. M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga*. Coimbra. 43, p. 11-45.

---

#### NOTAS

<sup>1</sup> No decorrer e execução deste trabalho podemos contar com apoio e amizade do Engenheiro Monge Soares, a quem muito agradecemos. São de sua autoria e responsabilidade as datações absolutas obtidas para o Casal do Pego, assim como a sua devida calibração. Apesar de este trabalho muito lhe dever, não lhe são imputadas quaisquer culpas a qualquer interpretação mais temerária por parte dos autores.

## ➤ Um conúbio de sabedoria técnica e novas modas conviviais: as taças em pasta cinzenta imitante TSI de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira)<sup>1</sup>

VINCENZO SORIA DOUTORANDO DA UNIARQ, UNIVERSIDADE DE LISBOA

### RESUMO

No presente estudo tratar-se-á dum notável conjunto de taças em pasta cinzenta imitante *Terra Sigillata* itálica e proveniente das escavações dos anos 2008-2013 do sítio de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira – Portugal). A colocação estratigráfica do conjunto permite a sua inserção num horizonte cronológico de inícios do séc. I d.C. (fase 4), período pouco conhecido em termos urbanísticos mas que atualmente está comprovado pelo espólio artefactual exumado.

O conceito de “imitação” com o qual se interpretam estes artefactos é particularmente apto a sugerir uma explicação da lógica produtiva e de consumo que causaram a aparição desta classe de artefactos não somente em termos cronológicos mas também do ponto de vista do processo de adaptação de hábitos conviviais das comunidades em relação à mudança dos tempos e das “modas”.

### SUMMARY

The main goal of the present study is the analysis of a group of grey clay bowls imitating Italic *Terra Sigillata* and coming from the 2008-2013 excavation seasons in the site of Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira – Portugal). The chronology attributed to these materials (early 1st century CE) is based on the recognition of a particular phase of the site (phase 4), currently under study.

The concept of “imitation” is particularly suitable and flexible to shed light on the productive and consumer logics at the heart of the spread of these materials in Monte dos Castelinhos as well as in other Portuguese sites. Their occurrence could be due to the change in the daily consumption of the local community at the turn of the current Era.

## 1. A problemática

Graças às intervenções arqueológicas levadas a cabo no sítio de Monte dos Castelinhos nos anos 2008-2013, foi possível exumar um notável conjunto de manufatos cerâmicos, claros testemunhos da vivência quotidiana da comunidade aqui instalada. Nesta sede analisar-se-á uma parte deste conjunto artefactual considerando um lote de taças que pelas próprias características técnicas e morfológicas são particularmente interessantes para a investigação dos hábitos conviviais desta comunidade. Tratando-se de produções que em termos tipológicos se situam entre as duas grandes categorias cerâmicas, as de verniz negro e as de

<sup>1</sup> Este trabalho é devedor do incansável apoio e da ilimitada boa disposição dos Drs. João Pimenta e Henrique Mendes. Para a realização deste trabalho gostaria de agradecer à Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT pelo suporte financeiro através de uma Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/87209/2012).

verniz vermelho itálico, que tanto marcaram o território português quer em termos sociais quer em termos de dinâmicas de aquisição, não resulta fácil estabelecer uma sequência diacrónica de utilização linear destes produtos. Embora este seja um dos aspetos em que a análise ceramológica tem que se debruçar, a natureza do conjunto transcende estas considerações situando-se no campo do constante processo de adaptação de hábitos conviviais em relação à mudança dos tempos.

## 2. Apontamentos terminológicos

As formas alvo deste estudo puseram problemas de denominação, sendo formas que encaixam quer no repertório da cerâmica de verniz negro itálico (Lamboglia 1952; Morel 1981) quer no da *terra sigillata* itálica (TSI; Conspectus 2000). Optou-se para manter as duas designações<sup>2</sup> sem avançar novas propostas sendo o estudo destes produtos ainda preliminar em termos de reconhecimento de lugares de fabrico, não obstante a sua dispersão está a ser cada vez mais frequente (Soría 2014). Uma outra razão para esta preferência é o facto de entender estes artefactos como o resultado de competências oleiras e de escolhas de consumidores resultantes de décadas de utilização de determinados repertórios cerâmicos como os de verniz negro juntos com novas e massivas influências vindas sempre da Península itálica como é o caso da *terra sigillata* itálica.

Como sublinham alguns autores (Fernández Ochoa *et al.* 2014: 60, nota 13) as “*propuestas de concordancia tienen repercusión en el horizonte cronológico de inicio de las imitaciones*”. Se por um lado este *caveat* alerta sobre as implicações do termo “imitação”, do outro lado será preciso valorar a unicidade e as peculiaridades de cada contexto face à mera aplicação de critérios cronológicos ou funcionais estabelecidos em outros lugares.

Nos próximos parágrafos será apresentado o conjunto do ponto de vista composicional, morfológico e funcional sem nenhuma pretensa de exaustividade nem propósitos de limitação de eventuais incorporações futuras de outras formas e diferentes funcionalidades que apresentem similares características composicionais.

É preciso destacar que os fundos não foram diretamente relacionados com os bordos por falta de paralelos íntegros e por esta razão se preferiu manter uma diferente determinação morfológica.

## 3. Os fabricos em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos

Através da análise das diferenças composicionais das pastas, foi possível identificar dois grupos no âmbito das produções em pasta cinzenta encontradas em Monte dos Castelinhos (Pimenta *et al.* 2014). A presença de revestimento não foi portanto uma das variáveis que contribuiu ao reconhecimento dos grupos porque a maioria das peças só apresentavam pequenos vestígios, devido provavelmente a fenómenos de carácter tafonómico. Segue-se a descrição detalhada dos elementos caracterizadores dos dois grupos reconhecidos:

**Grupo 1**= Pasta: M. 2.5Y 7/1 (light gray)<sup>3</sup>. Calcária, pulverulenta, muito depurada com altas percentagens de presença de mica e inclusões orgânicas de médias e grandes dimensões. Revestimento: quase totalmente ausente com vestígios de engobe cinzento fosco pouco aderente ao corpo cerâmico.

2 No caso da cerâmica de tipo Peñaflo, Bustamante e Huguet (2008, 300) decidiram aplicar a denominação das tipologias dos protótipos de referência embora tivessem a disposição alguns estudos monográficos como o de Martínez F. que todavia é utilizado por Ruiz P. (2012, 41). Este autor afirma a “*inconveniencia de aplicar la ordenación tipológica de las especies originales a unas imitaciones que no siempre son una réplica fiel del referente*” (*apud* Fernández *et al.* 2014, 67-68).

3 Para a identificação das cores das pastas utilizou-se a tabela das cores de Munsell (2000).



GRUPO 1



GRUPO 2

**Figura 1**  
Fotografia dos dois grupos de fabrico identificados.

**Grupo 2**= Pasta: M. 10YR 5/2-4/2 (grayish brown). Calcária, presença de inclusões de pequenas e médias dimensões brancas; baixas percentagens de mica; presença de inclusões orgânicas reconhecidas pela presença de vacúolos. Revestimento: engobe fosco bem aderente.

Não obstante esta subdivisão, considerar-se-ão os dois grupos em conjunto devido às características técnicas similares (cozedura e resfriamento reductores), à espera de futuras análises miradas a comprovar as diferenças composicionais identificadas macroscopicamente.

#### 4. Caracterização morfo-funcional do conjunto

O conjunto em exame compreende 45 fragmentos. Contudo, nesta amostragem pretende-se analisar mais aprofundadamente os fragmentos de bordos (16) por proporcionar mais confiança na hora do reconhecimento formal e das considerações que daqui derivem acerca da presença destes artefactos em Monte dos Castelinhos. A nível funcional, avançar-se-á a proposta de estarmos perante um conjunto de “**taças**” provavelmente dirigido ao consumo de alimentos líquidos ou semilíquidos apesar de estar cientes do facto de poderem ter sido utilizadas com outras finalidades (por exemplo, como mero contentor de frutos frescos ou secos, etc...). As formas reconhecidas apresentam manifestas semelhanças com as taças em TSI **Consp. 8-13-14** ou com as produções em verniz negro sicilianas, conhecidas como “campaniense C”, **L. 19 (F1162a1-F1252b1)**.

A restante parte do conjunto é constituído por fundos, alguns dos quais (7) foram comparados aos pratos em TSI **Consp.B.1.6/L.7**, tendo considerado a morfologia e o diâmetro como os elementos discriminantes para esta proposta terminológica. Os outros fundos (22) não receberam nenhuma atribuição formal e funcional em concreto.

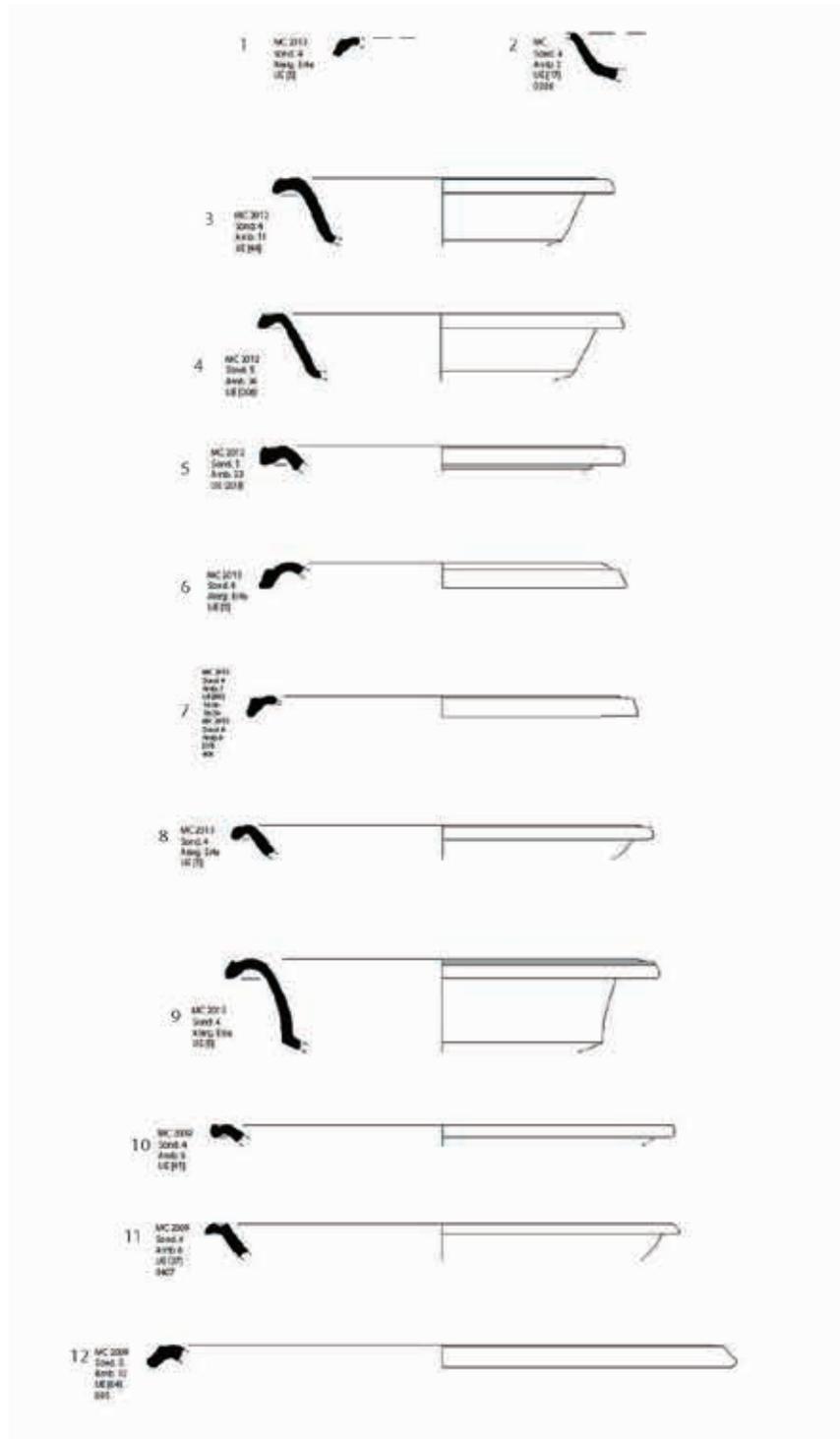


Figura 2  
Bordos de taças  
Consp. 8-13-14/L.19  
(F1162a1 1252b1).

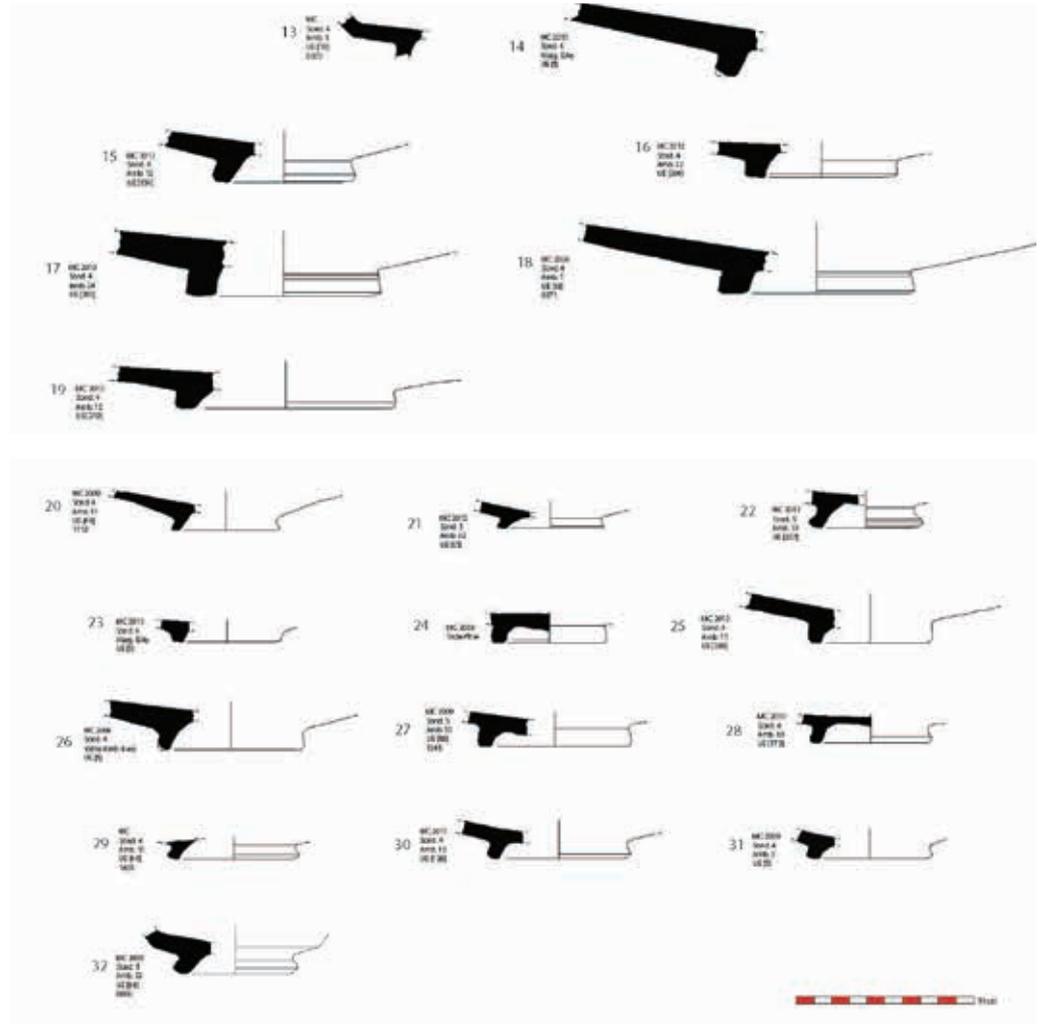


Figura 3 Fundos de pratos Consp.B.1.6/ L. 7 (n.ºs 13-19); fundos indeterminados (n.ºs 20-32).

#### 4.1. Diâmetro de bordos e fundos das imitações

Estas taças são caracterizadas por apresentar um bordo pendente e vertical, bem pronunciado, com carena muito baixa.

Foi possível constatar que as taças Consp. 8-13-14/L.19 (F1162a1 1252b1) se mantêm constantes entre os 14 e os 20 cm, com um único exemplar que alcança os 25 cm<sup>4</sup>.

Os fundos dos pratos Consp.B.1.6/L. 7 e aqueles genericamente definidos como “fundos” parecem manter dois diferentes padrões que se encontram na medida de 8 cm sugerindo a eventual presença de dois diferentes formatos.

		DIÂMETRO (CM)																		
Frag.	Forma	5	5,5	6	6,5	7	7,5	8	8,5	10	11	12	14	15	16	16,5	18	20	25	Total
Bordo	Consp. 8-13-14/L.19 (F1162a1 1252b1)												1	2	1	1	2	2	1	10
Fundo	Consp.B.1.6/L. 7							1	1	1	2	1								6
	Ind.	1	1	6	3	2	1	3	2											19
Total		1	1	6	3	2	1	4	3	1	2	1	1	2	1	1	2	2	1	35

Figura 4 Tabela com diâmetros.

4 Dado o seu tamanho, este exemplar podia também ser enquadrado na classe funcional de prato.

## 4.2. Diâmetro de bordos e fundos dos protótipos

Por quanto concerne as dimensões das taças em TSI Consp.13-14, estes rondam os 15 cm, com séries mais pequenas de 10-12 cm. Contudo, as formas F1162a1 e F1252b1 (Morel 1981), cronologicamente mais antigas, alcançam no primeiro caso os 12 cm e no segundo caso os 18 cm. Resumindo, se por um lado o conjunto de taças aqui analisado mostra uma correspondência em termos de dimensões com o respetivo em TSI, o mesmo não se pode dizer para com os respetivos em verniz negro.

As taças em TSI Consp.8 rondam os 15-16 cm, dimensões consideravelmente menores com respeito aos artefactos em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos.

Os fundos em TSI Consp.B.1.6, os quais estão geralmente associados aos pratos de forma Consp.1, 3.1, 4.1-5, 11-12, 18-19, têm uma média de 10-12 cm, embora apresentem também módulos de tamanho maior.

## 5. Análise estratigráfica e cronológica do conjunto

As imitações em pasta cinzenta de TSI são alguns dos materiais caracterizantes da fase 4 da ocupação de Monte dos Castelinhos (Pimenta-Mendes 2015b:109-110). Esta corresponde a um período de utilização do núcleo habitacional após o abandono/destruição das estruturas da fase 2, com presença de ações relacionadas com espoliação de estruturas anteriores e a formação de estruturas negativas (Idem). Embora ainda não seja clara a extensão física e seja necessário calibrar o seu arco cronológico, a dispersão de materiais típicos do séc. I d.C., entre as quais TSI e TSSG, deixa justamente supor numa continuação de utilização do espaço durante os primeiros séculos depois da viragem da Era. A este respeito, foi possível identificar uma fase de reutilização em período alto imperial dum compartimento (**ambiente 33** do sector 5), cujo espólio material compreende TSI e suas imitações em pasta cinzenta, assim como ânforas Haltern 70 e Ovóides 6 do Guadalquivir. Outro contexto relacionável com a fase 4 são as UEs [16, 18, 19] no **ambiente 1** que correspondem a um nível de abandono brusco ou destruição (Pimenta-Mendes 2015a: 32). No **ambiente 5** reconheceu-se uma estrutura negativa, UE [62], que corta o pavimento UE [6] e a parede UE [26]. O seu enchimento, UE [61], permite datar o abandono do compartimento a partir dos inícios do séc. I d.C., dada a presença de TSI. No **ambiente 7**, tal como acontece no **ambiente 18**, detetou-se um nível, UE [39], resultante aparentemente de uma vala de roubo de pedras cujos materiais mais significativos se resumem à presença de verniz negro itálico e TSI. O **ambiente 12**, tal como acontece no **ambiente 32**, considerado como área externa ao edifício, apresenta um conjunto de elementos estratigráficos e datantes que permitem atestar o abandono deste espaço em finais do séc. I a.C. - inícios do séc. I d.C..

Esperando que mais dados venham sustentar ou contradizer a equação “identificação formal = valoração cronológica”, ler-se-á a morfologia das imitações em pasta cinzenta de TSI aqui identificadas tendo em conta as datações convencionais dos protótipos (Conspetus 2002), tal como foi proposto em outras circunstâncias (Fernandez *et al.* 2014). A taça de forma Consp. 8 em TSI é geralmente enquadrada nos inícios do reinado do Augusto enquanto a forma Consp.13-14 é reconhecida como típica dos meados do reinado de Augusto (15-10/9 a.C.), sendo presente nos sítios de Dangstetten/Oberaden e Haltern (9/7 a.C.-9 d.C.). É frequente a associação dos fundos Consp.B.1.6 junto a formas típicas do período augustano-tiberiano (27 a.C.-37 d.C.).

A presença de *terra sigillata*, quer itálica quer gálica<sup>5</sup>, parece uma constante em níveis da fase 4 abrangendo o espaço temporal entre os finais do séc. I a.C. até os inícios do séc. II d.C.. Atendendo ao acima referido e vista a presença simultânea de imitações e protótipos, propomos a colocação cronológica das imitações em pasta cinzenta de TSI entre os finais do séc. I a.C. e meados do séc. I d.C.

## 6. Distribuição das imitações em Monte dos Castelinhos

A presença de exemplares de imitações em pasta cinzenta de TSI foi detetada no complexo identificado na sondagem 4 e nos compartimentos da sondagem 5. Notamos uma distribuição das peças quer no interior (ambientes 1, 2, 6, 7, 22, 24) quer no exterior (ambientes 11, 12) do complexo, circunstância que sugere uma contemporânea utilização e descarte destes manufactos. O estado de conservação dos níveis de exumação destes materiais resulta ser uma ótima base sobre a qual poder assentar estas ilações. Para este propósito, é indicativo de como o fundo Consp.B.1.6/L.7 proveniente do ambiente 7 e a taça Consp. 8-13-14 exumada no ambiente 34 permitiram a reconstrução de boa parte do próprio perfil (7 fragmentos no primeiro caso e 13 fragmentos no segundo caso).

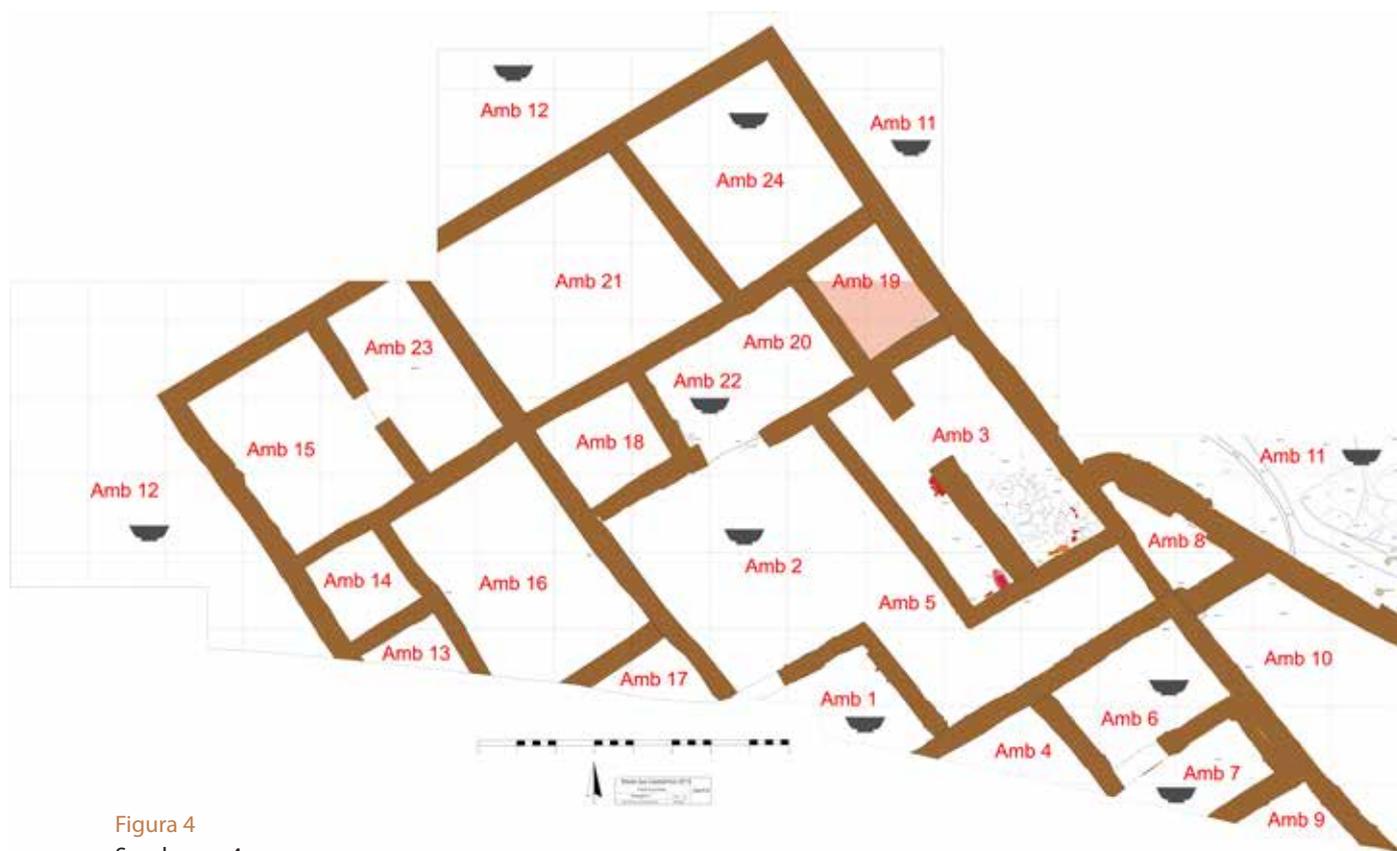


Figura 4  
Sondagem 4:  
Distribuição Imitações  
de TSI

<sup>5</sup> Agradece-se a amável disponibilização desta informação ao Dr. João Pimenta.

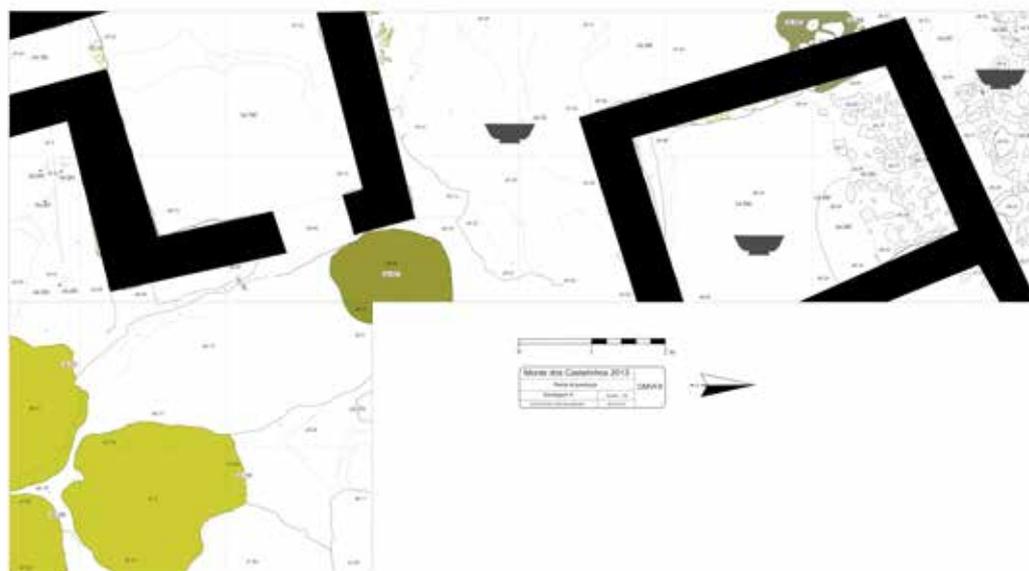


Figura 5  
Sondagem 5:  
Distribuição Imitações  
de TSI

## 7. Paralelos próximos

Querendo evitar a apresentação do fenómeno das imitações em pasta cinzenta de TSI como circunscrito ao Monte dos Castelinhos, referimos, mesmo de forma sucinta, que a presença deles foi atestada em outras estações da fachada atlântica portuguesa.

É o caso dos achados nas escavações da alcáçova de Santarém (Soria 2014). O conjunto é constituído por taças e pratos (taças Consp. 3.2.2, Consp. 8.1.1 e Consp. 14.3.1; pratos Consp. 10.1.1 e Consp. 11.1.3), demonstrando mais variedade a nível formal face ao conjunto de Monte dos Castelinhos. Também em Alcácer do Sal foi detetada a presença destes materiais, mais concretamente no lado ocidental do castelo (Sepulveda *et al.* 2001). Neste caso o conjunto é composto sobretudo por pratos semelhantes ao tipo Consp. 10.1-11. Também em Alto dos Cacos foram identificadas imitações em pasta cinzenta de TSI com morfologia próxima aos exemplares em TSI Consp. 10-11 (Pimenta *et al.* 2012: 46). Em Lisboa, recentes estudos sublinham como a presença de cerâmicas imitantes TSI cozidas quer em ambiente redutor quer oxidante seja relativamente frequente em contextos tardo republicanos e proto-imperiais. Nas escavações do NARC, o conjunto de imitações em pasta cinzenta de TSI encontra-se em contexto de necrópole em associação com TSI (Bugalhão *et al.* 2013: 261). Aqui as formas representadas resumem-se ao prato Consp. 10 e às taças Consp. 7 e 8. Destacamos também a presença num contexto alto-imperial da rua dos Remédios (Silva 2015: 55) dum grupo de taças em pasta cinzenta de carena baixa aparentáveis com os protótipos em verniz negro L. 28 ou em verniz vermelho Consp. 7.

A análise autóptica de alguns destes conjuntos permitiu constatar que estes não apresentam grandes disparidades a nível de fabricos, sendo a maioria das pastas compactas, bem depuradas e de tonalidades entre cinzento e castanho claro, com revestimentos (quando conservados!) constituídos por um engobe às vezes brilhante que mantém tonalidades de cinzento constatadas nas próprias pastas. Contudo, sente-se a necessidade de uma mais sistemática análise paralelamente a uma abordagem arqueométrica que ligue análises químicas e petrográficas junto com uma adequada amostragem geológica de referência para aproximarmos ao possível foco irradiador e compreender a em que dinâmicas comerciais estes materiais estavam envolvidos.

## 8. Considerações finais

Muitas vezes prestar atenção nos aspetos morfológicos dos conjuntos cerâmicos faz com que nos esqueçamos que os artefactos são o resultado de práticas oleiras. No caso do conjunto de taças analisado, é possível constatar como o cuidado no molde dos bordos seja de facto o reflexo duma *forma mentis* do oleiro bem treinada. A utilização de produtos cozidos em modalidade redutora estava bem presente na comunidade instalada em Monte dos Castelinhos, circunstância que teria permitido uma inserção das taças em pasta cinzenta imitante TSI no próprio quotidiano com alguma facilidade. De facto, cabe referir a utilização da já tratada produção em pasta cinzenta de pratos e taças imitantes protótipos em verniz negro itálico (Pimenta *et al.* 2014).

De forma sucinta, reparamos como os pratos Consp. 10-11 e as taças Consp. 8-13-14 são as formas mais imitadas e com maior utilização nos referidos sítios.

O conjunto aqui analisado não se deve entender como um “substituto” de outras taças porque a nível quantitativo as suas baixas percentagens, quando comparadas com outras classes cerâmicas, não justifiquem esta consideração. Antes, é necessário considerar este conjunto em relação com as outras cerâmicas de modo a avaliar a sua importância e reconstituir o “serviço de mesa” utilizado nas práticas comensais da comunidade em apreço.

Como previamente destacado em outros estudos (Pimenta *et al.* 2014; Pimenta-Mendes 2015a), o excepcional estado de conservação dos níveis arqueológicos de Monte dos Castelinhos permitem o estabelecimento de sequências cronológicas particularmente informativas. Isto tem um notável interesse na hora de determinar a cronologia de artefactos, como é o caso das taças imitantes TSI, que não possuem uma valoração intrínseca.

Os materiais aqui analisados são, junto com a *terra sigillata*, mais um testemunho da continuidade de ocupação do Monte dos Castelinhos em período imperial.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUGALHÃO, J.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. DE; DUARTE, C. (2013) – Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (Lisboa). *In Revista Portuguesa de Arqueologia*. N.º 16, p. 243-275.
- CONSPECTUS = ETTLINGER, E. et al (2002): *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*, Dr. Rudolf Habelt GmbH, Bonn (Materialen zur romischgermanischen Keramik, Heft 10).
- FERNANDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A.; ZARZALEJOS PRIETO, M. (2014) – Imitaciones de terra sigillata en Hispania durante el Alto Imperio (época augustea y julioclaudia). *In* Morais, R.; Fernández, A.; Sousa, M. J. (eds.). *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispania*. Monografias Ex Officina Hispana II. Porto. Tomo I, p. 43-74.
- LAMBOGLIA, N. (1952) – Per una Classificazione preliminare della Ceramica Campana. *In Atti del Iº Congresso Internazionale di Studi Liguri* (Monaco-Bordighera-Genova, 1950), p. 139-206.
- MOREL, J. P. (1981a) – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.
- PEDRONI, L. (2001) – *Ceramica calena a vernice nera, produzione e diffusione*. Petruzzi Editore.
- PIMENTA, J. (coord.) (2015) – Catálogo da Exposição: *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira - em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2015a) – Trabalhos realizados 2008-2014. *In* Catálogo da Exposição: *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira - em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 23-106.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2015b) – Considerações em torno do faseamento da ocupação. *In* Catálogo da Exposição: *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira - em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p.107-112.
- PIMENTA, J.; SORIA, V.; MENDES, H. (2014) – Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. *In Revista CIRA Arqueologia* 3, p. 86- 121.

- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – *O acampamento romano de Alto dos Cacos- Almeirim*. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- ROCA ROUMENS, M.; PRINCIPAL I PONCE, J. (coord.) (2007) – *Les imitations de vaisselle fine importada a la "Hispania Citerior" (segles I a.C.-I d.C.)*. Tarragona: ICAC.
- SEPULVEDA, E.; MELIM, E.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2001) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alc'cer do Sal, 2: "cerâmicas de verniz negro" e cinzentas. In *O Arqueólogo Português*. Série IV. 19, p. 199-234.
- SILVA, R., B. (2015) – O contexto alto-imperial da rua dos remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): vidros, cerâmicas e análise contextual. In *Monografias Associação dos Arqueólogos Portugueses*. N.º 1, p. 41-67.
- SORÍA, V. (2014) – A cerâmica de mesa de pasta cinzenta que imita protótipos itálicos tardo republicanos/ protoimperiais, proveniente da Alcáçova de Santarém. In *Morais, R.; Fernández, A.; Sousa, M. J. (eds.), As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Monografias Ex Officina Hispana II. Porto. Tomo II, p 75- 84.

## Os pesos de tear identificados nos contextos romano republicanos do Monte dos Castelinhos

MARTA SANTOS

### RESUMO

Uma escavação arqueológica permite obter vários elementos, que ajudam a comprovar os acontecimentos do passado e a compreender o funcionamento de uma sociedade. Alguns elementos têm mais valor e peso que outros (estruturas defensivas, artefactos de guerra ou de carácter económico), contudo por vezes os artefactos menos valiosos levantam questões importantes para a reconstituição do passado.

Ao se ter descoberto vários elementos associados à produção têxtil durante as várias campanhas de escavação do Monte dos Castelinhos, principalmente um grande conjunto de pesos de tear com variedade tipológica, decidi desenvolver um estudo sobre estes materiais de forma a perceber a sua funcionalidade neste local e de que forma contribuem para o estudo deste sítio, para além da contribuição que este artigo poderá vir a ter para o desenvolvimento desta temática de trabalho noutros contextos arqueológicos.

### SUMMARY

An archaeological dig yields several elements which help to prove the events of the past and understand the functioning of a society. Some elements have more value and weight than others (defensive structures, war artifacts or economic nature), but sometimes the less valuable artefacts raise important issues for the reconstitution of the past.

During the various digging campaigns of Monte dos Castelinhos, we have discovered various elements associated with the production of textiles, especially a large set of loom weights. We decided to develop a study of these materials in order to realize its functionality at this location and that way contribute to the study of this site.

## Introdução

Desde os primórdios, a história da Humanidade está marcada por vários acontecimentos bélicos que determinaram o seu percurso. Os confrontos travados na antiguidade visavam alcançar as riquezas de um povo, nomeadamente: os terrenos agrícolas; as mulheres e o tesouro. O valor desse tesouro dependia não só das colheitas mas da produção de várias manufacturas, do artesanato produzido na cidade e do comércio. Apesar dos episódios bélicos determinarem o rumo de uma sociedade é a mão-de-obra ou os pequenos ofícios que a caracterizam e a fazem evoluir.

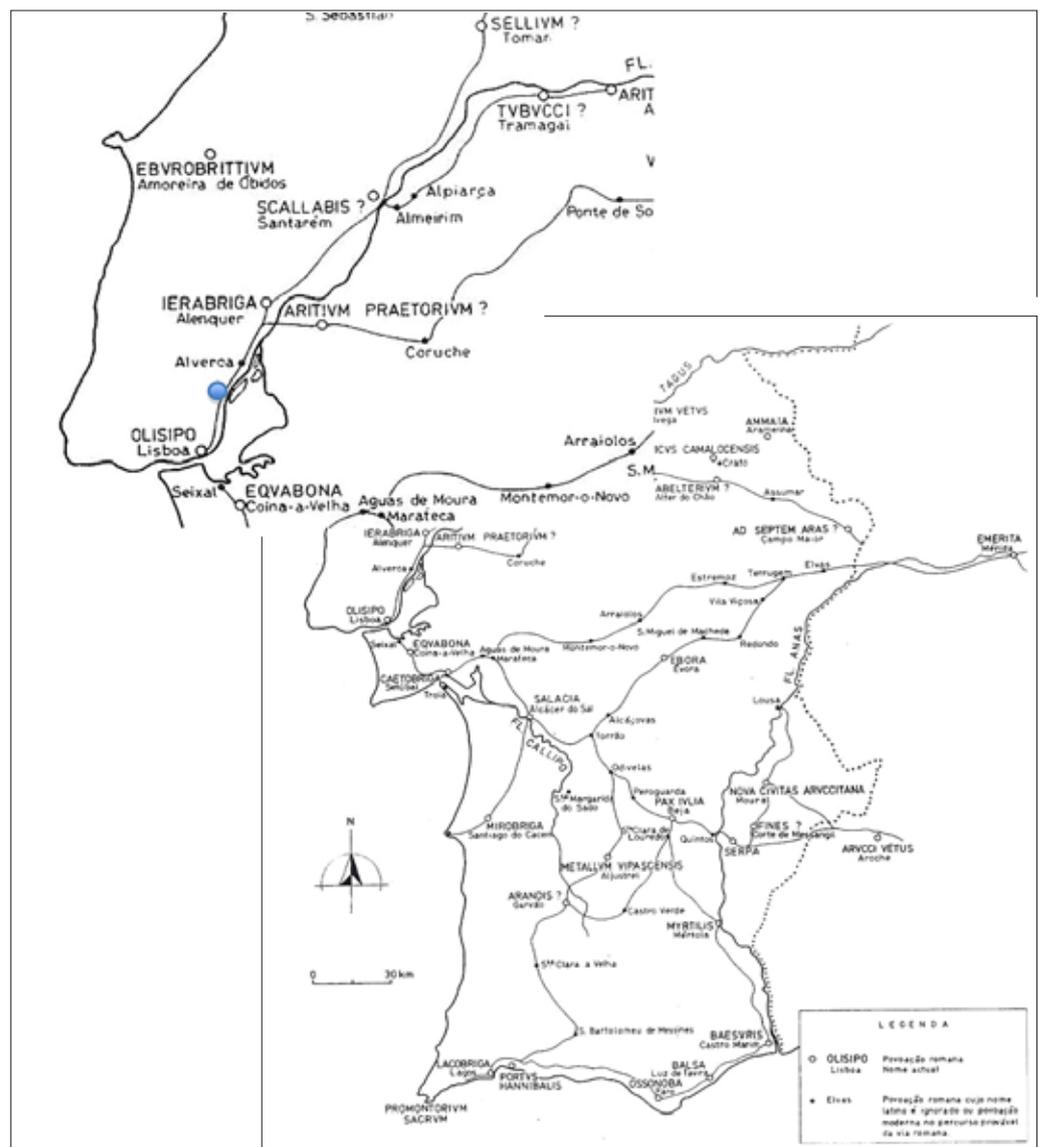
Essa evolução começou antes do aparecimento de confrontos armados com a utilização dos recursos naturais para desenvolver mecanismos de defesa e de trabalho, com a descoberta de novas formas de produção para contornar as adversidades criadas pelo clima, mais tarde com a construção de habitats e a produção agrícola. Estes marcos na evolução humana permitiram ao homem construir uma identidade cultural, estabelecer laços com outros humanos e permitir a construção do conceito de sociedade.

Com a antiguidade clássica surge-nos uma sociedade hierarquizada onde o cidadão militar, possuidor de riqueza, controlava o poder da cidade e o cidadão que dedicava o seu tempo em prol de um ofício manual e industrial era relegado para cidadão de segunda. Contudo foram estes cidadãos que tiveram um papel fundamental para o progresso social, para o crescimento económico e para o fortalecimento dos contactos inter-cidades ou inter-povos.

Actualmente o estudo desta temática apresenta algumas limitações, porque no âmbito da História, as fontes literárias com informação sobre artesanato ou produção de manufacturas são escassas e as ilustrações são insuficientes se pretendermos um conhecimento mais aprofundado. Cabe à arqueologia fornecer provas da existência dessas actividades através dos artefactos recolhidos em contextos arqueológicos e proceder ao seu devido estudo.

O objectivo deste artigo é analisar o conjunto de pesos de tear identificados nos contextos romano-republicanos do Monte dos Castelinhos, descobertos ao longo das várias campanhas realizadas, de forma a obter-se respostas para algumas das questões que esses materiais colocam para o estudo deste sítio. Qual era a funcionalidade desses materiais? De que forma eles contribuíram para contextualizar o local onde foram descobertos? Que contributo dão para

**Figura 1**  
Mapa do território português no período Romano, com as vias terrestres e com uma ampliação que permite ver a via que une *Olisipo a Scallabis* e que passa em Vila Franca de Xira que está assinalada a azul no mapa (Alarcão, 1974, p.67).



a definição da tipologia arquitectónica presente nos sectores onde foram descobertos? O seu estudo poderá fornecer novos dados sobre a produção têxtil, durante o período romano.

Antes de analisar os materiais começa-se pelo contexto do sítio arqueológico, com a descrição da malha de ocupação romana no concelho de Vila Franca de Xira. Percebida essa malha procede-se à contextualização geográfica e histórica do Monte dos Castelinhos.

## 1. Contextualização do sítio arqueológico

O actual concelho de Vila Franca de Xira apresenta uma longa diacronia de ocupação humana, comprovada pela presença de vestígios arqueológicos em vários pontos do concelho. A sua localização na planície hidrográfica do Tejo é um dos motivos que permite explicar uma vasta ocupação temporal. O Tejo apresentava nas suas margens terrenos propícios à produção agrícola, mas era sobretudo uma das principais vias de navegação para o extremo ocidente peninsular, desenvolvendo-se nas suas margens uma vasta rede comercial.

Ao longo dos últimos anos de investigações e trabalhos arqueológicos no Concelho de Vila Franca de Xira, tem-se colocado a descoberto dados sobre a presença romana neste território situado entre a cidade portuária da foz do Tejo e a colónia e capital Conventual *Scallabis*. Esta área de ocupação terá tido um papel importante na época romana cujas características geográficas do concelho, permitiam a implementação de sistemas defensivos e de propriedades agrícolas, para além de que estabelecia a ligação entre o Tejo e o mundo rural do *hinterland*, através de vias secundárias, como a que existia no vale do Calhandriz (Camacho *et al*, 1996, p. 181).

Um dos sítios mais importantes, não só para o conhecimento da presença romana neste concelho mas também para o processo de romanização no vale do Tejo, é o Monte dos Castelinhos de onde provêm os materiais de estudo para este artigo. Antes de analisar o conjunto de materiais é importante fazer uma contextualização geográfica e histórica deste povoado.

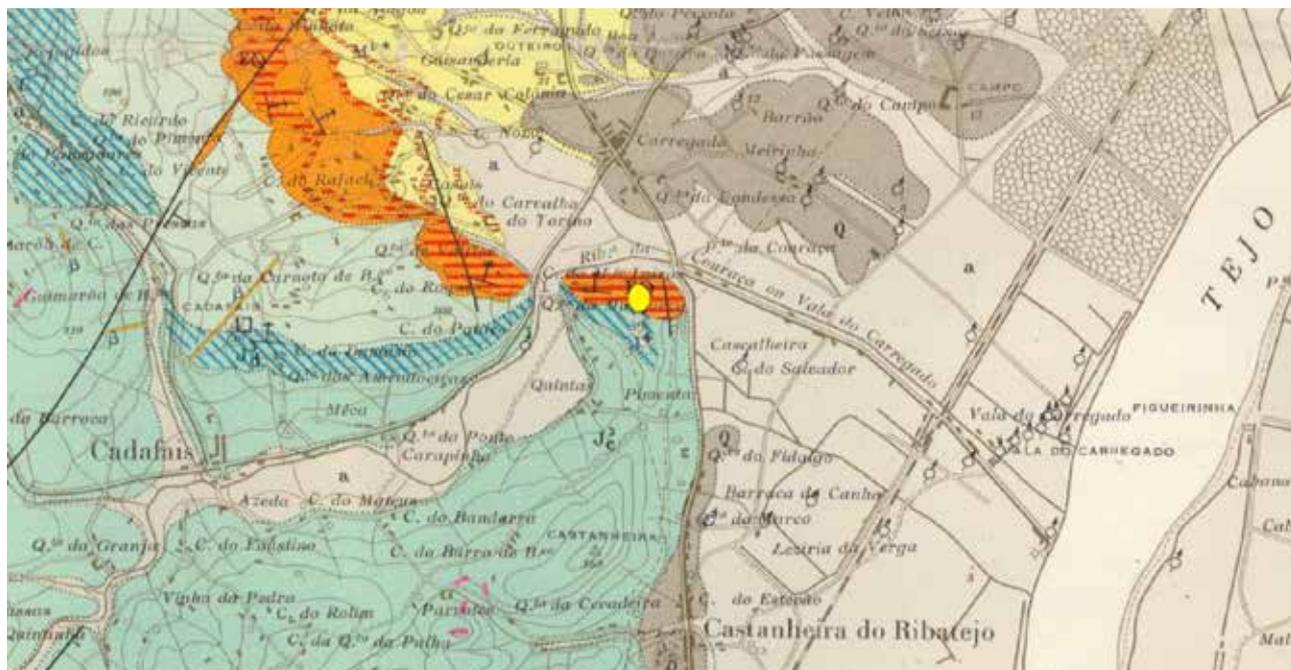
### 1.1. Contextualização geográfica e histórica

Em termos geográficos o Monte dos Castelinhos situa-se na freguesia de Castanheira do Ribatejo, no concelho de Vila Franca de Xira.

Esta estação arqueológica ocupa uma extensão superior a 10 hectares num elevado morro calcário e apresenta uma encosta com uma elevada inclinação. As características



Figura 2  
Extrato da Carta  
Militar 1: 25.000 com a  
localização do Monte  
dos Castelinhos a  
amarelo.



**Figura 3**  
Extrato da Carta Geológica de Portugal 1:50.000 da folha 30-D-Alenquer, com a localização do Monte dos Castelinhos a amarelo.

da sua implementação permitiam o controlo das duas margens da antiga foz do rio Grande da Pipa, para além da visibilidade que ainda hoje tem sobre o rio Tejo que se encontra a cerca de dois quilómetros e meio de distância (Pimenta e Mendes, 2014, p.126).

Apesar das características portuárias pressupõe-se ter havido nesta altura um aproveitamento dos terrenos para a produção agrícola, não só devido à existência dessa produção no século passado, mas porque o concelho de Vila Franca de Xira durante a ocupação romana teria tido várzeas férteis, o que conduziu ao implemento de algumas *villae* (Pimenta e Mendes, 2012, p.62).

No que diz respeito à história do sítio as fontes literárias são escassas chegando-se a associar o sítio à *Ierabriga* das fontes clássicas. Contudo os dados fornecidos pelas intervenções arqueológicas realizadas nos últimos oito anos – desde as primeiras prospecções à última campanha – carecem de informação para que se possa confirmar essa associação.

Com base nos resultados arqueológico sabemos que o sítio apresenta uma ocupação pré-histórica durante o Calcolítico, à qual se segue uma primeira implementação romana no período republicano, identificada em dois compartimentos rectangulares mas cuja cronologia é uma incógnita, tendo vindo a ser substituída pela matriz ortogonal que surge na segunda metade do século I a.C. e que revela dados mais precisos sobre a presença romana neste morro (Pimenta e Mendes, 2012a, p.59).

A ocupação do morro no final do período republicano, mais especificamente na segunda metade do século I a.C., apresenta uma malha defensiva composta por duas linhas de muralhas (Pimenta e Mendes, 2012, p.55). Em termos urbanísticos o sítio apresenta uma construção de raiz de perfil ortogonal, conhecendo-se até à data três edifícios: o primeiro desenrola-se em torno de um pátio central denotando uma inspiração Itálica; o segundo, de grandes dimensões, apresenta uma planta rectangular e ainda não apresenta uma arquitectura legível (Pimenta e Mendes, 2014, p.139).

A presença de uma estrutura defensiva, tal como um grande conjunto de elementos metálicos, levantam a hipótese do sítio ter uma tipologia de cariz militar em que as escavações demons-

traram uma curta duração para esta estrutura urbanística, tendo sido abandonada de forma brusca o que poderá ter como explicação um confronto bélico. Por outro lado as escavações também demonstraram ter havido uma continuidade de ocupação nalguns sectores do Monte, durante o século I d.C. até ao início do período flaviano (Pimenta e Mendes, 2012, p.58).

Se descermos até ao sopé do Monte encontramos materiais de época tardia que atribuem uma ocupação entre o século I e VI d.C. a uma possível *Villa* na várzea do Monte dos Lóios e talvez a uma necrópole na zona da Quinta da Marquesa (Pimenta e Mendes, 2012, p.60).

Os dados sobre o que sucedeu após a presença romana no monte são escassos, apesar de Rui Parreira ter defendido que o local teria tido um papel importante durante a Idade Média.

## 2. Os pesos de tear do Monte dos Castelinhos

A presença de pesos de tear em contextos arqueológicos do território português, remonta à pré-história, ao momento em que o Homem começou a aproveitar as fibras vegetais e animais para produzir tecidos para diferentes objectivos.

É sobretudo com o Calcolítico que surgem conjuntos de pesos de tear espelhados um pouco por todo o país. Apesar de terem a mesma função que os pesos de tear romanos, como elemento incorporante de teares verticais, apresentam contudo características diferentes, em que a forma dominante é rectangular e em vez de um ou dois furos têm quatro em cada um dos cantos (Coixão e Naldinho, 2011, p.86).

Apesar da influência dos pesos de tear pré-históricos, assistimos a uma lacuna no tempo e no espaço entre este período e o período romano republicano, que poderá ser explicada pelas alterações tecnológicas nos teares – o tear horizontal não necessita de pesos – e à adaptação desses novos modelos no território português. Entre o século II a.C. e meados do século I a.C. o cenário inverte-se, surgindo pesos de tear em vários contextos arqueológicos do território português e encontrando-se atestado na estação arqueológica do Monte dos Castelinhos.

Essa distribuição espacial ao longo de várias estações arqueológicas, pode ser explicada pela escala que a tecnologia têxtil alcançou no sector comercial e o desaparecimento destes materiais poderá estar relacionado com a alteração para um modelo de tear vertical de duas vigas, que não necessitava de pesos para colocar em tensão os fios.

Aspectos como a suposta industrialização da tecnologia têxtil no período romano, ou os modelos de tear utilizados neste período, irão ser abordados no último tópico deste artigo sendo agora analisado o conjunto de pesos de tear recolhidos no Monte dos Castelinhos.

### 2.1. Análise do conjunto de materiais

O peso de tear tem como objectivo criar tensão nos fios da urdidura, sendo o elemento dos teares verticais de pesos que persiste no tempo, comprovando a existência desse tear num território. Contudo apesar de ser um elemento presente em vários contextos romanos do território peninsular – como irá ser demonstrado no fim deste capítulo – só há poucas décadas é que os arqueólogos começaram a demonstrar interesse no estudo destes materiais.

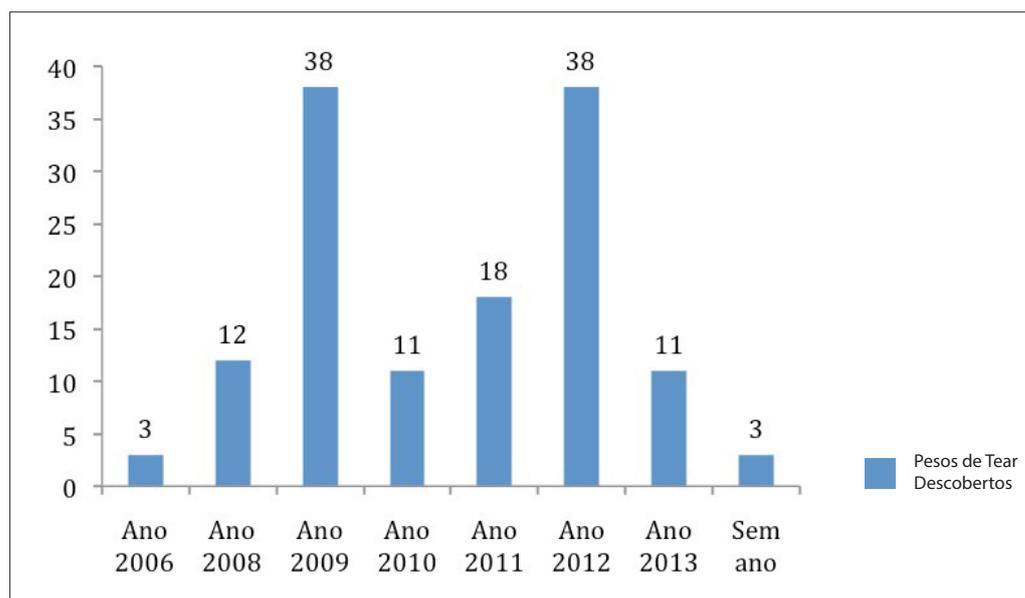
Os critérios de análise que têm sido utilizados para o estudo dos pesos de tear, consistem: na sua forma; no seu peso; no tipo de fabrico; na cronologia e nas marcas ou grafites que alguns pesos de tear podem apresentar. A base de dados, para os pesos de tear do Monte dos Castelinhos teve como base esses critérios e juntamente com os da contextualização cronológica e espacial, vai ser analisada nos próximos tópicos desta parte do trabalho.

### 3. Contextualização e distribuição espacial

Em termos cronológicos estes pesos enquadram-se no período romano-republicano em meados do século I a.C., apresentando por isso algumas características diferentes dos conjuntos encontrados noutros contextos arqueológicos mais tardios.

Durante as campanhas de trabalho – incluindo as prospecções – realizadas no Monte dos Castelinhos foi recuperado um vasto conjunto de pesos de tear.

**Gráfico 1** Total de pesos descobertos em cada ano de trabalhos arqueológicos realizados no Monte dos Castelinhos.

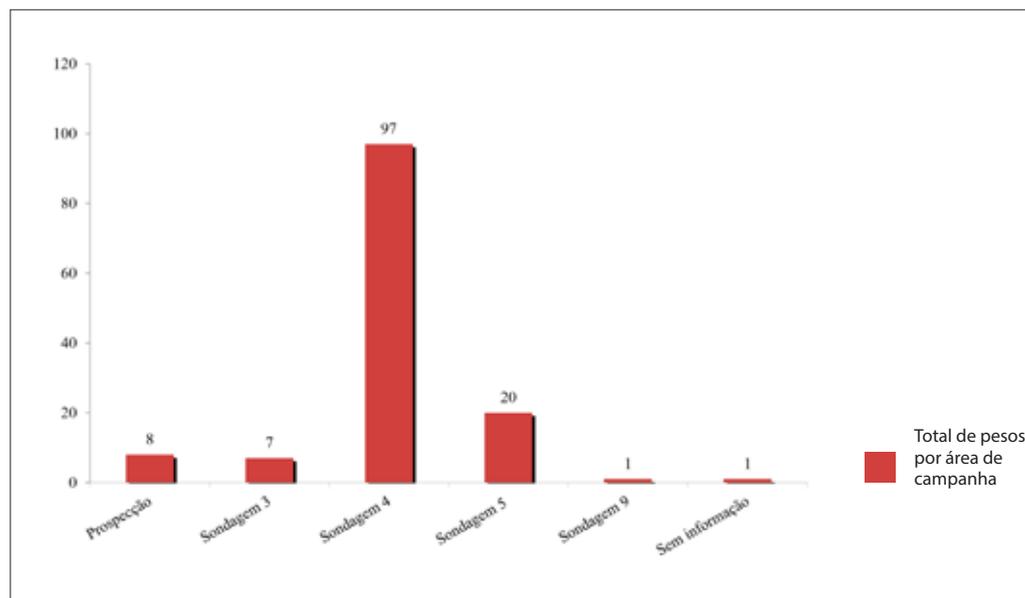


De acordo com o gráfico 1 pode observar-se que o maior número de pesos recolhidos, resulta das campanhas de 2009 e 2012, tendo 2006 apresentado o número mais baixo. Do conjunto do total dos pesos de tear, três peças não apresentam o ano de campanha.

A discrepância do número de achados nas campanhas de 2009 e 2012, face aos outros anos de trabalhos, pode ser explicada pelas áreas que foram intervencionadas, tendo sido realizada uma análise da distribuição dos achados nas várias sondagens do Monte dos Castelinhos. Do total das sondagens onde apareceram pesos de tear – a sondagem 6 não apresenta este tipo de materiais – a sondagem 4 é a que apresenta um maior número de materiais descobertos. Se tivermos em conta que no ano de 2009, terminados os trabalhos nas sondagens 2 e 3, os arqueólogos se focaram no alargamento da sondagem 4 e que em 2012, para além de ter sido intervencionada a sondagem 5 – a qual revelou vários pesos de tear – também foram realizados trabalhos na sondagem 4, poder-se-á assim explicar o elevado número de materiais descobertos nestas duas campanhas.

O gráfico 2 ilustra essa discrepância de achados na sondagem 4 (imagem 2 em anexo) face às restantes sondagens, o que pode em parte ser explicada pela tipologia das estruturas arquitectónicas que aí se encontram. No seu estado actual, esta sondagem apresenta a estrutura de dois possíveis edifícios, dos quais têm sido identificados vários artefactos arqueológicos (Pimenta e Mendes, 2012a, p.62). No que diz respeito aos pesos de tear, a imagem que se segue demonstra a dispersão deste tipo de peça, pela sondagem 4.

**Gráfico 2** Pesos de tear descobertos nas áreas de campanha intervencionadas desde a prospecção à última campanha.



Como se pode observar na distribuição espacial, se tivermos em conta em que os ambientes 13, 15, 17, 23, 25, 26, 27 ainda se encontram por escavar, surgem apenas em dois ambientes – o ambiente 19 e o ambiente 20 – onde não se apresenta documentada a recolha de pesos de tear. Nos ambientes onde foram recolhidos pesos de tear, o ambiente três apresenta o maior número com um total de vinte peças, ao qual se segue o ambiente 12 com catorze, o ambiente 6 com doze e por último o ambiente 9 com oito. Os restantes ambientes apresentam entre um a quatro pesos de tear.

Importa ainda mencionar que do total dos 97 pesos de tear encontrados nesta sondagem, sete encontram-se identificados como pertencendo ao sector três, cinco não apresentam ambiente e um deles foi encontrado num dos muros das estruturas da sondagem 4. Este último elemento apresenta uma possibilidade diferente ao objectivo atribuído a estes materiais, que podiam ter sido utilizados como material de construção das estruturas, em vez de serem utilizados na tecelagem. Contudo poderá ter acontecido que após ter sido realizada a sua função na produção têxtil, o peso de tear tenha sido utilizado como material de construção, numa tentativa de responder a uma carência de tempo e a uma escassez de materiais de construção.

Esta dispersão dos achados coloca ainda questões em relação às actividades que teriam sido realizadas no interior das estruturas desta sondagem.

Na sondagem 5, apesar do número de pesos de tear ser menor do que na sondagem 4, a distribuição dos achados, demonstra uma presença em todos os ambientes desta sondagem, tal como podemos observar na planta 3.

Nesta sondagem, dos 20 pesos de tear que foram descobertos apenas 2 deles não apresentam ambiente, sendo que o ambiente 33 é o que apresenta mais peças com um total de 8 pesos de tear.

Apresentada a cronologia e a contextualização dos achados ocorridos nas várias áreas das campanhas realizadas no Monte dos Castelinhos e antes de passar à análise da tipologia das formas dos pesos de tear, é necessário observar dentro do conjunto da colecção, quantos deles se encontram completos.

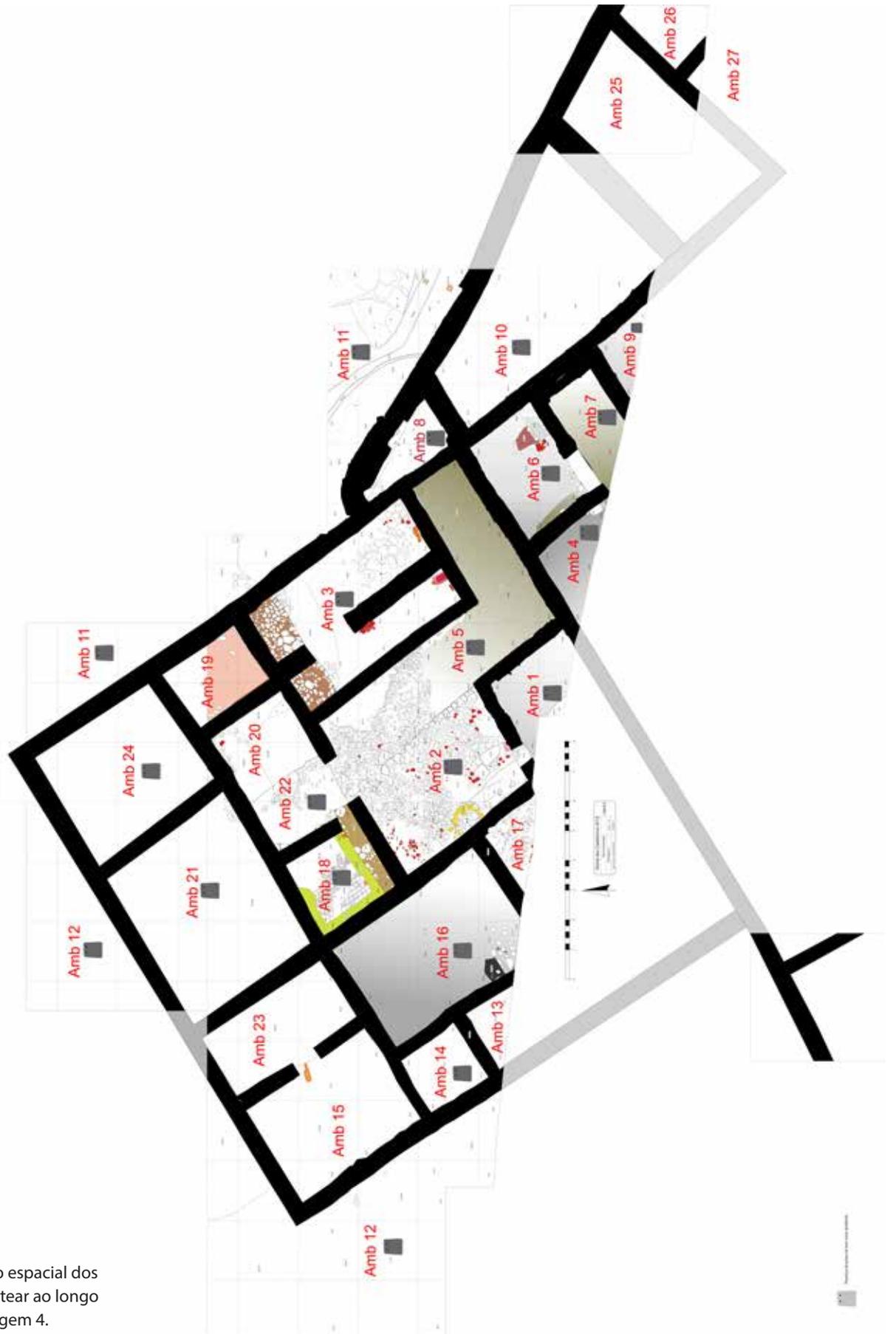
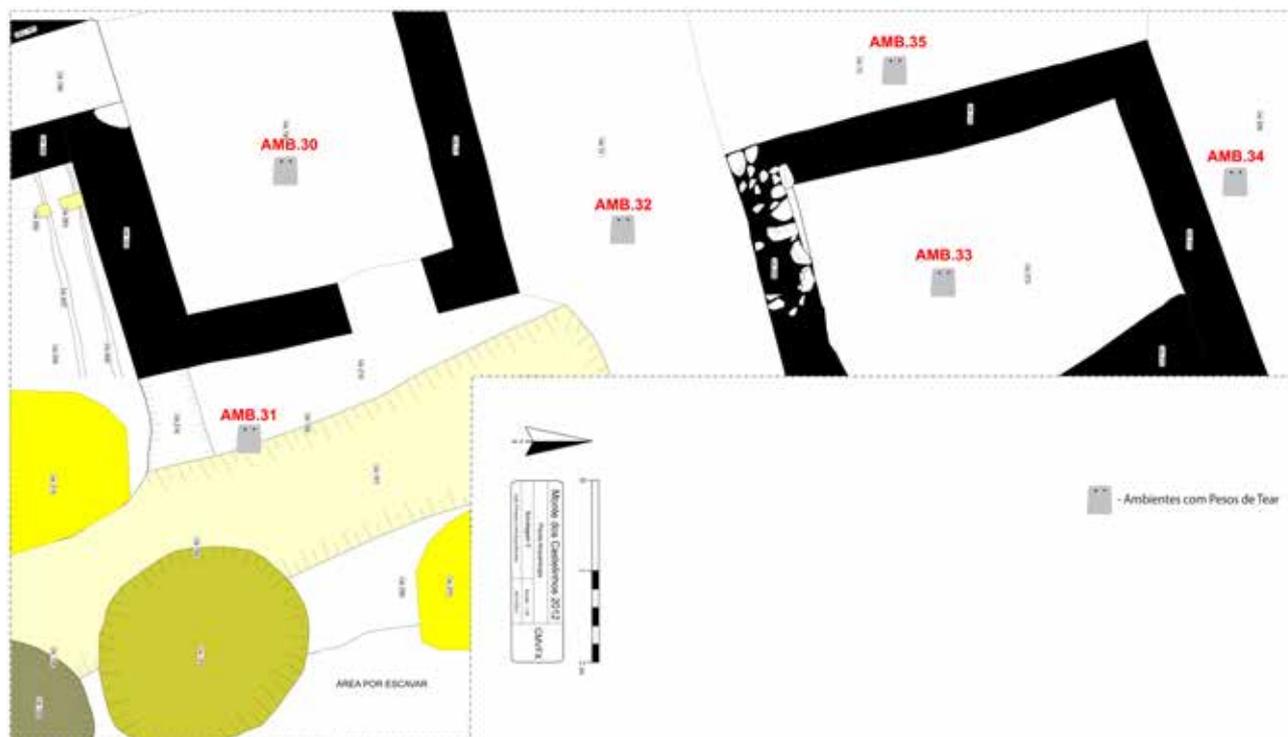


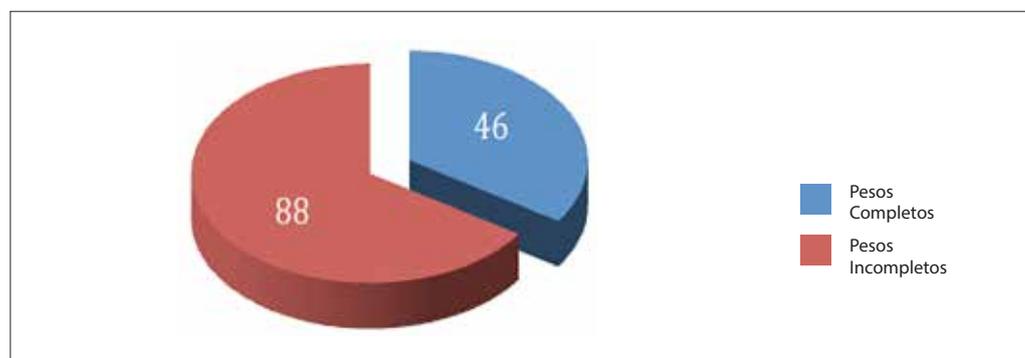
Figura 4  
Dispersão espacial dos pesos de tear ao longo da sondagem 4.



**Figura 5**  
Dispersão espacial dos pesos de tear ao longo da sondagem 5.

O gráfico 3 demonstra que o conjunto de pesos de tear perfaz um total de 134 pesos dos quais apenas 46 se encontram completos, sendo os restantes pesos incompletos ou pequenos fragmentos. No entanto, apesar de ao longo do trabalho se ter tido em conta, para a maioria dos critérios de análise, o conjunto de pesos de tear completos, em alguns aspectos os pesos incompletos e até mesmo os fragmentos forneceram informações importantes para o estudo geral, sobretudo para a análise das marcas.

**Gráfico 3** Número de pesos de tear completos e de pesos de tear incompletos, do conjunto total recolhido no Monte dos Castelinhos.

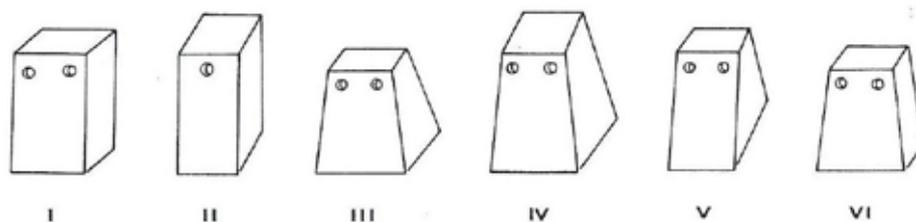


#### 4. Tipologias das formas

No que diz respeito à forma, Fatás Cabeza definiu uma tipologia que serviu de base para a publicação do conjunto de pesos de tear identificados nas *fouilles* de Conímbriga, apesar de terem sido aqui realizadas algumas alterações a essa definição. Em Conímbriga os pesos foram divididos em seis grupos, de acordo com a sua forma e secção, tal como se pode verificar na figura que se segue.

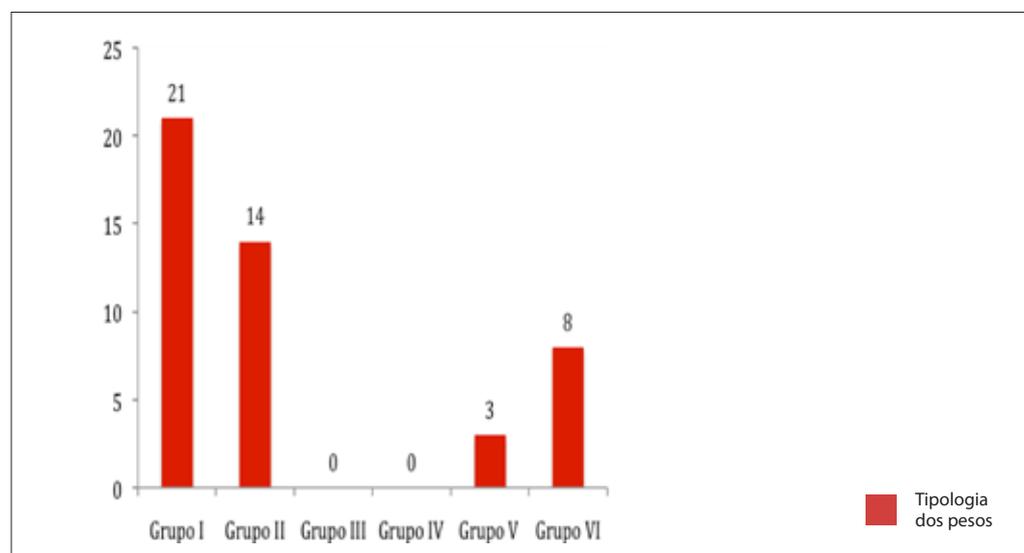
Figura 6

Grupos estabelecidos com base nas formas dos pesos de tear de Conímbriga. Imagem retirada da *Fouille de Conímbriga* (1979, p.62).



Para o Monte dos Castelinhos, apesar de ter sido criada uma nomenclatura própria para a tipologia das formas, foi tido em conta o critério usado em Conímbriga, tendo-se criado uma coluna na base de dados, onde é atribuído o grupo correspondente à tipologia de Conímbriga aos pesos que se encontram completos.

Gráfico 4 Os pesos de tear do Monte dos Castelinhos de acordo com a tipologia de Conímbriga.



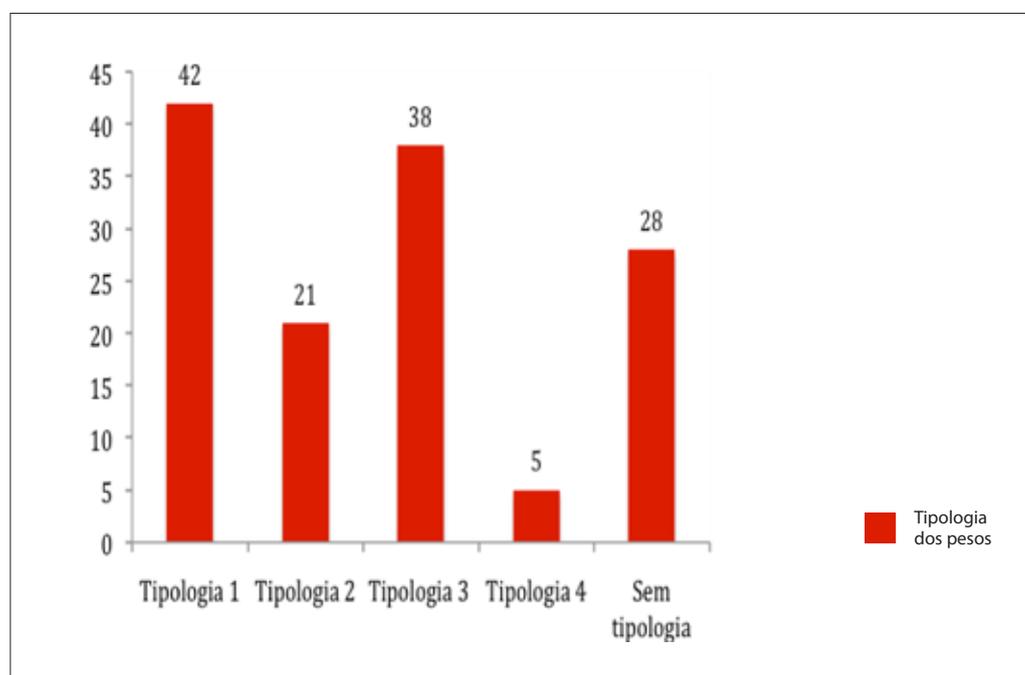
Como se pode observar no gráfico, os pesos do Monte dos Castelinhos enquadram-se em quatro grupos – I, II, V e VI – apresentando contudo diferenças nalguns dos critérios – no que diz respeito às formas das vistas e à localização dos furos – estipulados para esses grupos. Por exemplo alguns dos pesos que se enquadram no grupo 2 – o 1730, o 425 e o 1711 – apresentam uma face inferior mais estreita que a face superior, ou no caso do grupo 5 em que os pesos – como é o caso do 1492, do 599 e do 663 – do Monte dos Castelinhos apresentam apenas um furo e ainda no grupo 1, onde alguns pesos apresentam um dos lados da vista com uma inclinação acentuada face ao outro que se encontra direito, dando a impressão de que a peça se encontra torta.

Tendo em conta o tipo de pesos de tear do Monte dos Castelinhos, o critério usado em Conímbriga apresenta algumas carências, sobretudo quando se quer atribuir um grupo aos pesos que se encontram parcialmente fragmentados não se percebendo a totalidade da forma da peça. Por este motivo, optei por criar uma tipologia que responde a esse problema e que tem como base de critério não só a forma do peso, mas também o número de furos e a sua localização.

Foram assim criadas 4 tipologias, em que a primeira apresenta dois furos e as vistas onde eles se encontram representados são mais largas que a sua espessura, semelhante ao

grupo I de Conímbriga (da estampa I à III). A segunda tipologia é semelhante à primeira mas tem apenas um furo central na zona superior da vista frontal e apresenta uma grande variação de dimensões (da estampa IV à VIII). A tipologia 3 apresenta apenas um furo, em que essa vista é menos larga que as laterais do peso, sendo esta tipologia semelhante ao grupo 2 de Conímbriga. Contudo os pesos da tipologia 3 nem sempre apresentam a forma deste grupo, assemelhando-se por vezes ao grupo V mas surgindo sempre com apenas um furo (da estampa IX à XVII). A última tipologia é a que tem menos vestígios materiais, englobando os pesos com um furo, mas que apresentam grandes dimensões e onde as várias vistas da peça tem larguras ou espessura semelhantes (da estampa XVIII à XX).

**Gráfico 5** Enquadramento dos pesos de tear do Monte dos Castelinhos nas quatro tipologias criadas. Para mais informação consultar a tabela nos anexos.

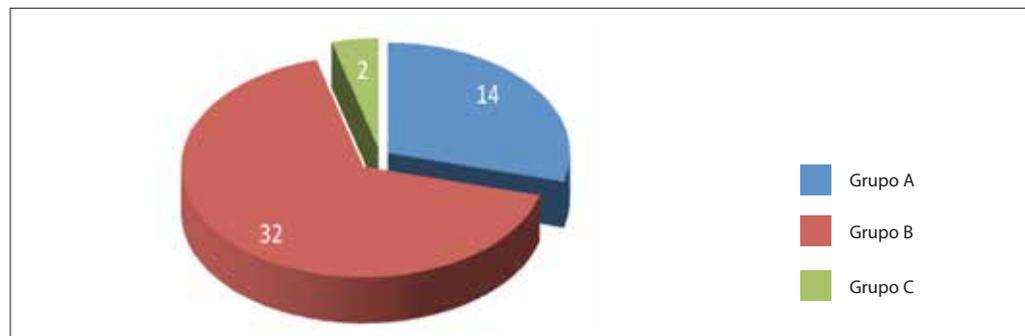


Tendo em conta o gráfico 5, é possível constatar que a tipologia 1 é a que apresenta mais pesos de tear, seguindo-se a tipologia 3 com menos 4 face à primeira. O número de pesos sem tipologia está associado aos fragmentos que carecem de informação quanto à forma e aos furos. Tal como já foi dito, os pesos da tipologia 4 – que só têm um furo e apresentam grandes dimensões – até ao momento são pouco expressivos.

O outro elemento para a análise das formas é o da dimensão ou da altura dos pesos estabelecido de acordo com o estudo do conjunto de pesos de tear de Alcácer do Sal, que se dividem em três grupos: o grupo A com menos de 85 mm; o grupo B entre os 85 mm e os 130 mm e o grupo C com mais de 130 mm (Sepúlveda *et al*, 2007, p.273). Esta categoria foi utilizada neste trabalho mas só é aplicável para os pesos que se encontram completos.

Para o conjunto dos pesos de tear completos – composto por 48 peças – e ainda para os pesos de tear em que é possível saber-se a sua dimensão, apesar de se encontrarem incompletos, pode-se constatar que o grupo B domina com um total de 32 peças face aos restantes, sendo o grupo C o que apresenta menor expressão.

**Gráfico 6** Os pesos de tear do Monte dos Castelinhos divididos pelos três grupos que se referem às dimensões dos pesos de tear e cujos critérios de análise foram estabelecidos em Conimbriga e em Alcácer do Sal.



O último campo de análise no estudo das formas é o do peso das peças, que interessa abordar antes de se passar para o fabrico das pastas. Como critério de análise só é possível utilizar pesos que se encontrem completos. Pode-se assim estabelecer como mínimo as 200 gramas – o peso de tear número 580 – e como máximo as 1200 gramas – o peso de tear número 2357 – o que faz com que o valor médio para um peso de tear do Monte dos Castelinhos seja as 700 gramas.

Tendo por base estes valores de pesagem, para os pesos completos podemos retirar algumas elucidacões: a tipologia 1 apresenta mais pesos com um valor inferior à média (um total de 11 pesos de tear); na tipologia 2 não surgiram pesos com um valor superior às 500 gramas; a tipologia 3 apresenta uma maior variaão do valor de pesagem que pode ir das 300 às 850 gramas, em que o valor mais constante é o das 400 gramas e por último a tipologia 4 apesar de só apresentar um peso de tear completo, o que pesa 1200 gramas, os que se encontram fragmentados apresentam valores entre as 850 gramas e as 1000 gramas.

Estes valores, em relação à pesagem dos pesos de tear, têm de ser cruzados com o grupo das dimensões e das pastas de fabrico, que será a seguir abordado, porque surgiram pesos de tear que apesar de terem grandes dimensões, apresentavam-se como sendo leves devido às pastas com que foram fabricados.

A variaão das formas e do peso destas peças pode ser explicada pela função para a qual se destinavam. O objectivo dessas peças era criar tensão nos fios da urdidura colocada no tear vertical de pesos, em que o seu peso variava conforme o trabalho têxtil que se pretendia alcançar. Contudo os pesos de tear com maiores dimensões e peso, como os que se enquadram na tipologia 4 do Monte dos Castelinhos, poderiam estar destinados para outras funções.

## 5. Grupos de fabrico

Em relação ao fabrico dos pesos, após uma análise microscópica da pasta de todos os pesos de tear, foram criados três grupos:

### 1. Fabrico de produção regional/local:

- Apresenta uma pasta de matriz arenosa e pouco depurada, abundante em elementos não plásticos como: quartzos rolados de grandes e média dimensão; elementos ferruginosos; elementos de cerâmica moída; micas douradas e vácuos.
- A cor desta pasta varia entre o tom vermelho claro (Munsell 5YR 6/8), o tom castanho avermelhado (Munsell 10YR 6/4) e o cinzento (Munsell Gley 2 5/5PB).
- A superfície alisada do tom da pasta pode apresentar-se concrecionada.

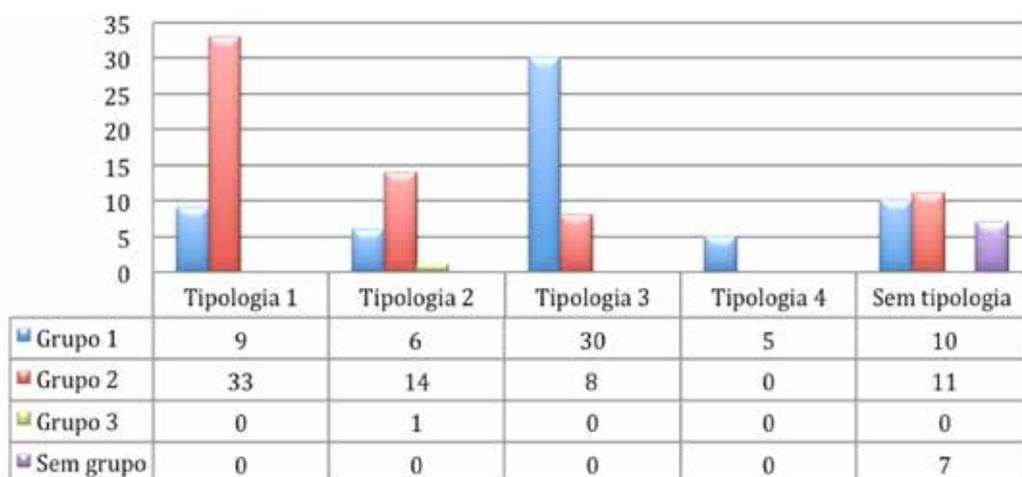
### 2. Fabrico de produção regional/local:

- É uma pasta compacta e depurada que apresenta os mesmos elementos não plásticos do grupo 1, encontrando-se aqui melhor distribuídos e com menores dimensões.
- A cor da pasta varia entre o tom vermelho claro (Munsell 7,5YR 8/4) e o castanho avermelhado (Munsell 7,5YR 7/3).
- A superfície evidencia uma aguada de tom bege (Munsell 10YR 8/2).

### 3. Fabrico de produção meridional:

- Demonstra uma pasta compacta, de matriz arenosa e com escassos elementos não plásticos como: quartzos rolados; elementos de cerâmica moída e elementos de xisto.
- A cor da pasta é de um tom castanho amarelado (Munsell 2,5Y 8/3).
- A superfície alisada encontra-se concrecionada.
- É uma importação da área da gaditana, estando este grupo atestado apenas por um exemplar: o n.º 2351.

**Gráfico 7** Os grupos de materiais que se inserem nas tipologias das formas dos pesos de tear do Monte dos Castelinhos.



Ao observar o gráfico referente ao grupo dos materiais inseridos nas tipologias das formas dos pesos de tear do Monte dos Castelinhos, comprova-se que o grupo 2 apresenta um maior número de materiais – um total de 66 peças – e que metade desses materiais pertence à tipologia 1. Ao grupo 2 segue-se o grupo 1 com 60 pesos de tear, onde metade deles são enquadrados na tipologia 3. Os poucos materiais da tipologia 4 enquadram-se na tipologia 1. É ainda possível constatar que existem 7 pesos de tear aos quais não se conseguiu atribuir um grupo nem uma tipologia.

Estes resultados demonstram que estamos perante um fabrico de produção regional que encontra paralelos noutros locais do território peninsular, podendo ser comprovado não só pelo fabrico das pastas mas também através da semelhança das marcas.

## 6. Marcas

As marcas constituem um elemento importante para a identificação do local de fabrico e do período cronológico.

Por norma, as marcas são colocadas na face superior do peso e se por um lado podem identificar o local de fabrico ou o número de série da peça, podem também conter o nome

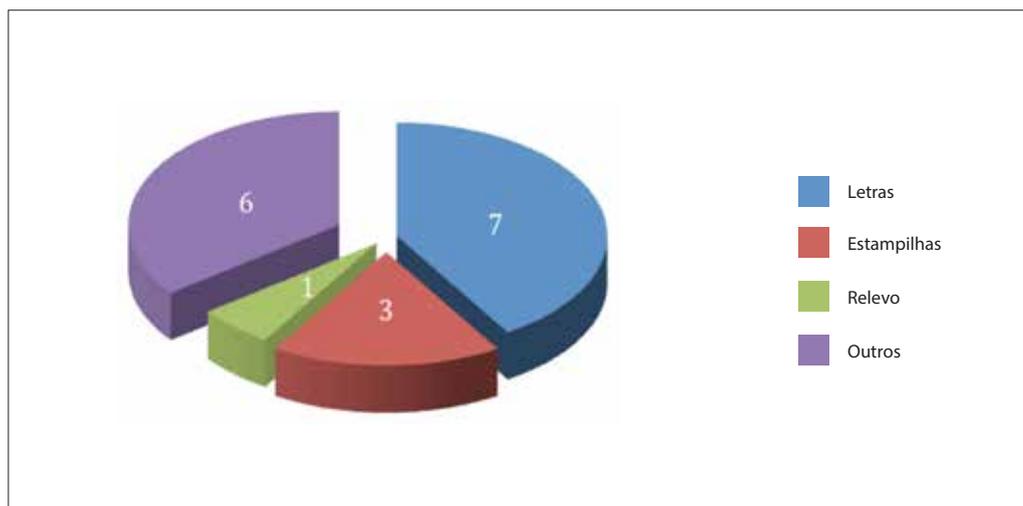
do oleiro (Sepúlveda *et al*, 2007, p.273). Para o Monte dos Castelinhos pode-se observar a mesma situação, em que as marcas surgem na vista superior da peça com a excepção de dois pesos – o número 74 e o 2347 – que apresentam as marcas num dos lados.

As marcas que encontramos nos pesos de tear romanos demonstram um carácter simples, não pretendem ter um valor simbólico, como se encontra em pesos de outras épocas, mas cumprem o propósito de identificarem ou contextualizarem o local onde os pesos foram fabricados. Esta simplicidade pode ser explicada pela grande amplitude que a tecelagem alcança no período romano.

Nos vários sítios onde foram realizados estudos de pesos de tear, as marcas foram divididas em três grupos: marcas incisadas; marcas impressas ou marcas em relevo (Coixão e Naldinho, 2011, p.87). As marcas mais comuns são as incisadas e os relevos, em que as representações costumam variar entre cruzes, estampilhas e letras.

Para o caso do Monte dos Castelinhos, do conjunto dos 134 pesos de tear surgiram apenas 17 pesos de tear com marcas.

**Gráfico 8** Os grupos de marcas presentes nos pesos de tear do Monte dos Castelinhos.



Como se pode observar no gráfico 8, do conjunto de pesos de tear com marcas do Monte dos Castelinhos, deparamo-nos com representações: de letras; de estampilhas; de relevos e outros cujo significado não é legível ou que surgem com um símbolo. A imagem que se segue ilustra os vários tipos de marcas que foram identificadas nos pesos de tear do Monte dos Castelinhos.

Das imagens apresentadas na figura 7, só três ilustrações é que surgem em mais do que um peso de tear, das restantes só se conhece um exemplar. É o caso das estampilhas ou círculos (3) que aparecem em três exemplares: no número 348; no número 1699 e no número 1743. Encontramos paralelos destas estampilhas em Freixo do Numão (Coixão e Naldinho, 2011, p.90). Em Alcácer do Sal surgiram dois pesos de tear com circunferências incisadas que poderão ser considerados como semelhantes às do Monte dos Castelinhos (Sepúlveda *et al*, 2007, p.275).

A outra ilustração é a das cruzes (6) que surgem em três pesos de tear: no número 74; no número 1746 e no número 2350. Esta marca também é comum noutros contextos do território português, tendo sido identificados quatro pesos de tear com uma cruz na colecção do Dr. João Gouveia (Coixão e Naldinho, 2011, p.90).

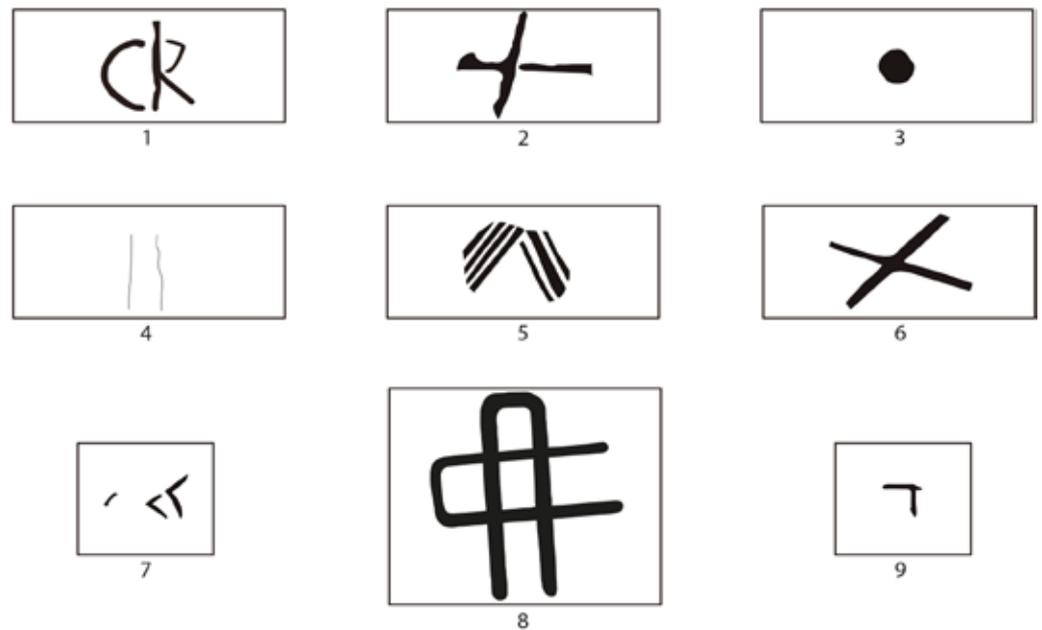


Figura 7

Os vários tipos de marcas presentes em pesos de tear do Monte dos Castelinhos.

Por último o peso 1748 apresenta a marca número (8) assim como o peso de tear 1724, da mesma tipologia. O peso de tear número 2351, o único que se enquadra no grupo 3 do fabrico das pastas, aparenta ter uma letra na face superior, mas levanta algumas dúvidas porque poderá resultar do desgaste da peça.

Tabela 1 Base de Dados com os critérios de análise do conjunto dos Pesos de Tear.

NÚMERO DE INVENTÁRIO	CAMPANHA	CONTEXTO ESPACIAL (SONDAGEM; AMBIENTE; U.E.)	TIPOLOGIA	MATERIAL	MARCAS	PESO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	CRITÉRIOS DE CONIMBRIGA (FORMA E DIMENSÕES)		
73	2006	Prospecção	1	2	-	400g	Completo	I	B	9
74	2006	Prospecção	3	1	√	450g	Completo	II	B	37
75	2006	Prospecção	2	2	-	200g	Incompleto	-	-	26
182	2008	-	2	2	-	300g	Completo	I	B	21
243	2008	4; Sector 3; [19]	2	2	-	450g	Incompleto	-	-	-
254	2008	Prospecção; Sector 1	3	1	-	175g	Incompleto	-	-	-
344	2008	4; Sector 3; [17]	3	2	-	425g	Completo	II	B	33
345	-	4; Sector 3; [15]	1	2	-	150g	Incompleto	-	-	-
346	-	4; Sector 3; [18]	2	2	-	500g	Incompleto	-	-	-
347	-	4; Sector 3; [15]	3	1	-	400g	Completo	II	C	34
348	2008	Prospecção	1	2	√	700g	Completo	VI	A	2
349	2008	4; 1; [18]	1	2	-	425g	Completo	I	B	10
350	2008	4; Sector 3; [16]	2	2	-	500g	Completo	I	A	13
351	2008	4; Sector 3; [16]	1	2	-	600g	Completo	I	A	-
352	2008	Prospecção; Sector 2	3	1	-	650g	Completo	II	B	-
414	2009	3; -; [36]	1	2	-	350g	Incompleto	-	-	-
422	2009	4; 6; [45]	3	2	-	250g	Incompleto	-	-	-
423	2009	4; 6; [45]	1	2	-	350g	Incompleto	-	-	-
424	2009	4; 6; [45]	-	1	-	150g	Incompleto	-	-	-
425	2009	4; 6; [45]	3	1	-	350g	Completo	II	B	40

429	2009	4; 6; [45]	3	1	-	250g	Incompleto	-	-	-
580	2009	3; 6; [50]	2	1	-	200g	Completo	VI	B	20
595	2009	3; -; [1]	2	2	-	350g	Completo	I	B	16
596	2009	3; -; [1]	-	-	√	25g	Incompleto	-	-	29
597	2009	4; 3; [5]	3	2	-	775g	Completo	II	A	-
598	2009	4; 3; [5]	1	2	-	450g	Incompleto	-	-	-
599	2009	4; 6; [45]	3	2	-	850g	Completo	V	A	43
600	2009	4; 6; [45]	1	2	-	525g	Completo	I	B	7
601	2009	4; 3; [31]	1	2	-	600g	Completo	VI	B	6
602	2009	4; 3; [31]	1	2	-	750g	Completo	I	A	-
603	2009	4; 3; [31]	1	2	-	500g	Completo	I	B	-
604	2009	4; 3; [31]	1	2	-	750g	Completo	I	A	-
605	2009	4; 3; [31]	1	1	√	850g	Completo	I	B	1
606	2009	4; 3; [31]	1	1	-	850g	Completo	I	A	3
624	2009	4; sobre 2; [17]	3	2	-	450g	Incompleto	-	-	-
663	2009	4; 4/6; [15]	3	2	-	850g	Completo	V	A	-
677	2009	4; sobre 2; [17]	1	2	-	50g	Incompleto	-	-	-
790	2009	4; 6; [37]	-	2	-	250g	Incompleto	-	-	-
792	2009	4; 6; [37]	1	2	-	325g	Incompleto	-	-	-
913	2009	4; 4; [34]	2	1	-	100g	Incompleto	-	-	-
977	2009	4; 3B; [28]	2	2	-	300g	Incompleto	-	-	-
986	2009	4; 8; [45]	3	2	-	50g	Incompleto	-	-	-
1034	2009	4; 6; [37]	3	1	-	475g	Completo	II	B	-
1153	2009	4; sobre 2; [17]	-	2	-	150g	Incompleto	-	-	-
1154	2009	4; sobre 2; [17]	1	2	-	50g	Incompleto	-	-	-
1167	2009	3; -; [1]	1	2	-	10g	Incompleto	-	-	-
1208	2009	3; -; [36]	2	2	-	200g	Incompleto	-	-	18
1213	2009	3; -; [36]	2	1	-	250g	Incompleto	-	-	25
1291	2009	5; -; [65]	-	-	-	50g	Incompleto	-	-	-
1320	2009	4; 3; [29]	-	2	-	50g	Incompleto	-	-	-
1390	2008	4; 3; [29]	-	2	-	225g	Incompleto	-	-	-
1492	2008	Prospecção	3	1	-	350g	Completo	V	B	45
1497	2009	4; 3; [31]	1	2	-	750g	Completo	I	A	5
1498	2009	4; 3; -	1	2	-	600g	Incompleto	-	-	-
1499	2009	4; 3; [31]	-	1	-	200g	Incompleto	-	-	-
1500	2008	4; -; [15]	-	2	-	25g	Incompleto	-	-	-
1687	2011	4; muro; [138]	1	2	-	650g	Completo	I	A	4
1688	2011	4; 18; [139]	1	2	-	850g	Completo	VI	A	-
1689	2012	4; 21; -	1	2	-	600g	Completo	I	B	-
1690	2012	4; 11; [44]	1	2	-	100g	Incompleto	-	-	-
1691	2012	4; 12; [152]	-	-	-	25g	Incompleto	-	-	-
1692	2012	4; 12; [126]	1	1	-	25g	Incompleto	-	-	-
1693	2012	4; 12; [154]	1	2	-	150g	Incompleto	-	-	-
1694	2011	4; 12; [5]	3	1	-	100g	Incompleto	-	-	-
1695	2012	4; 3; [60]	-	-	-	100g	Incompleto	-	-	-
1696	2010	4; 9; [86]	3	1	-	250g	Incompleto	-	-	-

1697	2010	4; 9; [86]	3	1	-	400g	Completo	I	B	42
1698	2010	4; 5; [61]	1	1	-	100g	Incompleto	-	-	-
1699	2010	4; 5; [61]	2	1	√	100g	Incompleto	-	-	23
1700	2011	4; -; [5]	2	1	-	350g	Completo	I	B	22
1701	2011	4; -; [5]	-	1	-	100g	Incompleto	-	-	-
1702	2011	4; 9; [123]	3	1	√	50g	Incompleto	-	-	44
1703	2011	4; 9; [123]	1	2	-	300g	Completo	I	C	2
1704	2011	4; 9; [123]	3	2	-	350g	Incompleto	-	-	-
1705	2011	4; 9; [123]	3	1	-	550g	Completo	II	B	31
1706	2011	4; 12; [152]	1	2	-	250g	Incompleto	-	-	-
1707	2011	4; 12; [152]	3	1	-	300g	Incompleto	-	-	35
1708	2011	4; -; [5]	4	1	-	375g	Incompleto	-	-	-
1709	2011	4; -; [5]	2	2	√	100g	Incompleto	-	-	27
1710	2012	4; 3; [60]	3	1	-	400g	Completo	II	B	41
1711	2012	4; 22; [201]	3	1	-	400g	Completo	II	B	-
1712	2012	4; 3; [60]	3	1	-	125g	Incompleto	-	-	-
1713	2010	4; 10; [91]	3	1	-	400g	Completo	II	B	-
1715	2011	4; sobre 16; [5]	1	1	-	350g	Completo	I	B	8
1716	2010	4; 10; [8]	3	1	-	75g	Incompleto	-	-	-
1717	2011	4; 16; [128]	-	2	-	50g	Incompleto	-	-	-
1718	2012	4; sobre 16; [5]	-	2	-	250g	Incompleto	-	-	-
1720	2012	4; 12; [154]	-	-	-	10g	Incompleto	-	-	-
1721	2012	4; 12; [154]	3	1	-	50g	Incompleto	-	-	-
1722	2012	4; 12; [154]	-	2	-	75g	Incompleto	-	-	-
1723	2012	4; 12; [154]	-	1	-	200g	Incompleto	-	-	-
1724	2010	4; 7; [39]	4	1	√	850g	Incompleto	-	-	47
1725	2011	4; 16; [5]	-	1	-	350g	Incompleto	-	-	-
1726	2012	5; -; [65]	3	1	-	400g	Completo	VI	B	-
1727	2012	9; -; [180]	2	2	-	125g	Incompleto	-	-	19
1728	2012	5; 30; [182]	3	1	-	75g	Incompleto	-	-	-
1729	2012	5; 30; [182]	-	1	-	25g	Incompleto	-	-	-
1730	2012	5; 30; [182]	3	1	-	500g	Completo	II	B	32
1731	2012	5; 33; [203]	1	2	-	150g	Incompleto	-	-	-
1732	2012	5; 33; [203]	-	1	-	25g	Incompleto	-	-	-
1734	2012	5; 34; [206]	-	2	-	25g	Incompleto	-	-	-
1735	2012	4; 14; [153]	1	2	-	550g	Incompleto	-	-	-
1736	2012	5; 32; [202]	1	2	-	300g	Incompleto	-	-	-
1737	2012	5; 33; [207]	1	1	-	400g	Completo	I	B	11
1738	2012	5; 31; [215]	3	1	√	350g	Incompleto	-	-	39
1739	2012	5; 33; [207]	-	-	-	50g	Incompleto	-	-	-
1740	2012	5; 33; [207]	1	1	-	50g	Incompleto	-	-	-
1741	2012	5; 33; [203]	1	2	-	125g	Incompleto	-	-	-
1742	2012	5; 33; [203]	1	2	-	50g	Incompleto	-	-	-
1743	2011	4; 9; [123]	4	1	√	1000g	Incompleto	-	-	50
1744	2011	4; 16; [128]	2	2	-	100g	Incompleto	-	-	24
1745	2012	4; 22; [230]	2	2	-	400g	Completo	VI	B	15

1746	2010	4; 9; [5]	3	1	√	700g	Completo	II	A	46
1747	2012	5; 32; [203]	1	1	-	25g	Incompleto	-	-	-
1748	2010	4; 10; [5]	4	1	√	1000g	Incompleto	-	-	49
1773	2012	5; 33; [203]	3	1	-	500g	Incompleto	-	-	-
1786	2012	4; 3; [23]	3	1	√	250g	Incompleto	-	-	36
1787	2012	4; 3; [23]	2	2	-	75g	Incompleto	-	-	-
1788	2012	4; 3; [23]	3	1	-	300g	Completo	II	B	30
1789	2012	4; 3; [23]	-	2	-	50g	Incompleto	-	-	-
1825	2012	5; 35; [72]	-	-	-	10g	Incompleto	-	-	-
2345	2010	4; 6; [45]	-	1	-	100g	Incompleto	-	-	-
2346	2010	4; 6; [45]	-	2	-	125g	Incompleto	-	-	-
2347	2013	4; 24; [280]	1	1	√	100g	Incompleto	-	-	28
2348	2013	Prospecção	2	1	√	300g	Completo	VI	B	17
2349	2013	4; 24; [280]	3	1	-	300g	Incompleto	-	-	-
2350	2013	4; 24; [280]	3	1	√	200g	Incompleto	-	-	38
2351	2013	5; 34; [206]	2	3	√	375g	Incompleto	-	-	-
2352	2013	4; 24; [280]	1	2	-	200g	Incompleto	-	-	-
2353	2013	5; 34; [206]	2	2	-	500g	Completo	I	B	14
2354	2013	4; 12; [219]	-	1	-	125g	Incompleto	-	-	-
2355	2013	4; 12; [219]	1	2	-	400g	Incompleto	-	-	-
2356	2013	4; 12; [219]	-	1	-	200g	Incompleto	-	-	-
2357	2013	4; 12; [219]	4	1	-	1200g	Completo	VI	B	48

## 7. Cossoiros

A produção têxtil não se restringia apenas ao trabalho realizado nos teares, ou seja à tecelagem, mas englobava também a fiação que necessitava de outros materiais como as agulhas e os cossoiros. Apesar deste trabalho ser uma análise dos pesos de tear, tendo em conta que a temática se prende com a indústria têxtil, decidi tecer algumas considerações sobre o conjunto de cossoiros – 12 peças – que foram recuperados no Monte dos Castelinhos.

**Tabela 2** Base de dados dos cossoiros identificados em Monte dos Castelinhos (2006 a 2013).

Nº INV.	DATA	CONTEXTO ESPACIAL (SONDAGEM; AMBIENTE; U.E.)	DECORAÇÃO	MEDIDAS (DIÂMETRO – ALTURA)	TONALIDADE DA PASTA
361	2008	4; -; [8]	-	3,5cm - 2,2cm	Pasta Cinzenta
1687	2010	4; 10; [5]	-	2,8cm - 2,3cm	Pasta Cinzenta
1690	2010	4; 10; [90]	√	3,4cm - 2,2cm	Pasta Cinzenta
1696	2010	4; 7; [39]	-	3,35cm - 2,5cm	Pasta Bege
2008	2012	5; 35; [73]	-	2,9cm - 2cm	Pasta Laranja
2009	2012	4; 10; [173]	-	2,85cm - 3,1cm	Pasta Castanha
2010	2012	5; 31; [275]	√	2,3cm - 3,2cm	Pasta Castanha
2011	2012	5; 31; [215]	-	1,9cm - 3,8cm	Pasta Cinzenta
17023	2011	4; 10; [131]	-	2,2cm - 4cm	Pasta Bege
17024	2012	4; 10; [155]	-	1,85cm - 4cm	Pasta Cinzenta
17025	2012	5; 35; [73]	-	2cm - 3,9cm	Pasta Cinzenta
17026	2012	4; 10; [155]	√	2,1cm - 3,2cm	Pasta Bege

Como se pode observar na tabela 2, as únicas sondagens que apresentam cossoiros são a sondagem 4 – com um total de oito peças – e a sondagem 5 com quatro peças. A sua presença nestas sondagens reforça a possibilidade de ter havido produção têxtil nestas áreas.

Se cruzarmos os dados referentes aos cossoiros com os dos pesos de tear, no total das sondagens, as que apresentam um maior valor significativo de pesos de tear são: a sondagem 4 e a sondagem 5. Para além de se verificar nos pesos de tear um maior número de recolha de peças na sondagem 4 em comparação com a sondagem 5. Esta diferença poderá estar relacionada com o facto da dimensão de área escavada ser menor na sondagem 5. Contudo a explicação para um número inferior de achados nesta sondagem, quando comparada com a sondagem 4, poderá significar uma produção de tecelagem com pouca amplitude e por sua vez a utilização de teares de menor dimensão o que permite explicar o aparecimento de menos material nesta área. Só com o alargamento desta sondagem é que se poderá esclarecer esta questão.

No que diz respeito às medidas, para efeitos de estudo, considerou-se o diâmetro da peça e a sua altura. O que se pode concluir é que são peças de pequenas dimensões, com um diâmetro máximo de 3,5 cm face a um diâmetro mínimo de 1,85 cm e uma altura que não ultrapassa os 4 cm.

Em relação ao fabrico das peças, estes podem ser em pedra mas é mais comum aparecer com um fabrico em argila (Coixão e Naldinho, 2011, p.86). A tonalidade das peças do Monte dos Castelinhos divide-se em três tons, com predominância dos tons cinzentos, aos quais se segue o tom bege e um tom laranja que surge apenas numa peça.

O último critério de análise é a decoração em que no conjunto de 12 peças apenas três se encontram com decoração. Ao contrário do que se observou para os pesos de tear, os cossoiros apresentam decorações e não marcas. Uma marca tem como objectivo transmitir uma informação enquanto o que vemos nos cossoiros é uma representação sucessiva de riscos que criam um padrão ou uma decoração. Estas decorações atribuem às peças um carácter mais simbólico em vez de um valor apenas utilitário. Isto não quer dizer que em contextos de outros períodos cronológicos não tenham surgido pesos de tear com decoração e com um carácter simbólico.

Como forma de concluir este tópico e recorrendo à análise bibliográfica, pretende-se explicar que os cossoiros eram utilizados na técnica de fiação em fuso, servindo como volante do fuso (Silva e Oliveira, 1999, p.665).

Apesar do conjunto de cossoiros ainda ser pequeno, em comparação com o dos pesos de tear, a sua presença no Monte dos Castelinhos é crucial para se tecer considerações sobre a produção têxtil deste local, para além de ser um material que se manteve desde a pré-história e que se torna interessante de analisar em diferentes temáticas da arqueologia.

## 8. O processo de tecelagem na Antiguidade

*“Weaving is essentially the interlacing of a series of threads called the warp, with another series called the woft. The warp threads are stretched for weaving in a loom, the woft-threads are then passed over and under them.”*

(FORBES, 1964, p.196)

Na introdução ao artigo mencionei que a arqueologia tinha como função fornecer provas da existência de uma actividade do passado – neste caso a produção têxtil – através dos artefactos

recolhidos em contextos arqueológicos e proceder ao seu devido estudo. O estudo das características e da funcionalidade desses materiais ou do contexto em que foram retirados, não é suficiente para nos responder à questão sobre a tipologia do local, sendo para tal necessário uma pesquisa e análise cuidada da bibliografia referente a esses materiais.

Pelo motivo apresentado, o último tópico do artigo tem um âmbito mais histórico, cujo objectivo é perceber a utilidade que estes materiais tiveram no período em que se insere o contexto do qual foram retirados. Tendo em conta que nos encontramos em contexto romano-republicano irá ser aqui apresentado o processo de tecelagem no período romano e a importância do artesanato para a sociedade romana.

### 8.1. O processo de tecelagem no período romano

No mundo egípcio o conhecimento sobre estas actividades é transmitido nas pinturas que decoram os antigos templos egípcios. Os gregos deixaram-nos esse registo nas cerâmicas pintadas (figura 8) e apesar de por vezes não se conseguir esclarecer qual das figuras – homem e mulher – trabalharia o tear é no entanto legível a função que os pesos de tear tinham. Com os Romanos e apesar de haver também ilustrações, a base essencial para conhecer os processos por trás dessa indústria são os autores clássicos, que apesar de não atribuírem um estatuto considerável ao artesanato, não deixam de descrever uma das actividades que contribuiu para o desenvolvimento económico da Roma antiga.

A produção de tecelagem surge como uma actividade de grande escala, que engloba várias áreas de trabalho, não sendo um simples cruzamento de fios para produzir o tecido. É necessário trabalhar a matéria vegetal para ser transformada em fios que serão cruzados de forma a criar a trama na moldura concebida pelo tear. Para elevar a qualidade e especificidade desta actividade é necessário recorrer a outros elementos – como agulhas e espátulas – que permitem criar padrões mais complexos nos tecidos em que se está a trabalhar.

Esta actividade tendo começado na pré-história com a produção de peças de roupa ou de recipientes, como os cestos, foi alcançando um papel de destaque entre as sociedades da antiguidade. O crescimento desta produção está interligado à evolução tecnológica dos teares.

Conhecem-se vários tipos de teares que diferem no tamanho e nos objectivos que pretendiam alcançar face ao produto final e à escala de produção. Para o período Romano conhecem-se cinco tipos de teares, que apesar de demonstrarem uma aculturação face ao que já existia noutros territórios da margem do Mediterrâneo – como o Egipto ou a Grécia – apresentam também inovações para responder aos objectivos da sociedade romana.

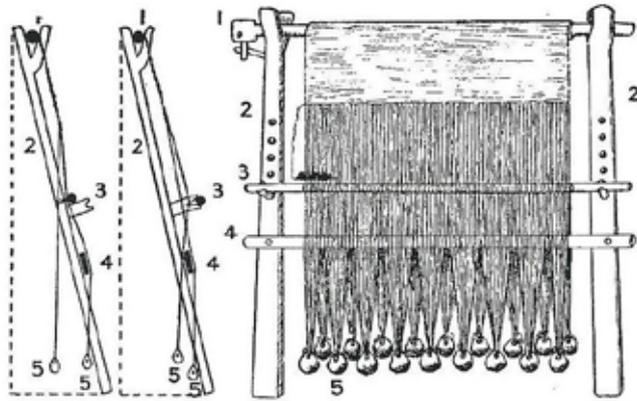
Começando pelos mais simples na sua tecnologia e nos produtos que criavam, temos o tear de grelha e o tear de placas dos quais resultavam faixas ou tiras, que serviriam como cintos ou ornamento de outro vestuário, sendo aqui por vezes um elemento de estatuto ou estratificação social (Alfaro Giner, 1997, p.43). Com o avanço tecnológico estas tipologias mais elementares serviram para produzir o acabamento ou a moldura da tapeçaria que era manufacturada no tear vertical.

O tear vertical, tal como o nome indica, tinha dois postes e uma viga superior que para além de unir os postes podia rodar, permitindo a realização do trabalho da urdidura numa posição vertical (Forbes, 1964, p.204). Foi um dos teares mais utilizados na Antiguidade Clássica sendo a única forma conhecida para o contexto grego (Forbes, 1964, p.203). Este tear apresenta duas variantes tipológicas em que ambas pretendem provocar uma tensão da urdidura de forma a permitir o entrelaçar dos fios da urdidura com os da trama.

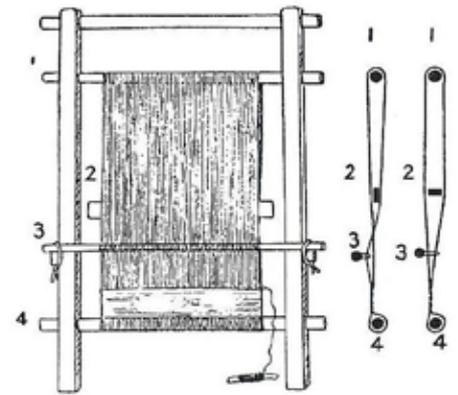


**Figura 8**  
Representação de um tear vertical de pesos num vaso grego (Forbes, 1964, p.203).

**Fig. 9**



**Fig. 10**

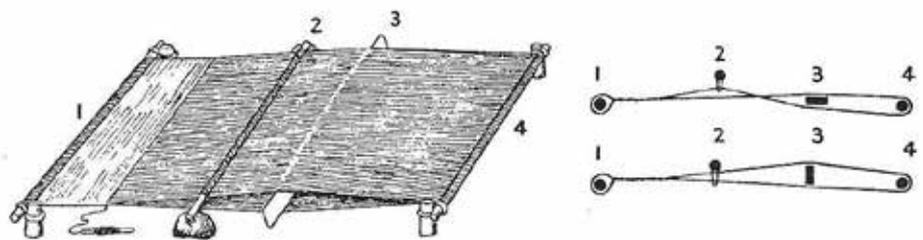


**Fig. 11**

**Figura 9**  
Modelo de um tear vertical de pesos (Forbes, 1964, p.209).

**Figura 10**  
Modelo de um tear vertical de vigas (Forbes, 1964, p.209).

**Figura 11**  
Modelo de um tear horizontal (Forbes, 1964, p.209).



O que distingue os dois tipos de teares verticais é o elemento que cria tensão. O mais antigo era o tear vertical de pesos (figura 9) do qual resultam os elementos de análise deste trabalho e para o qual não é necessário voltar a explicar a sua funcionalidade. A segunda tipologia, foi uma evolução da primeira com impactos ao nível do trabalho e da economia, sendo conhecida como tear vertical de duas vigas (figura 10), apesar de ser designado de tear vertical de quadro noutros locais (Alfaro Giner, 1997, p. 50). A tensão é agora provocada por uma segunda viga e a urdidura encontra-se presa numa moldura de madeira (Forbes, 1964, p.199).

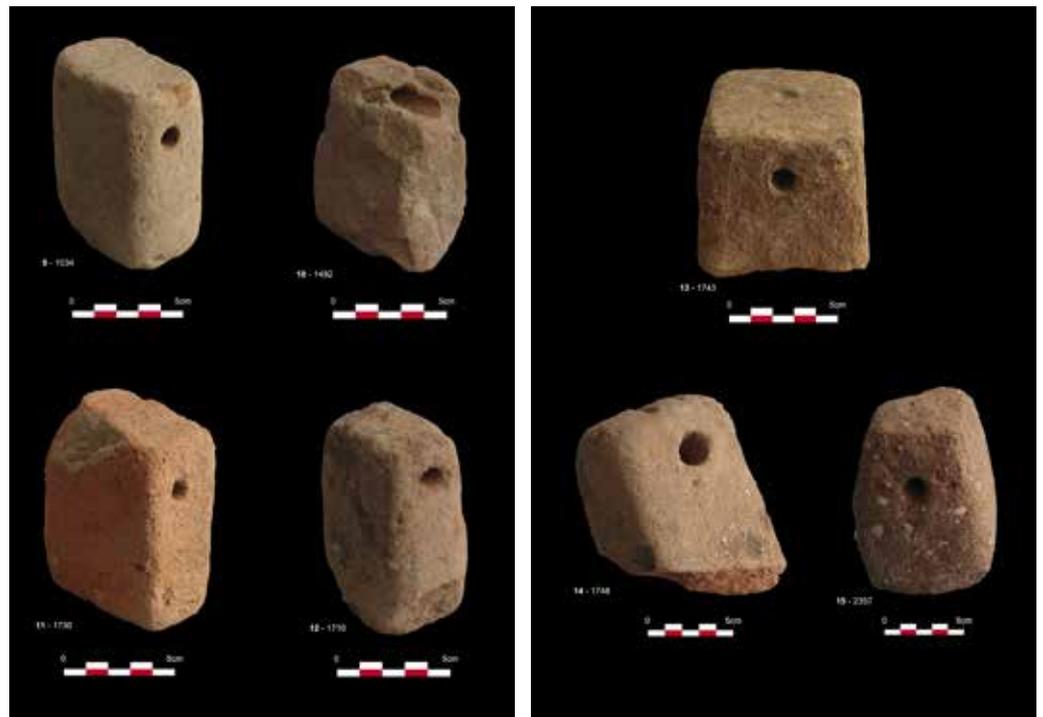
Um último modelo de tear da Antiguidade é o tear horizontal de chão (figura 11), que fica paralelo ao chão estando assente sobre quatro postes (Forbes, 1964, p.198).

A evolução dos modelos de tear pode ser explicada pela necessidade de responder a um crescimento na procura de tecidos que necessita de novas tecnologias, novos acessórios tanto para a tecelagem como para a fição e de uma nova hierarquia de trabalho. A partir da república mas sobretudo durante o império, com o crescimento da produção e com a sua especialização no sector comercial, assiste-se a uma presença do sexo masculino numa actividade de trabalho que foi sempre associada à mulher, o que conduziu a falsas conjunturas ao longo dos tempos sobre esta actividade ter um carácter doméstico (Morel, 1991 p.188).

Contudo apesar deste crescimento de produção alcançar um papel significativo nas trocas comerciais não superou o principal meio de riqueza deste período, a agricultura, mas contribuiu para o crescimento de várias cidades e províncias do Império Romano e para uma liberdade de produção, que só irá sofrer consequências com o rebenotar da crise que se sucedeu no Baixo-império, onde o estado romano adopta um papel activo nesta manufactura (Alfaro Giner, 1997, p.74).



**Figura 12**  
Fotografia de pesos de tear do Monte dos Castelinhos que se enquadram na tipologia 1.



**Figura 13**  
Fotografia de pesos de tear do Monte dos Castelinhos que se enquadram na tipologia 2.

**Figura 14**  
Fotografia de pesos de tear do Monte dos Castelinhos que se enquadram na tipologia 3.

**Figura 15**  
Fotografia de pesos de tear do Monte dos Castelinhos que se enquadram na tipologia 4.

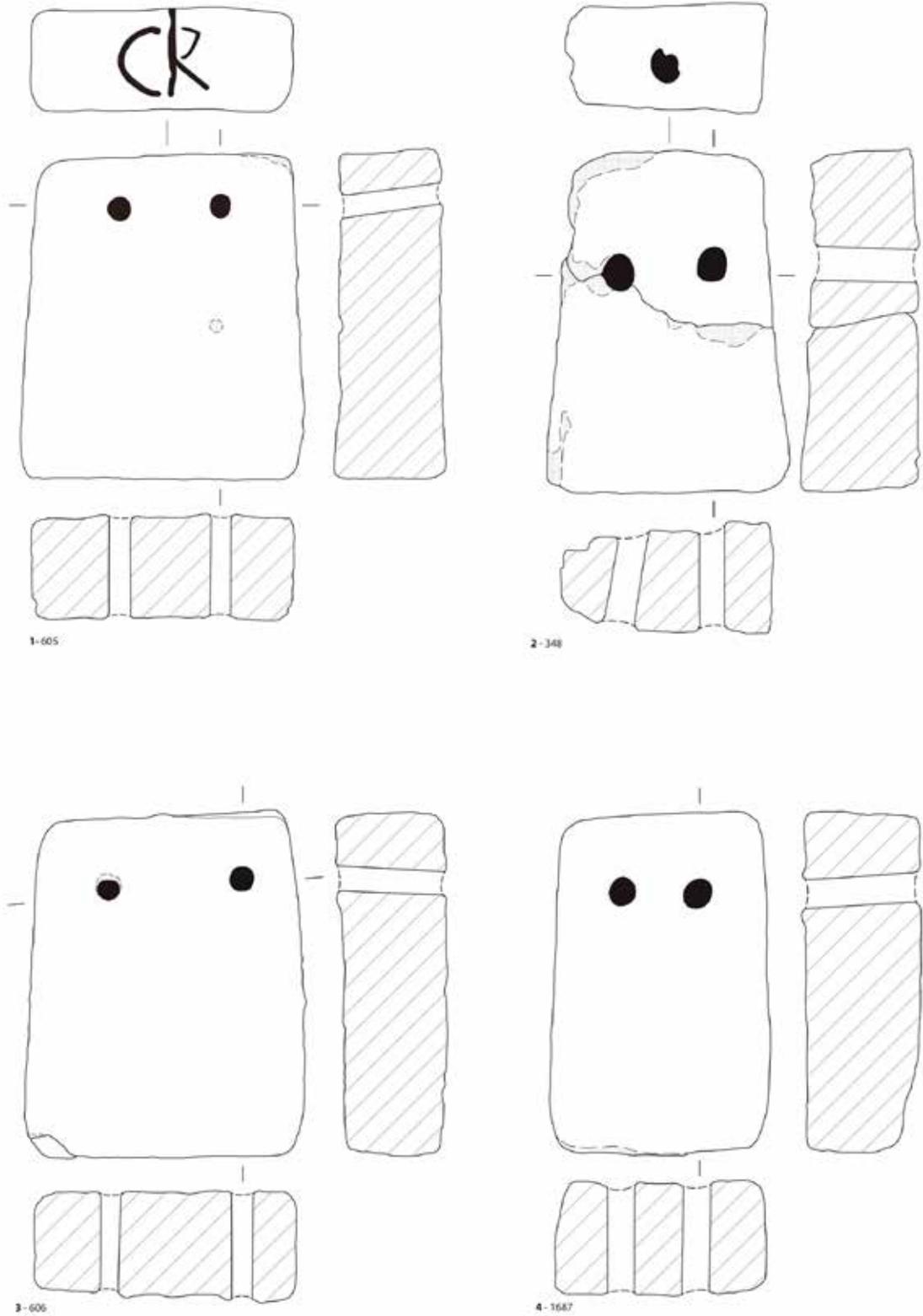
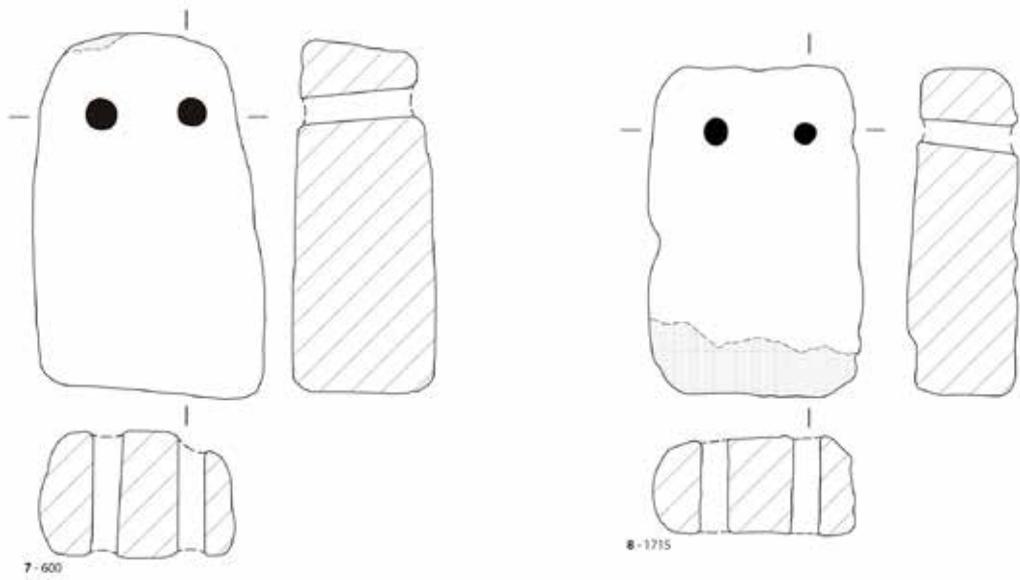
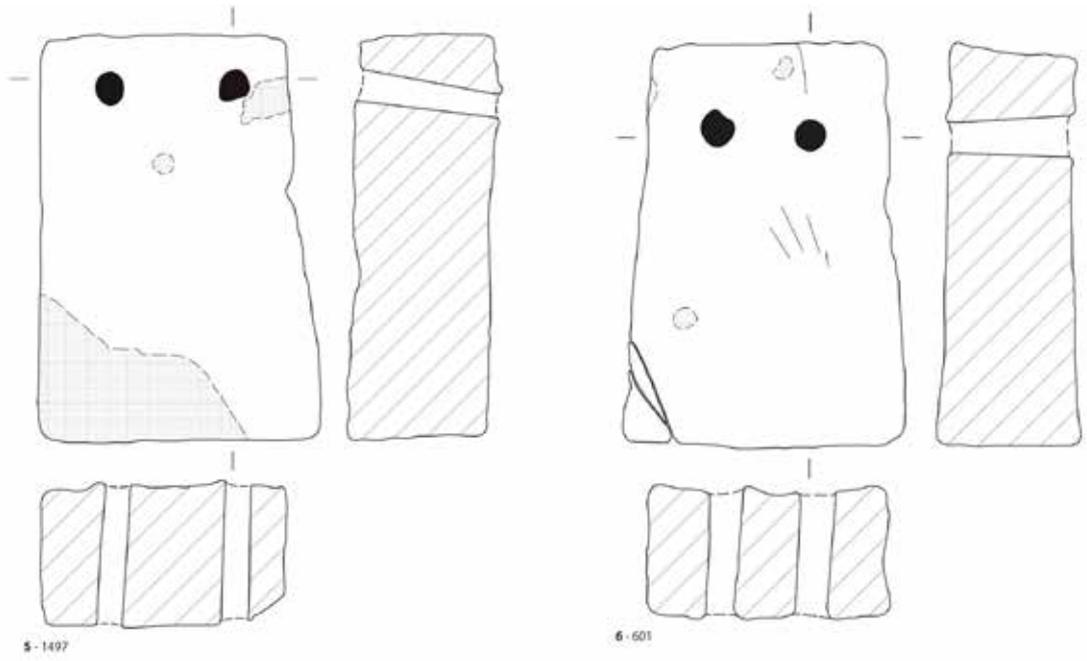


Figura 16  
Estampa Tipo 1-1



Fractura



Figura 17  
Estampa Tipo 1-2

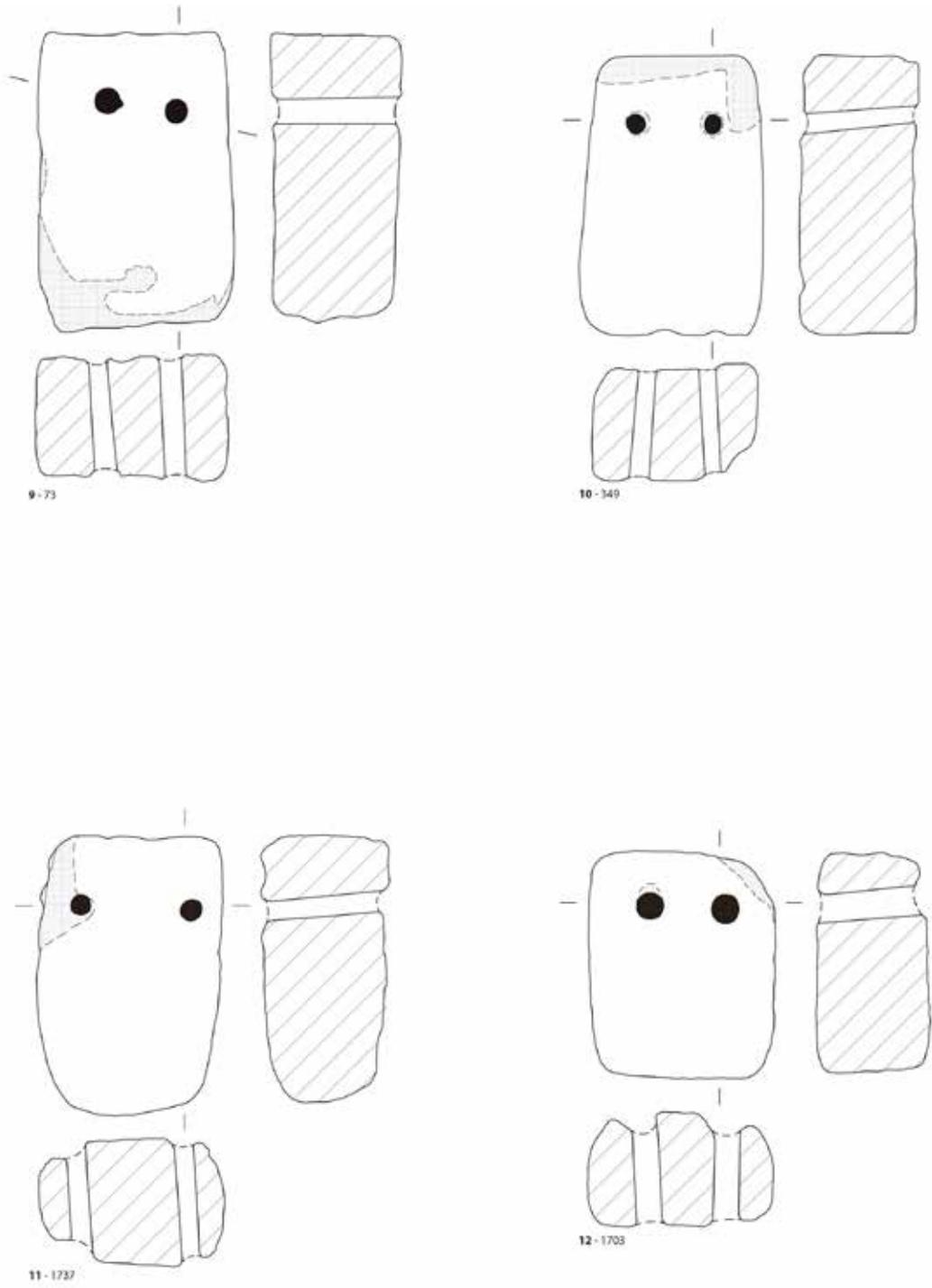
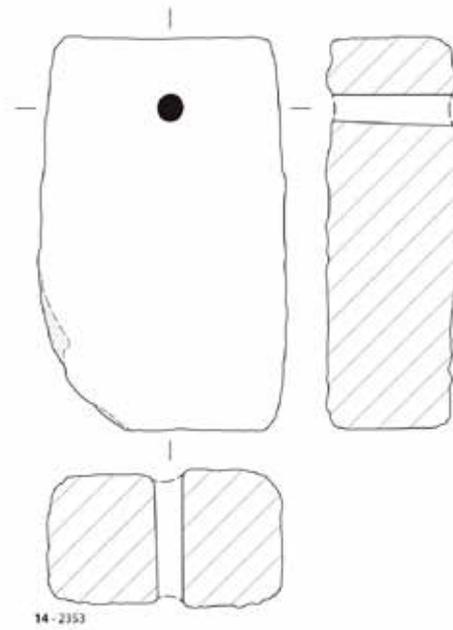
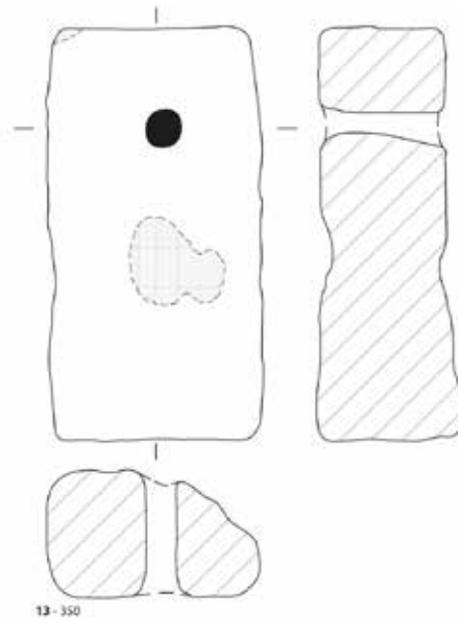


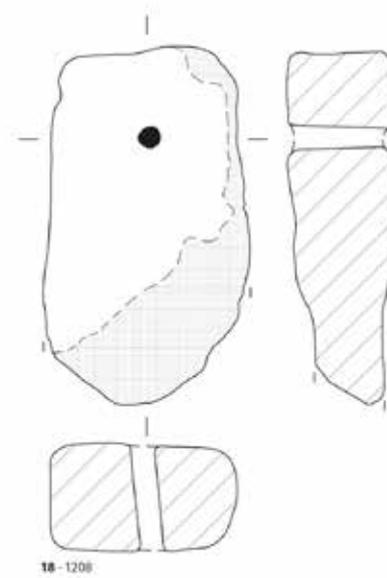
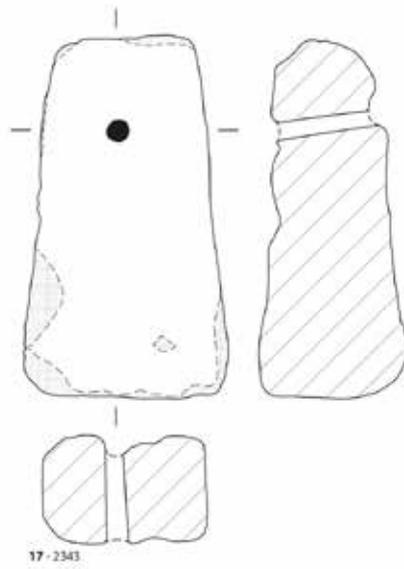
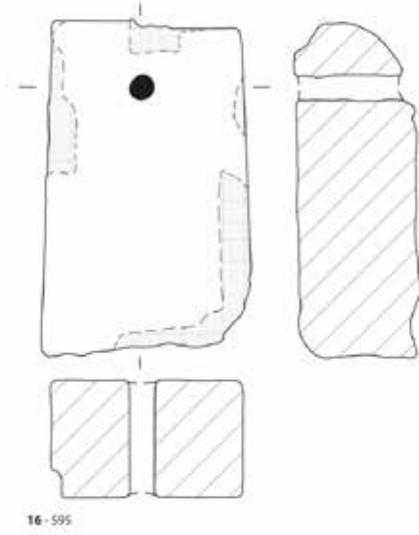
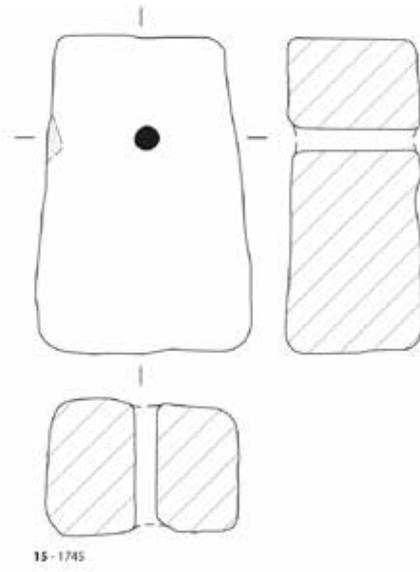
Figura 18  
Estampa Tipo 1-3



Fractura



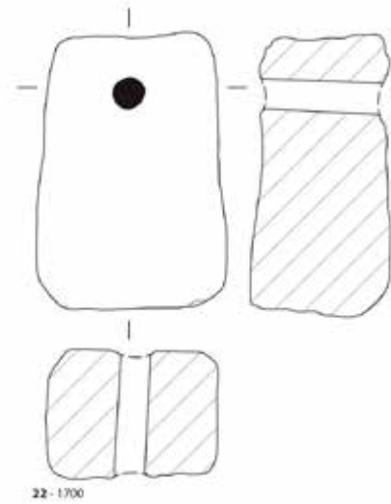
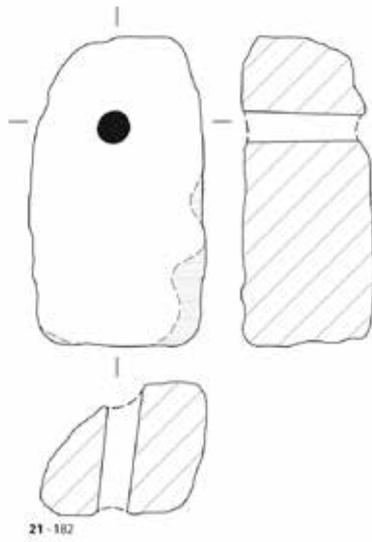
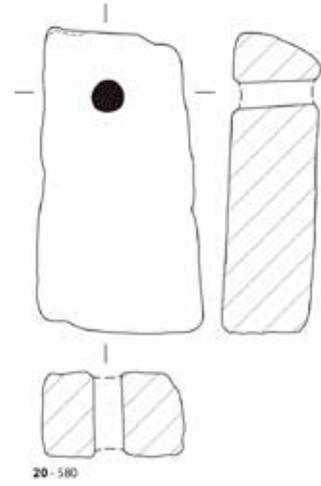
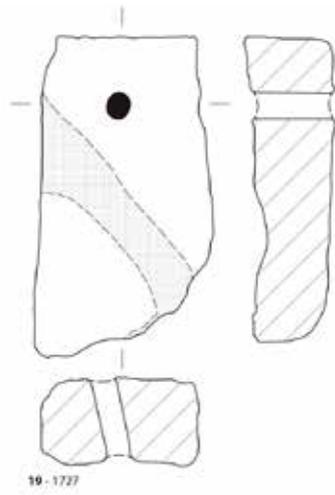
Figura 19  
Estampa Tipo 2-1



Fractura



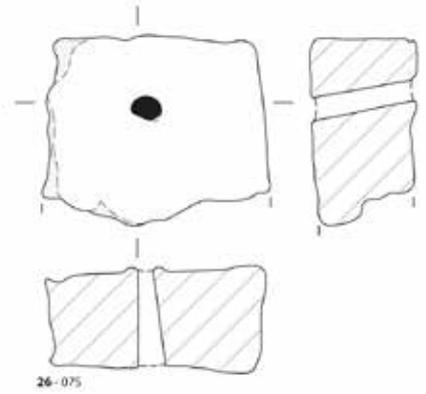
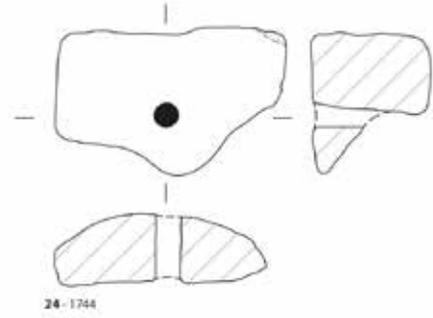
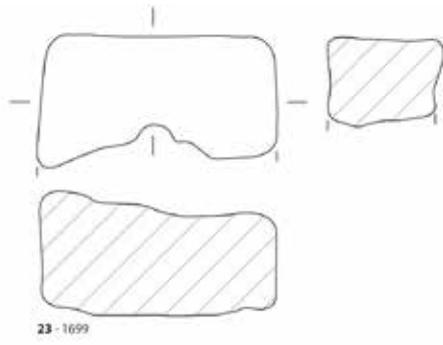
Figura 20  
Estampa Tipo 2-2



Fractura



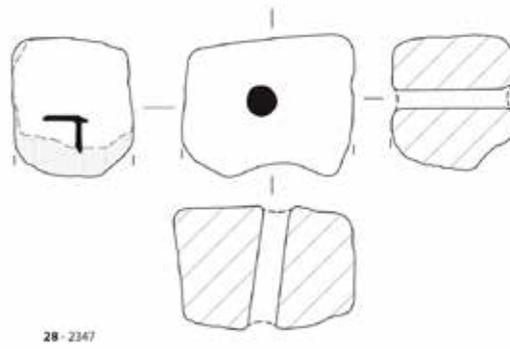
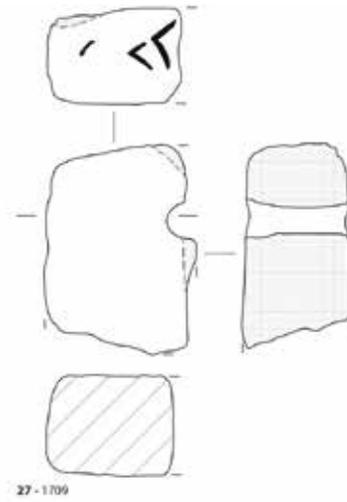
Figura 21  
Estampa Tipo 2-3



Fractura



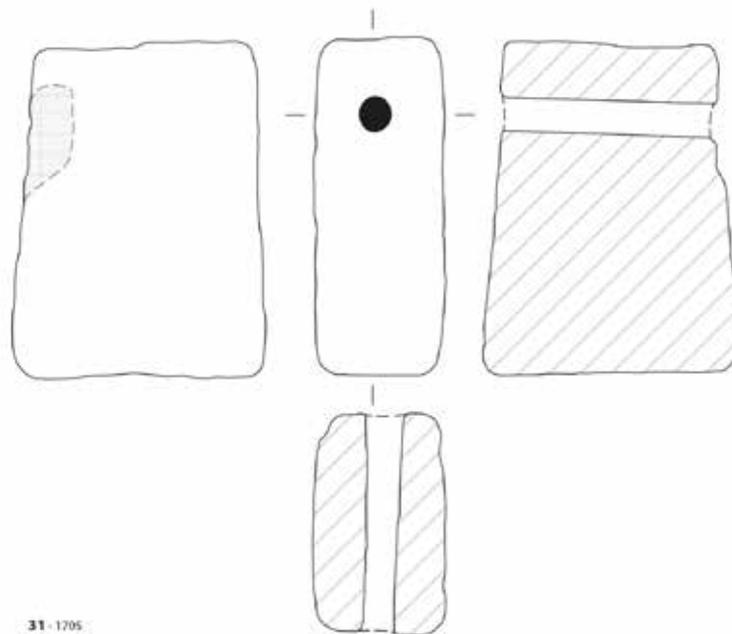
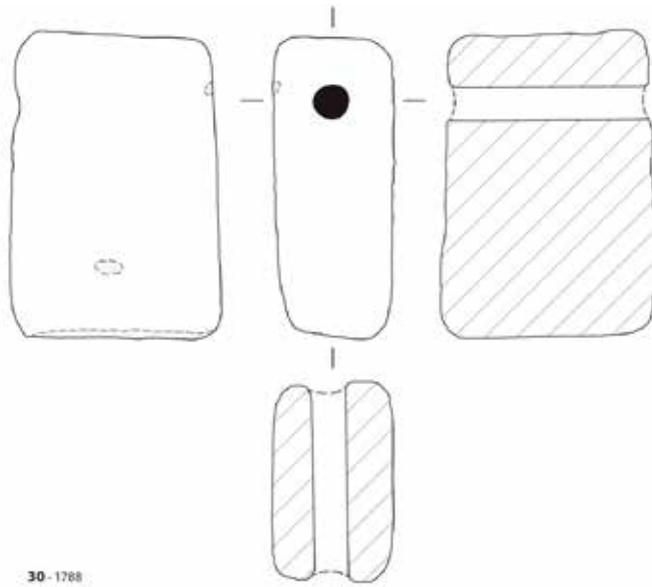
Figura 22  
Estampa Tipo 2-4



Fractura



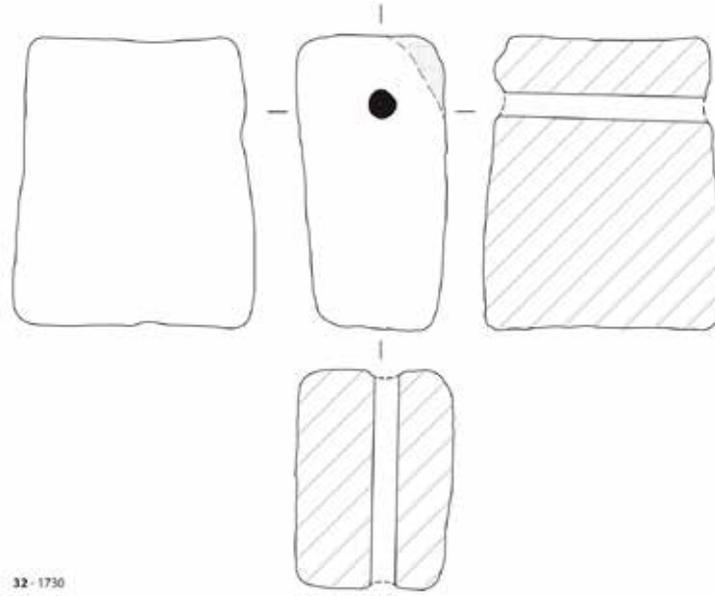
Figura 23  
Estampa Tipo 2-5



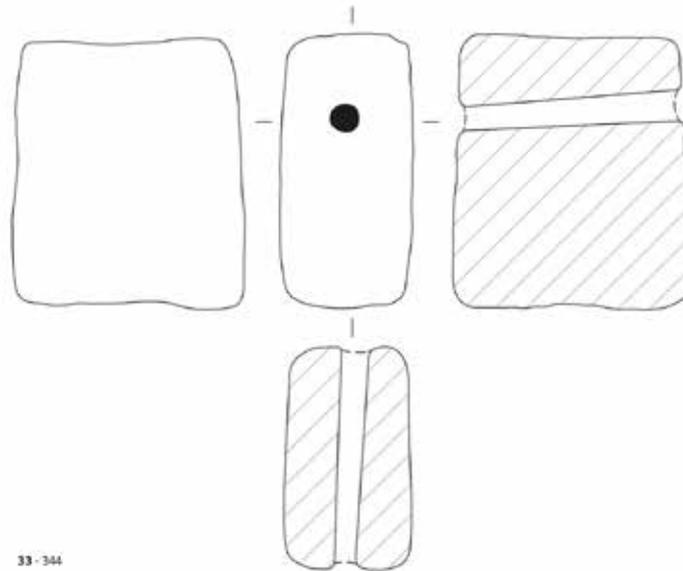
Fractura



Figura 24  
Estampa Tipo 3-1



32-1730

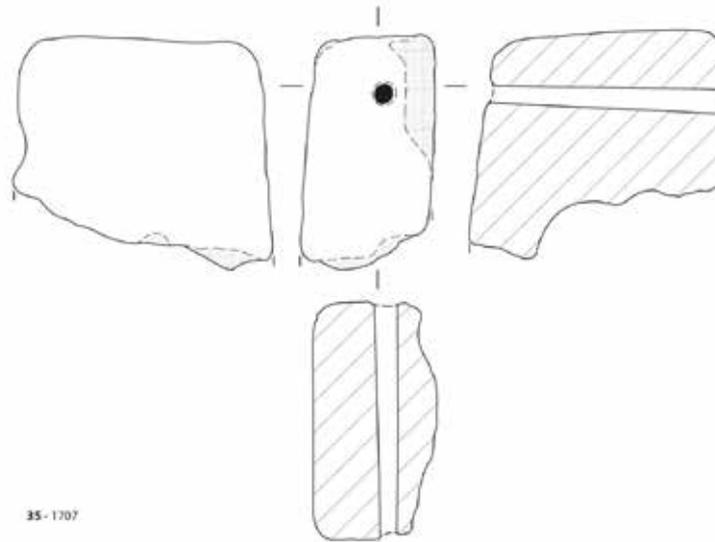
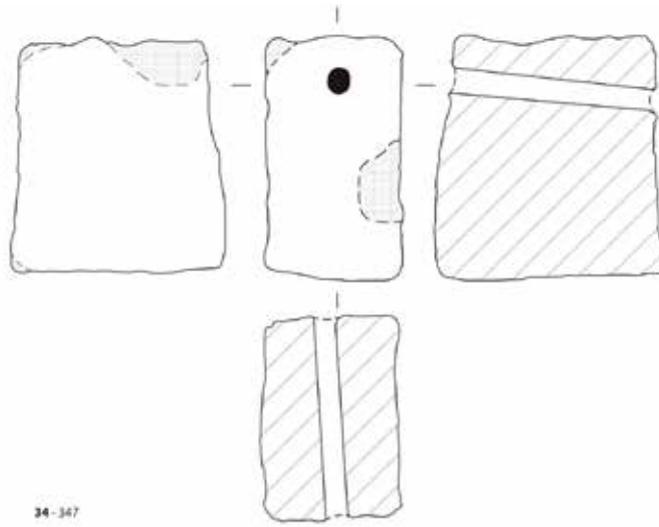


33-344

Fractura



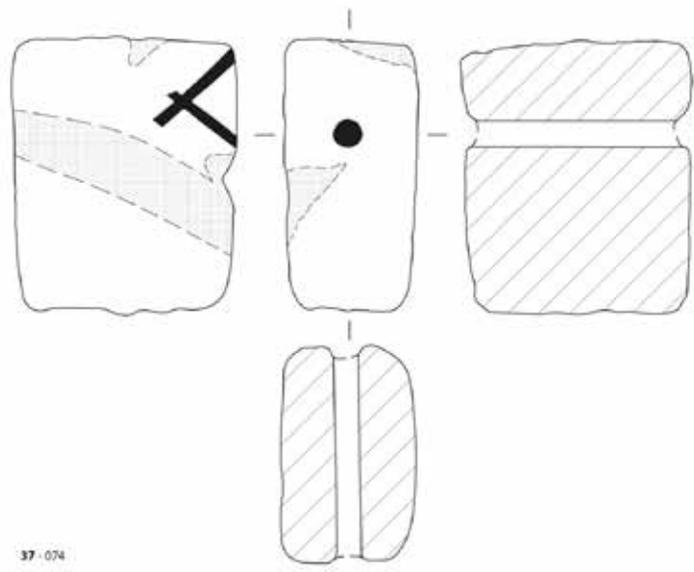
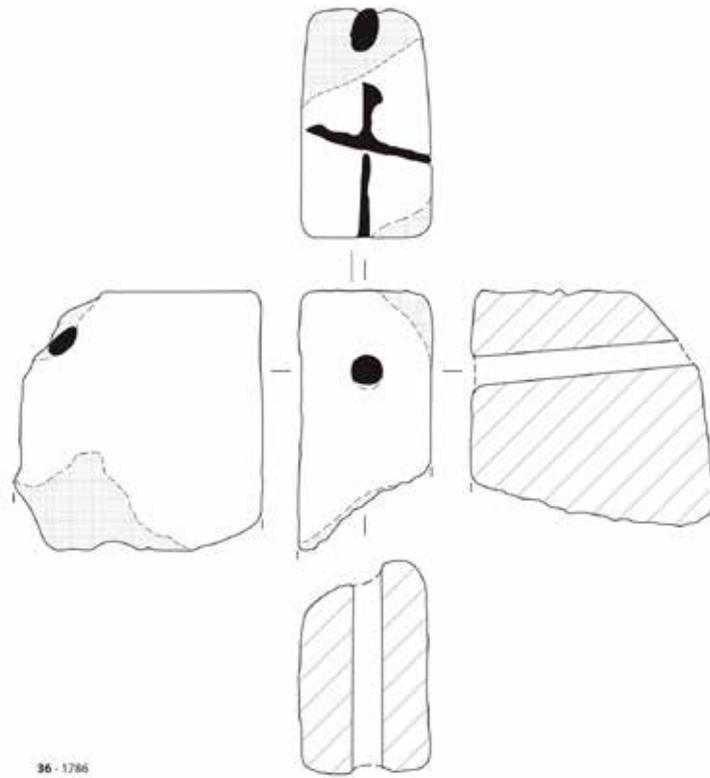
Figura 25  
Estampa Tipo 3-2



Fractura



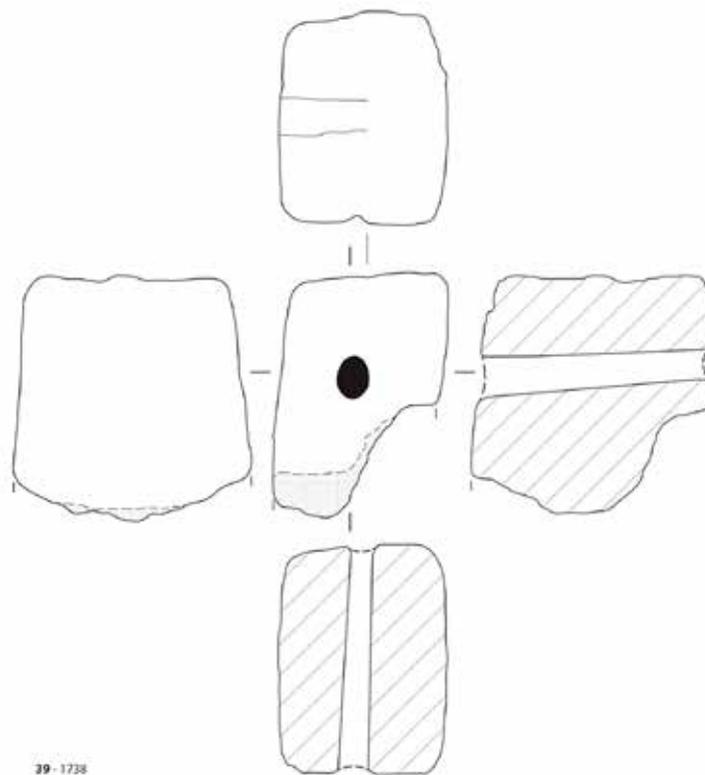
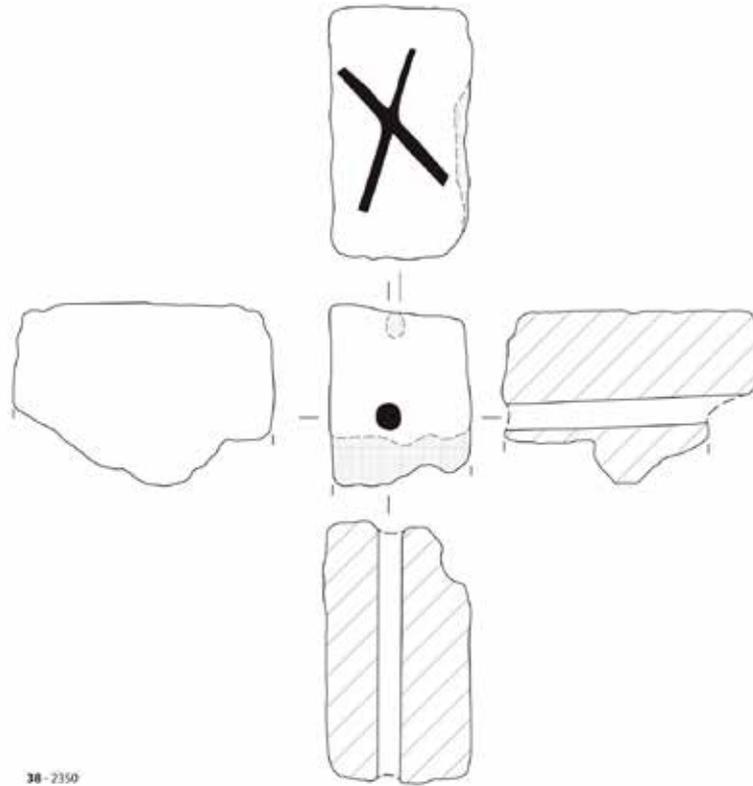
Figura 26  
Estampa Tipo 3-3



Fractura



Figura 27  
Estampa Tipo 3-4

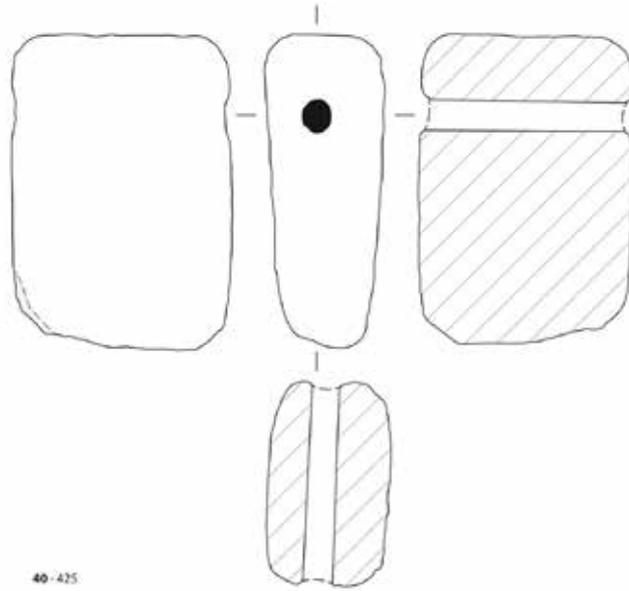


Fractura

39 - 1738

10 cm

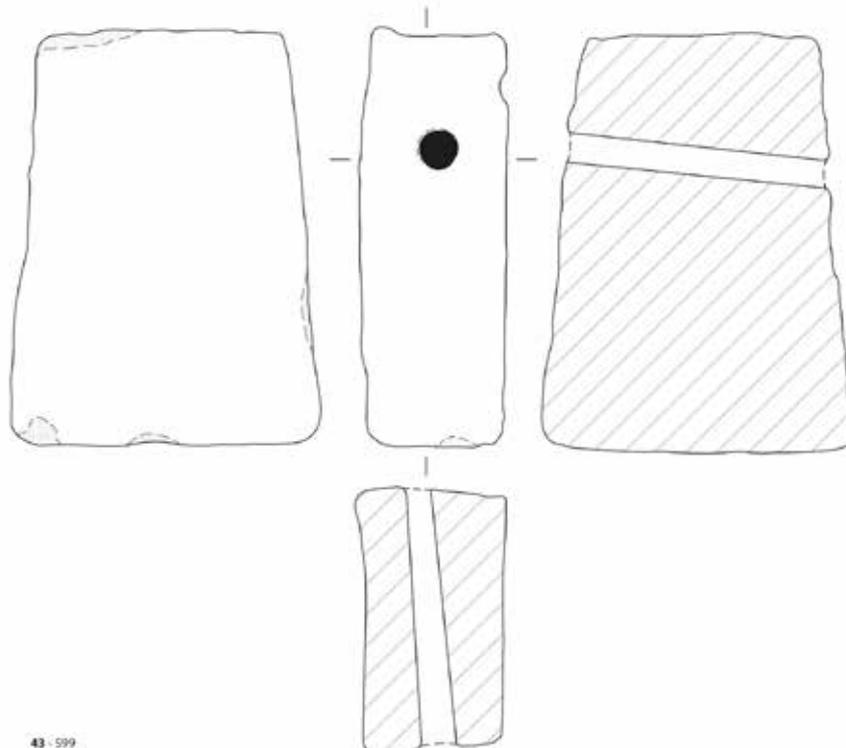
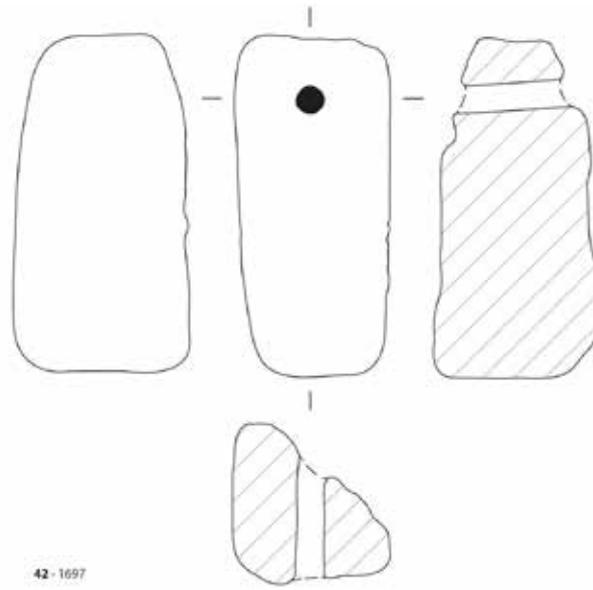
Figura 28  
Estampa Tipo 3-5



Fractura  
Pedra

10 cm

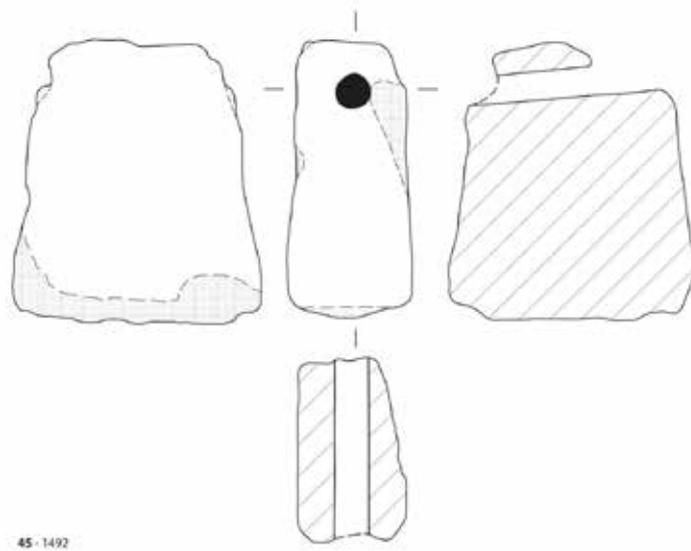
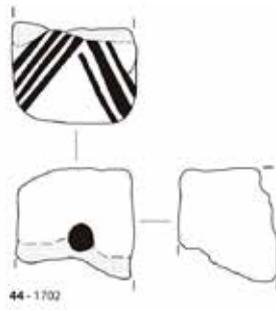
Figura 29  
Estampa Tipo 3-6



Fractura



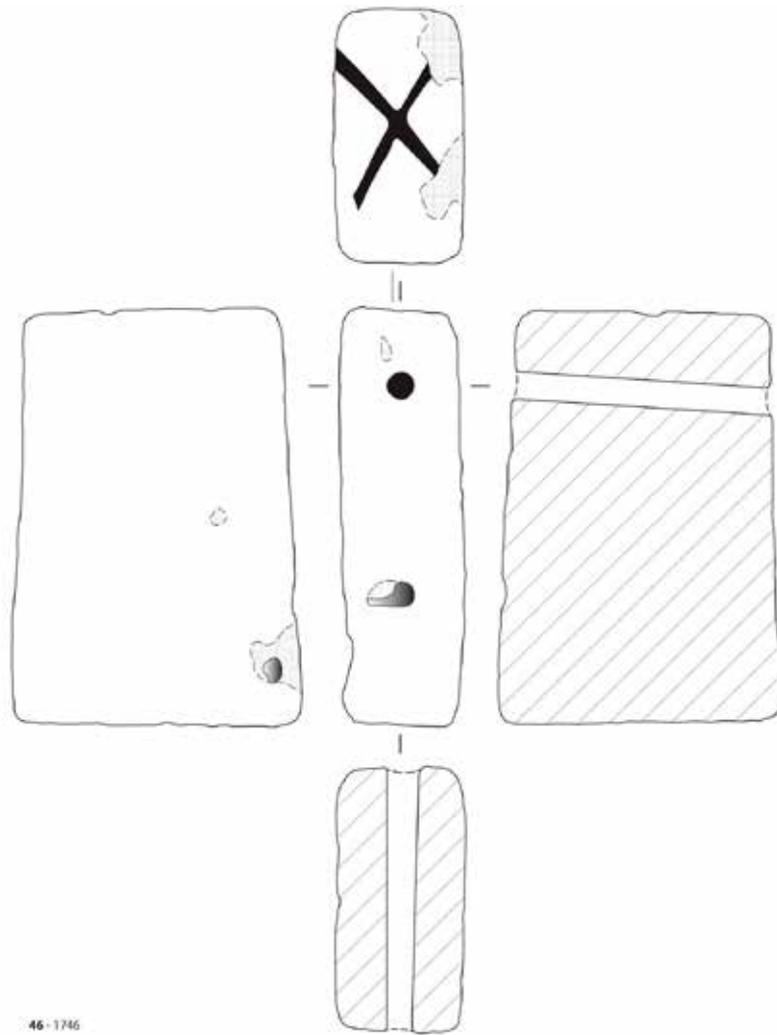
Figura 30  
Estampa Tipo 3-7



Fractura



Figura 31  
Estampa Tipo 3-8

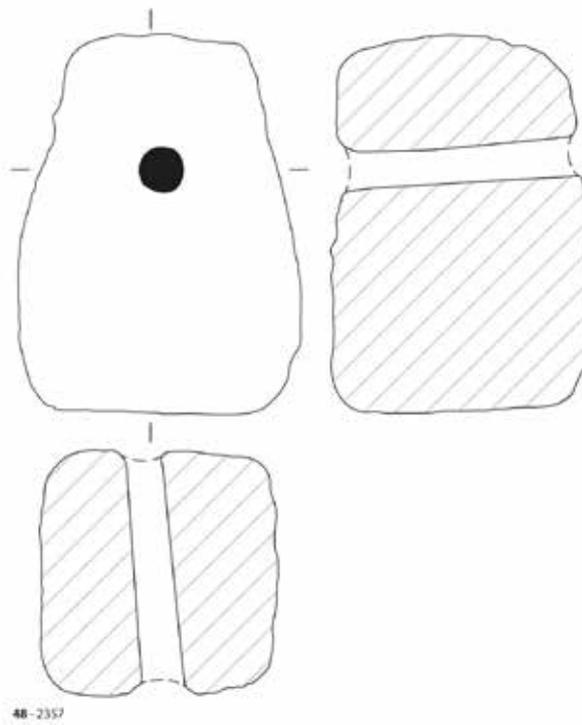
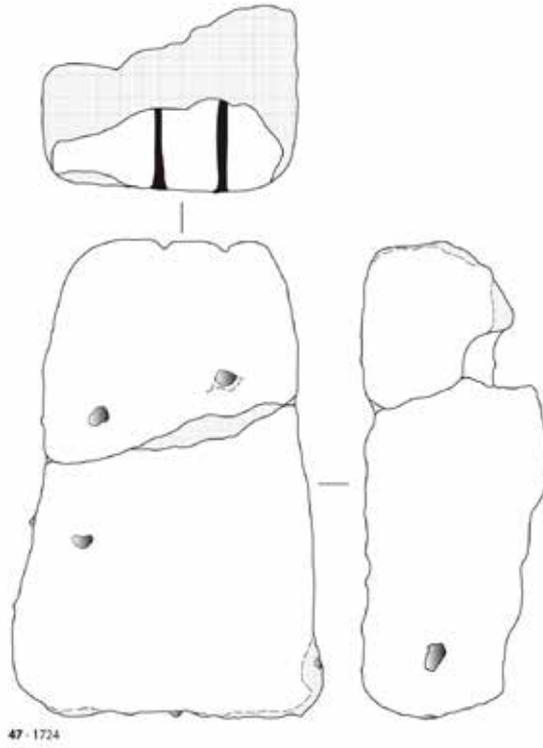


46-1746

Fractura  
Pedra

10 cm

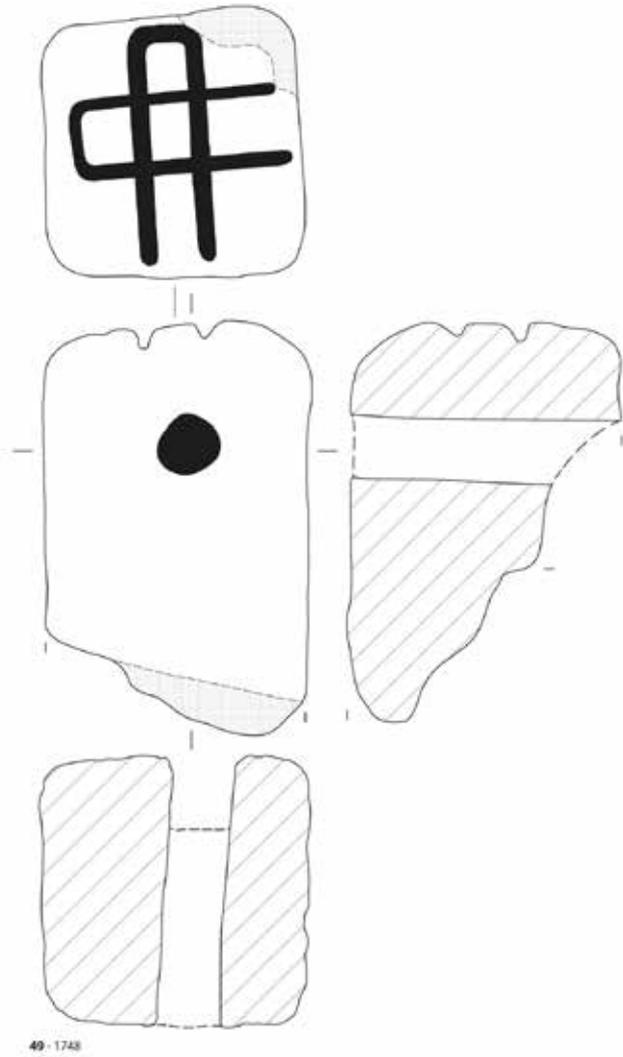
Figura 32  
Estampa Tipo 3-9



Fractura  
Pedra

10 cm

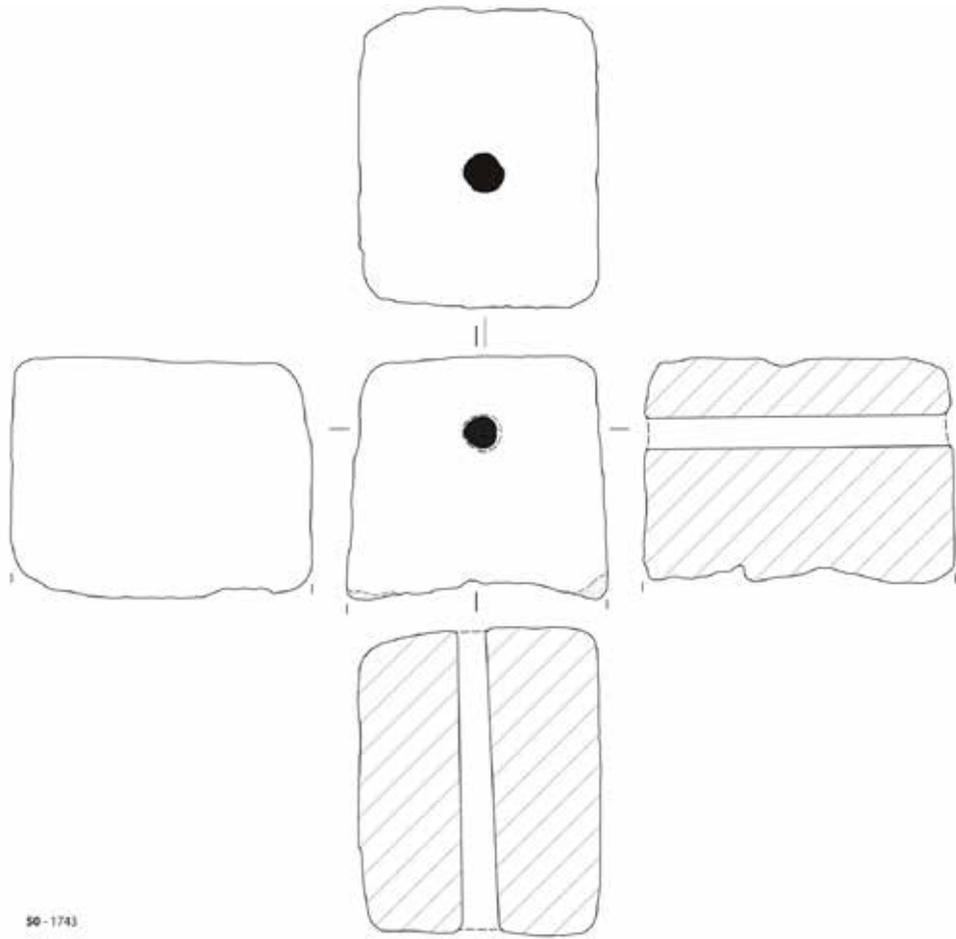
Figura 33  
Estampa Tipo 4-1



Fractura



Figura 34  
Estampa Tipo 4-2



Fractura



Figura 35  
Estampa Tipo 4-3

## Conclusões

O Monte dos Castelinhos, apresenta características que permitem enquadrá-lo na estratégia de povoamento que se construiu no período romano para este concelho. Os principais elementos para a construção dessa malha de povoamento foram duas vias de circulação, uma terrestre e outra fluvial. Para além desse enquadramento o sítio encontra-se nas proximidades de uma cidade portuária que teve um papel relevante no processo da implementação romana no território peninsular. Esta cidade portuária, conhecida na Antiguidade como *Felicitas Iulia Olisipo*, foi também importante pelo fluxo de gente que por aqui passava, pelo comércio que nela se desenrolava e por ter sido uma plataforma de entrada para o interior do território a nível terrestre e uma plataforma de saída por via marítima para as províncias do mundo romano.

A proximidade com o Tejo e com essa cidade portuária, tal como as condições geográficas do concelho que apontam para a possibilidade de existirem várias *villae* ligadas a outros povoamentos portuários (como é o caso de Povos), são aspectos a ter em conta quando se tenta traçar conceitos para a tipologia do Monte dos Castelinhos durante a ocupação romana.

A ideia de que teria sido uma fortificação romana devido à sua estrutura de implementação no terreno, às malhas defensivas e aos materiais bélicos descobertos ao longo das intervenções arqueológicas. Por outro lado o local apresenta características que apontam para um território portuário com uma possível produção agrícola. Devido ao estudo que foi feito sobre os pesos de tear, pode-se colocar a questão de ter existido neste local um trabalho de manufacturas, destacando-se por enquanto a tecnologia têxtil.

Tendo em conta o significativo número de pesos de tear até à data descobertos e se as escavações que se seguirem revelarem mais elementos ou outros instrumentos da tecelagem e da fição como os cossoiros, o sítio apresentará então condições para se considerar a possibilidade de uma produção têxtil com um intuito comercial e não apenas doméstico, que beneficiaria das condições portuárias do sítio e da proximidade com a estrada romana. Esta ideia de uma produção têxtil com destino ao comércio, enquadrar-se-ia no que foi apresentado no último tópico do trabalho, em que o artesanato e a produção de manufacturas contribuiu para o crescimento de várias cidades das províncias do mundo romano e para o fortalecimento dos contactos com outros povos.

---

## BIBLIOGRAFIA

### Cartográfica:

CMP – Esc. 1:25000, folha 390 – Vila Franca de Xira, série M 888, edição 5 – 2009 (Instituto Geográfico do Exército).

CGP – Esc. 1:50000, folha 30-D, Alenquer – 1965 (Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos).

### Suporte Documental:

A.A.V.V. (1979) – Trouvailles diverses. Conclusions generales. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R., ed. – *Fouilles de Conimbriga*. Paris: De Boccard. Vol. VII, p. 54-84.

ALARCÃO, J. (1974) – *Portugal Romano*. Lisboa: Verbo, p. 64.

ALFARO GINER, C. (1997) – *El tejido en época romana*. Madrid: Arco Libros. 80 p.

CAMACHO, C.; CALAIS, C.; NUNES, G. (1996) – A Presença Romana no Concelho de Vila Franca de Xira: investigar, divulgar e animar. In FILIPE, G.; RAPOSO, J., coord. – *Actas das Primeiras Jornadas Sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado: ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (1991)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p. 179-191.

CARDOSO, J. (2011) – *Arqueologia do concelho de Oeiras: do Paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 125-148.

- COIXÃO, A.; NALDINHO, S. (2011) – A Tecnologia Têxtil. In RIBEIRO, J. M. C.; COIXÃO, A. N. S., coord. – *Côavisão: cultura e ciência*. 13. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, p. 85-107.
- FORBES, R. (1964) – *Studies in Ancient Technology*. vol. IV. Leiden: E. J. Brill. 2.ªed, p. 196-243.
- GONÇALVES, A.; CARVALHO, P.; ALARCÃO, J., coord. (2010) – Castelo da Lousa-Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002. In *STVDIA LUSITANA*. 5. Mérida: Artes Gráficas Rejas, p. 324-443.
- MOREL, J. P. (1991) – O Artesão. In GIARDINA, Andrea (direc.) – *O Homem Romano*. VIII. Lisboa: Editorial Presença, p. 181-202.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; NORTON, J. (2008) – O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos. *Al-madan*. Almada. Série II, 16, p. 26-37.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2009) – *Relatório da escavação arqueológica do Monte dos Castelinhos 08*. Município de Vila Franca de Xira: Divisão de Patrimónios e Museus. 121 p.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2011) – *Relatório da escavação arqueológica do Monte dos Castelinhos 09*. Município de Vila Franca de Xira: Divisão de Patrimónios e Museus. 130 p.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2011a) – *Relatório da escavação arqueológica do Monte dos Castelinhos 2010*. Município de Vila Franca de Xira: Divisão de Patrimónios e Museus. 116 p.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – *O Acampamento Romano do Alto dos Cacos: Almeirim*. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural de Almeirim, p. 43-65.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2012) – Sobre o povoamento romano ao longo da via de Olisipo a Scallabis. In *CIRA-ARQUEOLOGIA (Actas mesa redonda De Olisipo a Ierabriga)*. Vila Franca de Xira. 1, p. 41-63.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2012a) – *Relatório da escavação arqueológica do Monte dos Castelinhos 2011*. Município de Vila Franca de Xira: Divisão de Patrimónios e Museus. 109 p.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2014) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira: um sítio singular para o estudo da romanização do vale do Tejo. In *Actas da II Reunião Científica: As Paisagens da Romanização – Fortins e ocupação do território no séc. II a.C. – I d.C.* (Redondo e Alandroal-2012). [S.l.]: Anejos de Archivo Español de Arqueologia. LXX, p. 125-141.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2014a) – *Relatório Final PNTA Monte dos Castelinhos: Povoamento e Dinâmicas de ocupação em época romana republicana no vale do Tejo. 2010-2013*. Município de Vila Franca de Xira: Divisão de Patrimónios e Museus, p.19.
- SEPÚLVEDA, E.; SANTOS, P.; FERREIRA, M.; FARIA, J. (2007) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 5: almofarizes de produção bética, pesos e cossoiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:2, p. 255-284.
- SILVA, M.; OLIVEIRA, P. (1999) – Estudo tipológico dos cossoiros do Museu da Sociedade Martins Sarmiento (Citânia de Briteiros, Castro de Sabroso e proveniência diversa). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 2, p. 633-659.

## › Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe – Santarém

**CARLOS FABIÃO** FLUL/UNIARQ

**TERESA RITA PEREIRA** UNIARQ/FCT

**JOÃO PIMENTA** CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX/UNIARQ

### RESUMO

Apresenta-se um conjunto de artefactos metálicos recolhido por métodos não arqueológicos no sítio de Chões de Alpompe, Santarém, usualmente interpretado como povoado pré-romano, utilizado como estabelecimento militar romano, desde os finais do século II a.C. até ao período sertoriano. O conjunto confirma esta utilização militar, sendo particularmente expressivas as provas de um fabrico local de *glandes plumbeae*. A presença de pequenos lingotes de prata e ouro sugerem também a possibilidade de ali terem existido oficinas de trabalho sobre estes metais. Bastante expressiva afigura-se a presença de um possível lingote com marcas de trísceles impressas, um motivo iconográfico típico do noroeste peninsular, mas desconhecido nas iconografias meridionais.

### SUMMARY

The paper presents the study of some metallic archaeological artefacts collected at Chões de Alpompe, Santarém, a pre Roman archaeological site usually associated with the Roman Republican army, from the Second Century BC until the Sertorius' rebellion times. The artefact group confirms the site's military use, namely by the expressive presence of a large amount of locally made *glandes plumbeae*. The presence of some small silver and gold ingots may suggest the local presence of jewellery workshops. Particular relevance was given to a possible ingot bearing impressions of *triskles*, an iconographic motive absent in the Southern areas of the Iberian Peninsula, but very frequent at the North-western areas.

“Na assenta dos «Chões» dominando os dois rios (Tejo e Alviela), houve edifícios térreos dos romanos com algumas pedras de mistura. Reconhecemos parapeitos e redutos térreos e muitos detritos de argila, de bronze e de ferro, juncando o chão e amontoando-se nas ravinas dos outeiros, sobre a encosta do Tejo.” (Saa, 1956, p. 169)

### Preâmbulo

Em 2013, no âmbito da organização de uma exposição no Museu Nacional de Arqueologia sobre o sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos e o seu enquadramento no processo de conquista romana no Vale do Tejo, surgiu a necessidade de criar uma área expositiva sobre a estação dos Chões de Alpompe e suas problemáticas.

Esse propósito inicial esbarrou com a escassez de espólios existentes nos Museus Nacionais provenientes deste enigmático sítio ribatejano. Tal situação era algo insólita, visto a relevância que o local assumiu desde cedo na literatura da especialidade, oscilando a sua interpretação quer como o *ubi* da cidade de *Morón*, quer como o suposto acampamento militar de *Decimus Junius Brutus*, associado à expedição setentrional de 138 a.C. a que alude Estrabão (III.3.1).

Olhando com atenção a já vasta bibliografia produzida sobre o sítio e suas problemáticas, é de comum tom o facto de os autores que a ele se têm referido, sublinharem a abundância de material de cronologia romana republicana aí recolhidos em qualquer visita.

Uma das questões que suscitou o nosso interesse foi a referência à recolha de peças de equipamento militar, algumas de inegável ineditismo no panorama nacional. O presente trabalho resulta desta curiosidade e traduz um percurso de investigação que nos conduziu a Torres Novas, a uma importante coleção privada de arqueologia proveniente dos Chões, e à Quinta de Alpompé (detentora do espaço) e ao seu proprietário Sr. Edmundo Albergaria a quem aproveitamos para agradecer publicamente o seu bom acolhimento e a oportunidade de em sua companhia ter percorrido o planalto do Alviela.

A primeira referência a esta coleção foi apresentada por José Ruivo, no *II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*, realizado no Porto e publicado em 1997. Aqui foi estudado o conjunto numismático, recolhido no planalto do Alviela e assumido que este resulta da atividade de detectorismo. O conjunto é assaz expressivo, o maior de moedas romanas republicanas de perda individual até hoje registado no ocidente da Península Ibérica, e passou a ser um marco para o estudo do sítio e do período romano republicano no vale do Tejo.

É pertinente para o presente trabalho determo-nos um pouco sobre este conjunto: ele é composto por um pequeno tesouro de 20 denários e por 131 unidades correspondentes a perdas isoladas (Ruivo, 1999). Destas, 128 são anteriores a 80 a.C. e três pertencem já ao reinado de Augusto. Tendo em consideração estes elementos, José Ruivo sugeriu que o local teria sido abandonado não na época de César, como já tinha sido proposto (Diogo, 1993, p. 219; Diogo e Trindade, 1993-94, p. 270), mas no âmbito dos conflitos Sertorianos (Ruivo, 1999, p. 106), ainda que ficasse por explicar a presença dos numismas mais tardios. Contudo, por se tratar de uma plataforma tão ampla, não se descartará a possibilidade de ali se conservarem vestígios de distintas ocupações não necessariamente contínuas ou relacionadas entre si. No mesmo texto, alude-se ainda à presença, numa coleção particular, de artefactos de equipamento militar, nomeadamente *glandes plumbeae*, que ainda conservam as rebarbas indicadoras de um fabrico local, em molde (Ruivo, 1999, p. 102, proposta reforçada em Fabião, 2004, p. 58).

Tendo presente esta referência, um de nós (J.P.) contactou José Ruivo e através dele entrou em diálogo com o detentor da coleção privada. Este, tal como outrora tinha agido para o estudo dos numismas, mostrou-se muito colaborante e cedeu o conjunto metálico para registo e estudo. Face à importância da coleção efetuaram-se diligências a fim de esta ser depositada num Museu, tendo o colecionador demonstrado interesse que fosse no Museu Municipal de Torres Novas.

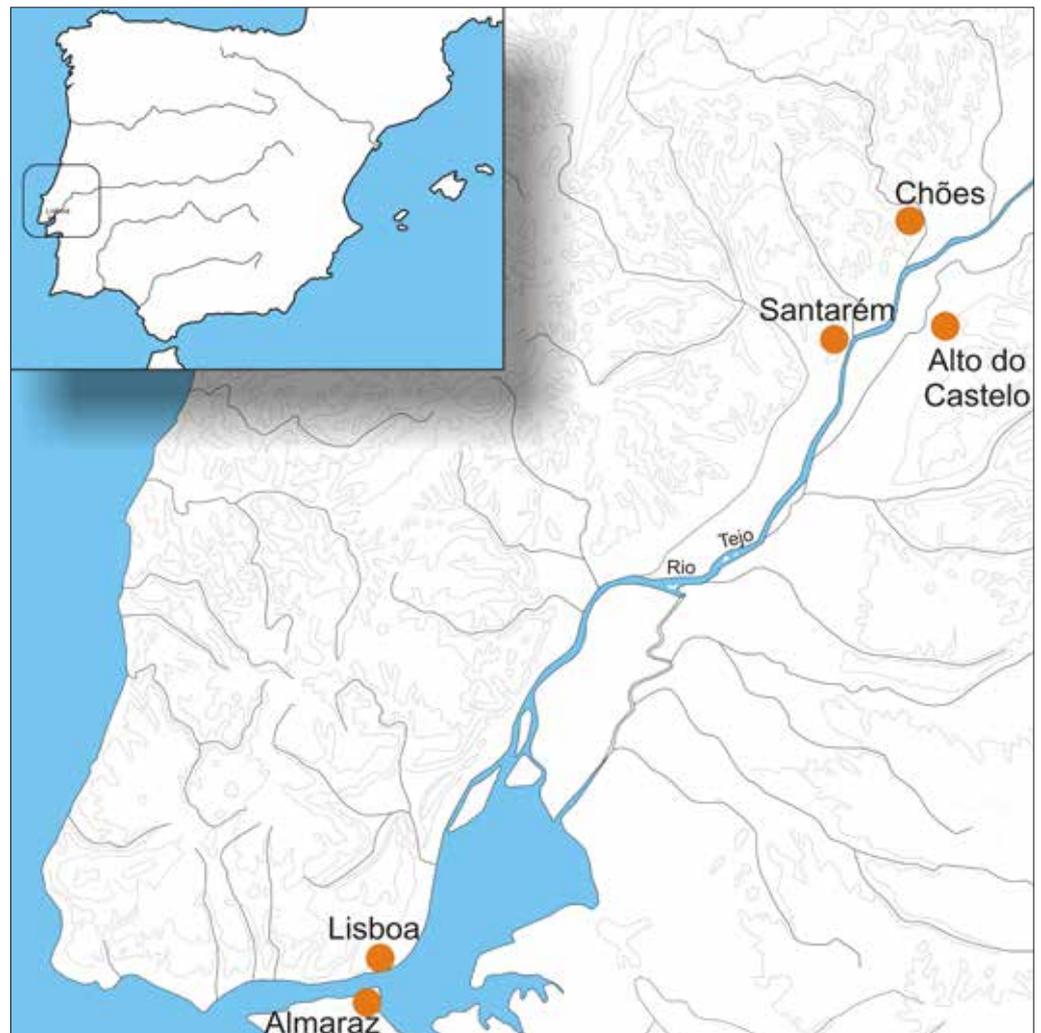
Apesar de todos os problemas éticos e científicos que o estudo de um conjunto com esta proveniência e natureza coloca à partida, pareceu-nos que era nosso dever trazer à comunidade arqueológica um conjunto relevante de informação que sem dúvida traz nova luz ao estudo do sítio e à movimentação militar romana no ocidente peninsular. Sublinhe-se, porém, que trabalhar informação resultante de recolhas com recurso a detectores de metais suscita naturais problemas na hora de estabelecer comparações. Somente a título de exemplo, refira-se o caso do povoado de San Sixto, Encinasola, Huelva, de onde procedem as conhecidas *glandes* de Sertório (Chic García, 1986), mas cujas recentes escavações não forneceram qualquer novo exemplar; ou o igualmente expressivo caso do Castelo das Juntas, Moura, onde se identificou um substancial conjunto de *glandes*, depois de um processo de escavação que apenas logrou identificar seis artefactos deste tipo (Mataloto, 2014).

São casos que nos alertam para as limitações decorrentes de tentar comparar casos resultantes de recolha seletiva de metais arqueológicos com conjuntos obtidos no decurso de escavações de carácter científico.

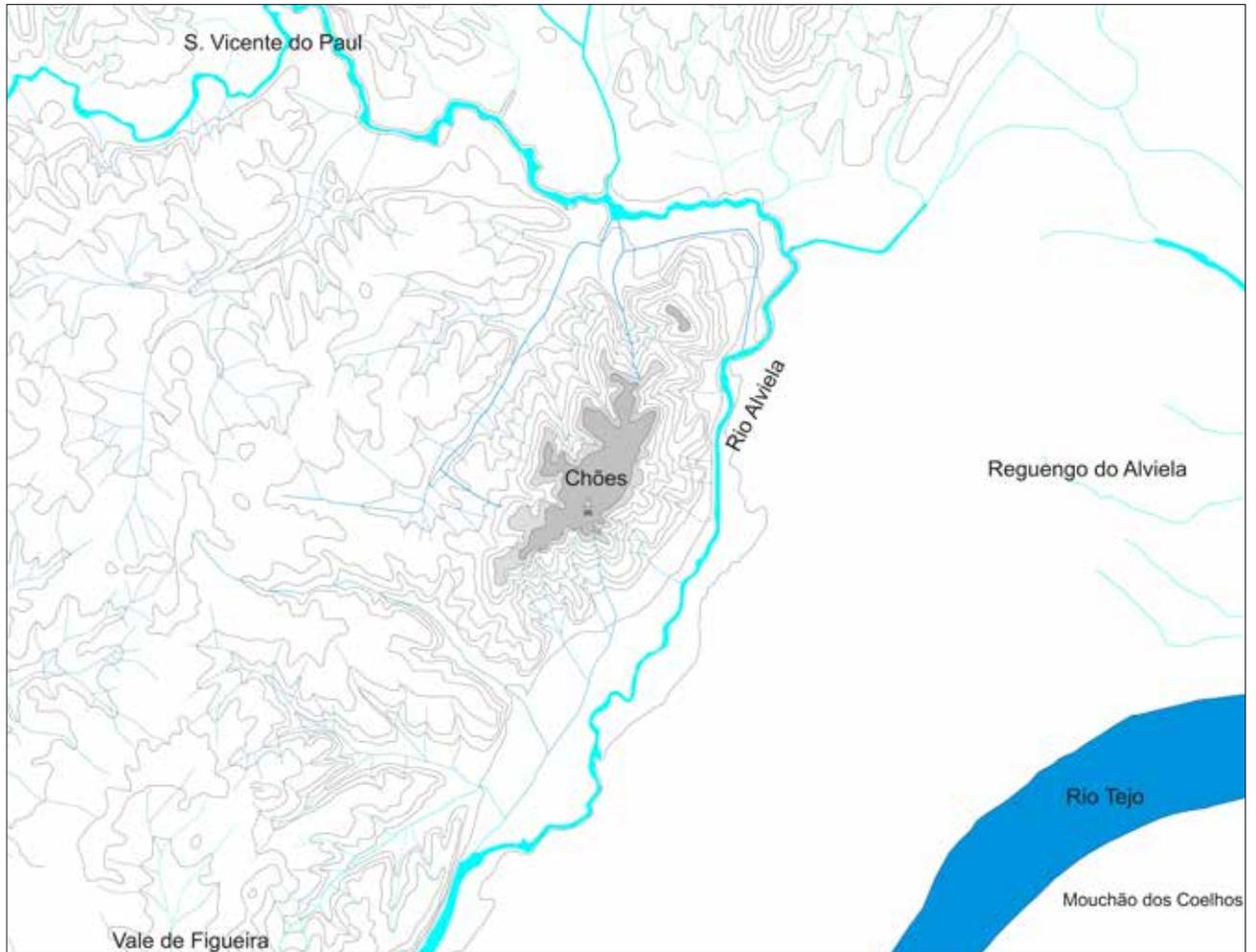
Paralelamente a este estudo, deparámo-nos com um pequeno conjunto de metais, provenientes dos Chões e depositado nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia. Tal como o conjunto anterior, os materiais do Museu de Belém, carecem de contexto primário. Perante a coerência com os dados do presente estudo, decidimos incluir a sua informação. Aproveitamos para agradecer ao Sr. Diretor do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. António Carvalho, a autorização para a sua análise.

### 1. Introdução

O sítio arqueológico de Chões de Alpompe, freguesia de S. Vicente do Paúl, concelho de Santarém, corresponde a um vasto e recortado planalto de mais de 20 hectares, com 96 metros de altitude máxima, implantado sobre o rio Alviela, a escassa distância da sua confluência com o rio Tejo. Diversos taludes nos seus limites, ainda hoje observáveis, sugerem a existência de fortificações complexas de características ainda desconhecidas – encontra-se registado na base de dados Endovélico da DGPC: CNS 245, [http:// arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sítios.resultados&subsid=4793](http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sítios.resultados&subsid=4793).



**Figura 1**  
Localização de Chões de Alpompe no vale do Tejo.



**Figura 2**  
Planta da área de Chões de Alampompé, com as curvas de nível e localização das linhas de água, produzida a partir da carta militar 1: 25 000, folha n.º 341 de 1969. A cinzento representa-se a área de dispersão dos materiais (Pimenta e Arruda, 2014).

Não é aqui o lugar para se fazer uma síntese da já vasta bibliografia produzida sobre o sítio e sua cultura material, importa porém referir que a localização estratégica do planalto faz com que este tenha sido procurado ao longo do tempo. Contudo, a vastidão do espaço permite supor que as distintas ocupações que foi conhecendo ao longo do tempo respondam a objetivos e a estratégias de utilização do espaço diferenciadas, não autorizando qualquer ideia de continuidade. A diacronia das ocupações de Alampompé estende-se desde o paleolítico, documentado na superfície dos terraços fluviais muito erodidos que compõem o planalto, até ao período islâmico (Pimenta; Arruda, 2014).

O período romano republicano constitui indubitavelmente a fase melhor conhecida, evidenciando precoces contactos com o mundo itálico em meados do século II a.C. A matriz militar da ocupação é muito forte e encontra-se consubstanciada na referência à existência de coleções de armamento e *militaria* recolhidos no sítio por detectoristas (Ruivo, 1999; Fabião, 2004 e 2006), um dos quais aqui se apresenta.

## 2. Enquadramento

O presente conjunto de materiais metálicos de Chões de Alampompé, encontra-se na posse de um colecionador particular em Torres Novas, desta coleção foi já publicado o expressivo conjunto de numismas (Ruivo, 1999).

Parece-nos assaz pertinente o seu estudo e divulgação, até porque podem ser discutidos não só no contexto do sítio propriamente dito, mas também em função dos recentes avanços da investigação que tem ocorrido nos últimos anos no Baixo-Tejo.

O conjunto é composto por armas, *militaria*, utilitários agroflorestais, objetos de adorno, ponderais, lingotes e restos de transformação metalúrgica que incluem chumbo, prata, ouro e um possível lingote metálico de composição indeterminada (ver Fig.30 – Inventário dos materiais aqui apresentados).

### 3. *Militaria*: as evidências materiais do exército romano

A designação *militaria* engloba o conjunto de instrumentos necessários à função militar, compreendendo por isso todo o equipamento militar, onde também se inclui o armamento. Cada uma destas categorias inclui subdivisões, como é o caso das armas, agrupadas quer pela sua função (ataque ou defesa), quer pela forma como são empunhadas (Quesada, 1997). Para este trabalho, e no que ao equipamento militar diz respeito, adotaremos as divisões estabelecidas por Michel Feugère, que apresenta a *militaria* recuperada em contextos civis da região de Hérault com uma divisão entre armas, elementos de *cingulum* e elementos de arreios de cavalo (Feugère, 2002, p.75). Acrescentaremos outra subcategoria que engloba os instrumentos utilitários agroflorestais, equipamento típico de sapador, que cada vez mais se tem evidenciado como forte expressão do registo material dos acampamentos militares de período romano-republicano, como podemos aferir nos exemplos de Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984) e no provável caso de Cabeça de Vaiamonte (Fabião, 1998).

#### 3.1. Armas: a expressividade numérica das glandes plumbeae

Um conjunto bastante numeroso de 112 exemplares de projéteis de funda em chumbo foi recuperado no sítio arqueológico de Chões de Alpompé (Santarém, Portugal) (Figura 3 a 7, 11, 14 e 15). Este número de exemplares parece coadunar-se com diferentes hipóteses interpretativas, que a bem da verdade não se excluem mutuamente: poderemos estar perante um cenário de campo de batalha e/ou de um momento de preparação da mesma, uma vez que grande parte deste lote poderá indiciar uma produção sob algum tipo de pressão; ou simplesmente de documentos comprovativos de um fabrico local de armamento. Tal facto não será de estranhar uma vez que a literatura clássica, nomeadamente algumas descrições bélicas do próprio Júlio César, mencionam a facilidade de fabricar *glandes* em vésperas da batalha ou durante a mesma (Gómez-Pantoja e Morales Hernández, 2008, p.38). Por esse motivo, é muito frequente que os conjuntos de projéteis se encontrem acompanhados de lingotes de chumbo que permitiriam aos *funditores* a elaboração destas armas. Contudo, não se poderá excluir a possibilidade de se tratar somente de vestígios de uma normal atividade de produção em contexto de estabelecimento militar.

É já longa a discussão sobre a logística de produção e abastecimento de armas aos exércitos em campanha na época tardo-republicana e da existência de *officinae* desta época (Quesada Sanz, 2006). Somente a título de exemplo, refira-se a aparente situação de conservação, provavelmente em uma caixa, das mais de 1800 glandes de Azuaga, com a marca de Q ME ou MET, ao que tudo indica associadas a *Q. Caecilius Metellus Pius* e ao conflito sertoriano, como Claude Domergue sugeriu, com base na evidência arqueológica e nas informações de índole histórica (Domergue, 1970), e não propriamente ao *Balearicus*, como outros autores já propuseram. Análoga explicação poderia ter o insólito achado de “(...) *uma boa provisão de*

*pelotas de chumbo (balas de dois bicos, do feitio de bolotas), que serviam aos fundibulários romanos (...)* no lugar de “terroal”, do Casal de Tamazim, referido por Mario Saa (Saa, 1956: 256-257). Embora em menor escala, é pertinente recordar os “nódulos” de glandes, ainda ligadas entre si, do depósito de armas de La Caridad, Caminreal, Terruel (Vicente; Punter; Ezquerria, 1997: 195). Em qualquer destes casos, parece tratar-se de depósitos de armas de fabrico local, no sítio de Terruel, sem mesmo se registarem os acabamentos finais, não havendo, por outro lado, qualquer indício de pressão ou ameaça a justificar produção “apressada”, mas simplesmente indícios de uma normal atividade da artesanaria militar.

De facto, e em oposição ao que sucede geralmente com outro tipo de armamento, o abandono destes elementos é relativamente comum, apesar de a dispersão territorial lata ser frequente em locais que foram palco de algum conflito bélico em campo aberto. Um dos exemplos mais interessantes é o estudo efetuado no lugar de Andagoste (Navarra, Espanha) onde foi definida com precisão a distribuição espacial de grande parte do armamento (Ocharán Larrondo e Unzueta Portilla, 2002), o que serviu para distinguir a movimentação de romanos e indígenas no campo de batalha, sendo de realçar a dispersão maioritária dos projéteis na zona exterior das construções defensivas romanas, ou seja, em uma deposição pós-lançamento. Outro lote de 63 projéteis provenientes do sítio arqueológico de Castelo das Juntas (Moura) permitiu a recolha de 38 destes exemplares concentrados em um mesmo

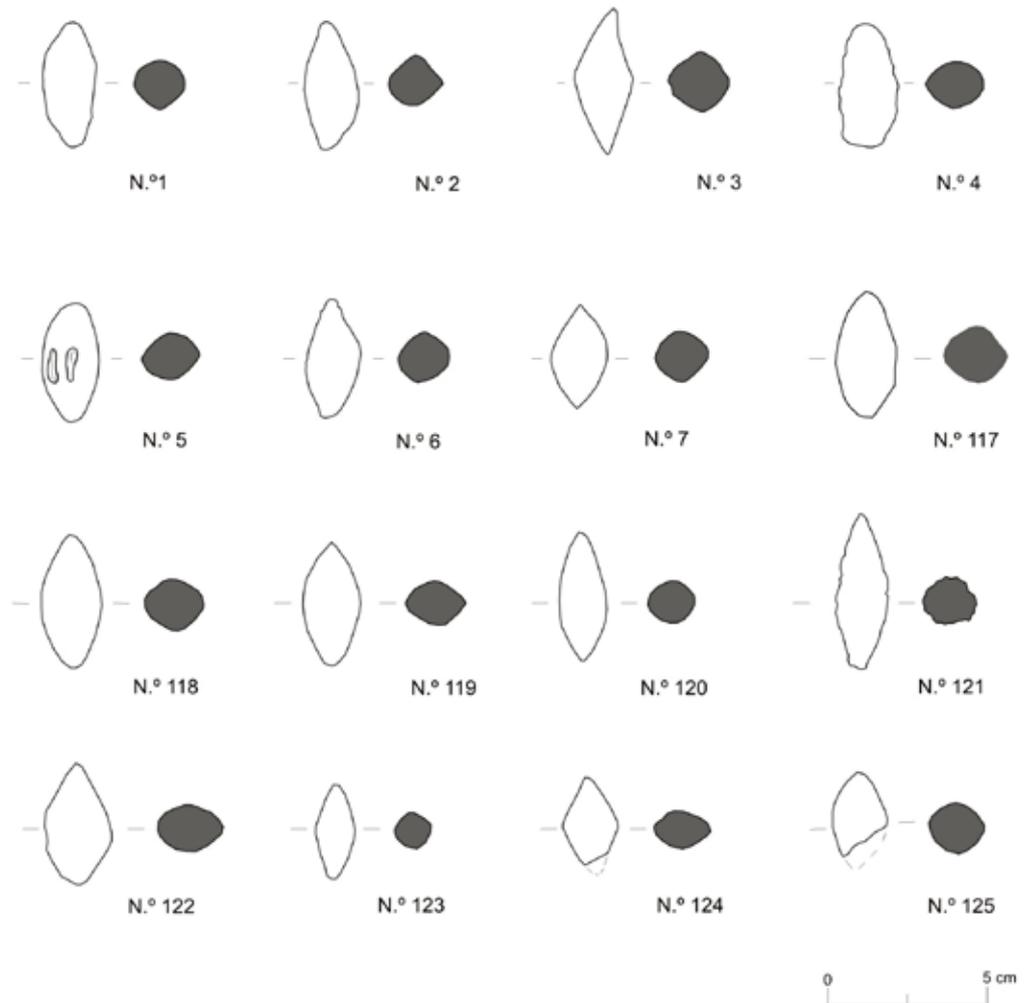


Figura 3  
Conjunto de glandes  
*plumbeae*.

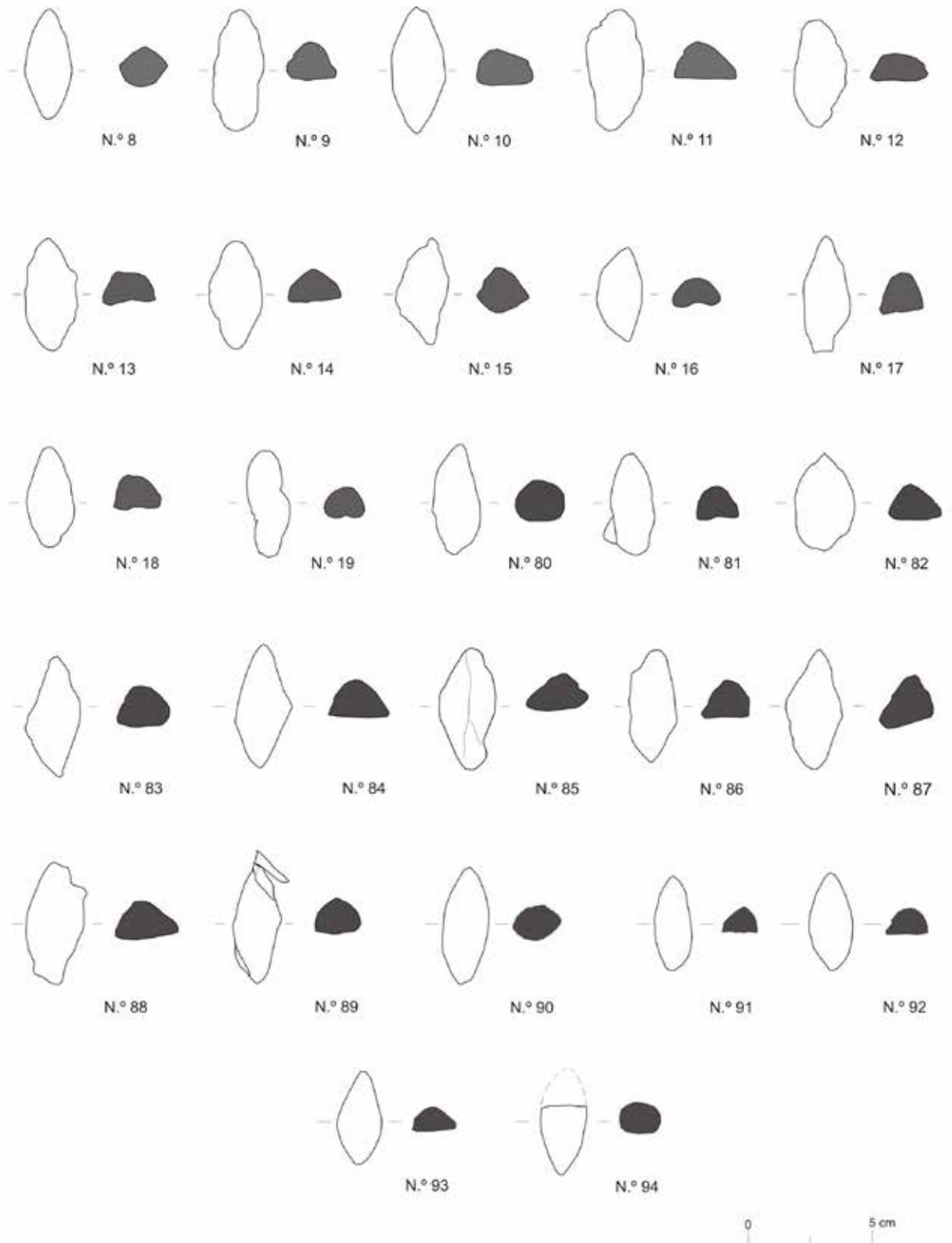


Figura 4  
Conjunto de *glandes plumbeae*.

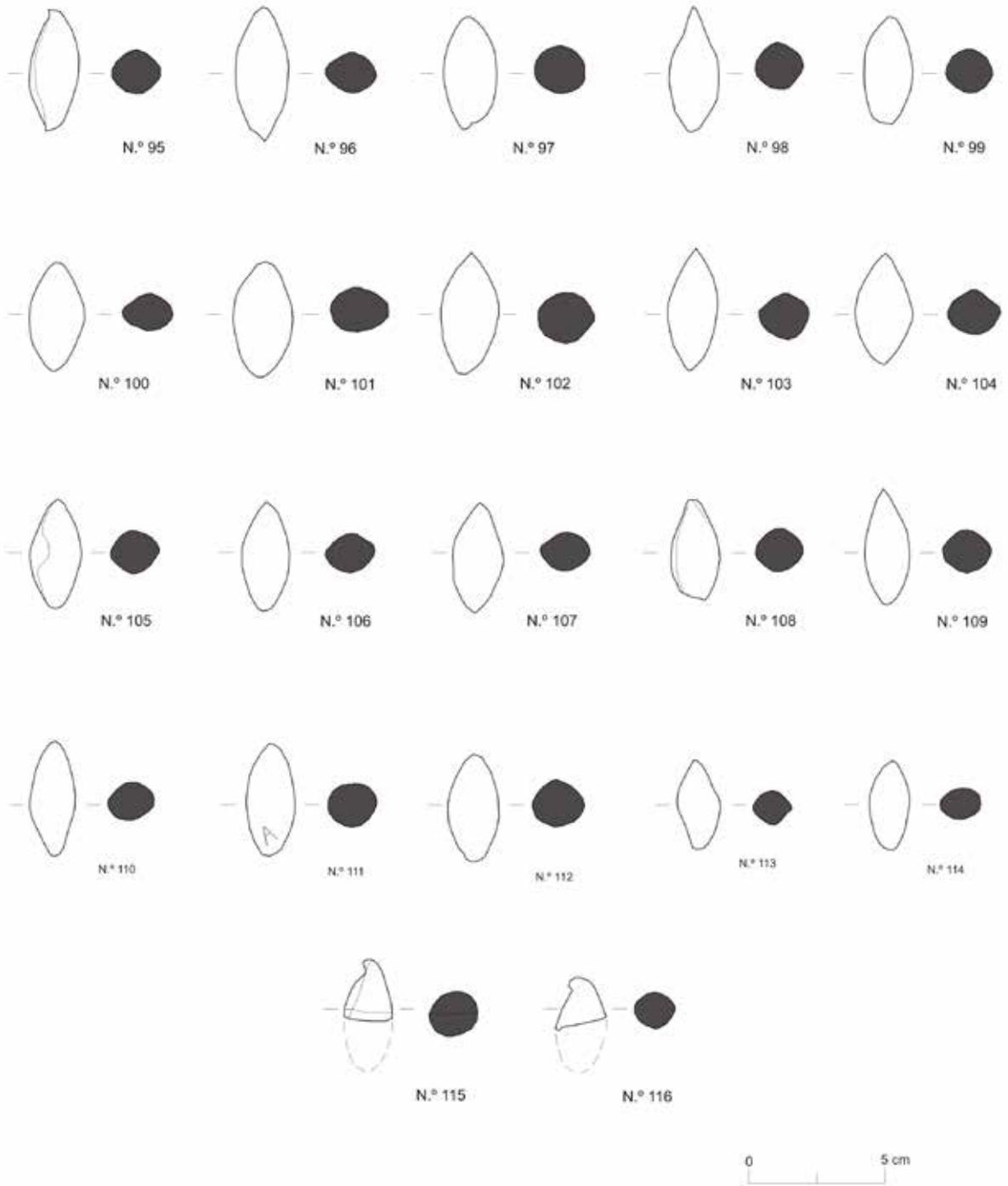


Figura 5  
Conjunto de *glandes plumbeae*.

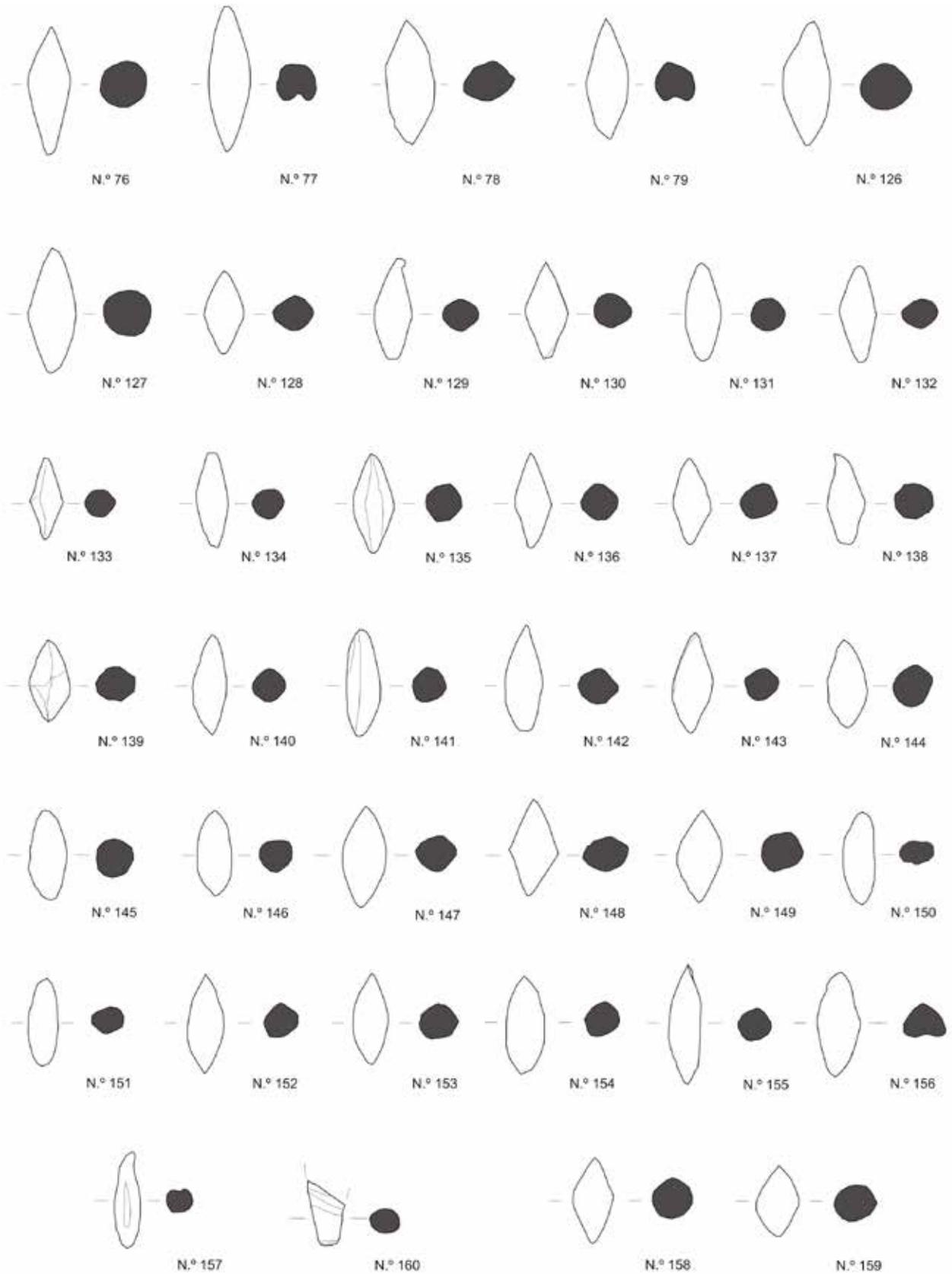


Figura 6  
 Conjunto de *glandes plumbeae*.

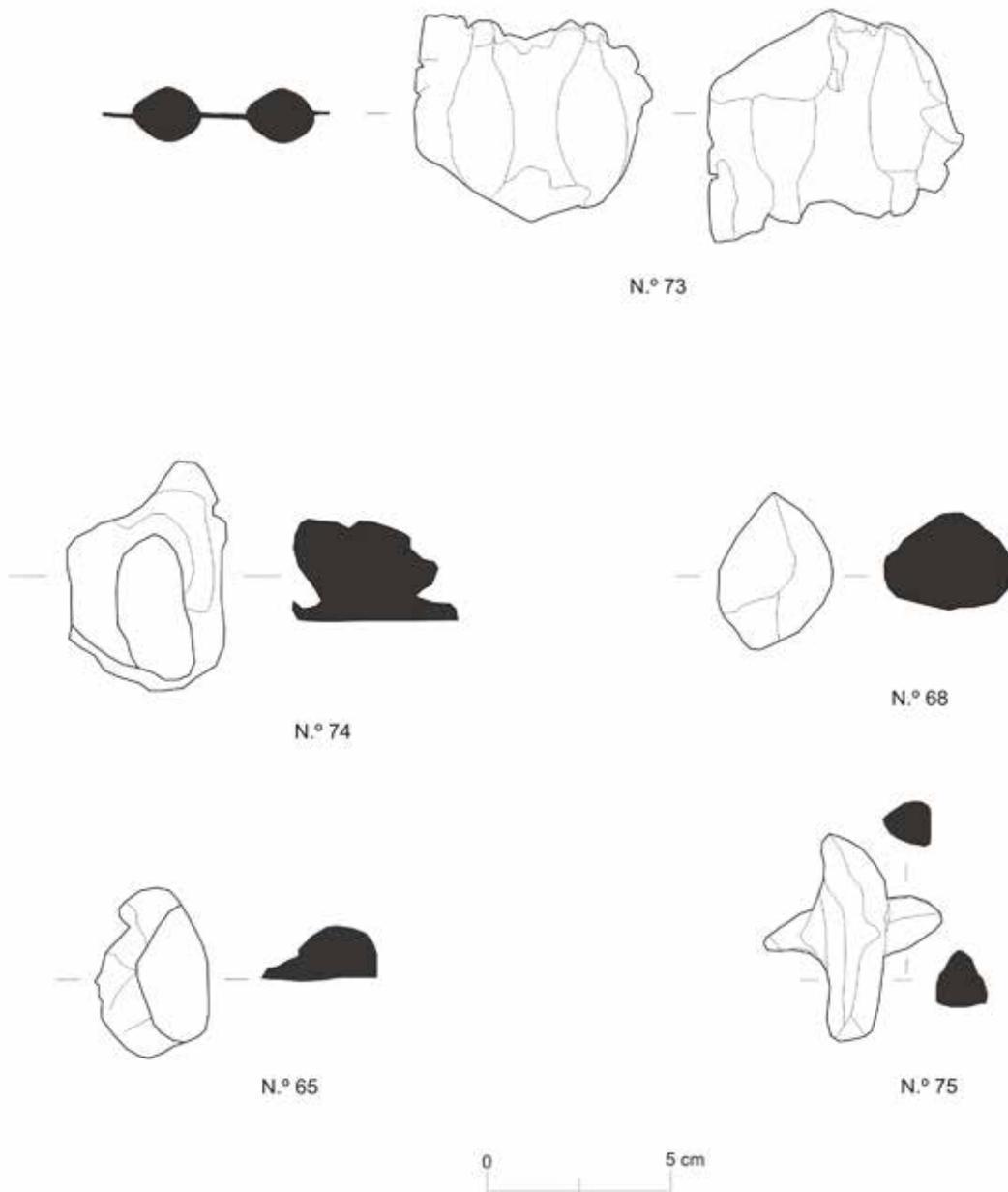


Figura 7  
Conjunto de *glandes plumbeae* em processo de fabrico.

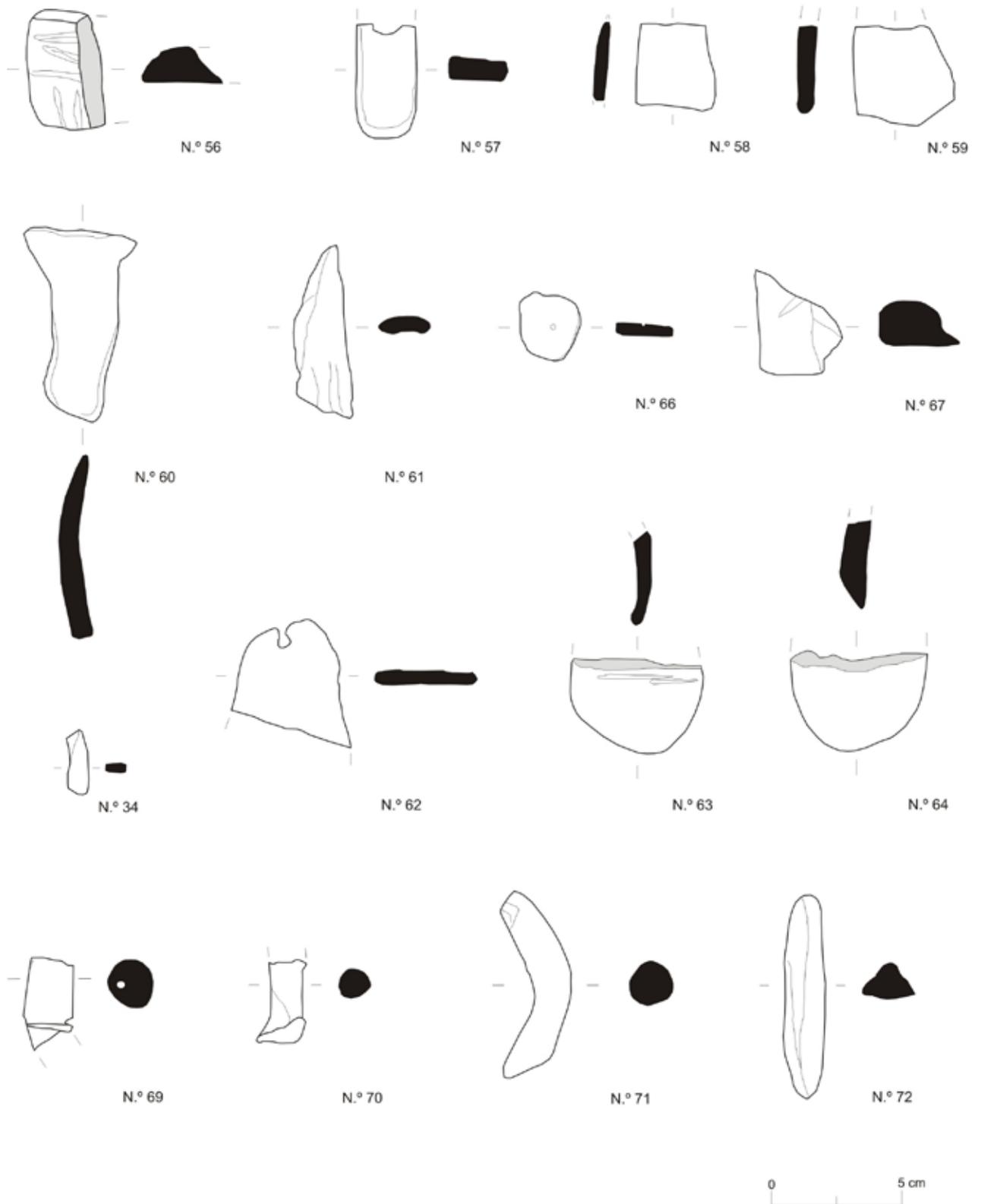
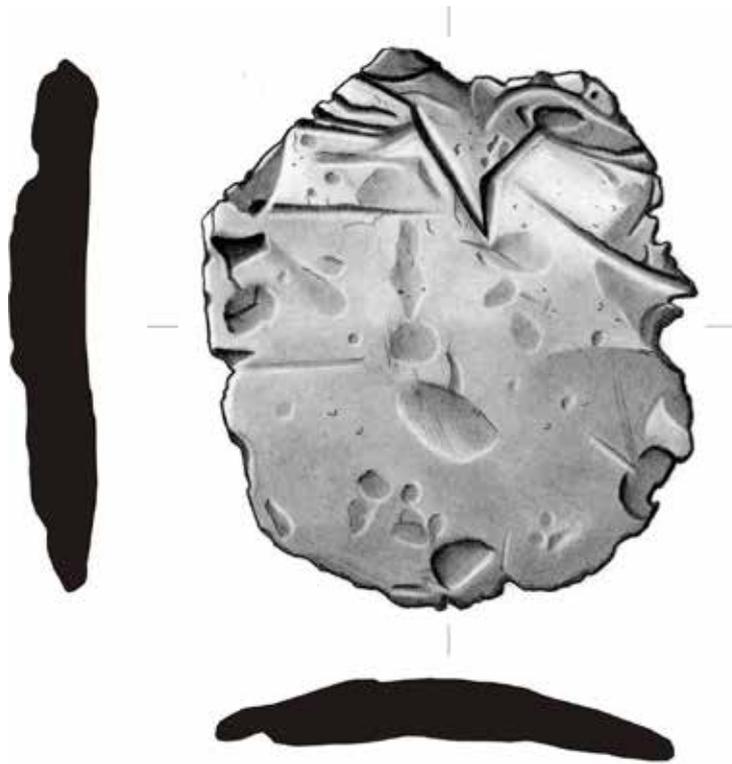
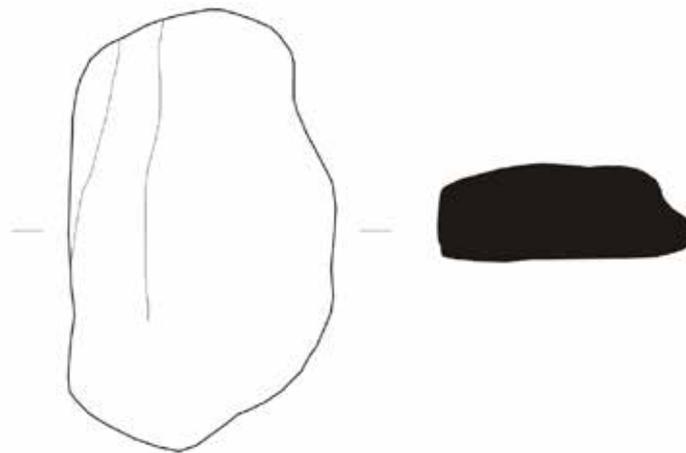


Figura 8  
Lingotes e/ou restos  
de transformação  
de chumbo.



N.º 54



N.º 55

0 5 cm

Figura 9  
Lingotes e/ou restos  
de transformação de  
chumbo.

local (Matalato, 2014, p.358). Esta concentração deverá ser testemunho de um pequeno depósito de um fundibulário.

Como sabemos, o lançamento das *glandes plumbeae* permite atingir longas distâncias e pretende-se que esta acção seja efetuada em momento anterior à luta corpo a corpo. Os fundibulários eram especializados naquela arma, que exigia muito tempo de treino, sendo por isso que as tropas romanas recorreram a auxiliares, entre os quais se destacam na literatura clássica os mercenários das ilhas Baleares e da ilha grega de Rodes (Quesada, 1997, p.475; 2008, p.17), ou, no registo arqueológico, os etólios do assédio a *Numantia* (Gomez-Pantoja.; Morales Hernández, 2008).

Os conjuntos de projéteis de funda conhecidos em território peninsular datam essencialmente de três períodos: o início da conquista romana (século II a.C.), as guerras sertorianas (80-75 a.C.) e as guerras cesarianas (meados do século I a.C.) (Quesada, 1997, p.476), assumindo de algum modo um valor de marcador cronológico, uma vez que o uso destes auxiliares parece ter sido abandonado nas últimas fases da conquista do território peninsular, como se documenta na literatura, pelo desaparecimento das referências aos fundibulários baleares (Miguel Ayala, 2002) e no registo arqueológico pela quase ausência destes artefactos (um único caso documentado) nos cenários bélicos da Cantábria (Peralta Labrador, 2007, p.497). Como se verá adiante a geografia de distribuição das glandes no ocidente peninsular aponta igualmente nesse sentido, uma vez que o grosso dos exemplares conhecidos se concentra sobretudo nas regiões meridionais. No caso do conjunto aqui apresentado, e uma vez que se encontra desprovido de contexto arqueológico, teremos de nos basear na cultura material ali recolhida e já publicada. Este local tem vindo a ser identificado com a cidade de *Móron* referida por Estrabão, que alegadamente serviu de base militar a Décimo Júnio Bruto no início da sua campanha contra os lusitanos – cerca de 138 a.C. O espólio ali recolhido coaduna-se com esta ocupação do século II a.C. e graças ao conjunto numismático foi possível antever uma “(...) ruptura em torno dos fins da década de 80, isto é, durante o conflito sertoriano.” (Fabião, 2002, p.151). Podemos assim avançar com precaução para a proposta de este conjunto se poder associar a um, ou a ambos os períodos bélicos: campanha de Júnio Bruto e/ou conflitos sertorianos ou a um período lato situado entre os fins do século II e a primeira metade do I a.C..

**Figura 10** Tabela de dados relativos ao conjunto de *glandes plumbeae* de Chões de Alpompe.

N.º	COMP. MÁXIMO	LARGURA MÁXIMA	PESO (GR.)	PROCESSO DE FABRICO	FORMA	SECÇÃO	TIPO (VÖLLING, 1990)
1	4	1,6	45,38	Moldagem	bicónica arredondada	circular	IIb
2	4	1,6	48,2	Moldagem	bicónica arredondada	circular	IIb
3	4,5	1,9	63,21	Moldagem	bicónica afilada	circular	IIa
4	4	1,9	46,13	Moldagem	bicónica afilada	circular	IIa
5	3,8	1,7	52,84	Moldagem	ovóide	circular	Ia
6	3,8	1,7	44,7	Moldagem	bicónica arredondada	circular	IIb
7	3,1	1,8	40,86	Moldagem	oliviforme	circular	Ic
8	4,4	1,8	68,65	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
9	4,9	2,1	77,26	Molde univalve	ovóide	semi-circular	Ia
10	5	2,4	82,17	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
11	5	2,4	85,02	Molde univalve	ovóide irregular	semi-circular	Ib
12	4,4	2,2	45,57	Molde univalve	ovóide irregular	semi-circular	Ib
13	4,6	2,2	66,94	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb

14	4,3	2,2	46,14	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
15	4,4	2	62,5	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
16	3,5	1,9	38,87	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
17	4,8	1,9	62,21	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
18	4	1,9	57,47	Molde univalve	ovóide irregular	semi-circular	Ib
19	4,4	1,7	45,3	Molde univalve	ovóide	semi-circular	Ia
65	4,7	2,85	69,8*	Em processo de moldagem – molde univalve	ovóide	semi-circular	Ia
68	4,2	3,1	162,64	Martelagem	ovóide irregular	circular	Ib
73	5,65	4,3	124,35*	Em processo de moldagem – molde univalve	ovóide	semi-circular	Ia
74	6,25	4,2	264,53*	Em processo de moldagem – molde univalve	ovóide	semi-circular	Ia
75	5,65	4,65	121,08*	Em processo de moldagem – molde univalve		semi-circular	
76	5,3	1,85	69,13	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
77	4,9	1,6	59,52	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
78	5,1	2,1	85,44	Martelagem	bicónica afilada	semi-circular	IIa
79	6,9	1,65	74,02	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
80	4,5	2	78,54	Molde univalve	ovóide irregular	semi-circular	Ib
81	4,15	1,8	59,38	Molde univalve	ovóide irregular	semi-circular	Ib
82	3,95	2,3	60,4	Molde univalve	ovóide irregular	semi-circular	Ib
83	4,65	1,8	67,78	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
84	4,9	2,3	75,54	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
85	4,9	2,25	73,82	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
86	4,9	2,4	82,7	Molde univalve	ovóide irregular	semi-circular	Ib
87	4,9	2,2	92,15	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
88	4,9	2,2	68,32	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
89	5,4	2,3	73,53	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
90	4,5	1,95	62,89	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
91	3,8	1,45	32,18	Molde univalve	ovóide irregular	semi-circular	Ib
92	3,8	1,07	30,78	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
93	3,7	1,8	32,81	Molde univalve	bicónica arredondada	semi-circular	IIb
94	2,85*	1,8*	42,87*	Molde univalve		semi-circular	
95	4,3	1,85	67,07	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
96	4,85	1,95	68,42	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
97	3,95	1,95	74,12	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
98	4,5	1,09	70,45	Molde bivalve	ovóide irregular	duplo semi-círculo	Ib
99	3,95	1,85	59,33	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
100	4	2	50,34	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
101	4,25	2,15	80,31	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
102	4,25	2,15	86,85	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
103	4,3	1,85	66,35	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
104	4	2,05	63,93	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
105	4,05	1,85	62,37	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb

106	3,9	1,8	52,55	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
107	3,75	1,9	47,99	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
108	3,9	1,89	61,04	Molde bivalve	ovóide irregular	duplo semi-círculo	Ib
109	4,1	1,8	61,18	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
110	4,2	1,7	51,79	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
111	4,1	1,8	64,76	Molde bivalve	ovóide	duplo semi-círculo	Ia
112	3,95	1,95	70,54	Molde bivalve	ovóide	duplo semi-círculo	Ia
113	3,25	1,65	33,93	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
114	3,3	1,55	27,56	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb
115	2,4*	1,9*	38,96*	Molde bivalve		duplo semi-círculo	
116	1,85*	1,9*	25,73*	Molde bivalve		duplo semi-círculo	
117	3,8	2,05	68,25	Moldagem	bicónica arredondada	circular	IIb
118	4,05	1,9	63,62	Moldagem	bicónica arredondada	circular	IIb
119	3,75	1,75	46,29	Moldagem	bicónica arredondada	circular	IIb
120	4,05	1,5	41,16	Moldagem	bicónica arredondada	circular	IIb
121	4,9	1,75	55,84	Moldagem	bicónica afilada	circular	IIa
122	3,07	2,15	60,72	Moldagem	bicónica arredondada	circular	IIb
123	2,09	1,3	22,06	Moldagem	bicónica afilada	circular	IIa
124	2,07*	1,8*	28,89*	Moldagem	oliviforme	irregular	Ic
125	2,07*	1,75*	37,72*	Moldagem	ovóide	irregular	Ia
126	5,05	1,95	87,39	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
127	5,01	2,05	83,14	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
128	3,35	1,75	37,88	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
129	4	1,55	39,26	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
130	3,85	1,07	28,03	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
131	3,95	1,5	35,83	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
132	4	1,5	30,69	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
133	3,35	1,45	21,93	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
134	3,85	1,03	28,45	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
135	4	1,65	43,54	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
136	3,9	1,55	41,1	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
137	3,5	1,65	37,11	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
138	3,6	1,6	41,63	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
139	3,03	1,75	36,98	Martelagem	bicónica arredondada	circular	IIb
140	4	1,4	35,66	Martelagem	bicónica arredondada	circular	IIb
141	4,3	1,5	42,72	Martelagem	ovóide	circular	Ia
142	4,45	1,6	49,04	Martelagem	ovóide irregular	circular	Ib
143	4,1	1,6	41,02	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
144	3,55	1,65	47,25	Martelagem	bicónica arredondada	circular	IIb
145	3,55	1,6	46,21	Martelagem	ovóide	circular	Ia
146	3,6	1,5	35,33	Martelagem	ovóide	circular	Ia
147	4,05	1,7	52,03	Martelagem	bicónica arredondada	circular	IIb
148	3,75	1,8	41,45	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
149	3,07	1,75	48,1	Martelagem	bicónica arredondada	circular	IIb
150	3,08	1,4	36,56	Martelagem	ovóide	circular	Ia
151	3,55	1,4	32,07	Martelagem	ovóide	circular	Ia
152	3,08	1,4	33,72	Martelagem	bicónica arredondada	circular	IIb

153	3,65	1,6	40,62	Martelagem	bicónica arredondada	circular	IIb
154	4	1,55	47,07	Martelagem	bicónica arredondada	circular	IIb
155	4,85	1,4	45,4	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
156	4,35	1,7	45,67	Martelagem	bicónica arredondada	circular	IIb
157	3,9	1,15	29,96	Martelagem	ovóide irregular	circular	Ib
158	3,55	1,75	47,79	Martelagem	bicónica arredondada	circular	IIb
159	3,05	1,8	38,51	Martelagem	oliviforme	circular	Ic
160	2,7*	1,3*	23,08*	Martelagem		circular	
2000.42.11	4,35	1,7	46,16	Martelagem	bicónica afilada	irregular	IIa
2000.42.12	4,05	1,3	30,63	Martelagem	bicónica afilada	circular	IIa
2000.42.13	4,4	1,8	69,48	Molde bivalve	bicónica arredondada	duplo semi-círculo	IIb

\*peça cortada ou incompleta

O conjunto de 112 projéteis de funda, dos quais 109 da coleção privada e três depositados no Museu Nacional de Arqueologia (*vide* Figura 20), representa o maior conhecido até ao momento em território português, seguido pelos 76 exemplares de Alto dos Cacos, Almeirim (Guerra, Pimenta e Sequeira, 2014); 67 do Castelo das Juntas, Moura (Mataloto, 2014, p.344); cinco de Cabeça de Vaiamonte, Monforte (Pereira, 2014, p.329); nove da Lomba do Canho, Arganil e do Casal da Cascalheira, Ulme, Chamusca; seis de Castelo da Lousa, Mourão; três de Mértola; Foz do Enxarrique, Vila Velha de Ródão; Balsa, Tavira; Sítio da Raimona, Mafra e Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira; duas glandes no Castelo de Torres Vedras; Azeitada, Almeirim; Vale de Tijolos, Almeirim; Alcáçova de Santarém; um exemplar de Alvor; Foz do rio Arade; Anta Grande do Zambujeiro, Évora; Porto do Sabugueiro, Salvaterra de Magos; Castelo Mendo, Almeida; Castelo dos Mouros de Cidadelhe, Pinhel; e Carviçais, Moncorvo; e ainda um número indeterminado de Segóvia, Elvas; Castelo Velho de Veiros, Estremoz; e Casal de Tamazim, Abrantes (*apud* Guerra e Pimenta, 2013, p.57). Temos assim um total nacional de 317 *glandes plumbeae*, sendo que o conjunto de Chões de Alompê contribui com 35,5% da amostra conhecida.

Estes projéteis foram maioritariamente obtidos por molde (62,5%), apesar de 42 exemplares terem sido obtidos por martelagem (37,5%). Os exemplares obtidos por molde bivalve são facilmente identificados pois grande parte apresenta rebarbas excedentárias e as marcas longitudinais de junção do molde que justificam uma secção da peça onde se identificam facilmente os dois semicírculos fundidos. No entanto um conjunto apreciável de 32 exemplares apresenta uma secção semicircular, ou seja, foram obtidos em molde univalve. Este dado poderá ser mais um dos indicadores de efetiva pressão aquando da elaboração de algumas destas armas, dado que possivelmente por falta de tempo, ou para aumento da rentabilidade/ produtividade, apenas foi utilizada uma das faces do molde bivalve. Uma das peças mais interessantes e caracterizadora do processo de fabrico de glandes em molde bivalve apresenta dois projéteis que ainda se encontram presos nas rebarbas e que por esse motivo nem chegaram a ser utilizados (Fig.7 e Fig.15, n.º 73), da observação desta peça resulta evidente o pouco cuidado colocado na sua elaboração. No caso concreto, as duas valvas do molde estariam mal ajustadas, gerando um espaço por onde se espalhou o chumbo fundente. O aspeto final é de uma placa de onde sobressaem as duas glandes, conservando ainda os respetivos cones por onde o metal foi vertido. Provavelmente, o fraco resultado final explicará por que razão não se procedeu ao seu acabamento, estando por isso destinada a placa a ser refundida para obtenção de novos projéteis.

**Figura 11**  
*Glandes plumbeae*  
 obtidas pelos distintos  
 processos  
 de fabrico  
 identificados  
 neste conjunto  
 (da esquerda para a  
 direita): martelagem  
 (2000.42.12), molde  
 bivalve (n.º 7) e molde  
 univalve (n.º 14).  
 Fotografia de João  
 Almeida.



À semelhança do que sucede com o conjunto do Castelo das Juntas, Moura (Mataloto, 2014), e tendo por base a mesma tipologia (Völling, 1990) utilizada pelo autor daquele estudo, pudemos identificar uma clara predominância das formas bicónicas de extremos arredondados (tipo IIb de Völling) que se encontra em 53 exemplares. Apesar de esta ser a forma predominante no total do conjunto, e na amostra das peças obtidas por molde, a verdade é que no caso das peças marteladas se observa que os exemplares bicónicos alongados e de extremos afilados (tipo IIa de Völling) são maioritários (Fig.12). As dimensões destes projéteis são bastante variadas, sendo que o comprimento máximo abrange um intervalo de valores entre os 2,1 e os 6,9 cm, com uma média que ronda os 4 cm, no caso dos exemplares martelados, e 4,2 cm nos obtidos por molde. Já a largura varia entre os 1,03 e os 4,65 cm com uma média de 1,9 cm, no caso dos exemplares obtidos por molde, e 1,6 cm no caso dos martelados. Podemos assim concluir que os projéteis obtidos por martelagem são ligeiramente menores do que os fabricados em molde.

**Figura 12** Dimensões e tipologia das *glandes plumbeae* de Chões de Alpompé.

COMPRIMENTO MÁXIMO	
Intervalo	2,09-6,9
Média	4,2
Moda	4
Média moldagem	4,3
Média martelagem	3,9
LARGURA MÁXIMA	
Intervalo	1,03-4,65
Média	1,9
Moda	1,8
Média moldagem	1,9
Média martelagem	1,6

PESO (GR.)			
Intervalo	21,93-162,64		
Média	55		
Moda	41		
Média moldagem	59		
Média martelagem	48		
TIPO (VÖLLING, 1990)	N.º GLANDES	MARTELAGEM	MOLDE
Ia-ovóide	13	5	8
Ib-ovóide irregular	13	3	10
Ic-oliviforme	2	1	1
Ila-bicónica afilada	26	22	4
IIb-bicónica arredondada	53	10	43
indeterminado	5	1	4
	112	42	70

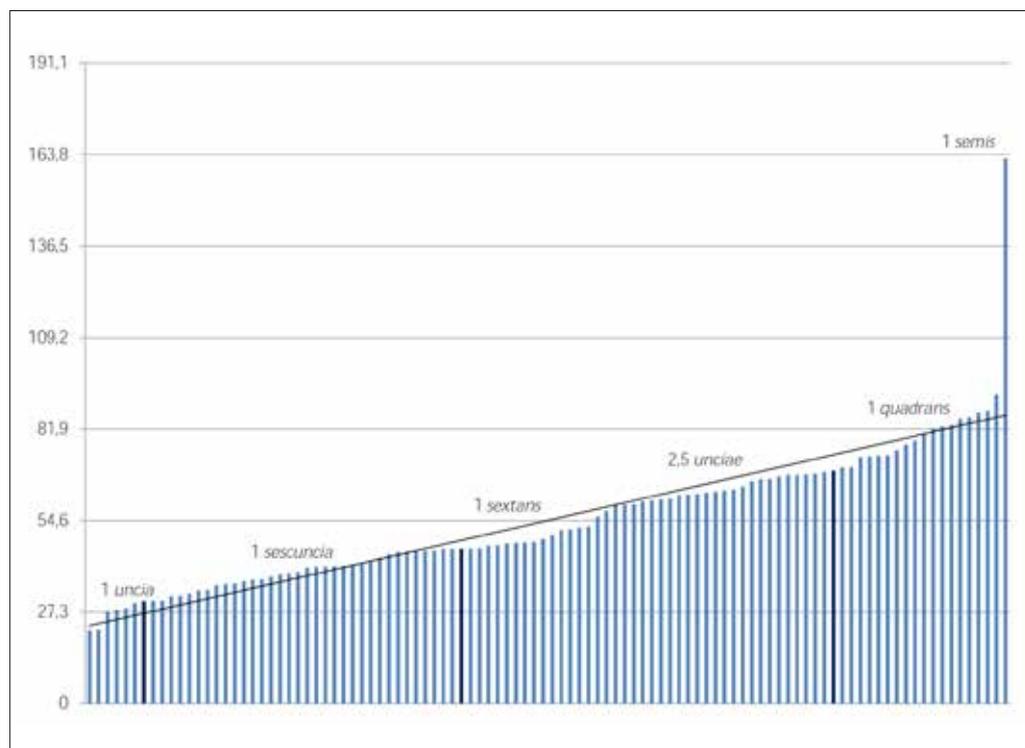
Tendo novamente por base o estudo pormenorizado do conjunto do Castelo das Juntas (Moura), também o de Chões de Alpompe parece corresponder a uma relativa padronização do peso da onça (*uncia*) romana (Mataloto, 2014, p.358), naturalmente, em sentido lato, sem que se deva supor a existência de um rigoroso controlo de peso e medida, absolutamente anacrónico, como as evidências empíricas claramente demonstram. Tal como podemos observar no gráfico relativo ao peso destes elementos (Fig. 13), podemos confirmar *grosso modo* a presença de seis grupos ponderais distintos: 10 exemplares correspondem a intervalos correspondentes à medida da *uncia* (27,3 gr.); 37 exemplares à medida da *sescuncia* (41,1 gr.); 18 exemplares ao *sextans* (54,8 gr.); 26 exemplares correspondem a um intervalo de valores que poderá ser associado a duas onças e meia (cerca de 68 gr.), sendo este peso considerado o que ofereceria o “*melhor coeficiente balístico*” (Mataloto, 2014, p.358); 10 exemplares parecem corresponder ao *quadrans* (82,2 gr.) e por último um projétil de grande dimensão pode ser facilmente associado a um *semis* (165,5 gr.) que equivale justamente a meia libra romana ou a seis *unciae*.

É possível que esta diferença ponderal pudesse corresponder a distintos objetivos no combate, pelo que os fundibulários poderiam dispor de um lote de projéteis com função distinta, que atingiriam diferentes velocidades e distâncias. Assim e apesar dos exemplares que não se enquadram em nenhuma medida padronizada, mas que parecem corresponder a duas onças e meia, serem igualmente comuns neste conjunto ribatejano, a verdade é que o intervalo de peso mais frequente neste caso (32-47 gr.) equivale a um valor próximo da *sescuncia*, ou seja, a cerca de uma onça e meia. Se atentarmos nas médias ponderais dos outros conjuntos de projéteis conhecidos, podemos considerar que os de Carviçais – Moncorvo (31 gr.), Lomba do Canho – Arganil (32 gr.) e Casal da Cascalheira – Chamusca (35 gr.) correspondem à medida de uma *uncia* (c. 27,3 gr.); os de Foz do Enxarrique – Vila Velha de Rodão (52 gr.), Chões de Alpompe (55 gr.), Mértola (56 gr.) e Castelo da Lousa – Mourão (60 gr.) deverão integrar a medida romana *sextans* (54,8 gr.); os de Vaiamonte – Monforte (64 gr.) e Castelo das Juntas – Moura (67 gr.) aproximam-se das duas onças e meia (68 gr.) e o conjunto mais pesado é o do Alto dos Cacos – Almeirim (75 gr.) que poderá enquadrar-se na aproximação ao peso de um *quadrans* (82,2 gr.).

Conclui-se assim que o conjunto de 109 projéteis de funda proveniente de Chões de Alpompe, apesar de se encontrar desprovido de contexto, contribui para elaborarmos

**Figura 13**

Gráfico do possível sistema metrológico baseado na *uncia* romana, provavelmente utilizado na produção das *glandes plumbeae*. As três barras a azul escuro representam as peças do Museu Nacional de Arqueologia.



algumas hipóteses acerca da sua elaboração e utilização. Parece-nos evidente que grande parte deste conjunto pode ter sido produzido *in loco*, quer através da técnica de martelagem (37,5%), quer de moldagem (62,5%), dos quais foi possível identificar 31 peças obtidas em molde univalve (28,4%) e 23 em molde bivalve (20,5%). Estas evidências de produção surgem em seis *glandes plumbeae* em processo de fabrico (Fig. 7, n.º 65 e 73-75) e também em 19 lingotes e fragmentos informes de chumbo (Fig. 8 e 9, n.º 34, 53-64, 66-67, 69-72) que totalizam 3641,77 gr. daquela matéria-prima, nos quais se podem identificar marcas de corte para posterior fundição ou evidências de trabalhos de martelagem para obtenção de projéteis (*p.e.* Fig. 11, n.º 72), como igualmente se verificou na Lomba do Canho, Arganil, onde estes projéteis se obtiveram exclusivamente por martelagem (Guerra, 1987:166-7). Outro dado que favorece a hipótese de uma produção local e sob algum tipo de pressão resulta na morfologia de determinadas *glandes* que surgem com defeitos evidentes na sua elaboração tais como: fraca fusão das duas metades do molde bivalve, resultando em projéteis de formas irregulares e com rebarbas excedentárias; a presença de elementos siliciosos nas superfícies de algumas peças, que poderão ter sido elaboradas em moldes de areia ou diretamente no terreno, ou mesmo, a utilização de molde univalve, que origina projéteis igualmente assimétricos. Estas observações, que em boa verdade, se poderiam fazer para outros conjuntos e situações afiguram-se suficientes para fortemente matizar qualquer ideia de um grande rigor na obtenção de formas ou pesos para estes projéteis.

Também não parece poder deduzir-se nenhuma conclusão de natureza cronológica destas variações ponderais, veja-se o caso dos exemplares conhecidos com marcas sertorianas (e cingimo-nos aos exemplares epigrafados, por serem os que melhores garantias cronológicas nos dão) de Renieblas ou de San Sixto, 36,5g o primeiro (Gómez-Pantoja; Morales, 2002) e 50g os outros (Chic García, 1986), contrastando com os pesos entre 45 e 55g de Azuada, das forças de Metelo (Domergue, 1970) ou os exemplares de *Alesia* de pesos muito variados (Brouquier-Reddée, 1977).

Um dos dados de relevo de todo este conjunto, diz respeito à presença de um exemplar epigrafado com um “A” obtido por molde (Fig. 5 e 14 – n.º 111). Esta inscrição tem paralelo em um conjunto de nove exemplares idênticos provenientes do Cerro de las Balas (Sevilha), onde se encontram datadas de 45 a.C., mais concretamente associadas à Batalha de Munda (Pina Polo e Zanier, 2006, p.30 e p.34, fig.3). A única diferença entre as duas é o tipo de molde utilizado: no caso sevilhano os projéteis foram obtidos por molde univalve enquanto

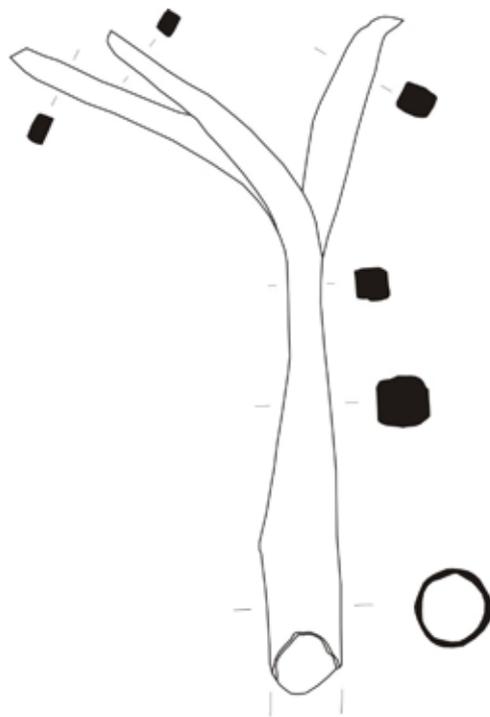
**Figura 14**

Fotografia de pormenor do projétil que apresenta um “A”, obtido pela sua produção em molde. Fotografia de João Pimenta.



**Figura 15**

Duas *glandes plumbeae* em processo de fabrico, obtidas por molde e nunca utilizadas uma vez que se conservam por entre as rebarbas excedentárias (n.º73). Fotografia de João Pimenta.



N.º 161

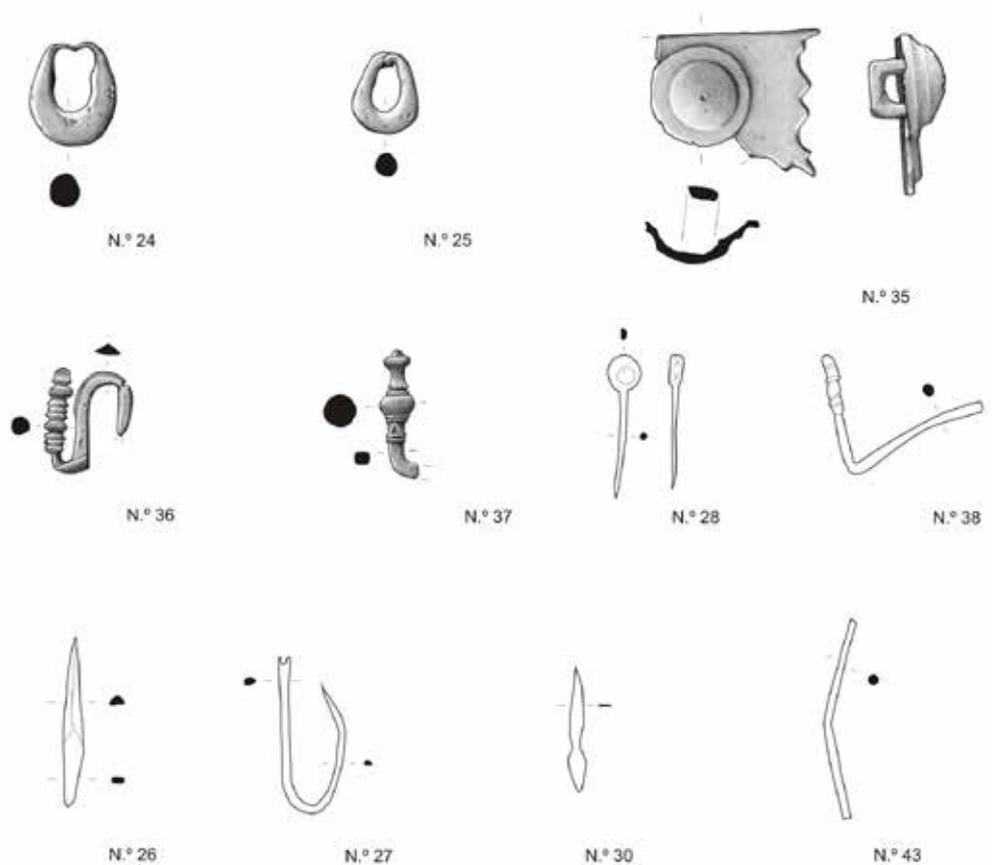
0 5 cm

**Figura 16**

*Pilum* incendiário (?) de ferro.

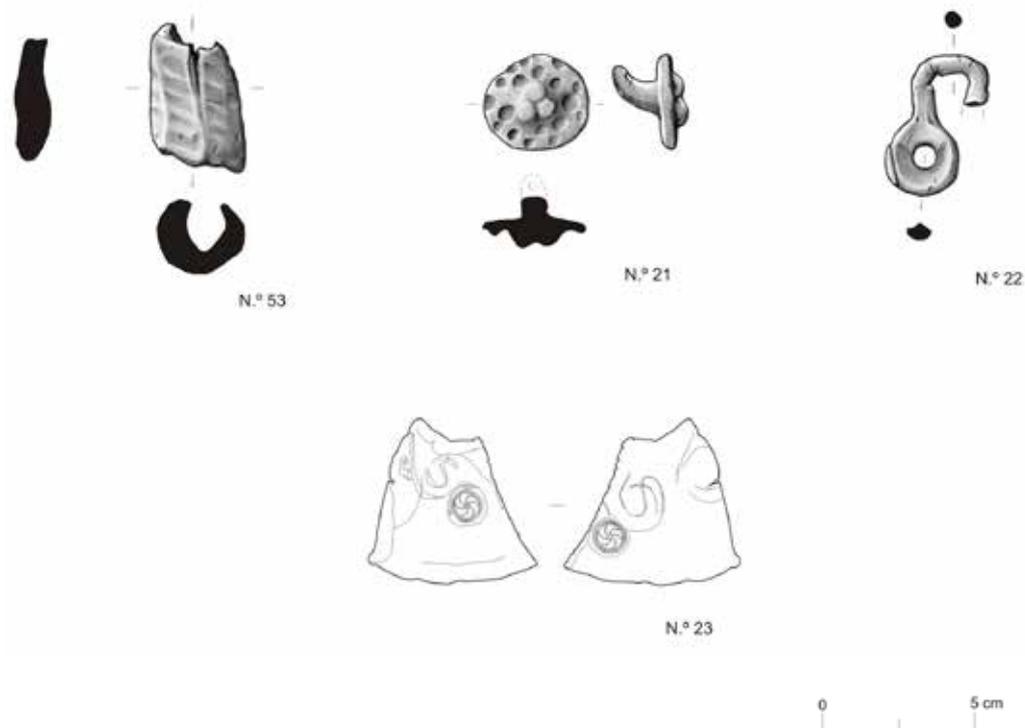
o nosso exemplar foi obtido em molde bivalve. Quanto à interpretação desta inscrição de apenas uma letra, os investigadores questionam-se: “Pudiera ser la inicial de un nombre de persona? Tal circunstancia no parece probable, puesto que no hay en la prosopografía conocida del bellum Hispaniense ningún personaje relevante cuyo nombre comience con A.” (*Idem*, p.43). Foi igualmente defendida a de se tratar do signo *ka* do signário ibérico norte-oriental (Grünwald; Richter, 2006, p.263).

Para além deste conjunto de projéteis de funda, há ainda que referir a existência de um possível dardo incendiário de ferro (Fig 16, n.º 161). Este dardo de alvado circular apresenta a extremidade distal tripartida, com três braços que se encontrariam originalmente fundidos, e em cujo interior seria colocado o material combustível que seria lançado em chamas por algum mecanismo de artilharia de torção, possivelmente enquanto projétil de *ballista*.



**Figura 17**  
Elementos de adorno (sanguessugas, fíbulas), de arreio de cavalo (junção e fivela), de instrumentos médico-cirúrgicos (fragmento de lâmina de bisturi?), utilitários domésticos e pequeno lingote de ouro (n.º 43).





**Figura 18**  
 Fragmento de chumbo, botão de chumbo com decoração, fragmento de selo de chumbo e lingote laminar de estanho (?) com marcas incisa.

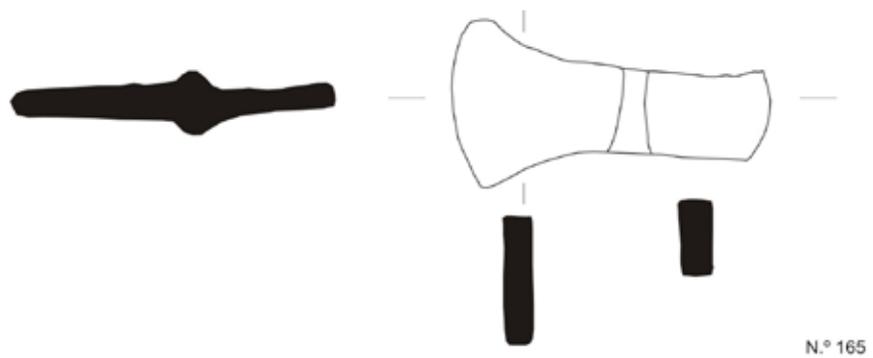
Os paralelos para este modelo surgem geralmente datados de período romano-imperial ou tardo-romano, aproximando-se de um exemplar do depósito de Grad near Smihel, na Eslovénia, interpretado como um projétil incendiário do tipo registado na literatura latina entre Antonino e o século IV d.C., descrito como um fuso, cujo interior seria preenchido com material inflamável (Horvat, 2002, p.146, fig.6, n.º 8 e Pl.21, n.º 1). Outro tipo de dardos incendiários mais simples é conhecido em Cáceres el Viejo e em Cabeça de Vaiamonte onde muito provavelmente estariam associados ao período das guerras sertorianas (Pereira, 2013, p.1343). Um outro objecto de chumbo que poderá estar relacionado com o armamento diz respeito a uma placa de chumbo enrolada sobre si mesma, que poderá ter servido de contrapeso (Fig.18, n.º 53), nomeadamente nas hastes de madeira de lança ou dardo.

Apesar da relevância do conjunto de *glandes plumbeae*, os dados relativos a outro tipo de armamento proveniente deste sítio arqueológico são ainda muito escassos. Registe-se uma peça bastante sugestiva que poderá ser um fragmento de algemas/grilhões de ferro de tipo I (Pereira, 2014, p.334-335, fig.7-57), que se caracterizam pela argola móvel com dois braços sujeitos por rebite, representado no artigo de Zbyszweski; Ferreira e Santos (1968, Est.III-n.º30). Este tipo de elemento poderia ter uma função relacionada com o aprisionamento quer de animais, quer de cativos, e encontra paralelo no sítios militares de Renieblas (Luik, 2002, p.237, Abb.202, n.º 312-313), Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2014, p.334-335) e Monte dos Castelinhos (Pimenta, 2013, p.78, n.º 65) onde datam de finais do século II a inícios do século I a.C.

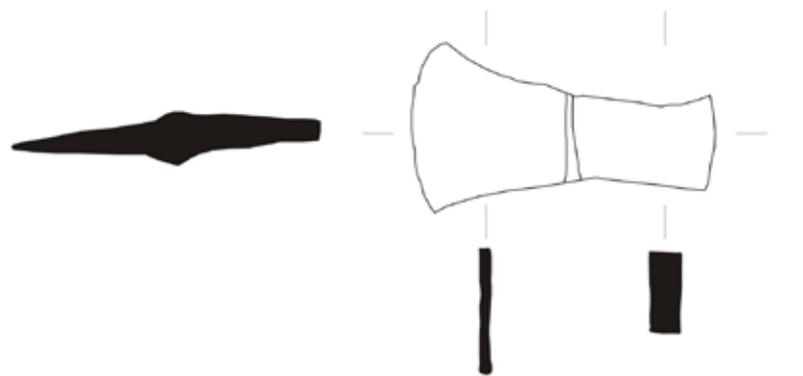
### 3.2. Equipamento militar equestre: elementos de arreios

Dentro da panóplia do exército romano surgem inúmeros elementos relacionados com o equipamento equestre. A cavalaria é por isso bem mais “visível” do que a infantaria, no que diz respeito à quantidade de artefactos metálicos relacionados com o arreio do cavalo. Um dos elementos recuperado em Chões de Alpompe é a junção de arreio (Fig.17, n.º 35) que

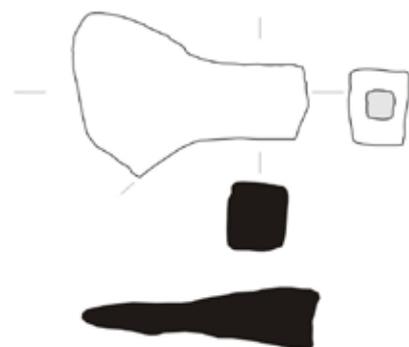
apresenta um paralelo idêntico datado do século II-III d.C. em Calvisson, na Gália (Feugère, 2002, p.79, fig.5-2). Este objeto de liga de cobre, que se encontra parcialmente fraturado, caracteriza-se pela face decorada com recorte moldurado e uma semiesfera em relevo no centro, bem como pelo olhal retangular situado no reverso da peça, por onde circulariam as rédeas. Não obstante este paralelo bastante tardio, e uma vez que a ocupação romana-imperial de Chões de Alpompé não se encontra demonstrada, julga-se que este elemento poderá representar, à semelhança do que sucede com outras categorias artefactuais metálicas,



N.º 165



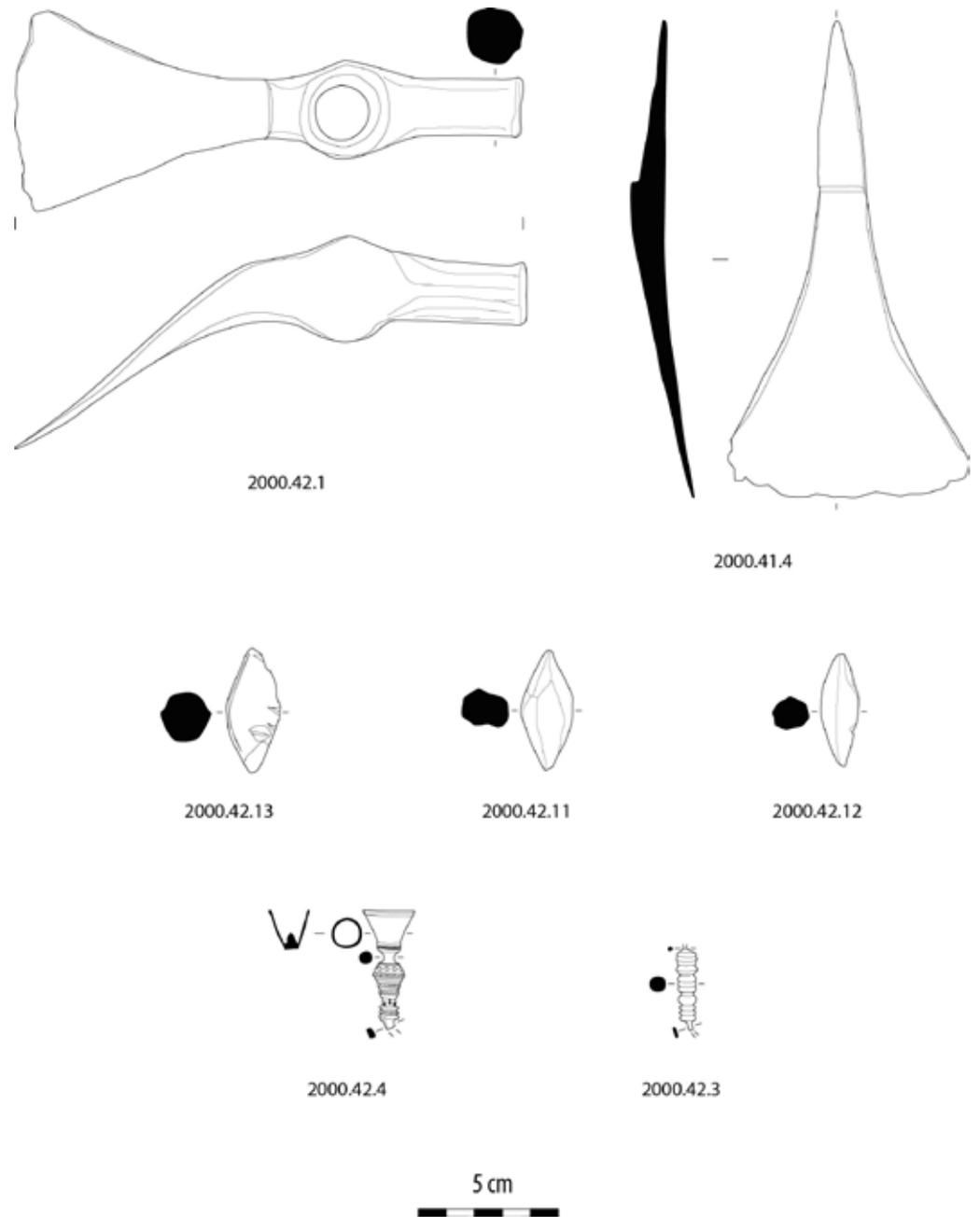
N.º 164



N.º 162

0 5 cm

Figura 19  
Utilitários  
agrofloretais de ferro:  
machados.



**Figura 20**  
Conjunto de materiais  
de Chões de Alpompe  
que se encontra  
nas reservas do  
Museu Nacional de  
Arqueologia.

um antecedente desses mais tardios detalhes decorativos. Tal fenómeno é de sobremaneira evidente, por exemplo, no caso da baixela metálica de liga de cobre.

Outro elemento bastante comum em sítios arqueológicos que registaram ocupações militares romanas são os elementos de fivela de perfil em “D”. Tal como referido por Michel Feugère (2002, pp.76-77), geralmente estes elementos são associados ao fecho de cinturão (*cingulum*), sendo que em muitos casos as reduzidas dimensões dos mesmos dificilmente poderiam cumprir essa funcionalidade. Aquilo que a escavação de um estábulo de Pompeia demonstrou é que estas fivelas mais simples e menos trabalhadas são grande parte das vezes elementos de arreo de cavalo (*Idem*, p.77, fig.2). Poderá ser o caso deste exemplar de liga de cobre (Fig.17, n.º 29) de secção triangular e extremidades quadrangulares com olhal circular, que apesar de apresentar uma dimensão ligeiramente maior do que a maioria das fivelas de

arreio, com um comprimento máximo a atingir os 7 cm, poderá ter tido essa função. No entanto, se a associarmos ao fusilhão de liga de cobre (Fig. 17, n.º 28) profusamente decorado com linhas incisadas que de acordo com a dimensão conservada poderia pertencer àquela fivela, seria possível identificá-la com uma fivela de cinturão (*cingulum*).

Foi ainda recuperado um botão de chumbo (Fig. 18, n.º 21) de feição circular com decoração puncionada na orla e com três pontos salientes ao centro, que no reverso apresenta um pé tiriforme com olhal circular de pequena dimensão. Este tipo de apliques de arreio são outros elementos metálicos frequentes nos conjuntos datados do período tardo-republicano, nomeadamente em Cáceres el Viejo, Castrejón de Capote, Cabeça de Vaiamonte ou Castelo Velho de Veiros (Pereira, 2014, Fig. 6, n.º 45, com as respetivas referências). No entanto, apesar da sua evidente similaridade com botões de arreio de época romana, que surgem na sua maioria em ligas de cobre, uma vez que desconhecemos o contexto estratigráfico deste achado, parece-nos prudente não descartar a possibilidade de se tratar de um botão de época medieval, dado o metal escolhido, a sua forma e inclusive a temática decorativa típica dos botões de chumbo medievais (*vide* Labrot e Rondel, 2001, pp. 44-47).

### 3.3. Instrumentos utilitários agroflorestais

Os instrumentos utilitários agroflorestais seriam elementos fundamentais da deslocação e acantonamento de contingentes militares romanos. Estes elementos seriam transportados pelos próprios legionários, uma vez que depois das “reformas marianas” esta seria uma das formas de agilizar o avanço das tropas (Connolly, 1998, p. 215). Esta tarefa era facilitada pelo recurso à *sarcina*, uma espécie de mochila de campanha, composta por um bastão cruzado de madeira (*furca*) onde se transportariam: um *loculus* – sacola pequena para bens pessoais; um saco de pano e um saco de rede – provavelmente para os bens perecíveis; uma *situla*, uma *patena*; uma enxada, uma *dolabra*; e ainda uma manta (Pereira, 2014, p. 325). Para além destes elementos, seria bastante provável que também levassem um machado, um podão ou roçadeira e/ou uma goiva, até pela frequência com que estas ferramentas surgem em contextos de acampamentos militares romanos.

Em Chões de Alampé foram recuperados três machados de ferro de lâmina única sem alvado (Fig. 19, n.º 164 e 165). Estes machados encontram paralelo em Cabeça de Vaiamonte onde foram identificados quatro exemplares semelhantes (Pereira, 2014, fig. 7, n.º 50) e também em *Numantia* (Jimeno *et al.*, 1999, p. 111), onde são descritos como utilitários de aproveitamento florestal e trabalho da madeira. Para além dos machados, surge outro utensílio de ferro (Fig. 19, n.º 162) que pela posição do seu alvado de perfil quadrangular situado no extremo oposto à lâmina, julgamos que deveria ser utilizado na vertical em algum trabalho agroflorestal ou de carpintaria na qualidade de goiva/ formão.

Outros utilitários agroflorestais identificados neste conjunto dizem respeito a uma lâmina de enxada de ferro (n.º 163, não ilustrado), um elemento de arado de ferro (n.º 44, não ilustrado), uma haste de tesoura de ferro (n.º 45, não ilustrado), um pico-martelo (*ascia*) (n.º 2000.42.1, Fig. 19) e ainda um raspador (n.º 2000.41.1, Fig. 20) provavelmente relacionado com a atividade de descarnar as peles nos curtumes (Pinto, 2012, p. 150). A grande maioria destes artefactos apresenta paralelo em *Numantia* (Jimeno *et al.*, 1999, p. 109), Cáceres el Viejo (Ulbert, 1984, Tafel 28) ou Cabeça de Vaiamonte. Para além de locais inequivocamente associados à instalação de exércitos em campanha, identificam-se também em outros contextos, como é o caso de Conimbriga, por exemplo (Alarcão *et alii.*, 19, planche VIII).

Apesar de as tesouras serem genericamente apelidadas de “tesouras de tosquia” ou *forpex*, dadas as evidentes semelhanças com os objetos utilizados ainda hoje na tosquia do gado, pensa-se que a sua utilização deverá ter sido multifuncional, afastando-se por esse motivo de um uso exclusivo nas atividades agropecuárias. Uma das funções a que estariam certamente ligadas seria a da manipulação de fibras vegetais sob a forma de cordas que serviriam para os mais variados fins.

Os utilitários metálicos de têxteis também marcam presença neste lote, com um fragmento de agulha de virote de liga de cobre (Fig.17, n.º 27). Apresenta o olhal fragmentado em forma de losango, haste de virote de secção circular e terminal pontiagudo (tipo II.b.1 – Pereira, 2008). A haste de virote poderá ter sido efetuada por inutilização da mesma, apesar da curvatura e a dimensão deste objeto parecer indiciar uma função específica, pois proporcionaria uma maior facilidade na perfuração de tecidos mais resistentes, apresentando evidentes semelhanças com as atuais agulhas curvadas que são utilizadas tanto em tapeçarias como para costuras de difícil acesso às agulhas rectas.

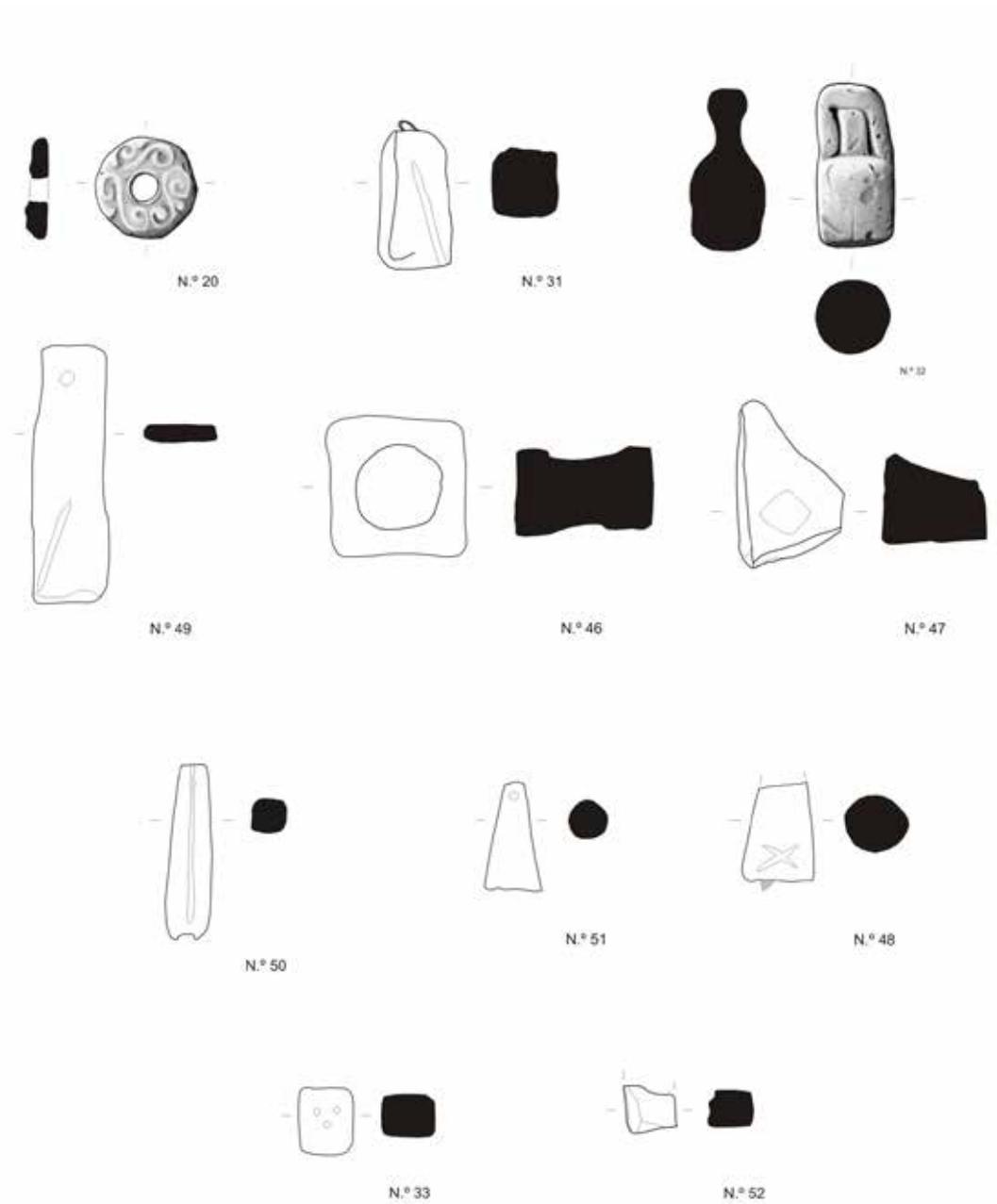
Tratar este tipo de utensílios, quando desprovidos de contexto, torna-se sempre tarefa complexa. Na essência, todos estes artefactos são extremamente conservadores na sua morfologia e estão presentes quer em contextos da Idade do Ferro (sobretudo a partir da segunda metade do I Milénio a.C.), bem como em vários outros âmbitos funcionais e cronológicos. Contudo, a sua documentada presença em estabelecimentos militares romanos, quer de época republicana, quer de épocas posteriores, autoriza a suposição de poderem estar relacionados com a instalação militar, no caso em apreço.

### 3.4. O sistema ponderal romano e a circulação monetária.

Como sabemos a circulação de moeda, especialmente em épocas conturbadas como aquelas que se viviam nos cenários bélicos da conquista romana, levaram a uma crescente preocupação com a forma de fazer chegar o pagamento àqueles que suportavam o esforço de guerra, sendo por esse motivo fundamental que houvesse controlo no transporte e receção da moeda. Uma forma de o assegurar passava pela colocação de um agrafó (*signatus*) que garantia a inviolabilidade dos contentores que transportavam os numismas.

Esta é a proposta de designação que fazemos para um objeto de chumbo de reduzidas dimensões recuperado em Chões de Alpompe (Fig.18, n.º22): a de uma suposta utilização como agrafó de saco (*signatus*), e que tem por base a análoga sugestão de José Ruivo (2001, p.37; 2010, p.508) para dois objetos de chumbo semelhantes, provenientes de Chões de Alpompe e do Castelo da Lousa (Mourão). A funcionalidade destes agrafos de saco seria semelhante àquela que as *tesserae nummulariae* desempenhariam, apesar de não terem a forma característica dos exemplares assim designados, que foram amplamente utilizados entre 79 e 40 a.C. (Andreau, 1999, p.81). Segundo R. Herzog (1919) estas *tesserae* nem sempre seriam utilizadas, sendo empregues apenas quando os sacos mudavam de mãos ou eram transferidos. Nesses casos, os agrafos selavam-nos, fazendo com que o recetor final confiasse na garantia que a presença desta *tessera* intacta representava (Andreau, 1999, p.84).

Em Chões de Alpompe já havia sido recolhido um possível agrafó de saco de chumbo, segundo proposta de José Ruivo (2010, pp.508-509, foto 83), ao qual se junta agora este fragmento idêntico que apenas conserva parte do fio e a extremidade circular aplanada perfurada (Fig.18, n.º22). Infelizmente neste caso não se conservou o elemento da outra extremidade que selaria o saco. Encontram paralelo em outros exemplares galo-romanos



**Figura 21**  
Lote de 11 ponderais  
de chumbo.



**Figura 22**  
Ponderal de chumbo  
com decoração em  
relevo, obtida por  
molde. Fotografia  
de João Almeida.

de chumbo de função desconhecida, para os quais Michel Feugère (2009) sugere uma função de controlo fiscal.

No conjunto dos elementos conservados na coleção regista-se a presença de um considerável número de ponderais de provável cronologia romana.

Destaca-se assim um lote de 11 ponderais de chumbo (Fig.21) que patenteiam pesos inseridos no sistema ponderal romano baseado na *uncia* (aproximadamente 27,4g). As formas adotadas são maioritariamente a paralelepipedica (seis exemplares), a troncocónica (três), a discoidal (um) e um exemplar de morfologia insólita que parece representar uma ânfora. Ainda que pouco usuais, são conhecidos ponderais de morfologia anfórica, tais como os recentemente publicados, provenientes de um contexto tardo-republicano identificado na escavação do Fórum de César em Roma (Bertoldi; Ceci, 2013, p. 49, fig. 9). A forma de sujeição à balança seria distinta, sendo que quatro ponderais apresentam olhal circular; dois apresentam argola de suspensão de ferro, o que poderá caracterizá-los como contrapesos da balança, e outros cinco não apresentam qualquer olhal ou argola, pelo que seriam colocados diretamente no prato da balança. As marcas, possivelmente associadas ao valor ponderal, surgem em cinco exemplares: um com decoração em relevo, outro com marca puncionada e três com marcas incisas. O exemplar que apresenta decoração obtida por molde com a forma de três “S”’s volutados e três pontos (Fig. 21 e 22, n.º20) não parece corresponder a três unidades, mas sim a duas unidades (*sextans*), pelo que a marca de valor, neste caso, parece não ser coincidente com o valor real. O mesmo sucede com um exemplar (Fig.21, n.º48) que apresenta um motivo cruciforme inciso (“X”) que costuma ser associado ao valor unitário, ou seja, à *uncia*, mas que apresenta um valor coincidente com sete unidades (*septunx*). A marca de um traço diagonal inciso repete-se em dois ponderais que correspondem a seis (*semis*) e a onze (*deunx*) unidades (Fig.21, n.º31 e 49). Temos assim um lote de ponderais bastante significativo apresentando a quase totalidade dos múltiplos da *uncia* que eram utilizados, sendo composto por uma possível *uncia* (n.º52), um *sextans* (duas unidades, n.º20), *quadrans* (três unidades, n.º33), *triens* (quatro unidades, n.º51), *quincunx* (cinco unidades, n.º50), *semis* (seis unidades, n.º49), *septunx* (sete unidades, n.º48), *dextans* (dez unidades, n.º32), *deunx* (11 unidades, n.º31) e ainda dois múltiplos da libra romana (aproximadamente 328,9 gr.), um de 1,5 (n.º47) e outro de 2,5 (n.º46). Este conjunto de ponderais apresenta valores bem mais reduzidos do que os conhecidos no conjunto proveniente de La Loba (Fuenteovejuna, Córdoba), povoado relacionado com as minas de chumbo da região, que terão tido o seu apogeu entre 115/105 a.C. e um abandono entre 100/90 a.C. (Chaves Tristán; Otero Morán, 2002, p.210). Este conjunto formado por 14 ponderais de chumbo (Domergue, 2002, p.350) parece apontar para múltiplos da libra que rondaria os 294 gr. Teríamos assim seis exemplares desse valor, três correspondentes a duas libras e a três libras respetivamente, e ainda um ponderal de 4 libras e outro de 5 libras. Em comparação com este conjunto, os pesos apresentados em Chões de Alpompe parecem indicar que o que ali fosse pesado seria bem mais leve, refletindo um ambiente que consideraríamos mais “doméstico”, em clara oposição ao conjunto de La Loba, cujos valores se poderão relacionar, muito provavelmente, com o tratamento de metais.

### 3.5. Objetos do quotidiano: tentativa de leitura cronológica

Neste lote de objetos, figuram duas “sanguessugas” de liga de cobre (Fig.17, n.º 24- 25), elementos em forma de crescente lunar fechado que se encontrariam suspensos em um aro circular, provavelmente de liga de cobre, formando pulseira ou colar, usualmente designada

por “xorca”. Estes elementos de adorno são conhecidos desde o Bronze Final, e apesar de se encontrarem maioritariamente associados a contextos sidéricos, no caso do sítio do Pedrão, Setúbal, se documentou um elemento em contexto estratigráfico do séc. II/I a.C. (Soares e Silva, 1973, p.31 e 36-37).

Para além destes elementos de adorno, há também cinco fragmentos de fíbula. Um dos fragmentos é composto por arco e apêndice caudal de fíbula de tipo *Schüle 4h* de liga de cobre (Fig. 17 e 23, n.º 36). O seu apêndice caudal, composto por anéis e esferas, integra-se no tipo 1 de Miguez (2010, vol.1, p.31) com paralelo em Cabeça de Vaiamonte, Monforte; Lomba do Canho, Arganil; Conímbriga; Castro de São Salvador, Cadaval; Castro de Pragança, Cadaval; Cáceres el Viejo, ou Mesas do Castelinho, Almodôvar; (*Idem*, vol.2, mapa 10). Por entre o lote de peças depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, encontram-se dois fragmentos pertencentes ao mesmo tipo de apêndice caudal (Fig. 20, 23 e 24), apesar de um deles apresentar pormenores decorativos que se destacam pela sua originalidade, uma vez que possui um terminal em campânula, que deverá ter recebido preenchimento de vidro ou esmalte colorido, para além de profusa decoração cinzelada e torculada a frio nos anéis que o compõem (n.º 2000.42.4, Fig. 20 e Fig. 24). Estas fíbulas, de larga dispersão no Ocidente peninsular, com particular incidência na *Baeturia Celtica* e no Sudoeste peninsular, poderão ter sido adotadas pelas tropas auxiliares ao serviço de Roma (Miguez, 2010, p.80; Fabião, 1998, vol.III, p.546) durante os períodos das guerras civis. Estes exemplares vêm acrescentar-se ao fragmento já publicado anteriormente (Zbyszewski; Ferreira; Santos, 1965: p. 53; Est. III, n.º 25).

**Figura 23**  
Fragmento de apêndice caudal de fíbula de tipo *Schüle 4h*, tipo 1 de Miguez. Fotografia de João Almeida.

**Figura 24**  
Fragmento de fíbula de tipo *Schüle 4h*, cujo remate do apêndice caudal se apresenta em forma de campânula. Fotografia de João Almeida.



Outros modelos, integráveis nos esquemas de La Tène I, são comuns aos avanços da conquista romana peninsular. Nomeadamente as fíbulas de tipo Ponte 24, que apresentam o pé alto e cujo remate se encosta ao arco. À semelhança do que ocorre nos acampamentos numantinos, em Cáceres el Viejo ou em Cabeça de Vaiamonte, Chões de Alpompe oferece com este conjunto um fragmento de apêndice caudal em forma de balaústre de liga de cobre, robusto e com decoração profusa (Fig. 17, n.º37).

Destaca-se ainda um fragmento de prata, de feição filiforme, que apresenta um cuidado torneado em uma das extremidades. A peça parece corresponder a uma fíbula que se encon-

**Figura 25**  
Possível fibula em prata em processo de fabrico. Destaca-se a decoração torneada do apêndice caudal. Fotografia de João Almeida.



trava em processo de fabrico (Fig.17, n.º38 e Fig. 25). Se está correta a nossa observação, trata-se de um significativo indício de produção local destes ornamentos, formalmente análogo a um exemplar do tesouro de Monsanto da Beira (Ponte, 2006, p.444, n.º104) cuja ocultação se encontra datada por Klaus Raddatz entre 100 e 90 a.C. (Fabião, 2004, p.65). No estudo dedicado a este conjunto, um de nós já aventara a possibilidade de haver uma produção ocidental destas fibulas (*Idem*). O fragmento de Chões de Alpompe vem acrescentar alguma consistência à proposta então avançada.

Tanto o exemplar de bronze como o de prata pertencem ao Grupo III, série a) de Cabré e Morán, ou seja, fibulas cujos apêndices caudais se apresentam em forma de balaústre inteiro. Estes modelos encontram paralelo no depósito ritual de Garvão, Ourique (Beirão *et al.*, 1985, pp.92-93, fig.35-97), Mesas do Castelinho, Almodôvar (Miguez, 2010, p.27) ou Castrejón de Capote, Hígera la Real (Berrocal-Rangel, 1989, p.263, fig.5-9), sendo que cronologicamente “(...) as fibulas de La Tène I pertencentes ao grupo III de Cabré e Moran, deverão ter uma datação que no Sudoeste andarà por volta do intervalo cronológico entre os séculos III e finais do I a.C., (...) podendo apresentar algum esbatimento dos seus limites” (Miguez, 2010, p.69).

Na categoria dos instrumentos médico-cirúrgicos poderíamos enquadrar um fragmento de liga de cobre que interpretamos como lâmina de bisturi, de secção e feição triangular, com espigão para encabamento (Fig.17, n.º30). Apesar de ser mais frequente o uso do ferro no fabrico de lâminas de bisturi, designadamente em época romana, a morfologia do artefacto em questão é suficientemente expressiva para sustentar esta hipótese.

Um outro fragmento indeterminado de liga de cobre, em forma de losango e com uma extremidade de perfil cónico obtida por enrolamento (Fig.17, n.º 26) poderá tratar-se de um espevitador de lucerna semelhante ao recuperado em Conímbriga (Alarcão *et al.*, 1979, Planche LIII, n.º302).

### 3.6. Evidências da transformação do metal: ouro, prata e chumbo

Tal como já tivemos oportunidade de referir, as evidências de transformação e manipulação metalúrgicas ocorrem nas diversas subcategorias dos artefactos metálicos, sendo bastante notórias no conjunto de *glandes plumbeae*, onde ocorrem algumas em processo de fabrico, quer por martelagem quer por molde univalve e respetivos lingotes, apresentando marcas de corte. Este tipo de transformação ocorre igualmente em La Loba (Fuentebejuna, Córdoba) onde surgem inúmeros restos de transformação de chumbo, o que se compreende, uma vez tratar-se de um povoado associado a zona mineira (Domergue, 2002, p.356, fig.176). Em Chões de Alompé esta manipulação metalúrgica terá de entender-se em outro quadro de referência. O chumbo utilizado para fabricar as glandes foi seguramente trazido para o local, não resultando de uma qualquer atividade extrativa de proximidade.

A mais interessante e enigmática peça do conjunto é uma placa laminar que apresenta uma marca representando um tríscele, rodeado por uma orla circular perolada e com as pétalas preenchidas por uma composição granulada, impressa em ambas faces da placa – como bem lembrou João Almeida, assemelha-se à decoração de um terminal de torques como o de Santa Trega, Pontevedra (Crespo, 2010, p. 117).

O motivo do tríscele é omnipresente na chamada “arte castreja” do noroeste peninsular, quer na ourivesaria; quer na escultura, designadamente na zona posterior dos cintos dos guerreiros de Lezenho, S. Julião, Refojos, St. Comba de Basto e S. Ovídeo; quer na decoração arquitetónica (Silva, 2007: *passim*). Em contrapartida, trata-se de motivo iconográfico totalmente ausente em regiões meridionais. Assim, afigura-se aceitável atribuir uma proveniência setentrional a este lingote (?), marcado com um símbolo frequentemente assumido como atributo de poder.

É inevitável a sugestão de uma associação desta peça neste local à conhecida expedição de Bruto, cognominado o Calaico, justamente pelas suas andanças até ao noroeste peninsular. Se corresponde a um tributo, a produto de saque ou simplesmente ao resultado de um qualquer intercâmbio é algo que nunca se poderá apurar com segurança (Fig. 18, n.º 23 e Fig. 26 e 27).

Apresenta um peso de 27,82g próximo do valor da *uncia* romana (cerca de 27,4g). Contudo, por se tratar de um fragmento de peça de maiores dimensões e por não haver qualquer prova de que se integre no sistema metrológico romano, tal aproximação constitui mera curiosidade.

**Figura 26**  
Lingote metálico laminar de estanho (?) de forma trapezoidal – n.º23. Fotografia de João Almeida.

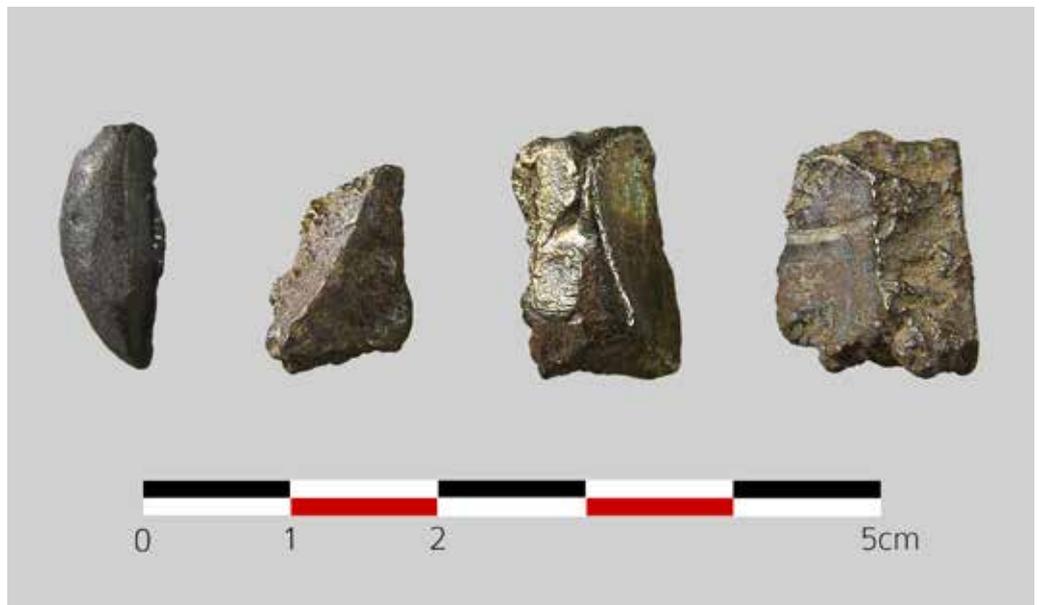
**Figura 27**  
Pormenor da marca impressa (tríscele) no lingote (?) – n.º 23. Fotografia de João Almeida.



**Figura 28**  
Lingote filiforme  
de ouro – n.º 43.  
Fotografia de João  
Almeida.



**Figura 29**  
Pequenos Lingotes  
de prata com vestígios  
de trabalho – n.º 39  
a 42. Fotografia  
de João Almeida.



Esta placa metálica marcada recorda pela sua forma laminar os lingotes com marcas recuperados do naufrágio de Baugaud 2, Hyères, Marselha. Assim, inclinamo-nos para a possibilidade de se tratar de um fragmento de pequeno lingote de estanho (*stannum*) apesar de não termos efetuado qualquer análise que o comprove. Para além da marca presente nas duas faces do objeto, atente-se ainda à presença de um “S” inciso que acompanha cada uma destas marcas. Será que este representa o minério ali presente com base na sua designação latina *stannum*, ou seria uma marca do seu valor ponderal? Como sabemos as regiões do noroeste peninsular (Galiza) e da *Lusitania* eram referidas por Plínio (*Naturalis Historia*. 34; 156) como importantes áreas de exploração de estanho (Domergue, 2004, p.137). Nos lingotes do naufrágio de Baugaud 2, datado genericamente de finais do século II a.C. – inícios do I a.C. (Chic García, 1997, p.155), as marcas presentes são a de um relevo monetiforme com legenda grega, associada a uma marca sub-quadrangular com motivo cruciforme ou em palmeta (Long, 2004, p.79).

Para além dos lingotes de chumbo e estanho(?), dos restos de transformação do chumbo e da possível tentativa de produção de uma fíbula em prata (Fig.17, n.º38), há ainda a registar

outros elementos e restos de transformação de prata (n.º 39, 40 e 42, Fig. 29) que totalizam cerca de 40 gramas deste metal, bem como um pequeno lingote filiforme de ouro (Fig. 17 e Fig. 28; n.º 43) que pelo seu peso (6,61 gr.) poderia corresponder ao valor ponderal do sistema romano de um *sicilicus* (c. 6,85 gr.), se efectivamente pertencer a este âmbito cronológico. Esta padronização reflete a importância dos sistemas ponderais para o controlo económico que deveria ser efetuado diretamente por Roma, uma vez que estes objetos refletem a associação direta ao sistema romano e não a sistemas indígenas.

No tocante aos elementos em prata e à semelhança do que sucede com outros lingotes como o do depósito votivo de Garvão, Ourique, recolhido em contexto inequivocamente pré-romano (Beirão *el alli*, 1985: 92; Correia; Parreira; Silva, s/d [2013]: 111) ou os de La Loba, Fuenteobejuna, Córdoba, de época romana republicana, podemos questionar qual a sua função ou funções, certamente distintas, se usados em ambientes pré-monetários ou já monetarizados. Em contexto pré-romano, as possíveis utilizações são múltiplas e diversificadas, podendo mesmo revestir-se de um valor de troca pré-monetário, ainda que não pareça ser o caso do exemplar de Garvão. Recorde-se, contudo, a bem conhecida referência de Estrabão à utilização da prata como elemento de troca em alguns ambientes indígenas peninsulares, particularmente no mundo tribal setentrional (III.3.7), o que não deixa de insinuar interessantes sugestões, atendendo a que estamos a lidar com o possível local de rectaguarda da primeira grande expedição de conquista promovida pelos romanos até essas longínquas paragens. No caso dos ambientes romanos republicanos, como é o caso de La Loba, em ambiente plenamente monetarizado, o lingote poderia revestir-se ainda de um uso monetário, sobretudo em momentos de falta de numerário, como foi sugerido (Chaves Tristán e Otero Morán, 2002).

O pequeno lingote filiforme de ouro parece corresponder a um elemento de matéria-prima para ourivesaria. Uma vez mais, não sabemos se teria sido recolhido em contexto pré-romano ou já de época posterior, o que seriamente limita qualquer interpretação. Não será todavia de excluir a possibilidade de se destinar a uma transformação neste mesmo local, o que pressuporia a existência de uma oficina de ourives em Chões de Alpompé. A hipótese, embora aventurosa, não é destituída de sentido, uma vez que se conhece bem a riqueza aurífera tagana, com abundantes referências na literatura clássica e expressivos vestígios na paisagem (Cardoso; Guerra; Fabião, 2012, com referências). Tem sido também alvitrada a possibilidade de uma produção meridional de arrecadas filiformes em ouro, documentadas tanto no povoado de Cabeça de Vaiamonte, Monforte (Parreira; Pinto, 1980; Correia, 1995a; 1995b; Fabião, 1998: 160-1), como no tesouro de Pancas, Santana da Carnota, Alenquer (Viegas; Parreira, 1984; Correia; Parreira; Silva s/d [2013]: 105-109). Habitualmente, o povoado de Monforte tem sido sugerido como provável local de fabrico, sobretudo porque o conjunto ali recolhido não parece resultar de uma ocultação intencional (Correia, 1995a; 1995b; Correia; Parreira; Silva s/d [2013]: 105-109), ao contrário do que sucede com os exemplares de Pancas. Contudo, este último lugar encontra-se bastante próximo de Chões de Alpompé. Interessante será também sublinhar que este tesouro, um conjunto misto de denários de prata e jóias de prata e ouro, terá sido ocultado em época sertoriana (Viegas; Parreira, 1984; Ruivo, 1997), como indica a cronologia dos denários mais recentes, o que sublinha uma eventual relação com o sítio em apreço.

A recente análise a que foram submetidas as arrecadas de Pancas e de Vaiamonte revelaram composições metálicas diferentes, o que sugere fortemente a possibilidade de se tratar de produtos de oficinas distintas, mesmo essa hipótese foi alvitrada para os exemplares das Pancas, com ligas suficientemente diferenciadas, algumas claramente associadas a ouros alu-

viais, como seria o da bacia do Tejo (Guerra; Tissot, 2013: 103-106). Assim, localizadas pelo vale deste rio ou mais para leste em Vaiamonte, terá havido oficinas a fabricar arrecadas de ouro em época coeva da grande ocupação romana republicana de Chões de Alpompe, o que não deixa de conferir uma dimensão interessante à presença deste lingote filiforme no local. Uma análise, (que infelizmente se não pôde realizar), não deixaria de dar indicações mais esclarecedoras, uma vez que a ourivesaria antiga do extremo ocidente peninsular (incluindo as arrecadas de Vaiamonte e Santana da Carnota) foi recentemente objecto de extenso estudo analítico (Guerra; Tissot, 2013).

Contudo, devemos sublinhar que, ao contrário do que se documenta com os elementos de chumbo de formas suficientemente expressivas, sem conhecermos o preciso contexto de recolha destes elementos metálicos nobres, em prata e ouro, qualquer sugestão é tão legítima quanto impossível de comprovar, o que não se afigura de modo algum como interessante conclusão.

#### 4. Em jeito de conclusão

Tratar um conjunto de materiais como estes, resulta sempre bastante complicado. Desde logo, por se desconhecem em absoluto os contextos de recolha, que sabemos somente terem resultado de acções de natureza não arqueológica, com recurso a detector de metais. Assim trata-se de um conjunto de artefactos metálicos que somente poderá ser estudado pelos seus atributos intrínsecos, tarefa que se reveste de evidente complexidade, por se tratar de um sítio arqueológico com múltiplas ocupações de diferentes épocas (Pimenta; Arruda, 2014). Ensaiar qualquer comparação com outros sítios similares, que tenham sido objecto de escavações arqueológicas, também fará pouco sentido, porque a qualidade e quantidade de material é igualmente incomparável, como acima referimos a propósito das *glandes plumbeae*, a mais expressiva categoria de artefactos do conjunto agora estudado.

Um dos factores verdadeiramente notável, mas nada surpreendente, atendendo ao método de recolha, reside no facto de encontrarmos 10 subcategorias de artefactos metálicos, das quais destacamos o peso esmagador de *militaria*, com 118 exemplares, dos quais 114 são armas, sendo os restantes elementos de arreo de cavalaria. Em provável associação aos artefactos de uso militar, estarão outros, mais incharacterísticos, mas provavelmente do mesmo universo utilitário, como é o caso dos agro-florestais (4 exemplares), com dois machados, lâmina de enxada e dente de arado; os utilitários de carpintaria (2 exemplares), com um pico-martelo e uma goiva-formão; os domésticos (2 exemplares), com um fragmento de tesoura e um espevitador/ apagador de lucerna; os agro-pecuários, com um possível raspador de curtume; os utilitários de têxteis, com uma agulha; e ainda um possível instrumento médico-cirúrgico, fragmento de lâmina de bisturi. Não se excluirá a possibilidade do agrão de possível saco de numismas, se integrar no mesmo ambiente castrense.

A diversidade artefactual ocorre não só ao nível das categorias, como também nas ligas metálicas representadas, sendo de destacar a utilização massiva do chumbo na produção de armamento, que ocorre igualmente sob a forma de restos de transformação metálica. O chumbo é o metal mais abundante, com uma amostra de 143 exemplares por entre os 172 estudados, representando 83% do conjunto, com um peso total superior a 12 kg, valor apreciável, atendendo a que o sítio em apreço se encontra distante das áreas extractivas. A inequívoca prova de um fabrico local de *glandes plumbeae*, associada à restante *militaria* vem claramente demonstrar a existência de uma importante ocupação militar romana em Chões de Alpompe, sublinhando o seu valor estratégico no corredor natural de circulação Norte-

-Sul, contornando os acidentados relevos do litoral da Estremadura. A cronologia geral apurada a partir destes artefactos, não desmente a possibilidade de uma utilização pelos exércitos romanos, contínua ou descontínua, desde os finais do século II a.C. ao período sertoriano, eventualmente um pouco mais tarde.

De características menos marcadas são os objectos de adorno (8 exemplares) com seis fíbulas integradas no diversificado universo do tipo Schüle 4h e dois elementos de xorca ou os chamados utilitários de comércio (12 exemplares) com um lote de 11 ponderais. Deve sublinhar-se, porém, que sem assumirem um valor de marcadores militares, este conjunto de artefactos não destoaria se fosse recolhido em contextos de estacionamento de tropas.

Os restantes metais ou ligas metálicas consideradas surgem em muito menor escala do que o chumbo e variam entre a liga de cobre (13 exemplares), o ferro (9 exemplares), a prata (4 exemplares), o ouro (1 exemplares), o chumbo e ferro (1 exemplar) e ainda um possível lingote de estanho (?).

Não sendo possível ter maior precisão na análise dos materiais disponíveis, não deixaremos de sublinhar a provável existência de oficinas de produção de outros artefactos metálicos, que não armas, consubstanciada na presença de um lingote filiforme de prata parcialmente afeiçoado em uma das extremidades, sugerindo o desenho de um pé voltado de fíbula. De igual modo, o pequeno lingote de ouro parece destinado ao trabalho de ourivesaria. Em ambos casos, não é possível determinar se pertenceriam a contextos pré-romanos ou já de época romana republicana, por muito sugestiva que seja a ideia da existência local de oficinas de produção de artefactos.

Singular se afigura também o fragmento de possível lingote com as marcas de trísceles impressas, sobretudo por se tratar de motivo iconográfico ausente dos ambientes meridionais, mas em contrapartida omnipresente nas diferentes artes do Noroeste da Península Ibérica.

Diríamos, pois, para concluir, que se reforça o leque de argumentos a favor da utilização do sítio arqueológico de Chões de Alpompe como estabelecimento militar romano, acrescentando-lhe a clara demonstração da existência de uma *officina* de fabrico de *glandes plumbeae* no local, ainda que de cronologia indeterminada dentro do período romano republicano. Se foi ou não o lugar de instalação da base das operações conduzidas por Júnio Bruto contra o Noroeste peninsular, os dados em apreço não o esclarecem cabalmente, mas a presença de um elemento de clara filiação setentrional (o lingote com trísceles impressos) não deixa de ser fortemente sugestivo. Acrescenta-se ainda a possibilidade de se aqui se documentar a presença de oficinas de produção de artefactos de prata e ouro, não sabemos se em época pré-romana ou já na esfera do controlo de Roma. Em suma, várias interessantes sugestões, mas poucas conclusões categóricas, como seria de prever ao abordar materiais desprovidos de contexto. Seja como for, pensamos que vale a pena considerar esta diversidade de materiais metálicos e de sugestões no futuro, que as investigações presentemente em curso em Chões de Alpompe poderão melhor esclarecer.

**Figura 30** Inventário dos materiais considerados no estudo

DESIGNAÇÃO	N.º	MATÉRIA	COMP.	LARG. (CM)	ESPE. (CM)	DIÂM. (CM)	ALT. (CM)	PESO (GR.)
glandes plumbeae	1	chumbo	4	1,6	—	—	—	45,38
	2	chumbo	4	1,6	—	—	—	48,20
	3	chumbo	4,5	1,9	—	—	—	63,21
	4	chumbo	4	1,9	—	—	—	36,13
	5	chumbo	3,8	1,7	—	—	—	52,84
	6	chumbo	3,8	1,7	—	—	—	44,70
	7	chumbo	3,8	1,8	—	—	—	40,86
	8	chumbo	4,4	1,8	—	—	—	68,65
	9	chumbo	4,9	2,1	—	—	—	77,26

	10	chumbo	5	2,4	—	—	—	82,17
	11	chumbo	5	2,4	—	—	—	85,02
	12	chumbo	4,4	2,2	—	—	—	45,57
	13	chumbo	4,6	2,2	—	—	—	66,94
	14	chumbo	4,3	2,2	—	—	—	46,14
	15	chumbo	4,4	2	—	—	—	62,50
	16	chumbo	3,5	1,9	—	—	—	38,87
	17	chumbo	4,8	1,9	—	—	—	62,21
	18	chumbo	4	1,9	—	—	—	53,47
	19	chumbo	4,4	1,7	—	—	—	45,30
ponderal	20	chumbo	—	—	—	3,7	0,5	52,58
botão	21	chumbo	3,5	3,1	—	—	2,6	48,14
agrafo	22	chumbo	4,7	—	—	2,5	—	31,73
lingote	23	estanho(?)	5,35	5,9	—	—	0,25	27,82
“sanguessuga” de xorca	24	liga de cobre	3,4	2,9	—	—	—	27,68
	25	liga de cobre	2,7	2,1	—	—	—	12,95
espevitador de pavio de lucerna (?)	26	liga de cobre	5,4	—	—	—	0,3	3,5
agulha	27	liga de cobre	5,4	0,4	—	—	—	3,66
fusilhão	28	liga de cobre	4,5	1,1	—	0,6	—	2,55
aro de fivela de fecho de cinturão/ arreios de cavalo	29	liga de cobre	7	5,5	0,3	0,3	0,7	11,80
lâmina de bisturi (?)	30	liga de cobre	3,7	0,8	—	—	—	5,15
ponderal com argola de suspensão	31	chumbo	2,1	2,8	—	—	5,1	290,68
ponderal em forma de ânfora (?)	32	chumbo	—	2,9	—	—	6,3	270,94
ponderal paralelepípedo com marca	33	chumbo	2,6	2,1	—	—	0,8	71,04
resto de transformação de chumbo	34	chumbo	2,35	0,95	0,4	—	—	5,59
junção de arreios de cavalo	35	liga de cobre	4,8	5,3	—	—	2,5	54,28
fragmento de arco e apêndice caudal de fíbula de tipo Schüle 4h/1 de Miguez	36	liga de cobre	3,3	—	—	—	2,9	11,90
fragmento de apêndice caudal de fíbula de tipo La Tène I/Ponte 24	37	liga de cobre	4,15	1,15	—	—	—	11,45
fragmento de fíbula inacabada de tipo La Tène I/Ponte 24-27	38	prata	4	—	0,4	—	—	10,03
fragmento filiforme de prata	39	prata	2,6	—	0,5	—	—	7,47
	40	prata	1,5	—	0,3	—	—	0,86
fragmento de terminal de fíbula de tipo anular romana	41	liga de cobre	1,4	—	—	—	—	0,31
quatro fragmentos de restos de transformação de prata	42	prata	—	—	—	—	—	21,91
lingote filiforme de ouro (?)	43	ouro	6,5	—	0,3	—	—	6,61
elemento de arado de ferro	44	ferro	41	4	1,7	—	—	978
fragmento de tesoura	45	ferro	15,3	3,2	0,4	—	—	56,81
ponderal paralelepípedo	46	chumbo	—	5,3	—	—	3,3	800
ponderal prismático	47	chumbo	—	4,2	—	—	5,8	500
ponderal de chumbo com argola de suspensão de ferro e marca incisa	48	chumbo e ferro	—	—	—	3	4,5	191,31
ponderal com orifício de suspensão e marca incisa	49	chumbo	—	2,8	0,7	—	9,9	168,72
	50	chumbo	—	1,8	—	—	6,7	130,91
ponderal com orifício de suspensão	51	chumbo	—	—	—	2,3	4,3	91,29
ponderal paralelepípedo	52	chumbo	—	—	1,3	—	1,9	30,40
braçadeira tubular de chumbo	53	chumbo	5,3	—	—	—	0,8	130,92
lingote e/ou resto de transformação de chumbo	54	chumbo	13,2	—	1,7	—	—	1350
	55	chumbo	10,7	6,6	2,45	—	—	925
	56	chumbo	4,4	2,95	1,2	—	—	92,21
	57	chumbo	4,4	2,4	0,95	—	—	80,61
	58	chumbo	3,3	3,3	0,6	—	—	43
	59	chumbo	4	3,85	0,7	—	—	80,47
	60	chumbo	7,4	4,4	1,2	—	—	146,94
	61	chumbo	6,8	2	0,75	—	—	52,10
	62	chumbo	4,9	4,75	0,65	—	—	69,21
	63	chumbo	5	3,4	0,65	—	—	68,95
	64	chumbo	5,3	3,4	1,1	—	—	119,03
glans em processo de fabrico	65	chumbo	4,7	2,85	1,5	—	—	69,8
lingote e/ou resto de transformação de chumbo	66	chumbo	—	2,8	0,55	—	—	21,1
	67	chumbo	3,9	3,1	1,8	—	—	107,24
glans plumbea	68	chumbo	4,7	2,85	1,5	—	—	69,8
lingote e/ou resto de transformação de chumbo	69	chumbo	—	3,6	—	1,85	—	75,09
	70	chumbo	1,2	1,2	—	—	—	38,19
	71	chumbo	7,4	1,8	—	—	—	148,18
	72	chumbo	7,9	1,8	—	—	—	87,94
2 glandes plumbeae em processo de fabrico	73	chumbo	3 e 3	1,6 e 1,5	—	—	—	124,35
	74	chumbo	3,75	1,8	—	—	—	264,53
	75	chumbo	4,75 e 5,75	1,95 e 1,6	—	—	—	121,08
glandes plumbeae	76	chumbo	5,3	1,85	—	—	—	69,13

77	chumbo	4,9	1,6	—	—	—	59,52
78	chumbo	5,1	2,1	—	—	—	85,44
79	chumbo	6,9	1,65	—	—	—	74,02
80	chumbo	4,5	2	—	—	—	78,54
81	chumbo	4,15	1,8	—	—	—	59,38
82	chumbo	3,95	2,3	—	—	—	60,4
83	chumbo	4,65	1,8	—	—	—	67,78
84	chumbo	4,9	2,3	—	—	—	75,54
85	chumbo	4,9	2,25	—	—	—	73,82
86	chumbo	4,9	2,4	—	—	—	82,7
87	chumbo	4,9	2,2	—	—	—	92,15
88	chumbo	4,9	2,2	—	—	—	68,32
89	chumbo	5,4	2,3	—	—	—	73,53
90	chumbo	4,5	1,95	—	—	—	62,89
91	chumbo	3,8	1,45	—	—	—	32,18
92	chumbo	3,8	1,07	—	—	—	30,78
93	chumbo	3,7	1,8	—	—	—	32,81
94	chumbo	2,85	1,8	—	—	—	42,87
95	chumbo	4,3	1,85	—	—	—	67,07
96	chumbo	4,85	1,95	—	—	—	68,42
97	chumbo	3,95	1,95	—	—	—	74,12
98	chumbo	4,5	1,09	—	—	—	70,45
99	chumbo	3,95	1,85	—	—	—	39,33
100	chumbo	4	2	—	—	—	50,34
101	chumbo	4,25	2,15	—	—	—	80,31
102	chumbo	4,25	2,15	—	—	—	86,85
103	chumbo	4,3	1,85	—	—	—	66,35
104	chumbo	4	2,05	—	—	—	63,93
105	chumbo	4,05	1,85	—	—	—	62,37
106	chumbo	3,9	1,8	—	—	—	52,55
107	chumbo	3,75	1,9	—	—	—	47,99
108	chumbo	3,9	1,9	—	—	—	61,04
109	chumbo	4,1	1,8	—	—	—	61,18
110	chumbo	4,2	1,7	—	—	—	51,79
111	chumbo	4,1	1,8	—	—	—	64,76
112	chumbo	3,95	1,95	—	—	—	70,54
113	chumbo	3,25	1,65	—	—	—	33,93
114	chumbo	3,3	1,55	—	—	—	27,56
115	chumbo	2,4	1,9	—	—	—	38,96
116	chumbo	1,85	1,9	—	—	—	25,73
117	chumbo	3,8	2,05	—	—	—	68,25
118	chumbo	4,05	1,9	—	—	—	63,62
119	chumbo	3,75	1,75	—	—	—	46,29
120	chumbo	4,05	1,5	—	—	—	41,16
121	chumbo	4,9	1,75	—	—	—	55,84
122	chumbo	3,07	2,15	—	—	—	60,72
123	chumbo	2,09	1,3	—	—	—	22,06
124	chumbo	2,07	1,8	—	—	—	28,89
125	chumbo	2,07	1,75	—	—	—	37,72
126	chumbo	5,05	1,95	—	—	—	87,39
127	chumbo	5,01	2,05	—	—	—	83,14
128	chumbo	3,35	1,75	—	—	—	37,88
129	chumbo	4	1,55	—	—	—	39,2
130	chumbo	3,85	1,07	—	—	—	38,03
131	chumbo	3,95	1,5	—	—	—	35,83
132	chumbo	4	1,5	—	—	—	30,69
133	chumbo	3,35	1,45	—	—	—	21,93
134	chumbo	3,85	1,03	—	—	—	28,45
135	chumbo	4	1,65	—	—	—	43,54
136	chumbo	3,9	1,55	—	—	—	41,1
137	chumbo	3,5	1,65	—	—	—	37,11
138	chumbo	3,6	1,6	—	—	—	41,63
139	chumbo	3,03	1,75	—	—	—	36,98
140	chumbo	4	1,4	—	—	—	35,66
141	chumbo	4,3	1,5	—	—	—	42,72
142	chumbo	4,45	1,6	—	—	—	49,04
143	chumbo	4,1	1,6	—	—	—	41,02
144	chumbo	3,55	1,65	—	—	—	47,25
145	chumbo	3,55	1,6	—	—	—	46,21
146	chumbo	3,6	1,5	—	—	—	35,33
147	chumbo	4,05	1,7	—	—	—	52,03
148	chumbo	3,75	1,8	—	—	—	41,45
149	chumbo	3,07	1,75	—	—	—	48,1
150	chumbo	3,08	1,4	—	—	—	36,56
151	chumbo	3,55	1,4	—	—	—	32,07
152	chumbo	3,08	1,4	—	—	—	33,72
153	chumbo	3,65	1,6	—	—	—	40,62
154	chumbo	4	1,55	—	—	—	47,07
155	chumbo	4,85	1,4	—	—	—	45,4
156	chumbo	4,35	1,7	—	—	—	45,67
157	chumbo	3,9	1,15	—	—	—	29,96
158	chumbo	3,55	1,75	—	—	—	47,79
160	chumbo	2,7	1,3	—	—	—	23,08

pilum incendiário(?)	161	ferro	18	–	–	2,1	0,85	155,26
goiva/ formão	162	ferro	10,9	–	–	–	0,4	278,21
lâmina de enxada	163	ferro	11,5	–	–	–	0,3	171,1
machado	164	ferro	14,4	–	–	–	0,85	425
machado	165	ferro	15,3	–	–	–	0,9	400
raspador	2000.41.1*	ferro	17,2	8,6	1,2	–	–	191,9
pico-martelo	2000.42.1	ferro	18,3	7,2	–	2	–	466,53
fragmento de apêndice caudal de fíbula de tipo Schütle 4h/ tipo 1 de Miguez	2000.42.4	liga de cobre	4,3	1,8	1	–	–	14,07
	QUADROS							
glandes plumbeae	2000.42.11	chumbo	4,35	1,7	–	–	–	46,16
	2000.42.12	chumbo	4,05	1,3	–	–	–	30,63
	2000.42.13	chumbo	4,4	1,8	–	–	–	69,48

## BIBLIOGRAFIA

- ANDREAU, J. (1999) – *Banking and business in the Roman World*. Cambridge University Press.
- BEIRÃO, C.M.; SILVA, C.T.; SOARES, J.; GOMES, M. e VARELA, R. (1985) – Depósito votivo da Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português, III, série IV*, p.45-135.
- BERROCAL RANGEL, Luis (1989) – El asentamiento «celtico» del Castrejon de Capote (Higuera la Real, Badajoz). *CuPAUM. Madrid. 16*, p.245-295.
- BERTOLDI, T.; CECI, M. (2013) – Un contesto Tardo-republicano dal Foro di Cesare. In M. Ceci (ed.). *Contesti ceramici dai Fori Imperiali*, BAR International Series 2455 Oxford, p. 45-59.
- BISHOP, M.C.; COULSTON, J.C.N. (1993) – *Military Equipment. From the Punic Wars to the Fall of Rome*. London: BT Batsford Ltd.
- BROUQUIER-REDDÉE, V. (1997) – L'équipement militaire d'Alésia d'après les nouvelles recherches (prospection et fouilles). *Journal of Roman Military Equipment Studies*, 8, p. 277-288.
- CABRÉ, E. e MORAN CABRÉ, J. A (1979) – Ensayo Tipológico de las Fíbulas con Esquema de La Tène en la Meseta Hispánica. *Boletín de la Asociación española de Amigos de la Arqueología. Madrid. 11-12*, p. 10-26.
- CARDOSO, J. L.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2012) – Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alto Alentejo. In: Cardoso, J. L.; Almagro-Gorbea, M. (eds) *Lucius Cornelius Bocchus Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina*. Lisboa: Academia Portuguesa da História/Real Academia de la Historia, p. 169-188.
- CHAVES TRISTÁN, F. e OTERO MORÁN, P. (2002) – Los hallazgos monetales. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María; DOMERGUE, Claude e SILLIÈRES, Pierre (Dir.): *La Loba (Fuenteobjuna, Cordoue, Espagne)*. La mine et le village minier antiques. Mémoires 7. Bordéus, Institut Ausonius, p.163-205.
- CHIC GARCIA, G. (1986) – Q. Sertorius Proconsul. Epigrafia Hispanica de epoca romano-republicana. Zaragoza: “Institución Fernando el Católico”, p.171-175.
- CHIC GARCÍA, G. (1997) – La miel y las bestias. *Habis*, 28. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 153-166
- CINCA, J. L.; RAMÍREZ SÁDABA, J. L.; VELAZA, J. (2003) – Un depósito de proyectiles de catapulta hallado en Calahorra (La Rioja). *Archivo Español de Arqueología. Madrid. 76*, p. 263-271.
- CONTRERAS, F.; MÜLLER, R.; MUNTANER, J. e VALLE, F. (2006) – Estúdio pormenorizado de los glandes de plomo depositados en el CEHIMO. In *Cehimo* [s.l.], [s.d.] pp. 1-47
- CORREIA, V. H.; PARREIRA, R.; SILVA, A. C. F. (s/d [2013] – *Ourivesaria Arcaica em Portugal*. Lisboa: CTT.
- CORREIA, V. H. 1995a – A Transição entre o Período Orientalizante e a Idade do Ferro na Betúria Ocidental (Portugal), *Celtas y Turdulos: La Beturia (Cuadernos Emeritenses, 9)*, p. 127-149.
- CORREIA, V. H. 1995b – The Iron Age in South and Central Portugal and the Emergence of Urban Centres, in: *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia From the Copper Age to the Second Century AD*, “Proceedings of the British Academy”, 86, p. 237-262.
- CRAWFORD, M. H. (1974) – *Roman Republican Coinage*. 2 vols. Cambridge, Cambridge University Press.
- CRESPO, X. (2010) – O Museo Arqueológico de Santa Trega (Masat). *CROA: boletín da Asociación de Amigos do Museo do Castro de Viladonga*, n.º. 20, 2010, p. 116-119.
- DÍAZ ARIÑO, Borja (2008) – *Epigrafia Latina Republicana de Hispania*. Universitat de Barcelona. Colecció Instrumenta, 26. Barcelona.
- DIOGO, A. M. D. (1982) – A propósito de “Morón”. Estudo de alguns Documentos provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém). *Clio. N.º4*, p. 147-154.
- DIOGO, A. M. D. (1993) – Ânforas pré-romanas provenientes dos Chões de Alpompe. *Estudos Orientais. 4. Os Fenícios no Território Português*, p. 215-227.

- DIOGO, A. M. D.; FARIA, A. (1985) – Moedas romanas provenientes dos Chões de Alpompé. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 120-122.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-94) – Materiais provenientes de Chões de Alpompé (Santarém). Conímbriga. XXXII-XXXIII, p. 263-281.
- DOMERGUE, C., 1970 – Un Témoignage sur l'Industrie Minière et Métallurgique du Plomb dans la Région d'Azuaga (Badajoz) Pendant la Guerre de Sertorius, XI Congreso Nacional de Arqueologia (Merida, 1968), Zaragoza, p. 608-626.
- DOMERGUE, C. (2002) – Les objects en metal. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María; DOMERGUE, Claude e SILLIÈRES, Pierre (Dir.): La Loba (Fuenteobejuna, Cordoue, Espagne). La mine et le village minier antiques. Mémoires 7. Bordéus, Institut Ausonius, p.333-369.
- DOMERGUE, C. (2004) – Les mines et la production des métaux dans le monde méditerranéen au Ier millénaire avant notre ère : du producteur au consommateur. In Lehoërff, Anne (dir.) – *L'artisanat métallurgique dans les sociétés anciennes en Méditerranée occidentale : techniques, lieux et formes de production*. Collection de l'École française de Rome, 332, p. 129-160.
- FABIÃO, C. (1989) – Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil). Lisboa. UNIARQ/INIC, p. 162.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FABIÃO, C. (1999) – A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela Romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 2. Número 1, p. 163-198
- FABIÃO, C. (2002) – “Chões de Alpompé”. *De Scallabis a Santarém* (catálogo da exposição). Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p.149-152.
- FABIÃO, C. (2004) – Arqueología Militar romana da Lusitania: textos e evidencias meteriais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. CoordsCésareo Pérez-González y Emiliollarregui. Salamanca, p. 53-73.
- FABIÃO, C. (2006) – El ejército romano en Portugal. In *El ejército romano en Hispania*. Guia Arqueológica. Universidad de León, p. 113-134.
- FEUGÈRE, M. (2002) – “Militaria de Gaule méridionale, 19. Le mobilier militaire romain dans le département de l'Hérault (F)”. *Gladius XXII*, 2002, p. 73-126.
- FEUGÈRE, M. (2009) – Militaria, objets en os et en métal. In GOUDINEAU, C. e BRENTCHALOFF, D. (dir.) – *Le camp de la flotte d'Agrippa à Fréjus : les fouilles du quartier de Villeneuve (1979-1981)*. Ed. Errance, Paris: p.107-177.
- FEUGÈRE, M.; ROLLEY, C. (Eds.) (1991) – La Vaisselle Tardo-Républicaine en Bronze (Actes de la Table-Ronde du CNRS Organisée à Lattes du 26 au 28 Avril 1990). Dijon, Université de Bourgogne (Centre de recherches sur les Techniques Gréco-Romaines, 13).
- FEUGÈRE, M.; POUX, M. (2001) – “Gaule pacifiée, Gaule libérée ? Enquête sur les militaria en Gaule civile”. *Jahresbericht – Gesellschaft Pro Vindonissa, Brugg*, 2002, p. 79-95.
- GÓMEZ-PANTOJA, J.; MORALES, F. (2002) – Sertorio en Numancia: Una nota sobre los campamentos de La Gran Atalaya. In: Morillo, A. (ed.) *Arqueología militar en Hispania* (Gladius, Anejos, 5), p. 303-310.
- GÓMEZ-PANTOJA, J. e MORALES HERNÁNDEZ, F. (2008) – Los etolios en Numancia. In *Actes de la table ronde internationale (Madrid, novembre de 2007) La Guerre et ses traces dans la péninsule Ibérique à l'èpoque de la conquête romaine*. *SALDVIE*. N.º 8. Universidad de Zaragoza, pp. 37-58.
- GRÜNEWALD, M. e RICHTER, A. (2006) – “Zeugen Caesars Schwerster schlacht? Beschriftete Andalusische Schleuderbleie aus der Zeit des Zweiten Punischen Krieges und der Kampagne von Munda”. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 157. Bohn: Dr. Rudolf Habelt GmbH, p.261-269.
- GUERRA, A. (1987) – Acerca dos projecteis para funda da Lomba do Canho. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 5, p. 161-177.
- GUERRA, A.; PIMENTA, J. (2013) – Os projecteis de funda do Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos* (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo, p. 47-58.
- GUERRA, A.; PIMENTA, J. e SEQUEIRA, J. (2014) – Conjunto de glandes plumbeae do sítio arqueológico do Alto dos Cacos (Almeirim). *Cira Arqueologia III* (Actas do Congresso Internacional de Arqueologia, Conquista e Romanização do Vale do Tejo). Vila Franca de Xira, p.293-321.
- GUERRA, M. F.; TISSOT, I. (eds.) 2013 – *A ourivesaria pré-histórica do ocidente peninsular atlântico. Compreenser para preservar (Projecto AuCORRE)*. Lisboa.

- HERZOG, R. (1919) – *Aus der Geschichte des Bankwesens im Altertum. Tesserae nummulariae*. Giessen.
- HORVAT, J. (2002) – The Hoard of Roman Republican Weapons from Grad near Smihel. *Arheloski vestnik* 53, p. 117-192.
- JIMENO, A.; IGNACIO DE LA TORRE, J.; BERZOSA, R. e GRANDA, R. (1999) – El utillaje de hierro en Numancia y su información económica. In BURILLO MOZOTA, Francisco (Coord.) – *IV Simposio sobre los Celtiberos – Economía*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp.103-113.
- KALB, Ph., HÖCK, M. (1988) – Moron. Conimbriga. Coimbra. 27, p. 189-201.
- KURTZ, W. (1986-7) – “Los arreos de caballo en la necrópolis de Las Cogotas (Cardeñosa, Ávila)”. *Zephyrus* 39-40: pp. 459-472.
- LABROT, J. e RONDEL, G. (2001) – Les boutons au Moyen-Âge. *Revue Moyen Âge*, n.º 25 (Nov./Dec. 2001), pp.44-47.
- LAHARNAR, R. (2011) – Roman lead slingshots (glandes plumbeae) in Slovenia. *Arheološki vestnik*, 62, p. 339-374.
- LONG, L. (2004) – Epaves et sites submergés de la région d’Hyères de la préhistoire à l’époque moderne. *Scientific Reports of Port-Cros National Park*, 20. Parc National de Port-Cros, p.47-96.
- MATALOTO, R. (2014) – A propósito de um conjunto de *glandes plumbeae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto do episódio Sertoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana. *Cira Arqueologia III*. (Actas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo). Vila Franca de Xira, p.343-384.
- MAYER, E. (2012) – *The Ancient Middle Classes. Urban Life and Aesthetics in the Roman Empire 100 BCE – 250 CE*. Harvard College.
- MIGUEL AYALA, M. (2002) – Los honderos baleares: mercenarios en las filas de las legiones romanas. In: Morillo Cerdán, A. (ed.) *Arqueología militar romana en Hispania (anejos de Gladius, 5)*, Madrid, CSIC, p. 529-535.
- MIGUEZ, J. (2010) – *As fibulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos: o caso de Mesas do Caste-linho*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MORILLO, A. (2007) – El ejército romano en Hispania. *Guia Arqueológica*. Universidad de León.
- NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1988) – *O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Arganil. Museu Regional de Arqueologia.
- OCHARÁN LARRONDO, J. A. e UNZUETA PORTILLA, M. (2002) – Andagosta (Cuartango, Álava): un nuevo escenario de las guerras de conquista en el Norte de Hispania. In MORILLO CERDÁN, A. (ed.): *Anejos de Gladius (I Congreso de Arqueología Militar Romana en Hispania, Segovia, 1998)*. Madrid, p.311-325.
- PARREIRA, R. e PINTO, C.V., 1980 -Tesouros da Arqueologia Portuguesa no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa, SEC/IPPC/MNAE.
- PERALTA LABRADOR, E. (2007) – Equipamiento militar romano de la conquista de la antigua Cantabria. In: Fernández Ibañez, C. (ed.) *Metalisteria en la Hispania Romana*, Sautuola, XIII, p. 493-511.
- PEREIRA, T. R. (2008) – *Os Artefactos metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do ferro e em época romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. Tese de mestrado. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, T. R. (2014) – Entre Sertório e César: as marcas do exército no sítio arqueológico de Cabeça de Vaiafonte (Monforte/ Portugal). *Cira Arqueologia III*. (Actas do Congresso Internacional de Arqueologia, Conquista e Romanização do Vale do Tejo). Vila Franca de Xira, p.322-342.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2013) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo)Vila Franca de Xira e a conquista romana noVale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J.; ARRUDA, A. (2014) – Novos dados para o estudo dos Chões de Alompé – Santarém. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. N.º 21, p. 375-392.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2014) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In *Actas da II Reunião Científica As Paisagens da Romanização – Fortins e ocupação do território no séc. II a.C. – I d. C*. Anejos de Archivo Español de Arqueologia. p. 125-142.
- PINA POLO, F. e ZANIER, W. (2006) – Glandes *inscriptae* procedentes de la Hispania Ulterior. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 79, p.29-50.
- PINTO, E. (2012) – *Curtidores e surradores de S. Sebastião – Guimaraes (1865-1923): a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano*. GHP- CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- POUX, M.; GUYARD, L. (1999) – Un moule à balles de fronde inscrit d’époque tardo-républicaine à Paris (rue Saint-Martin). In *Instrumentum*, 9, [s.l], [s.e], p. 29-30

- PRINCIPAL, J. (2013) – Cuando Arqueología e historia se dan la mano: Cartago Y Numancia, dos buenos referentes. In Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano. Coord. Albert Ribera I Lacomba. Museu Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid. Madrid, p. 333-356.
- QUESADA SANZ, F. (1997) – El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.). *Monographies Instrumentum*, 3, Montagnac.
- QUESADA SANZ, F. (2005) – El gobierno del caballo montado en la antigüedad clásica con especial referencia al caso de Iberia: bocados, espuelas y la cuestión de la silla de montar. *Gladius* XXV, p. 97-150.
- QUESADA SANZ, F. (2006) – Armamento indígena y romano republicano en Iberia (siglos III-I A. C.): compatibilidad y abastecimiento de las legiones republicanas en campaña. In: Morillo Cerdán, A. (ed) *Arqueología militar romana en Hispania II: producción y abastecimiento en el ámbito militar*. León: Universidad de León, p. 75-96.
- READ, B. (2005) – Metal buttons C. 900 B.C.-C. AD 1700. Longport: Portcullis Publishing.
- RIBERA I LACOMBA, A. (1998) – La fundació de Valencia. La ciutat a l'èpocaromanarepublicana (Segles II-I a. De C.). *EstudiosUniversitarios*. 71. Valencia.
- RIBERA I LACOMBA, A. (2003) – El papel militar de la fundación de Valentia (138 a.C.): Historia y Arqueología. In *Defensa y Territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espacios urbanos y rurales y provinciales)*. Casa de Velázquez. Madrid 2001, p. 363-390.
- ROTH, J. P. (1999) – *The Logistics of the Roman Army at War (264 B.C.–A.D. 235)*. *Columbia Studies in the Classical Tradition*, volume XXIII. Nova Iorque: Brill.
- RUIVO, J. (1997) – O conflito sertoriano no Ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. Vol. 70, p. 91-100.
- RUIVO, J. (1999) – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). In Centeno, R.; Garcia Bellido, M.; Mora, G. – *Rutas Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Porto, Março 1997. Madrid. *Anejos de Archivo Español de Arqueología* XX, p. 101-110.
- RUIVO, José (2001) – Um sceau militaire?. *Instrumentum* 14, dez. 2001, p.37.
- RUIVO, J. (2010) – Espólio metálico. In: ALARCÃO, J. DE; CARVALHO, P.; GONÇALVES, A. (coords.), *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 481-518.
- SAA, M. (1956) – *As Grandes Vias da Lusitania*. O Itinerário de Antonino Pio. Tomo I. Lisboa.
- SILVA, A. C. F. (2007) – A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal. 2.ª ed., Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira/Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins/Centro de Arqueologia Castreja e Estudos Célticos.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. da (1973) – Ocupação do Período Proto-Romano do Povoado do Pedrão (Setúbal). *Actas das Jornadas Arqueológicas, vol. I*. Lisboa, pp.7-42.
- STIEBEL, G. (1997) – "...You were the word of war". A sling shot testimony from Israel. *Journal of Roman Military Equipment Studies*, 8, p. 301-307.
- ULBERT, G. (1984) – *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionläger in Spanisch-Extremadura*. *Madrider Beiträge* 11. Mainz am Rhein.
- VEGA, M. B. e CRAIG, N. (2009) – New Experimental data on the distance of sling projectiles. In *Journal of Archaeological Science*, 36, [s.l]: Elsevier, p. 1264-1268.
- VICENTE, J. D.; PUNTER, M. P.; EZQUERRA, B. (1997) – La catapulta tardo-republicana y otro equipamiento militar de "La Caridad" (Caminreal, Teruel). *Journal of Roman Military Equipment Studies*, 8, p. 167-199.
- VÖLLING, T. (1990) – Funditores im römischen Heer. *Saalburg Jahrbuch* 45, p.24-58
- VIEGAS, J. R. e PARREIRA, R., 1984 – Der Schatzfunde von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal), "Madrider Mitteilungen", 25, p. 79-91.
- ZBYSZWESKI, G.; FERREIRA, O. V.; SANTOS, C. (1968) – Acerca do Campo Fortificado de Chões de Alpompe (Santarém). In *Arqueólogo Português*. 3.ª Série. 2, p. 49-57.

## Acerca da Dinâmica Económica do Porto de Urbs Imperatoria Salacia: O Estudo Das Ânforas<sup>1</sup>

Em memória de João Carlos Faria (†)

**JOÃO PIMENTA** CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX/UNIARQ

**EURICO SEPÚLVEDA** ARQUEÓLOGO, ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CASCAIS

**MARISOL FERREIRA** ARQUEÓLOGA, CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

### RESUMO

O presente trabalho, tem como objectivo uma leitura da dinâmica económica da Cidade romana de *Salacia*, através do estudo de um tipo de materiais muito específicos e com características de informação ímpares.

### SUMMARY

The authors present a study of the economic dynamics of the Roman City of *Salacia* (Alcáçer do Sal) on this paper. They fulfilled this target through the examination of a large set of amphorae shreds which provided reliable information on commodities changed among the provinces of the Roman Empire.

## 1. Sobre a construção do conhecimento. As limitações da informação

Ao enveredarmos por uma tentativa de sistematização da informação em torno da dinâmica económica da antiga *Salacia*, não podemos deixar de sublinhar, que os dados com que podemos lidar são provenientes de um conhecimento parcelar da cidade.

Ainda que as escavações arqueológicas se tenham vindo a multiplicar nos últimos anos na área da antiga urbe romana, até ao momento as diversas intervenções realizadas, têm incidido de uma forma sistemática sobre a parte alta da cidade.

A parte baixa e a área de ancoradouro natural, certamente incrementado com estruturas de índole portuário, são para nós ainda um vazio de informação. Aqui se deveriam localizar os celeiros, os armazéns, as fábricas de conserva de pescado, assim como as diversas actividades industriais de que nos dão conta as fontes clássicas, como a tecelagem, a pesca a construção naval etc.

Podemos assim, ao lidar apenas com dados provenientes da parte alta da cidade, ter uma visão enganadora da dinâmica da urbe ao longo da sua diacronia. Esta pode ter evoluções distintas entre ambos os sectores, que se materializam em distintas realidades.

Não deixa de ser relevante ter presente o exemplo de Lisboa romana, onde o conhecimento de que dispomos sobre o seu Castelo demonstra uma dinâmica completamente distinta do da sua área portuária.

Tendo em conta este enquadramento prévio, que serve de preâmbulo a este estudo, detenhamo-nos nos dados disponíveis sobre a importação de produtos alimentares em ânforas.

<sup>1</sup> A primeira versão deste trabalho foi apresentada a 23 de Maio de 2009, no Congresso de homenagem ao nosso estimado amigo Dr. João Carlos Faria – 1.º Encontro de Arqueologia e História de Alcáçer do Sal. Visto a publicação das suas Actas nunca ter visto a luz do dia, decidiu-se por trazer a público este contributo.

O conjunto mais significativo até ao momento publicado, é o recolhido no final dos anos setenta, pela equipa do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal na área dos depósitos de água (Silva *et al*, 1980-81).

Os investigadores responsáveis pela publicação modelar desta intervenção, estudam então um conjunto de cento e cinquenta e duas ânforas romanas. O seu estudo permite abarcar uma leitura dos ritmos de importação desde época romana republicana até meados do século III d.C. Entre esta amostragem predomina quantitativamente as ânforas de produção Lusitanas do tipo Dressel 14 (Classe 20-21; Lusitana 2, Beltrán IVb), representadas por cento e vinte e quatro exemplares.

Já em finais dos anos noventa, foi publicado um pequeno mas significativo conjunto – quatro bordos e três fundos de ânforas –, exumado durante a escavação de estruturas possivelmente correlacionáveis com o *forum* romano de *Salacia* (Faria, 1998). Destaca-se a presença pela sua raridade em Alcácer de um nível de abandono de época tardia com ânforas do tipo Almagro 51c e Sigillata Clara D<sup>2</sup>.

O projecto LOCAS, no qual se inscreve este trabalho, desenvolveu-se em parceria com os investigadores do Museu Municipal de Pedro Nunes. Este projecto resulta do convite de João Carlos Faria a um dos signatários (E.S.), para efectuar o estudo do imenso espólio de época romana recolhido em 1996 na encosta do Castelo. Esta recolha decorreu de uma intervenção reactiva por parte da equipa do Museu Municipal, face à implantação de estru-

**Figura 1**  
Mapa de localização da área de proveniência do conjunto de ânforas em análise.



<sup>2</sup> Embora apenas atestada por dois fragmentos.

turas de suporte de terras na encosta ocidental do castelo. Esta obra surge na sequência dos trabalhos arqueológicos de emergência levados a efeito pelo IPPAR e CMAS no antigo convento de N.ª Sr.ª de Aracoeli tendo em vista a sua transformação em pousada da ENATUR.

A ausência de coordenadas contextuais é infelizmente a realidade que condicionou desde o início este projecto. Porém a volume das colecções e a sua informação intrínseca para o conhecimento da antiga *Salacia* conduziu a que se enveredasse pelo estudo de conjuntos coerentes de materiais, tais como a Terra *Sigillata* (Sepúlveda, Faria e Faria, 2000); a Cerâmica Campaniense (Sepúlveda, Sousa, Faria e Ferreira, 2001), as Cerâmicas de Paredes Finas, Engobe Vermelho Pompeiano e Lucernas (Sepúlveda, Sousa, Faria e Ferreira, 2003); e os Almofarizes “béticos” e Pesos de Tear (Sepúlveda, Santos, Faria e Ferreira, 2007).

Face ao estudo das cerâmicas finas, hoje é claro que a intervenção efectuada em 1996, conduziu à recolha de um conjunto coerente de materiais cuja cronologia se estende desde finais do século II a.C. ao século II d.C.

## 2 . O Estudo das ânforas do Lado Ocidental do Castelo

A primeira abordagem ao estudo das ânforas recolhidas na encosta ocidental do Castelo, incidiu sobre um primeiro conjunto de 44 fragmentos classificáveis correspondendo a um número mínimo de 31 ânforas (Pimenta, Sepúlveda, Faria e Ferreira, 2006).

A continuação do estudo e inventário das colecções provenientes das recolhas da encosta do Castelo, conduziu a que individualizássemos uma vasta amostragem composta por várias centenas de fragmentos classificáveis, correspondendo a um número mínimo de 96 ânforas.

## 3 . Ânforas de tipologia pré-romana

O conjunto em análise como referimos, é composto maioritariamente por materiais de cronologia romana, contudo, individualizámos um fragmento de bordo e três asas correspondendo a ânforas de tipologia pré-romana (fig. 2, n.º 6 a 9).

Do ponto de vista de classificação enquadram-se já dentro dos modelos tardios de tipologia Ibero-púnica, que poderia ser enquadrado apesar de com algumas cautelas, face ao seu estado de conservação, dentro do tipo Mañá Pascual A4 (Pellicer Catalan, 1978). Estaríamos assim neste caso, perante uma forma já evolucionada desta forma possivelmente de meados do século II a.C. (Arruda, Bargão e Sousa, 2005).

A análise macroscópica da sua pasta corresponde claramente a uma produção enquadrada dentro dos fabricos conhecidos para as ânforas Lusitanas, em tudo similar aos exemplares das primeiras produções de ânforas já de cronologia romana presentes neste conjunto.

Podemos assim, estar perante uma produção local ou regional de ânforas pré-romanas. Ultimamente os resultados das investigações de Ana Arruda, na alcáçova de Santarém (Arruda, 2002) e os trabalhos de um dos signatários sobre os níveis pré-romanos de Lisboa (Pimenta, 2005), forneceram novos dados empíricos que apontam para que terá existido realmente uma actividade de produção de contentores de tipologia pré-romana durante os finais da Idade do Ferro. Esta produção terá antecedido assim, alguns séculos a já bem conhecida actividade oleira de grande dinamismo que se estabelece a partir do século I d.C. no ocidente peninsular.

Já em 1990 João Carlos Faria, aqui homenageado, tinha apresentado uma comunicação com Dias Diogo propondo a existência de uma produção local de Mañá Pascual A4 no Vale do Sado (Diogo e Faria, 1990). Produção essa, que estaria atestada na área urbana de Alcácer do Sal, pela detecção de um forno de ânforas que teria produzido contentores do tipo Mañá Pascual A4<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> No entanto existem nas Reservas do Museu Municipal diversos exemplares completos desta forma evidenciando diferentes fabricos.

#### 4. Primeiros contactos com o mundo Itálico. Os alvares da romanização

Apesar de a informação não ser particularmente abundante, os dados disponíveis, em particular o que diz respeito à importação de cerâmica campaniense, apontam para que os primeiros contactos com o mundo itálico remontem ao século II a.C. (Soares, 1978 e Sepúlveda e al. 2001).

Qual a forma, como as comunidades indígenas interagiram com os exércitos Itálicos? E qual o modelo de “integração”, da antiga urbe pré-romana no novo modelo provincial da divisão administrativa da *Ulterior*? São questões para as quais de momento não temos respostas claras.

No presente estudo identificámos um conjunto coerente de materiais, (figura 2), que nos remete para o quadro de importações de produtos alimentares de época romana republicana bem atestado no extremo ocidente no vale do Tejo nos grandes portos de *Olisipo* e *Scallabis*, (Pimenta, 2005 e Bargão, 2006). No vale do rio Sado podemos ver um padrão similar de consumo no povoado fortificado de Chibanes (Silva e Soares, 1997 e Guerra, 2004).

A aquisição do vinho Itálico, produzido de forma massiva nas grandes *villae* escravagistas da costa tirrénica, está documentada pela presença de uma ânfora do tipo Dressel 1 (fig. 2, n.º 2). Esta ânfora corresponde a um dos modelos mais característicos da expansão militar romana no ocidente, tendo uma lata cronologia desde inícios da segunda metade do século II ao século I a.C.

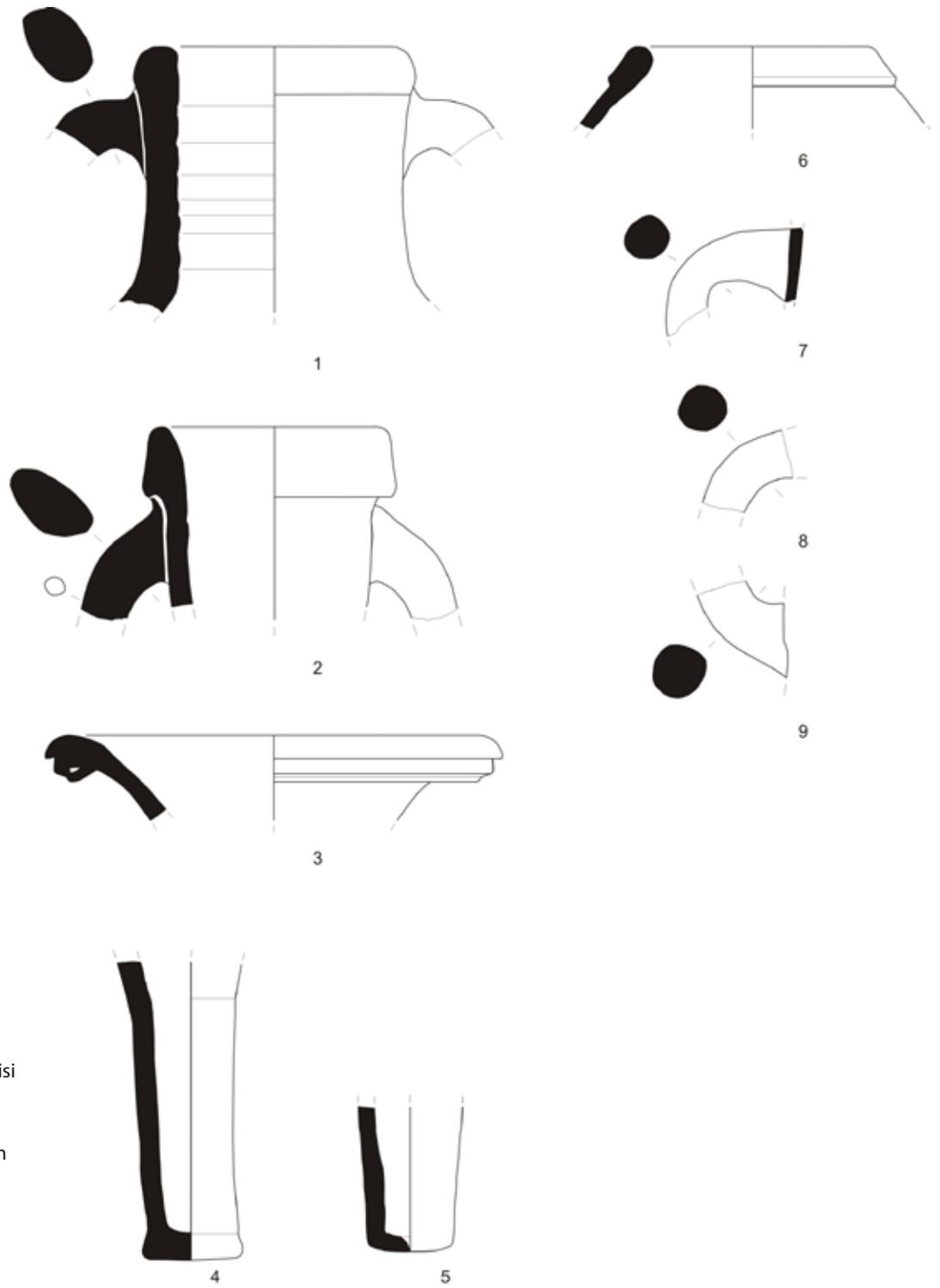
A análise macroscópica atesta uma pasta com grande abundância de “areias negras”, de origem vulcânica, correspondendo ao Grupo 3 de fabrico Itálico definido para as ânforas do Castelo de São Jorge em Lisboa (Pimenta, 2004). Este tipo corresponde às típicas produções ditas “campanienses”.

O exemplar que aqui apresentamos, ao contrário do restante conjunto, foi recolhido na área do Convento de São Francisco, onde recentemente se detectou uma necrópole com ocupação romana republicana.

Também de procedência itálica, recolheu-se do lado ocidental da encosta do Castelo uma ânfora adriática, de difícil classificação, que tanto pode ser classificada como da área de Brindisi ou como um modelo dentro das Dressel 6 (fig. 2, n.º 1). As ânforas deste tipo caracterizam-se por uma morfologia herdeira directa de múltiplas influências de época helenística, sendo uma das formas mais características, da costa adriática de Itália durante a época republicana. Aí foram produzidas em larga escala na área da Apúlia e Calábria desde meados do século II a meados do I a. C. A estas ânforas encontra-se associada uma importante tradição epigráfica, que dotam estas ânforas de uma mais-valia para o estudo da história económica e para o conhecimento da organização dos seus centros produtores.

No que diz respeito ao seu conteúdo, embora o azeite seja tido como plausível não existem ainda provas conclusivas.

O consumo de preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar está documentado por um fragmento de bocal e dois fundos de ânforas do tipo Mañá C2b (fig. 2, n.º 3 a 5). A importação destes típicos contentores republicanos produzidos nas áreas de influência Gaditana entre o século II e I a.C. está bem atestada no Vale do Sado no povoado de Chibanes (Maia, 1977).



**Figura 2**

n.º 1 – Ânfora Itálica de proveniência da costa Adriática Brindisi ou Dressel 6;

n.º 2 – Ânfora Itálica do tipo Dressel 1 com marca anepígrafa sobre a asa;

n.º 3 a 5 – Ânforas Mañá C2b de produção da área do estreito de Gibraltar;

n.º 6 a 9 – Ânforas pré-romanas possivelmente de produção do Vale do Sado;

n.º 6 – bordo de ânfora Mañá Pascual A4.

10 cm

## 5. As Importações de produtos alimentares da vizinha província da *Baetica*

Ao contrário das evidências que analisámos no primeiro ensaio dedicado ao estudo das ânforas, do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, no presente conjunto a importação de produtos alimentares em ânforas provenientes da *Baetica*, encontra-se particularmente bem atestada (16%).

Os característicos contentores bojudos, individualizados sobre a forma 20 da tabela de Dressel, e destinados à exportação do azeite produzido na área do Vale do rio Guadalquivir, estão representados por oito fragmentos de bordo, uma asa e dois fundos. Estes últimos evidenciam grafitos efectuados *ante cocturam*, na sua superfície externa (fig. 3, n.º 15 e 16).

A análise dos diversos bocais representados no presente conjunto atesta a importação de azeite desde época tardo republicana com exemplares ainda da forma Classe 24 (Fabião, 2000) (fig. 3, n.º 10 a 14), com um aparente aumento em época de Augusto (fig. 3, n.º 17) até ao período Flávio-Trajano, (fig. 3, n.º 18 e 19) (Berni Millet, 1998).

A quantidade e variedade da informação epigráfica que muitas vezes acompanha estes contentores, sendo a ânfora romana que maior informação epigráfica proporciona, bem como a sua ampla distribuição nas províncias ocidentais do império, faz com que estes contentores se assumam como uma fonte de informação privilegiada para o estudo da economia antiga. Em Alcácer do Sal, são conhecidas até ao momento duas marcas sobre Dressel 20, que nos permitem estabelecer algumas ilações sobre a sua dinâmica comercial.

A marca **M.A.R.** impressa em cartela rectangular (Étienne, Mayet, 2004, 64f; Pimenta, Sepúlveda, *et. al.*, 2006, fig. 3 e 4). Esta marca conhece diversas variantes, com distintas proveniências na área do Guadalquivir, nas *Figlineae* de La Catría, Las Delicias e El Castillejo. (Fabião, 1993-94), tendo mais recentemente sido identificado a sua produção no Hospital das Cinco Chagas, em Sevilha (García Vargas, 2003). A análise da sua dispersão no território da Lusitânia, começa a apresentar uma inusitada difusão deixando antever estreitas relações destas *Figlineae* com a Lusitânia em particular com os grandes centros urbanos do Vale do Tejo e do Sado. Esta marca encontra-se atestada no Algarve, no Cerro da Vila, Quarteira (Teichner, 2008: Taf 184, N10), no Vale do Rio Sado em Tróia (Diogo e Paixão, 2001), e no Vale do Rio Tejo em Lisboa (Fabião 1993-94), em Santarém (Almeida, 2008) e na *Villa* romana, dita de Cardílio – Torres Novas (Diogo e Monteiro, 1999), (ver figura 4).

A marca **Q.IC.SEGS.** impressa em cartela rectangular. Tanto quanto sabemos ainda inédita, esta marca, encontra-se patente ao público na exposição permanente da Cripta arqueológica de Alcácer do Sal. Segundo a informação da peça, ela terá sido recolhida no decurso da escavação do edifício da Pousada.

Corresponde a uma marca bem conhecida com a abreviatura **Q.IC.SEGS.**, atestada no Monte Testaccio (CIL+XV+2925,1), (Callender, 1965, n.º 1461a). Esta marca surge em asas do período flávio – Trajano em Lyon e em Avenches (Suíça) conserva-se no Museu uma asa com esta Marca proveniente de um contexto bem datado de 70/95 d.C. (Schupbach, 1983), (ver figura 5).

A importação de vinho Bético encontra-se confirmada por vários fragmentos de asas, correspondendo a um número mínimo de 4 exemplares de ânforas do tipo Haltern 70 (fig. 4, n.º 24 e 25). Cronologicamente, a produção e difusão de contentores deste tipo, situa-se entre os meados do século I a.C. a inícios do século II d.C. No que diz respeito ao seu conteúdo, tudo indica tratar-se de uma ânfora preferencialmente destinada a transportar vinho, não obstante ter sido igualmente utilizada para transportar subprodutos vínicos e conservas

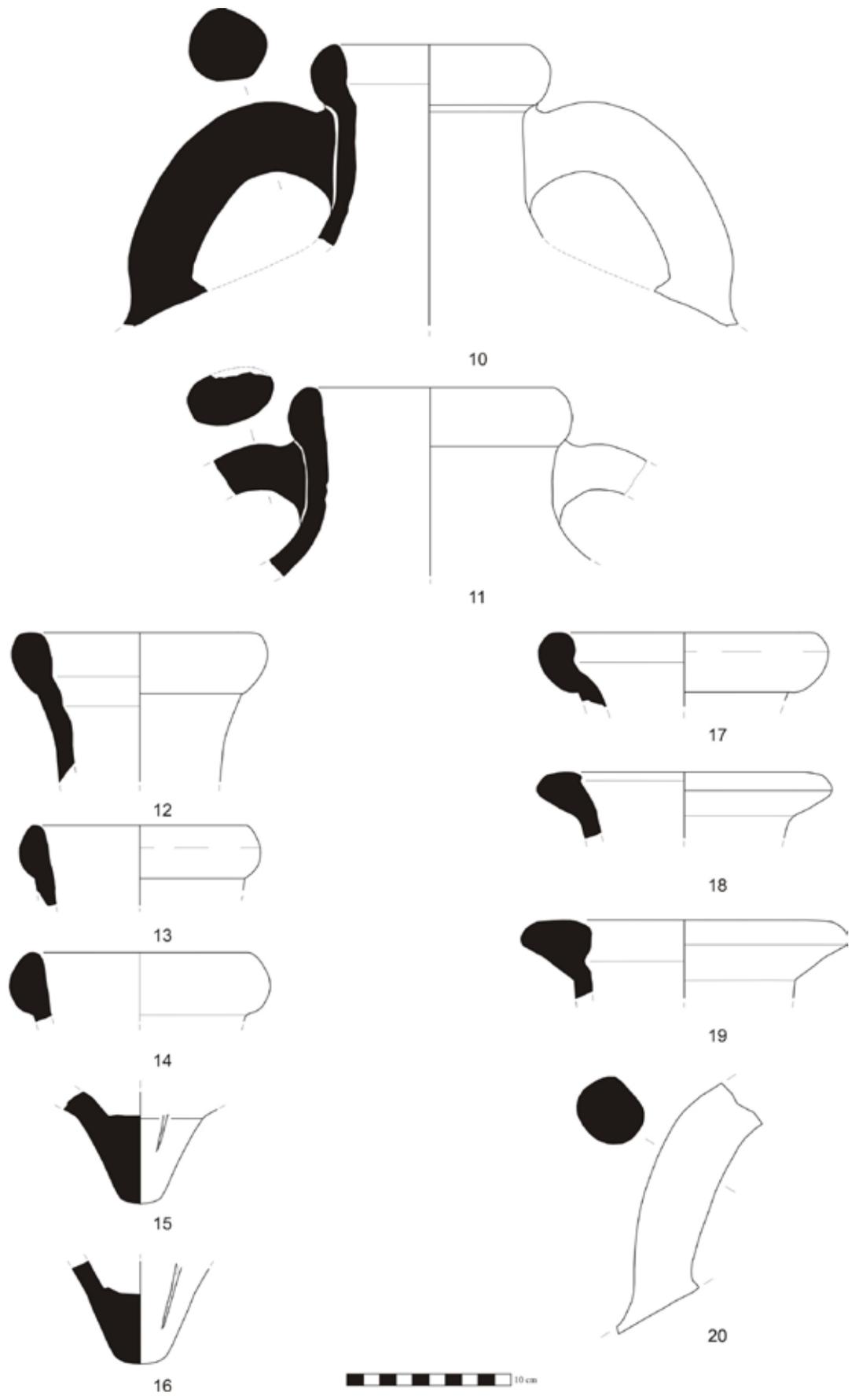


Figura 3  
Ânforas Béticas  
do Tipo Classe 24  
e Dressel 20.

(Fabião, 2000). Em Portugal o início da importação, destas ânforas, encontra-se bem atestado em níveis da segunda metade do século I a.C., como por exemplo em Mesas do Castelinho (Almodôvar), Alcáçova de Santarém, Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) e Lomba do Canho (Arganil).

Os preparados piscícolas Béticos estão representados por três ânforas do tipo Dressel 7-11 (fig. 4, n.º 21, a 23). A cronologia destes contentores situa-se entre o último terço do século I a.C. e os finais do século I/inícios do século II d.C., tendo-se difundido sobretudo a partir do principado de Augusto (Almeida, 2008). Foram produzidas principalmente na região da Bética costeira, merecendo realce a baía gaditana, onde são conhecidos inúmeros centros oleiros, embora o seu fabrico esteja igualmente atestado no vale do Guadalquivir, em concreto na região das Marismas (Garcia Vargas, 1998). Destinavam-se ao envase e transporte de preparados de peixe – *Garum*, *Liquamen*, *Muria*, *Halex* e *Laccatum* –, o que nos é testemunhado pela existência de *tituli picti* indicando esses conteúdos (Peacock e Williams, 1986, p. 118).

## 6. Ânforas da Gália

Entre a amostragem proveniente da encosta do Castelo de Alcácer, deparámo-nos com uma asa e diversos fragmentos de bojos que se distinguem do ponto de vista macroscópico do restante conjunto.

Apresentam uma pasta calcária de aspecto compacta e homogénea de tom bege. A análise do único fragmento que conserva forma, um fragmento de asa leva-nos a inclui-lo dentro da forma Gauloise 4 (fig. 4, n.º 26).

Esta ânfora vinária apresenta uma lata cronologia desde meados do século I d.C. e o século III d.C.

Em território Português ainda que não seja muito comum a sua presença nos conjuntos conhecidos, tem vindo recentemente a ser identificada a sua importação em sítios de cariz portuário como Lisboa e Tróia (Diogo e Paixão, 2001).

## 7. Ânforas Lusitanas

As ânforas de produção Lusitana dominam de forma esmagadora (81%). Entre estas produções de cariz regional intensamente produzidas nos vales do Tejo e do Sado sobressai uma série de exemplares (NMI de 70), que colocam alguns problemas na sua classificação.

Trata-se de um conjunto de fragmentos de bocais moldurados e fundos que, pelas suas características formais, se aproximam das primeiras produções de ânforas da *Baetica*, principalmente das Haltern 70 e do universo das Dressel 7/11 (fig. 5, n.º 27 a 35).

Estas ânforas correspondem às mais antigas produções atestadas para as olarias lusitanas remontando ao período Júlio-Cláudio (Fabião, 2004), ou mesmo a meados da segunda metade do século I a.C. (Morais, 2005).

Se numa primeira fase o desconhecimento acerca destas primeiras produções levou a que estas fossem englobadas dentro da forma Dressel 14 ainda que numa primeira variante (A), face a sua inegável antiguidade (Mayet e Silva, 1998; Mayet e Silva, 2002). O recente multiplicar de publicações de dados de centros de consumo onde estes primeiros modelos anfóricos Lusitanos se encontram particularmente bem representados, leva-nos a reflectir e a seguir a tese de Rui Morais e de Carlos Fabião, de podermos estar perante uma precoce produção de “ânforas ovóides”, similares às produzidas na baía gaditana durante este período (Morais e Fabião, 2007).

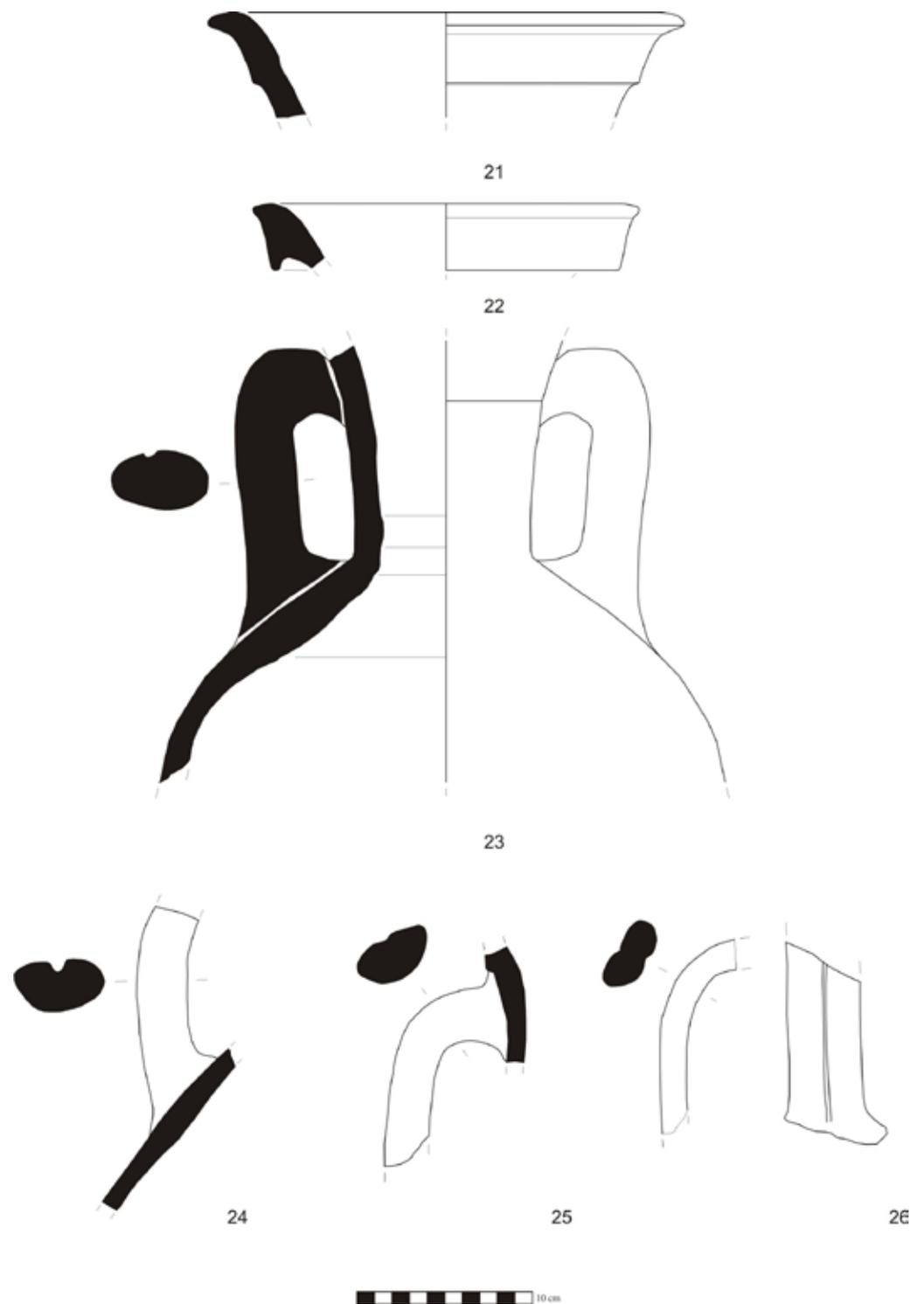


Figura 4  
n.º 21 a 23 – Ânforas  
Béticas do Tipo  
Dressel 7/11;  
n.º 24 e 25 – Ânforas  
Béticas do Tipo  
Haltern 70;  
n.º 26 – Ânfora Gálica  
do Tipo Gauloise 4.

No actual estado da investigação, esta proposta apresenta-se particularmente interessante e assaz operativa, entenda-se, o facto de estarmos a lidar com material muito fragmentado, limita à partida a leitura da evolução do corpo do recipiente.

Perante esta limitação e até dispormos de mais exemplares completos que permitam definir as primeiras produções lusitanas parece-nos mais seguro manter em aberto a classificação.

Aproveitamos para trazer à coacção novos elementos à discussão sobre o início da produção das ânforas Lusitanas.

Desde os primeiros trabalhos dos anos oitenta, de João Carlos Faria em colaboração com Dias Diogo tinha sido apontado o início da produção das ânforas Lusitanas 12 em meados do século I a.C. (Diogo, 1989, Diogo e Faria, 1990a) Porém os elementos em que basearam esta aceção nunca foram devidamente trazidos a público.

O Forno ou os Fornos da Parvoíce são conhecidos da comunidade arqueológica desde meados dos anos oitenta. Porém nunca foram alvo de trabalhos arqueológicos, resumindo-se o seu conhecimento à sua cartografia num primeiro gizar da carta arqueológica dos centros produtores de ânforas do Vale do Sado (Diogo, Faria e Ferreira, 1987).

Posteriormente estes fornos de grande importância face ao seu carácter urbano ou periurbano foram mesmo intencionalmente esquecidos por motivos obscuros da cartografia Luso francesa das produções do vale do Sado em época romana (Mayet, Schmitt e Silva, 1996).

Uma recente intervenção da responsabilidade do Museu Municipal Pedro Nunes, sobre a direcção científica de um dos signatários (M.F.), permitiu produzir novos dados sobre estes fornos, que iremos estudar em breve.

Trata-se realmente de um centro produtor na actual área Urbana de Alcácer, e que em época romana devia situar-se na sua “cintura industrial” suficientemente afastada por questões óbvias de segurança.

A escavação de uma entulheira, associada a uma das estruturas de forno permite atestar a produção destes primeiros modelos de ânforas ovóides de bocal moldurado (fig. 6, n.º 36 e 37).

Infelizmente estão ausentes quaisquer materiais datantes, que nos possibilitem enquadrar cronologicamente este momento.

Em relação a esta problemática, de quando é que será o início a produção destes primeiros modelos ovóides, um de nós (J.P.) teve recentemente a possibilidade de escavar contextos bem preservados de época tardo republicana, que trazem nova luz a esta questão.

O povoado fortificado de Monte dos Castelinhos, situa-se no concelho de Vila Franca de Xira, em posição de destaque sobre o Vale do Tejo. Trata-se de uma estação com características singulares. Fundado aparentemente na primeira metade do século I a.C. o sítio foi alvo de uma destruição generalizada ainda no século I a.C. possivelmente correlacionada com os conflitos entre César e Pompeio.

É precisamente nestes níveis de abandono brusco do sítio, bem datados de inícios da segunda metade do século I a.C. pela presença de Campaniense B e ânforas Béticas do Tipo Classe 67, Haltern 70 e Oberaden 83, que se encontram atestadas as primeiras ânforas de produção Lusitana. A sua presença nestes contextos bem definidos atesta de uma forma categórica o início da produção de ânforas de tipologia romana no ocidente peninsular em época tardo-republicana.

As típicas ânforas lusitanas de época Imperial da forma Dressel 14 (Classe 20-21; Lusitana 2, Beltrán IVb), o contentor por excelência de exportação de preparados piscícolas lusitanos, encontram-se bem atestadas (fig. 7, n.º 38 a 48).

Estas ânforas são uma das formas mais abundantemente produzidas nas olarias lusitanas entre meados do século I d. C. e os inícios do século III d. C., tendo-se identificado diversos centros produtores coetâneos no vale do Sado. A sua produção encontra-se igualmente atestada em Peniche (Cardoso, Rodrigues *et al.*, 2006), no Vale do Tejo e Algarve (Fabião, 2004).

Por último identificou-se um fragmento de bocal com arranque de asa de produção Lusitana, que classificámos como uma ânfora Almagro 50 (Lusitana 5). Esta ânfora de preparados piscícolas apresenta uma lata cronologia de produção, entre os séculos III d. C. e o V d.C. estando bem representada em sítios de cronologia tardia.

## 8. Considerações finais

As características singulares da colina do Castelo de Alcácer do Sal, as condições naturais de ancoradouro do povoado, associado à amplitude da navegabilidade do Rio Sado, conduziram, a que desde meados do primeiro milénio, aqui chegassem pessoas, ideias e mercadorias das mais distantes partes do mediterrâneo.

O presente trabalho, tem como objectivo uma leitura da dinâmica económica da Cidade romana de *Salacia*, através do estudo de um tipo de materiais muito específicos e com características de informação ímpares.

A análise dos conjuntos de ânforas, recolhidos pela equipa do Museu Municipal de Pedro Nunes, no lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, a par das informações de que dispomos para outras áreas da cidade, permitem-nos lidar com uma amostragem suficientemente ampla e com representatividade estatística (ver gráfico 1 e 2), para tecer algumas breves considerações e hipóteses de trabalho.

O seu estudo e análise quantitativa permitem começar a vislumbrar os diferentes ritmos de consumo e os fluxos de importação de produtos como o azeite, vinho e os preparados piscícolas ao longo da diacronia da urbe.

Os primeiros contactos claros, com a península Itálica, ocorrem em meados da primeira metade século II a.C. no contexto do processo de conquista e afirmação da soberania de Roma no ocidente peninsular.

Já em 2006 ao iniciarmos o nosso estudo sobre estes conjuntos do Castelo de Alcácer, tínhamos sublinhado a escassa representatividade das importações de ânforas de cronologia republicana, não obstante a existência de um nível do séc. II-I a. C. bem definido em estratigrafia na área do depósito de água.

Esta ausência, sobressai cada vez mais quando comparada com a profusão que as ânforas Itálicas apresentam no quadro das importações dos portos do vale do Tejo. Em particular Lisboa, Santarém e Chões de Alpompe.

O auge das importações de ânforas ocorre a partir de meados do século I a.C. com um claro protagonismo dos produtos oleícolas e vinários oriundos da vizinha província da *Baetica*. Este protagonismo do porto de *Salacia* mantém-se ao longo do século I e II d.C. com o despontar das indústrias de preparados piscícolas do vale do Sado (Mantas, 1996).

Segue-se um brusco decréscimo quer das importações quer das produções de cariz regional ditas Lusitanas (Ver gráfico 4). Qual o significado desta leitura? É algo que de momento não é ainda de todo claro. Por um lado as evidências estratigráficas da cidade e os dados conhecidos acerca das suas importações de cerâmicas finas apontam para um claro declínio do núcleo urbano. Por outro, alguns elementos deixam entrever que a capitalidade de *Salacia* não desapareceu no Baixo-império. Terão existido alterações no seu urbanismo?

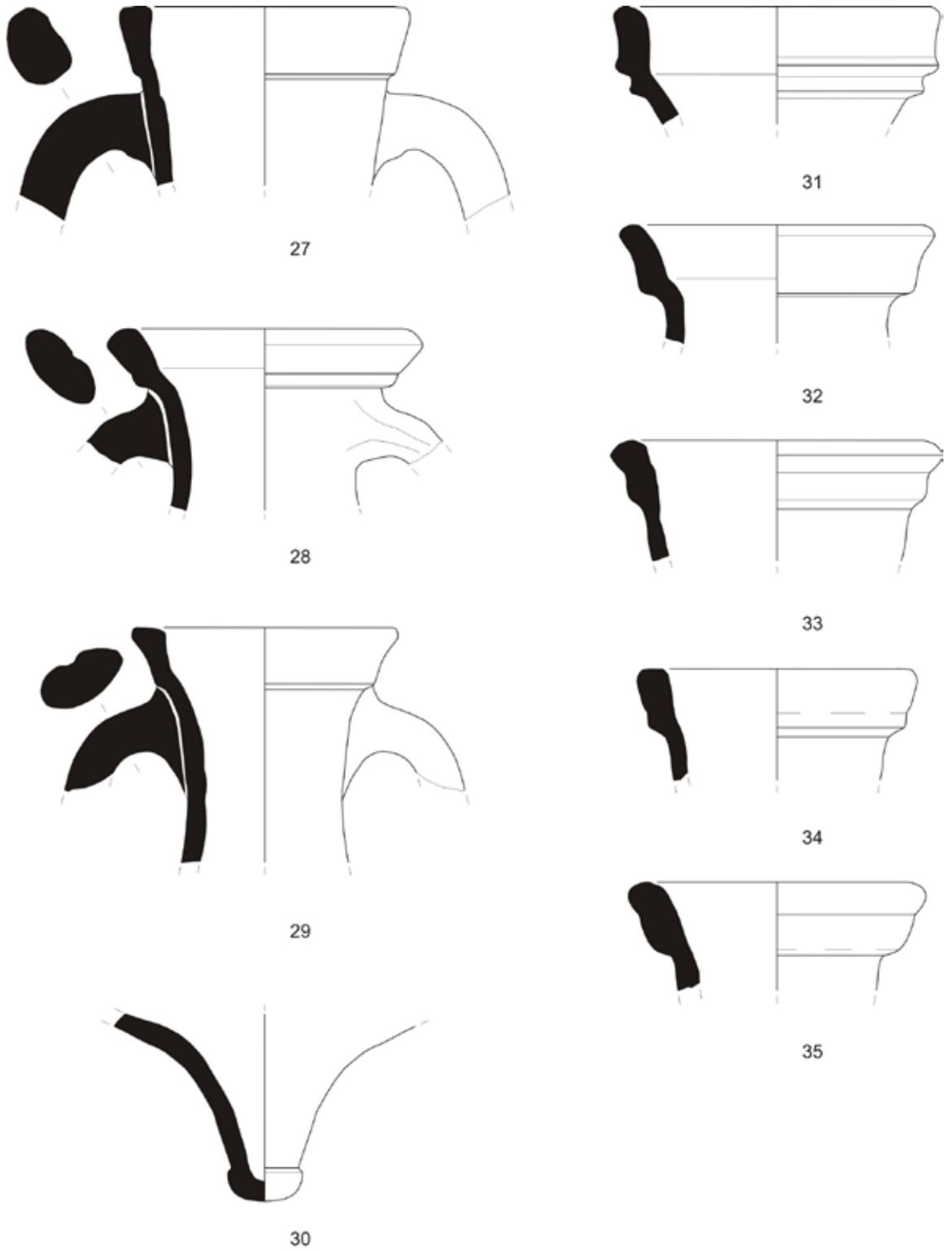
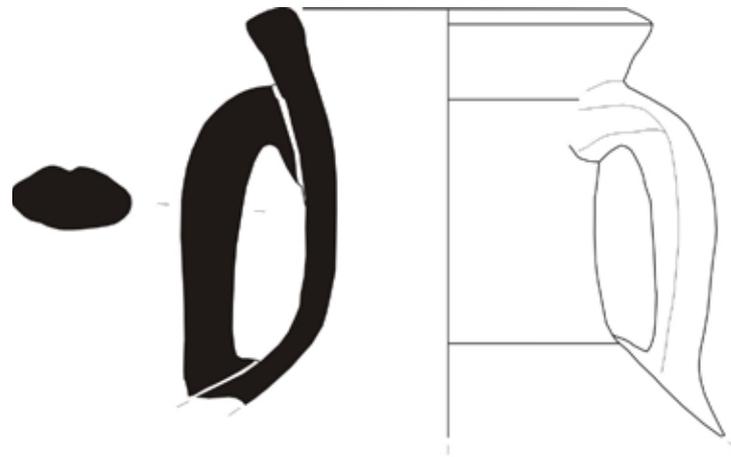


Figura 5  
Ânforas Lusitanas  
de morfologia ovóide.



36



37



Figura 6  
Ânforas Lusitanas de  
morfologia ovóide  
provenientes do Forno  
da Parvoíce.

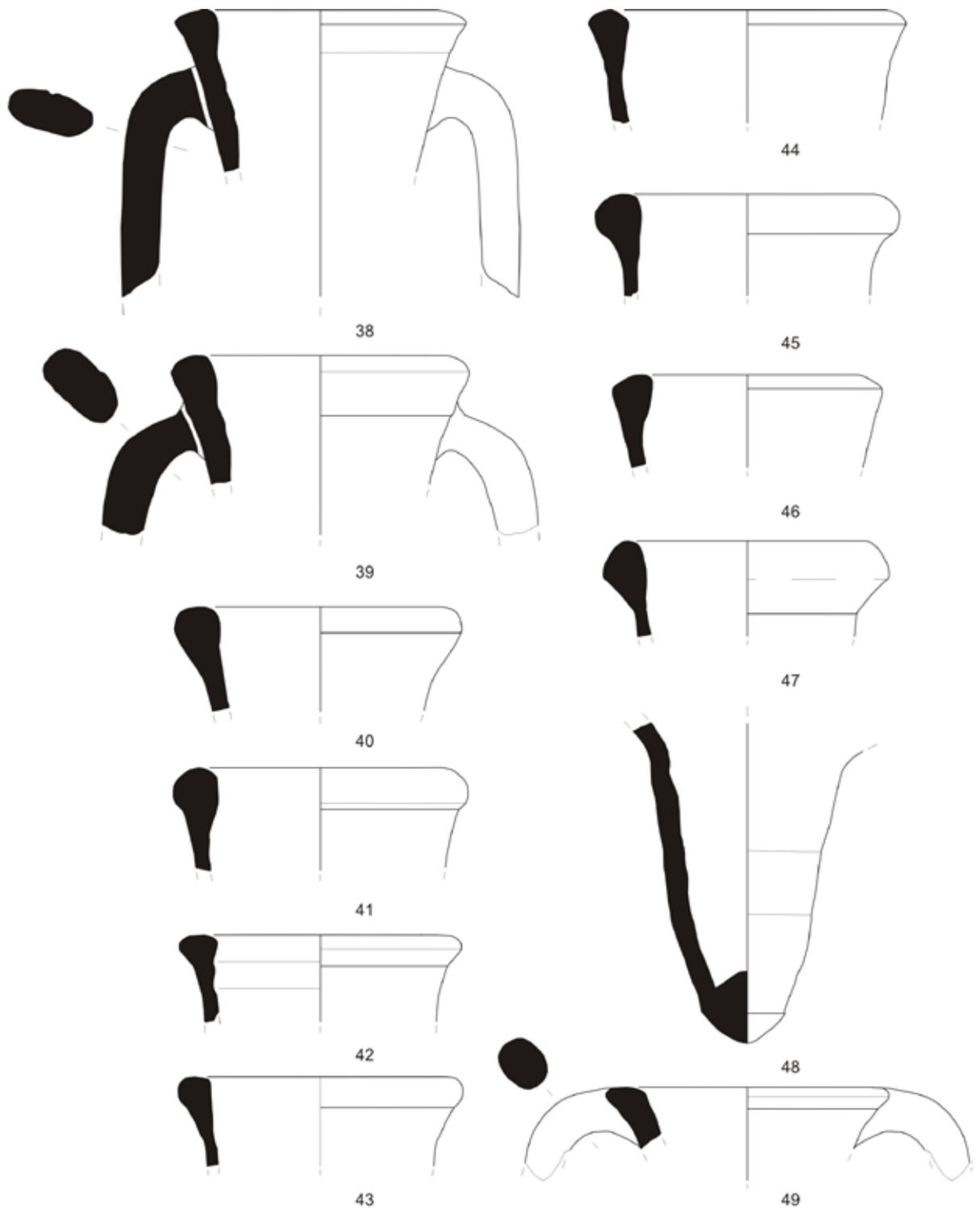
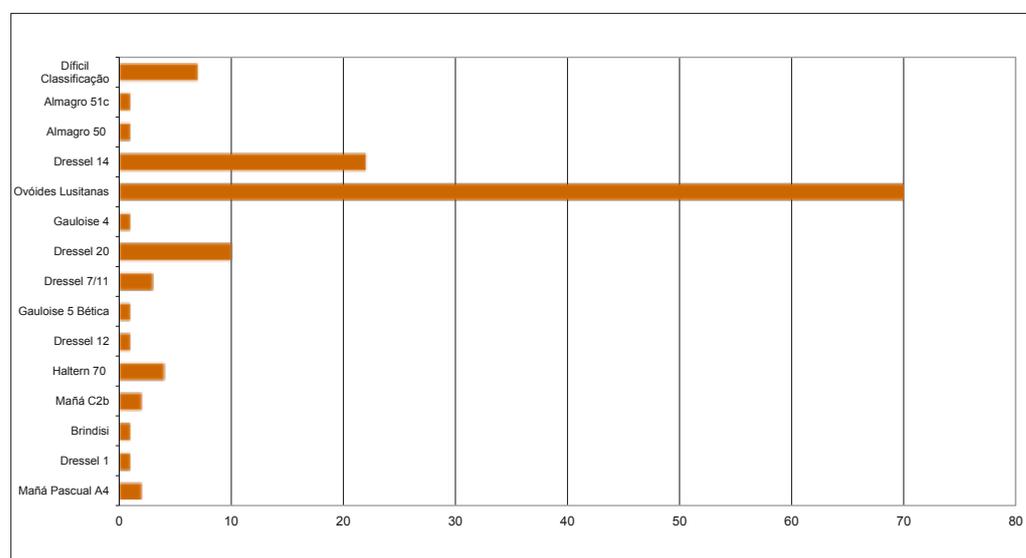


Figura 7  
 n.º 38 a 48 – Ânforas  
 Lusitanas do tipo  
 Dressel 14 (Classe  
 20-21; Lusitana 2,  
 Beltrán IVb),  
 n.º 49 – Ânfora Lusitana  
 do tipo Almagro 50  
 (Lusitana 5).

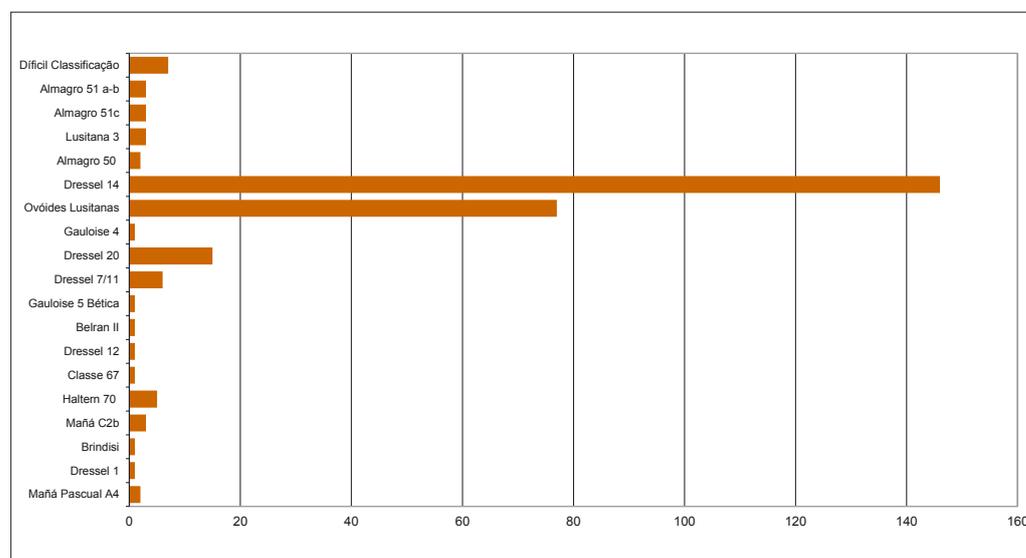
Esta leitura vem de encontro à periodização proposta para a economia do Vale do Sado (Faria, 2002). Para Alcácer depois “... da primeira década do século I, assiste-se a uma gradual substituição de Salacia por Caetobriga e pelo seu arrabalde industrial, Tróia, que provocou o completo declínio da Alcácer romana em finais do séc. I, assim como o abandono dos fornos que lhe estão mais próximos, não chegando estes a atingir a segunda fase de produção” (Faria, 2002, p. 68).

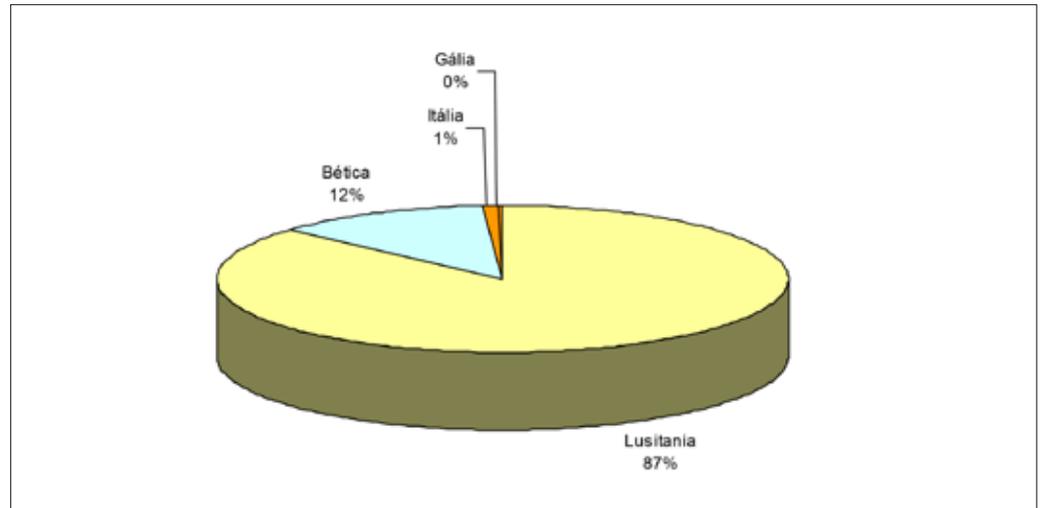
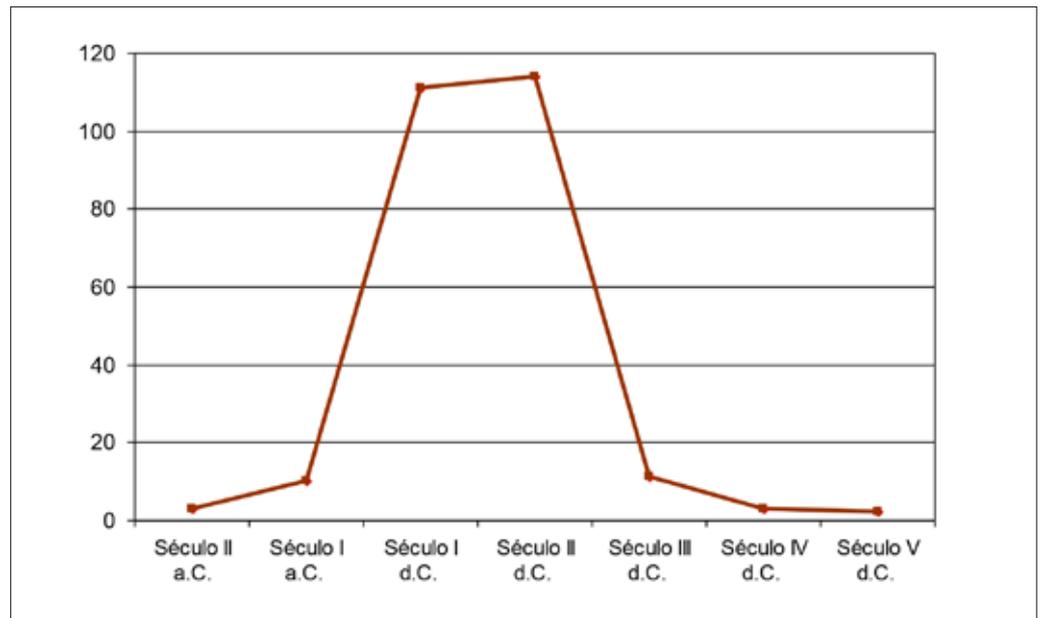
Em jeito de conclusão parece-nos interessante comparar a dinâmica do porto de Alcácer com os elementos disponíveis para o sítio industrial de Tróia. Aqui a informação sobre a importação e circulação de produtos alimentares em ânforas apresenta já uma vasta amostragem de largas centenas de ânforas, que permite com algum grau de fiabilidade sentir o pulso à dinâmica económica do seu porto, que se mantém em actividade até à antiguidade tardia (Diogo e Trindade, 1998; Diogo e Paixão, 2001; Almeida et al. 2014).

**Gráfico 1** Amostragem total do projecto LOCAS – NMI 127.



**Gráfico 2** Análise quantitativa da Amostragem de Alcácer do Sal – NMI 287.



**Gráfico 3** Proveniência das ânforas de Alcácer do Sal – NMI 287.**Gráfico 4** Diagrama do ritmo de importações de produtos alimentares em ânforas em Alcácer do Sal.**CATÁLOGO**

N.º	FRAGMENTO	TIPOLOGIA	PRODUÇÃO	COR (MUNSELL SOIL COLOR CHARTS)		DIÂMETRO EXTERNO	EXTENSÃO CONSERVADA
				Pasta	Superfície		
1	Bordo e arranque de asa	Brindisi/Dressel 6?	Itálica	5 YR 7/4	7.5 YR 7/4	15 Cm	16 Cm
2	Bordo e arranque de asa	Dressel 1	Itálica	2.5 YR 5/6	7.5 YR 7/3	13,5 Cm	11,7 Cm
3	Bordo	Mañá C2b	Área do Estreito de Gibraltar	2.5 YR 6/6	7.5 YR 7/4	26 Cm	5,1 Cm
4	Fundo	Mañá C2b	Área do Estreito de Gibraltar	5 YR 7/4	7.5 YR 8/4	—	18,2 Cm

5	Fundo	Mañá C2b	Área do Estreito de Gibraltar	2.5 YR 6/8	7.5 YR 7/3	—	9 Cm
6	Bordo	Mañá Pascual A4	Vale do Sado?	5 YR 6/6	5 YR 5/6	14 Cm	5 Cm
7	Asa	Mañá Pascual A4?	Vale do Sado?	5 YR 6/1	7.5 YR 6/1	—	6,6 Cm
8	Asa	Mañá Pascual A4?	Vale do Sado?	7.5 YR 6/3	7.5 YR 6/4	—	5 Cm
9	Asa	Mañá Pascual A4?	Vale do Sado?	5 YR 4/4	5 YR 5/4	—	6 Cm
10	Bordo e arranque de asa	Classe 24	Bética Guadalquivir	10 YR 7/2	7.5 YR 8/4	12 Cm	17,4 Cm
11	Bordo e arranque de asa	Classe 24	Bética Guadalquivir	10 YR 7/2	10 YR 8/4	15,5 Cm	11,6 Cm
12	Bordo	Classe 24	Bética Guadalquivir	10 YR 6/1	10 YR 7/2	15,5 Cm	9,2 Cm
13	Bordo	Classe 24	Bética Guadalquivir	7.5 YR 7/3	10 YR 8/2	13 Cm	5 Cm
14	Bordo	Classe 24	Bética Guadalquivir	7.5 YR 7/3	7.5 YR 7/3	13,5 Cm	4,2 Cm
15	Fundo	Dressel 20	Bética Guadalquivir	7.5 YR 7/4	7.5 YR 7/4	—	7 Cm
16	Fundo	Dressel 20	Bética Guadalquivir	7.5 YR 7/3	7.5 YR 8/4	—	6,2 Cm
17	Bordo	Dressel 20	Bética Guadalquivir	7.5 YR 7/4	7.5 YR 7/4	16,5 Cm	4,6 Cm
18	Bordo	Dressel 20	Bética Guadalquivir	7.5 YR 8/4	7.5 YR 7/4	16 Cm	4 Cm
19	Bordo	Dressel 20	Bética Guadalquivir	10 YR 7/3	7.5 YR 7/4	19 Cm	5 Cm
20	Asa	Dressel 20	Bética Guadalquivir	7.5 YR 7/3	7.5 YR 7/3	—	15,4 Cm
21	Bordo	Dressel 7/11	Bética Costeira	2.5 Y 8/4	2.5 Y 7/4	27 Cm	6,1 Cm
22	Bordo	Dressel 7/11	Bética Costeira	5 Y 7/2	5 Y 8/3	22 Cm	4 Cm
23	Colo e asas	Dressel 7/11	Bética Costeira	5 Y 8/4	5 Y 7/4	—	25,5 Cm
24	Asa	Halterm 70	Bética Guadalquivir	10 YR 7/4	10 YR 8/3	—	17,2 Cm
25	Asa	Halterm 70	Bética Guadalquivir	10 YR 6/2	10 YR 7/2	—	13,1 Cm
26	Asa	Gauloise 4	Gália	2.5 Y 7/3	2.5 Y 8/3	—	12 Cm
27	Bordo e arranque de asa	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 5/8	2.5 YR 6/6	16,2 Cm	12,3 Cm
28	Bordo e arranque de asa	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 6/6	2.5 YR 5/1	17 Cm	10,5 Cm
29	Bordo e arranque de asa	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 6/8	2.5 YR 7/6	15 Cm	13,6 Cm
30	Fundo	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 5/8	2.5 YR 7/6	—	11 Cm
31	Bordo	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 5/6	2.5 YR 6/4	18 Cm	6,8 Cm
32	Bordo	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 5/8	2.5 YR 6/2	17,5 Cm	6,8 Cm
33	Bordo	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 5/6	2.5 YR 6/1	19 Cm	7 Cm
34	Bordo	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 5/6	2.5 YR 6/6	15,4 Cm	6,5 Cm
35	Bordo	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/Sado	5 YR 5/6	7.5 YR 6/4	16,9 Cm	6,2 Cm
36	Bordo e arranque de asa	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 5/6	5 YR 6/6	16,1 Cm	17,2 Cm
37	Bordo e arranque de asa	Ovóide Lusitana	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 5/6	7.5 YR 6/4	16 Cm	13,2 Cm

38	Bordo e arranque de asa	Dressel 14	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/3	18, 4 Cm	18,5 Cm
39	Bordo e arranque de asa	Dressel 14	Vale do Tejo/Sado	10 R 5/8	2.5 YR 5/4	18,8 Cm	11,4 Cm
40	Bordo	Dressel 14	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 5/8	2.5 YR 6/6	17,2 Cm	6,7 Cm
41	Bordo	Dressel 14	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 5/6	2.5 YR 5/4	15,6 Cm	6,5 Cm
42	Bordo	Dressel 14	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 5/8	2.5 YR 5/4	17 Cm	5,6 Cm
43	Bordo	Dressel 14	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 6/6	2.5 YR 6/4	17,5 Cm	5,8 Cm
44	Bordo	Dressel 14	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 6/8	2.5 YR 6/4	19 Cm	7,2 Cm
45	Bordo	Dressel 14	Vale do Tejo/Sado	5 YR 6/8	2.5 YR 5/6	18,5 Cm	6,5 Cm
46	Bordo	Dressel 14	Vale do Tejo/Sado	5 YR 6/8	2.5 YR 6/4	17 Cm	6 Cm
47	Bordo	Dressel 14	Vale do Tejo/Sado	5 YR 6/8	2.5 YR 6/6	15,6 Cm	6,1 Cm
48	Fundo	Dressel 14	Vale do Tejo/Sado	2.5 YR 5/6	2.5 YR 5/3	—	20,4 Cm
49	Bordo e arranque de asa	Almagro 50	Vale do Tejo/Sado	5 YR 6/6	5 YR 7/6	18 Cm	6 Cm

#### BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Adília; MAYET, Françoise (1990) – *Les amphores Lusitaniennes Typologie, Production, Commerce*. Actes des Journées d'Etudes tenues à Conímbriga les 13 et 14 octobre 1988. Museu Monográfico de Conímbriga.
- ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal)*. Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios. Col. Lección Instrumenta. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona
- ALMEIDA, R.; PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. (2014) – As ânforas piscícolas de Troia: contextos de consumo versus contextos de produção. In *Monografias Ex Officina Hispania II*. Tomo I, p. 405-423.
- ARRUIDA, A. M. (2002) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. arclona.
- ARRUIDA, A. e ALMEIDA, R. R. (1998) – As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém. In *Conímbriga*. Coimbra. 37, p. 201-231.
- ARRUIDA, A. M.; BARGÃO, P. e SOUSA, E. (2005) – A ocupação pré romana de Faro: alguns dados novos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8, n.º 1, p. 177-208.
- ARRUIDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2005) – As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8. Número 1, p. 279-297.
- ARRUIDA, A. M., VIEGAS, C. e BARGÃO, P. (2006) – Ânforas Lusitanas da Alcáçova de Santarém. In *Setúbal Arqueológica, 13. Simpósio Internacional "Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet, (Setúbal, Maio 2004)*. Setúbal, p. 233-252.
- BARGÃO, P. (2006) – *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época Romana Republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Policopiado.
- BERNI MILLET, P. (1998) – *Las ánforas de aceite de la Bética y su presencia en la Cataluña Romana*. Col. lección Instrumenta 4, Barcelona, Universitat de Barcelona.
- CALLENDER M. H. (1965) – *Roman Amphorae (with an Index of Stamps)*. Oxford University Press, London; n.º 1461a
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2005) – Olaria romana do Morraçal da Ajuda. In *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*. Bombarral, Câmara Municipal do Bombarral, p. 83-102.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E. (2006) – A olaria romana de Peniche. In *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal Arqueológica, Vol. 13, p. 253-278.
- CARRERAS MONFORT, C.; FUNARI, P. P. A. (1998) – *Britannia y el Mediterráneo: Estudios sobre el abastecimiento de aceite bético y africano en Britannia*. Col. Lección Instrumenta. 5. Barcelona. Publicacions universitat de Barcelona.
- DIOGO, A. D. (1987) – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 5, p. 179-191.

- DIOGO, A. M. D.; FARIA, J. C. L. (1990) – Fornos de cerâmica romana no vale do sado: alguns elementos. In *Les amphores Lusitaniennes Typologie, Production, Commerce. Actes des Journées d'Etudes tenues à Conimbriga les 13 et 14 octobre 1988*. Museu Monográfico de Conimbriga, p. 173-186.
- DIOGO, A. M. D.; FARIA, J. C. L. (1990a) – Elementos para a caracterização e periodização da economia do Baixo Sado durante a época romana. *Arqueologia Hoje. I. Etno-Arqueologia*. Universidade do Algarve, p. 92-106.
- DIOGO, A. M. D., FARIA, J. C. e FERREIRA, M. A. (1987) – Fornos de ânforas de Alcácer do Sal. *Conimbriga*. 26, pp. 77-111.
- DIOGO, A. M. D.; MONTEIRO, A. J. N. (1999) – Ânforas romanas de “Villa Cardílio”. Torres Novas. *Conimbriga*. Coimbra. 38, p. 201-214.
- DIOGO, A. M. D.; PAIXÃO, A.C. (2001) – Ânforas de escavações no povoado industrial romano de Tróia, Setúbal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 4. Número 1, p. 117-140.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1998) – Uma perspectiva sobre Tróia a partir das ânforas : contribuição para o estudo da produção e circulação de das ânforas romanas em território português. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4. N.º 16, p. 187-220.
- ÉTIENNE R., MAYET F. (2004) - *L'huile hispanique. Corpus des timbres amphoriques sur amphores Dressel 20*. De Boccard. Paris n.º 624.
- FABIÃO, C. (1993-94) – O Azeite da *Baetica* na *Lusitania*. *Conimbriga*. XXXII-XXXIII, p. 219-245.
- FABIÃO, C. (2000) – Sobre as mais antigas ânforas «romanas» da *Baetica* no ocidente peninsular. In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano*. Vol. 2. Écija. Editorial Graficas Sol, p. 665-682.
- FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da *Lusitânia*. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In *Congresso Internacional Figlinae Baetica. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a. C.-VII d.C)*. Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Cádiz. (12-14 de Noviembre de 2003). BAR Internacional Series 1266. Vol. 1, p. 379-410.
- FARIA, A.M. (1999) – Colonização e Municipalização nas províncias Hispano- Romanas: Reanálise de alguns casos polémicos. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 2. Número 2, p. 29-50.
- FARIA, J. C. (1998) – Algumas notas acerca do provável Fórum de *Salacia Imperatoria* (Alcácer do Sal). *Conimbriga*. XXXVII, p. 185-199.
- FARIA, J. C. (2002) – *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*. Edições Colibri.
- FUNARI, P. P. A. (1996) – *Dressel 20 inscriptions from Britain and the consumption of Spanish olive oil*. BAR British Series. 250. Oxford.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La Producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (Siglos II A.C.-IV D.C.)*. Écija. Editorial Graficas Sol.
- GARCÍA VARGAS, E. (2003) – Las producciones de la figlina. “Ânforas”. In Vázquez labourdette, A. (Ed.) *Arqueología y Rehabilitación en el Parlamento de Andalucía. Investigaciones Arqueológicas en el Antiguo Hospital de las Cinco Llagas de Sevilla*. Sevilla, p. 200-219.
- GUERRA, A. (2004) – *Caepiana*: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 7. Número 2, p. 217-235.
- MAIA, M. (1977) – As ânforas neopúnicas do sul de Portugal. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 199-207.
- MANTAS, V. G. (1990) – As cidades marítimas da *Lusitânia*. In *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du CNRS*. Talence – 1988. Paris. CNRS. Collection de la Maison des Pays Ibériques. 42, p. 149-205.
- MANTAS, V. G. (1996) – Comércio marítimo e sociedade nos Portos romanos do Tejo e do Sado. In *Actas das primeiras jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Publicações Dom Quixote. Lisboa, p. 343-370.
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996) – *Les amphores du Sado, Portugal. Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diffusion de Boccard.
- MAYET, F. e SILVA, C.T. (1998) – *L'atelier d'amphores de Pinheiro. Portugal*. Paris: Diffusion de Boccard.
- MAYET, F. e SILVA, C.T. (2002) – *L'atelier d'amphores d'abul*. Paris: Diffusion E. De Boccard.
- MORAIS, R. (2005) – Problemáticas i noves perspectives sobre les àmfores ovoïdes tardo-republicanes. Les àmfores ovoïdes de producció Lusitana. In *CulipVIII i les àmfores Haltern 70*. Monografies del Casc 5. Girona, p. 36-40.
- MORAIS, R. e FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico Lusitano: Problemáticas e importância económica. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p. 127-133.
- PAIXÃO, A. C. (2001) – Alcácer do Sal Proto-Histórica no contexto mediterrânico. In *Os Púnicos no extremo*

- Occidente*. Actas do Colóquio internacional (Lisboa, 27 e 28 de Outubro de 2000). Lisboa. Universidade Aberta, p. 149-172.
- PELLICER CATALÁN, M. (1978) – Tipología y cronología de las ánforas prerromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. Sevilla. 9, p. 365-400.
- PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the Roman Economy, an Introductory Guide*. London: Longman Publications.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, Trabalhos de Arqueologia, 41.
- PIMENTA, J. (2007) – A importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (séculos II-I a. C.). In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005, B.A.R., International Series, 1686, Oxford, p. 221-233.
- PIMENTA, J. ; SEPÚLVEDA, E de; FARIA, J. C. FERREIRA, M. (2006) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 4: ânforas de importação e de produção Lusitana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 9. Número 2, p. 299-316.
- SCHUPBACH S. (1983) – Avenches: Contribution à la connaissance de la chronologie des estampilles sur les amphores à huile de Bétique. J. M. Blázquez Martínez, J. Remesal Rodríguez (Eds.) *Producción y Comercio del aceite en la Antigüedad*. Segundo Congreso Internacional, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, p. 349-361.
- SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C.; FARIA, M. (2000) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 1: *terra sigillata*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 3. Número 2, p. 119-152.
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, E. M.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2001) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 2: “Cerâmicas de Verniz negro” e cinzentas. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4. n.º 19, p. 199-234.
- SEPÚLVEDA, E.; SOUSA, E. M.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2003) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 3: paredes finas, pasta depurada, engobe vermelho pompeiano e lucernas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 6. Número 2, p. 383-399.
- SEPÚLVEDA, E.; SANTOS, P. A.; FARIA, J. C.; FERREIRA, M. (2007) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 5: almofarizes de produção bética, pesos e cossoiros. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 255-284.
- SILVA, C.T. (1996) – Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia. In *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Lisboa: Publicações D. Quixote/Câmara Municipal do Seixal, p. 43-54.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de M.; DIAS, L. F.; SOARES, A. (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p.149-218.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1997) – Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. In *Estudos Orientais VI – Homenagem ao Professor António Augusto Tavares*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, p. 33-66.
- SILVA, C.T.; COELHO-SOARES, A. (1980-81) – A praça do Bocage (Setúbal) na época romana. Escavações arqueológicas. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p 249-284.
- SOARES, A. C.; SILVA, C.T. (1978) – Ânforas romanas da área urbana de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 4, p. 171-202.
- SOARES, J. (1978) – Nótula sobre cerâmica campaniense do Castelo de Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 4, p. 133-143.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1973) – Ocupação do período Proto-Romano do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Vol. 1, p. 245-305.
- TEICHNER, F. (2008) – *Zwischen land und Meer. Entre tierra y mar*. Stvdia Lvsitana, 3, Mérida: Museu Nacional de Arte Romano.

## Materiais do povoado islâmico do Serradinho (Muge, Salvaterra de Magos)

GONÇALO LOPES<sup>4</sup>

### RESUMO

Este conjunto de materiais islâmicos, maioritariamente cerâmicos, provém de uma recolha de superfície após trabalhos agrícolas que destruíram a estratigrafia do sítio arqueológico do Serradinho (Muge, Salvaterra de Magos).

Este sítio fica no baixo vale do Tejo, na margem esquerda deste rio próximo das ribeiras de Muge e Alpiarça e, ao contrário dos restantes identificados nesta unidade geográfica, apresenta uma sequência cronológica completa do período emiral ao fim do período almorávida/Reconquista.

### SUMMARY

This group of Islamic materials, mostly ceramics, comes from a surface collection after agricultural work that destroyed the stratigraphy of the archaeological site of Serradinho (Muge, Salvaterra de Magos).

This site is located in the lower valley of the river Tagus, on the left bank, near the streams of Muge and Alpiarça. Unlike the other identified Islamic sites in this region, mainly emiral/caliphal, this one presents a complete chronological sequence from Emiral period (VIII-IX centuries) up to the end of Almoravid period (middle of 12<sup>th</sup> century).

No séc. XIX, Pinho Leal, parafraseando uma corografia mais antiga, referia Muge como uma povoação muito antiga que já existia no “tempo dos mouros”. Mais ainda, informa que a povoação foi abandonada aquando da conquista de Santarém, em 1147 (Leal, 1878, vol. 5, p. 584). Não é claro de onde poderá ter surgido esta ideia que, como veremos é uma meia verdade com pormenores, uns comprovados pela Arqueologia, outros desmentidos pelas fontes. De facto, a povoação existia em Época Islâmica como se verá adiante, mas não foi abandonada a seguir a 1147, mantendo uma pequena comunidade da qual sairão, em meados do século XIV, dois oficiais ligados à coudelaria real, aqui existente até ao final da Idade Média.

Em termos arqueológicos, a existência do povoado islâmico foi comprovada por materiais que cronologicamente vão do período emiral (séc. IX) até ao final do período almorávida (meados do século XII) dando, em parte, razão à afirmação de Pinho Leal.

Os materiais foram recolhidos em 1995 no sítio conhecido por Serradinho, Quinta de Santo António ou Horta da Casa Cadaval cuja proprietária é a Casa do mesmo nome, hoje constituída empresa, herdeira directa dos duques de Cadaval, senhores de um importante património fundiário em Muge desde 1648. Decorrem na totalidade das recolhas de superfície feitas após os trabalhos agrícolas de 1995 que resultaram no arranque do pomar e o uso de *ripper* para abrir valas para o plantio de vinha. O revolvimento do subsolo foi bastante profundo e destruiu de forma considerável a estratigrafia do sítio, arrastando para a superfície restos de estruturas e os materiais arqueológicos objecto deste estudo.

<sup>4</sup> O autor assume a inteira responsabilidade por não seguir as normas do acordo ortográfico em vigor.

Assim, é importante ter em atenção que se trata de materiais recolhidos ocasionalmente à superfície que, embora formando um conjunto de alguma coerência, estão fora do contexto de origem, limitando bastante as informações que deles se pode extrair.

## 1. A kūra de Santarém e a margem esquerda do Tejo em Época Islâmica

Por volta de 714/15, ‘*Abd al-’Aziz* empreende uma campanha para conquistar o Noroeste Peninsular. É neste momento que são tomadas as cidades mais ocidentais do *Gharb al-Andalus*. Ao que parece, todo o território compreendido entre Lisboa e Coimbra cai de forma pacífica frente aos exércitos muçulmanos num processo de capitulação que se supõe análogo ao da *Kūra de Tudmīr*, na região de Múrcia – aos vencidos é permitido conservar os bens, hierarquias administrativas e religiosas e os costumes ancestrais, contrapostos por um imposto de capitação.

Deste território faz parte *Shantarīn* (Santarém), considerada uma das mais ricas regiões do Ocidente e mesmo do Islão. A cidade dispõe-se num planalto sobranceiro ao Tejo, de fácil defesa e rodeada por uma forte muralha. No sopé, ficavam os dois arrabaldes ribeirinhos: Sesirigo (Ribeira) e Alfange, ambos também murallhados. Segundo o *Dhikr bilad al-Āndalus*, Santarém possuía uma grande mesquita mandada construir pelo “emir *al-Hakam*” (Picard, 2000, p. 212), bons banhos e vastos mercados.

A prosperidade de Santarém advinha da excelência e extensão dos seus campos agrícolas. *Al-Himyārī* dizia que era uma terra extremamente generosa; o Tejo inundava o seu vale como o Nilo no Egipto e as sementeiras eram feitas após a descida das águas, e as colheitas pouco tempo depois; era uma das terras mais férteis do Mundo!

O geógrafo *al-Idrīsī*, é ainda mais explícito na sua caracterização (PICARD, 2000, p. 212):

“O seu território é excelente e muito fértil; em terreno plano, é possível fazer duas colheitas por ano, tal é a qualidade do solo. Quando o Tejo transborda, inunda e cobre a planície; quando as águas se retiram, os camponeses fazem as sementeiras e a humidade do solo permite-lhes ceifar antes da época normal das colheitas. O território de Santarém é tão fértil que se pode colher o grão sete semanas depois das sementeiras.”

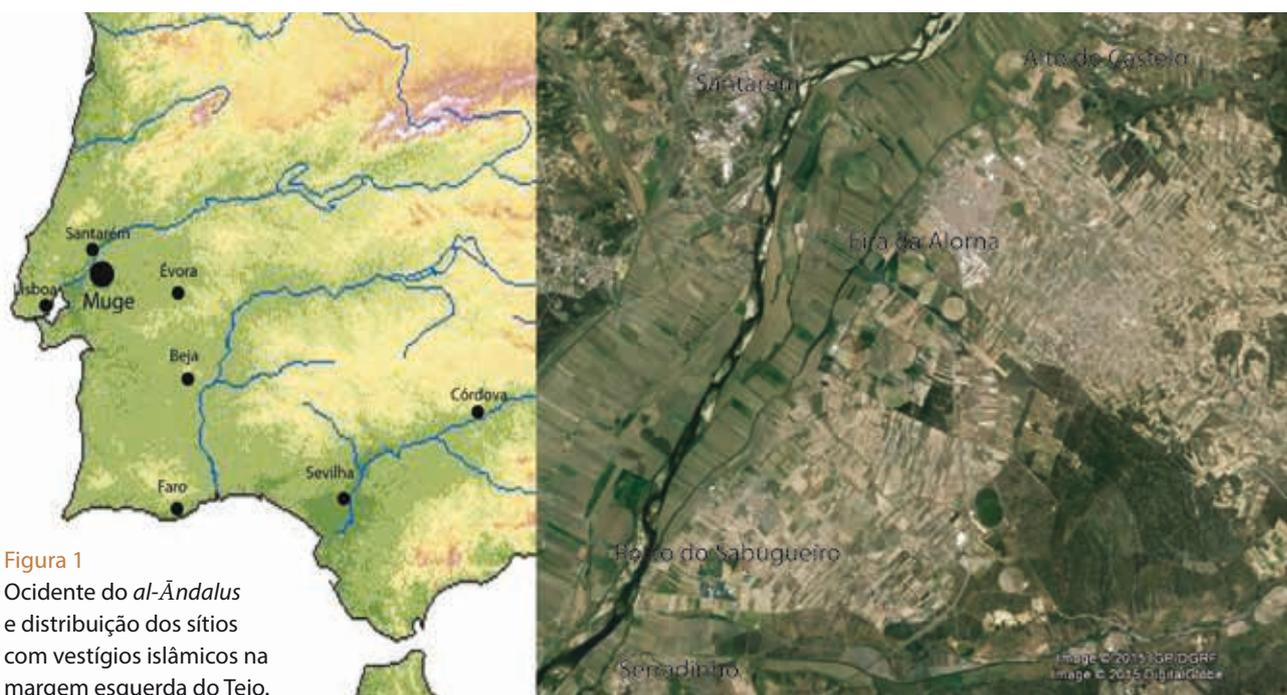


Figura 1  
Ocidente do *al-Āndalus*  
e distribuição dos sítios  
com vestígios islâmicos na  
margem esquerda do Tejo.



**Figura 2**  
Dirham de *al-Hakam II*, 963. Porto do Sabugueiro. Coleção privada.

A *kūra* de Santarém ia até ao mar, a oeste, confinava com a de Évora a este e dela faziam parte o *iqlim* (distrito) de *BalĀta* (Valada?) e o castelo de Coruche, para além de incluir cerca de mil aldeias no seu termo (*Dhikr bilad al-Āndalus*, 1983, p. 58).

Foi palco de inúmeras disputas, vindo a perder a relativa autonomia de que gozava desde o tempo da conquista em virtude da *fitna* (revolução) ocorrida no *Gharb* durante na segunda metade do século IX. Em virtude disso, sabe-se que os governadores passam a ser nomeados directamente por Córdova, no século X.

Após a abolição do califado em 1131 e a fragmentação do *al-Āndalus* em reinos de taifa, Santarém passa a fazer parte, ora da taifa de Badajoz, ora da de Sevilha (Rei, 2007), ora ainda dos leoneses (1093-1111) até à conquista do *Gharb* pelos almorávidas, no último quartel do século XI.

Em meados do século XII (1147), já no final do domínio almorávida, Santarém é conquistada por D. Afonso Henriques e integrada definitivamente no território português, não obstante os esforços dos almóadas para a reconquistar no final do século XII que resultaram na morte do califa *Abū Ya`qūb Yūsuf*, ferido em Santarém.

As fontes islâmicas são pródigas na caracterização urbana da cidade, mas omissas na descrição do seu território, exceptuando o exagero numérico de aldeias, pouco se sabe sobre como e em que regime a terra era explorada, qual a distribuição física do povoamento rural ou a rede que o ligava entre si.

Da margem esquerda do Tejo, com amplas e férteis lezírias tão celebradas pelos geógrafos árabes, pouco há a acrescentar exceptuando alguns dados arqueológicos muito rarefeitos, provenientes de recolhas pontuais de materiais e de achados fortuitos. Um destes achados ocorreu em 1916 perto de Almeirim em lugar incerto e é constituído por 67 *dirhams* do período emiral, resultantes provavelmente de um ocultamento (Marinho, 1959, p. 405-425). O mesmo tipo de descoberta, embora mais modesto, ocorreu no Porto do Sabugueiro, próximo de Muge, no final dos anos 90 do século passado e consta de 2 *dirhams* de *al-Hakam II* e um *handus* (fracção) que poderá pertencer ao mesmo califa. Tratar-se-á igualmente do resto de um pequeno tesouro disperso por trabalhos agrícolas. Importa referir que o Porto do Sabugueiro é um importante sítio romano e pré-romano com ocupação alto-medieval e, no século XIV tinha uma torre, remanescente de alguma estrutura romana ainda conservada.

No sítio da Eira da Alorna, a 2km a sul de Almeirim, também de grande potencial arqueológico, foi identificado um pequeno conjunto de cerâmica do período emiral<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Os materiais deste sítio ainda estão em fase de estudo, por cortesia do Dr. Henrique Mendes.

Mais a norte, no concelho de Alpiarça, o sítio do Alto do Castelo (Marques, 1972, p. 24-27 est.V-VI) forneceu um conjunto relativamente coerente de recipientes cerâmicos bastante bem conservados, que se enquadra na mesma faixa cronológica dos dois sítios atrás referidos, não indo para além do primeiro quartel/meados do século X.

Por fim, em Muge (Serradinho), tema deste artigo, onde foi recolhido um conjunto de materiais que cobre, à partida, toda a diacronia do período islâmico.

Ao contrário do Porto do Sabugueiro, da Eira da Alorna ou do Alto do Castelo, onde parece não haver continuidade para além dos séculos IX-X, o Serradinho chega à Reconquista enquanto povoado (*qarya* = aldeia) e a ocupação prolonga-se pela baixa Idade Média. Tal dever-se-á à posição retirada em relação ao Tejo, que lhe fornecia abrigo não só das cíclicas cheias, mas de possíveis inimigos que, por vezes, entram no estuário do Tejo e subiam rio em incursões de saque. Isto aconteceu em 844-5, 858-9 e 966 quando os normandos atacaram Lisboa e pilharam toda a região circundante. Não será de estranhar que o topónimo “Magos”, relativo a Salvaterra de Magos, esteja relacionado com “*majus*”, nome por que eram conhecidos os normandos, no *al-Āndalus*.

Embora a topografia não seja particularmente acidentada em Muge, o controlo visual é bastante largo sobre a margem direita do Tejo, abarcando facilmente Santarém e as serras de Aire e Montejunto o que era fundamental para prevenir de movimentações suspeitas vindas do rio.

Por outro lado, era um ponto de passagem obrigatório de Santarém (e do Oeste em geral) para o Alentejo. As fontes islâmicas não referem, como aliás não o fazem para o todo território rural, mas a documentação cristã insiste repetidamente na passagem por Muge, da estrada do castelo de Valada para Coruche, dois locais importantes da circunscrição escalabitana, cujo caminho se manterá activo até ao final da Época Moderna. Um documento de 1233 que trata da compra de uma herdade em Muge refere claramente numa das confrontações: “... *per uia qua uadit de castello de ualada pra culuchi...*”<sup>6</sup>. Por carta de D. Dinis, datada de 1304, todos o que se dirigissem de Santarém para Coruche, Salvaterra, Benavente ou Setúbal eram obrigados a passar por aqui, sob pena de prisão<sup>7</sup>, mais uma vez confirmando a necessidade de manter e tornar transitável o caminho antigo, principal ponto de ligação da margem direita do Tejo ao Alto Alentejo. Por fim, num outro documento, datado de 1370, D. Fernando, a propósito da tomada de bestas de carga aos almocreves de Muge, diz o seguinte<sup>8</sup>: “*Sabede que o concelho e homees bõos de Muja me enuiarom dizer que o dito Logo està em grande estrada, e caminho para todas partes de meo senhorio...*”.

É portanto, esta posição privilegiada, com bons campos agrícolas, abundância de recursos naturais e bons acessos que favoreceu a existência de um povoado não fortificado durante tanto tempo e fará com que sobreviva depois da 1147, transformando-se em concelho no início do século XIV.

## 2. O sítio arqueológico do Serradinho

### 2.1. Localização

O sítio arqueológico de Serradinho localiza-se sobre uma plataforma sobranceira ao Paúl de Muge, a cerca de 100m dos limites urbanos este e norte da vila actual. Ocupa a margem

<sup>6</sup> ANTT, *Ordem de Cister*, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca, 1.ª Incorporação, Docs. Particulares, M.º 6, Doc. 12.

<sup>7</sup> A.H.M.S.M., Tombo da Câmara de Muge, fl.31-v.

<sup>8</sup> *Idem*, fl.72.



**Figura 3**  
Fotografia aérea de Muge com a implantação do povoado islâmico do Serradinho (fonte: GoogleEarth).

norte de um vasto terreno agrícola atrás da igreja matriz onde a proprietária do terreno, a Casa Cadaval, teve até 1995 um pomar e horta que abasteciam esta casa agrícola.

A geologia é marcada por uma formação detrítica que corresponde a um baixo terraço quaternário, de origem fluvial (Tirreniano II) com cotas médias que variam entre os 12 e 14m (Carta Geológica de Portugal, 31-C, 1967). Para este, verifica-se a transição para “areias superficiais dos terraços” comuns a esta área do Vale do Tejo (Carta Geológica de Portugal, 31-C, 1967).

### 3. Os dados arqueológicos e as fontes: evolução e apropriação do espaço

**Figura 4**  
Lâmina com entalhe e restos de debitage. Neolítico antigo (?).

A diacronia de ocupações humanas do Serradinho parece ser bastante antiga, tendo-se recuperado vários utensílios sobre seixos de quartzito e fragmentos de lâminas sílex que poderão indicar uma presença entre o Paleolítico Superior e o Neolítico. Uma das peças de sílex, com um entalhe poderá ser testemunho de uma das fases da cadeia operatória para a produção de micrólitos geométricos durante a Pré-História.

Embora não seja claro, o sítio parece só voltar a ser ocupado durante a época romana, tendo sido recolhidos alguns fragmentos de *sigillata* sudgálica e clara, *tegulae*, um peso de tear, cerâmica comum e uma moeda cunhada em nome de Graciano (367-385).

Segundo informação oral, durante a construção da adega nova da Casa Cadaval, nos anos 40 do século passado, foi descoberta uma urna cinerária romana cujo paradeiro se desconhece. Sendo um sítio muito próximo, este achado poderá, de alguma forma, indicar a existência de uma necrópole de incineração associada aos vestígios romanos do Serradinho. Apareceu igualmente um fragmento de bilha de fabrico manual, que parece indicar uma ocupação entre os séculos VI e VII, já entrada na alta Idade Média.





**Figura 5**  
Centenionalis de  
Graciano cunhado  
provavelmente em  
Siscia (Croácia).

A maior percentagem de materiais é, sem dúvida, de Época Islâmica, com peças que vão do século IX até aos meados do século XII. Nos finais deste século, começam a surgir referências a Muge na documentação escrita que aumentam consideravelmente no segundo quartel do século XIII sinónimo da existência, embora modesta, do povoado, conhecido por “*quintã de Muja*”. Pertenceu inicialmente a Soeiro Gonçalves de Alfange e Elvira Peres que a adquirem em 1222<sup>9</sup> e vão engrossando com sucessivas compras, até meados do século XIII.

Esta “quintã” veio ocupar o espaço físico da *alcaria* islâmica, propriedade do mosteiro de Alcobça no último quartel do século XIII e régia a partir de 1301. Depois desta data, pelo facto de ser terra privativa do rei, a vila medieval será obrigada a crescer para poente, de modo não colidir com os interesses fundiários do monarca, tendo como limite nascente a igreja de St<sup>a</sup>. Maria, fundada nas proximidades.

Sabe-se que no início do século XIV ainda aqui resiste uma pequena comunidade de mouros adstrita ao serviço da propriedade<sup>10</sup> e, em meados do mesmo século, por cartas de privilégio de D. Afonso IV e D. Pedro I sabemos que os estribeiros da coudelaria real de Muge são mouros, residentes na “*quintã*”, com pleno usufruto do móvel e do imóvel existente.

Desta fase baixo-medieval não foi possível recolher dados arqueológicos de relevância com excepção de alguns materiais cerâmicos e um ceutil de D. Afonso V.

#### 4. Materiais islâmicos

O conjunto de materiais islâmicos do Serradinho é constituído na sua maioria por cerâmica comum, da qual se exceptuam dois fragmentos de cerâmica vidrada: um de verde e manganês e outro de corda-seca total, de cronologias díspares. Junta-se ainda uma pequena moeda de ouro de difícil leitura que poderá ser uma fracção de *dinār* almorávida.

Ao nível das formas, não há grande diversidade, predominando os objectos de uso doméstico – panelas, jarrinhas, cântaros e caçoilas – como é habitual nos contextos islâmicos do *Gharb*. As outras formas, embora percentualmente insignificantes, estão bastante bem documentadas no universo arqueológico *andalusí*, nomeadamente os candis ou a taça decorada com corda seca total.

Em termos tecnológicos, verifica-se o uso maioritário das pastas alaranjadas locais, trabalhadas a torno, com cozeduras exclusivamente oxidantes. Surgiram alguns fragmentos

<sup>9</sup> A.N.T.T., *Ordem de Cister*, Mosteiro de Santa Maria de Alcobça, 1.ª Incorporação, Docs. Particulares, M.º 4, Doc. 5

<sup>10</sup> A.N.T.T., *Inquirições de D. Dinis*, L.º 10, fl. 21.

manuais que poderão ser associados directa ou indirectamente a estruturas de combustão, nomeadamente um fragmento de presumível *tabaq*. As pastas claras, certamente exógenas, foram usadas em peças “de mesa” de fabrico mais cuidado e, na generalidade, apresentam-se revestidas de vidro ou receberam pintura vermelha.

#### 4.1. Caracterização formal

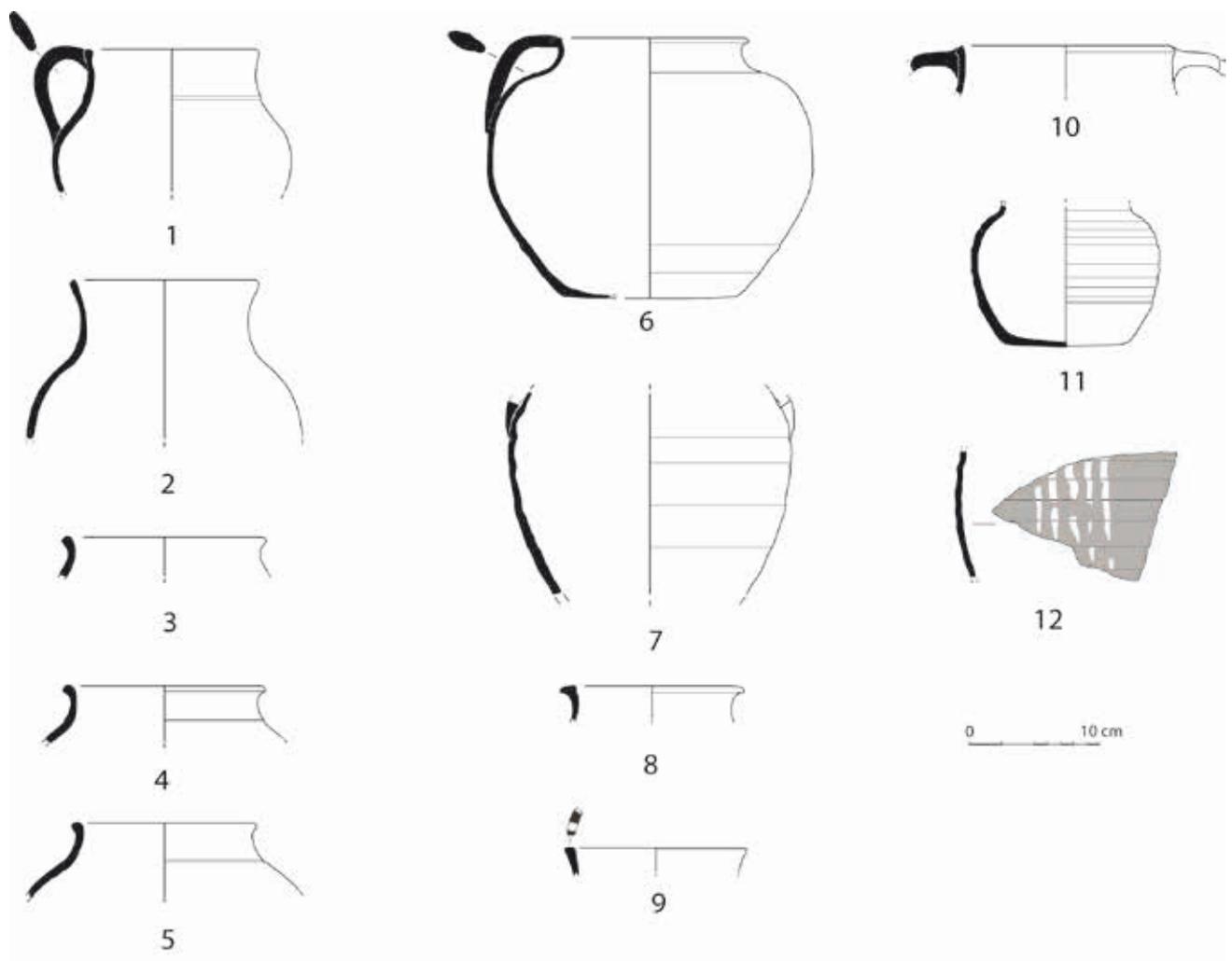
##### 4.1.1. Panela (*qidr*)

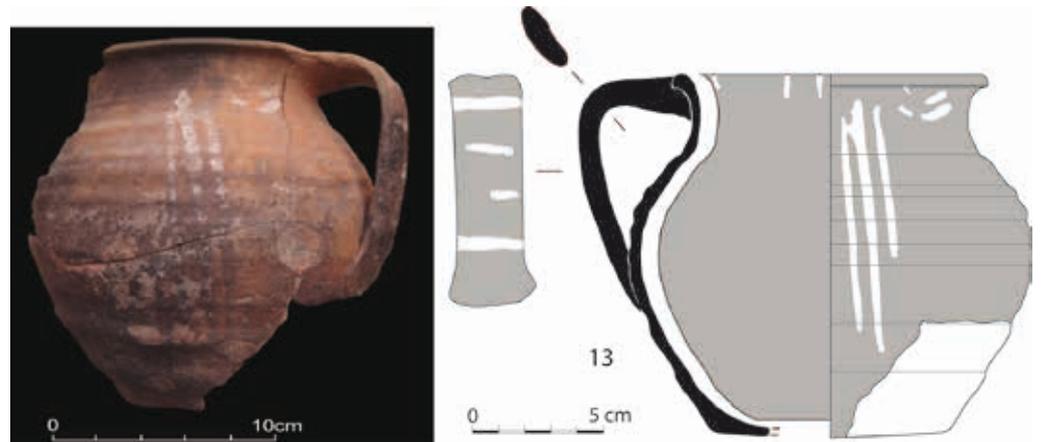
Este utensílio é omnipresente em qualquer contexto islâmico e é de longe o que apresenta maior quantidade de fragmentos identificáveis neste sítio, embora seja completamente estéril fazer um tratamento estatístico em virtude da qualidade da amostra. Assumiremos que a realidade seja essa em termos quantitativos, extrapolando o que já se verificou arqueologicamente em vários contextos do *Gharb*.

A panela, regra geral, apresenta uma forma globular, perfil em *S* e fundo ligeiramente convexo, mais fácil de adaptar ao fogo de chão e ostenta invariavelmente marcas de utilização com superfícies queimadas.

Os exemplares recolhidos no Serradinho apresentam pouca variabilidade formal e esta verifica-se sobretudo na evolução temporal dos modelos. Assim, registam-se alguns recipientes ovóides de colo alto e estreito com a asa a ultrapassar a altura máxima do bordo (peças

Figura 6  
Panelas. Principais  
formas identificadas.





**Figura 7**  
Panela com caneluras e pintura a branco, finais do séc. XI, princípios do séc. XII.

1, 2), de fabrico claramente emiral/califal a rondar o século IX, inícios do século X (Alba e Feijoo, 2001, p. 342, 368). Os restantes são bastante uniformes, havendo diferença somente no diâmetro do bojo e/ou no tratamento das superfícies, o que poderá indiciar uma cronologia próxima entre os vários exemplares, eventualmente, entre meados do século X e o século XI com similares no conjunto exumado no mosteiro de S. Francisco de Santarém (Lopes e Ramalho, 2001, p. 54-55).

A decoração resume-se a pintura a branco, em bandas de 3 ou 5 traços verticais paralelos. Em dois dos fragmentos surgem séries de traços curvos, também pintados a branco, que intercalam com as bandas verticais. Ambos têm igualmente o bojo canelado o que permite datá-los, com algumas reservas, de finais do século XI, princípios do XII (peças 12, 13). Um fragmento de panela com colo recto e bordo biselado será também dos inícios do século XII (peça 10).

As pastas são exclusivamente alaranjadas, medianamente grosseiras e de exploração local, conforme já foi referido.

#### 4.1.2. Jarrinha

É um recipiente que se caracteriza por ter um formato pequeno, o colo demarca-se bem do corpo e na maior parte dos casos apresenta duas asas que partem pouco abaixo do bordo. Um dos elementos mais distintivos é o perfil do bordo, biselado com um ligeiro espessamento no interior. Está normalmente associado à contenção de líquidos.

Os fragmentos de peças com esta morfologia, provenientes do Serradinho, apresentam dimensões muito reduzidas embora com as características identitárias bem marcadas. Excepcionalmente uma asa de pasta rosada, pintada a vermelho com séries de 3 traços (peça 15) e um fragmento de parede em pasta bege com reticulado a vermelho, os restantes fragmentos são de pastas entre o alaranjado e o castanho-claro. A decoração, quando existe, restringe-se a traços pintados a branco (peças 16, 17, 19) e a cronologia para a generalidade dos recipientes parece ser consistente com o período compreendido entre o século X e os finais do século XI.

Aparte a grande maioria de peças dos séculos X-XI, foram identificados dois fragmentos de jarrinha que poderão ser do período emiral ou inícios do Califado: um corresponde ao fundo completo do recipiente, de reduzidas dimensões, com o corpo lenticular, os arranques das duas asas marcados junto ao fundo e fabricado na mesma pasta alaranjada atrás referida (peça 14); o outro é um fragmento de bojo, fabricado numa pasta bege não local e pintado com reticulado vermelho.

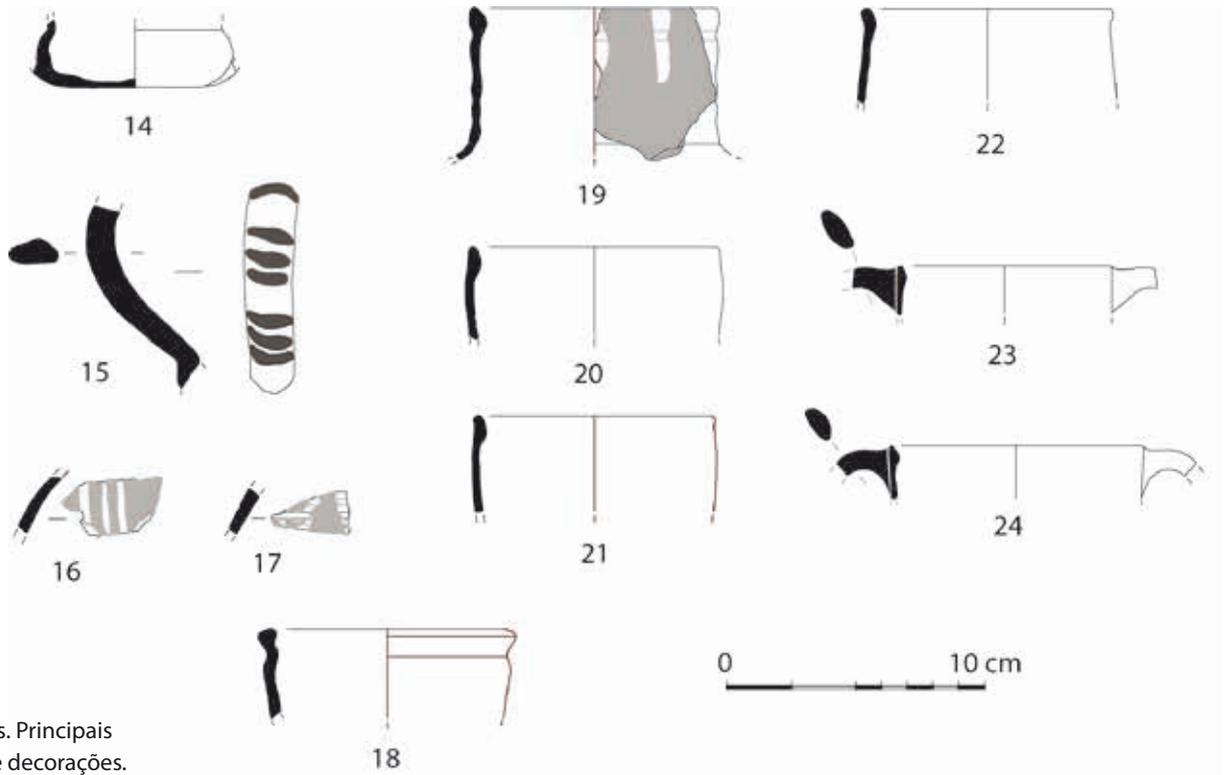


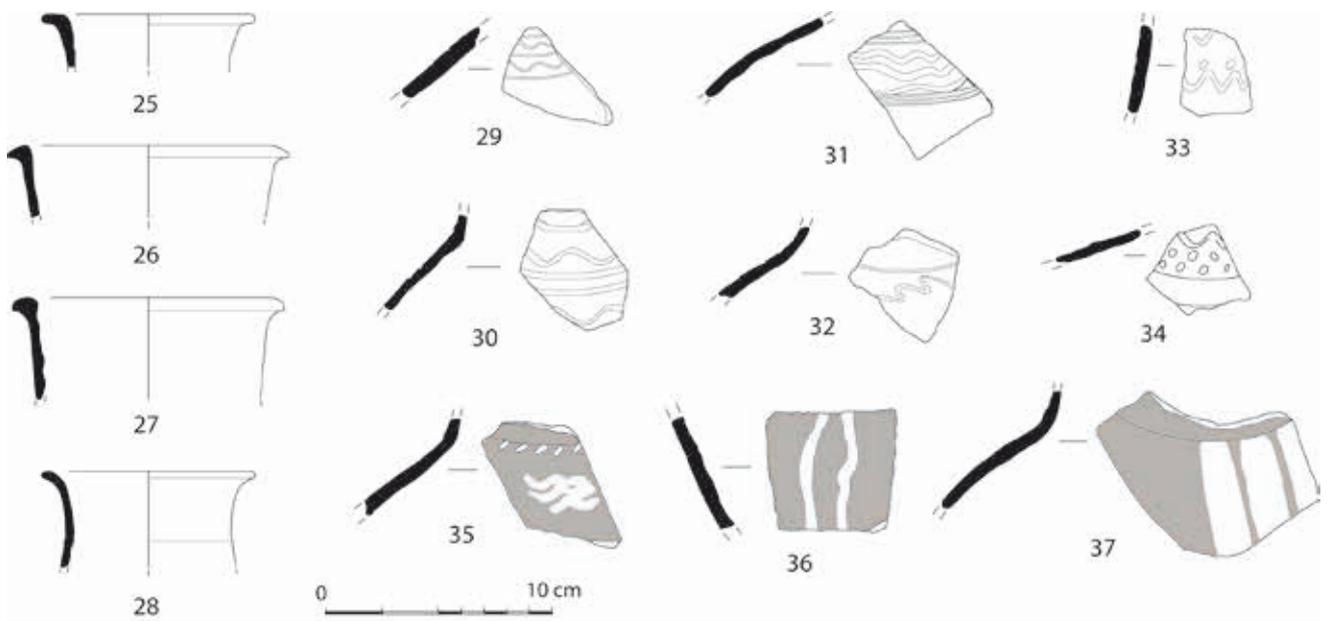
Figura 8  
Jarrinhas. Principais  
formas e decorações.

#### 4.1.3. Cântaro (*qulla*)

Esta peça, cuja designação mais correcta seria *jarra*, apresenta um colo bastante mais estreito e proporcionalmente mais pequeno que o corpo, normalmente ovóide e de base plana. Tem na maioria dos casos duas asas, embora possa ter só uma.

O seu uso está relacionado, tal como nos tipos anteriores, com o transporte e armazenamento de líquidos. A pasta é de origem local, alaranjada e boa parte dos fragmentos recuperados apresenta decoração no corpo, junto ao colo, sobretudo incisa (peças 29-35) (linhas

Figura 9  
Cântaros. Principais  
formas e decorações.



ondulantes e marcas de punção), e mais raramente pintada a branco (peças 35-37). Um dos fragmentos combina ambas as técnicas decorativas (peça 35).

A julgar pelo tipo de bordos, com predomínio dos perfis ligeiramente extrovertidos, espessados e com lábio boleado, por vezes aplanado. Uma vez mais, poderemos apontar para os séculos X-XI, considerando as peças do mosteiro de S. Francisco (Lopes e Ramalho, 2001, p. 66), pese embora, os referentes da Alcáçova de Santarém indicarem uma data mais tardia (séculos XI-XII) para a mesma morfologia de recipientes (Viegas e Arruda, 1999, p. 162).

#### 4.1.4. Caçoila (*qaş'a*)

Parece bastante claro que este recipiente era utilizado para fins culinários, mais concretamente para cozinhar alimentos com poucos líquidos e/ou matérias gordurosas, com função análoga às frigideiras e tachos actuais.

Os materiais recolhidos relativos a esta forma não são muito abundantes e, aparte o perfil baixo característico destas peças, podem isolar-se dois tipos distintos que corresponderão, eventualmente, a cronologias também distintas. Um deles é respeitante a recipientes de formato semi-esférico com bordo boleado, por vezes reentrante (peças 38-40), com um ligeiro espessamento interno, datáveis com algumas reservas dos séculos X-XI. A outra variante apresenta perfil carenado, bordo aplanado e algo espessado (peças 41, 42), datável com alguma segurança, de finais do séc. XI, princípios do XII (Viegas e Arruda, 1999, p. 137). Um dos fragmentos apresenta pintura a branco sobre o bordo (peça 41).

Devido à dimensão dos fragmentos a identificação funcional não é inequívoca e, de algum modo, estas peças também poderão corresponder a outras formas de perfil aberto, nomeadamente tigelas (o que não muda o essencial da sua função).

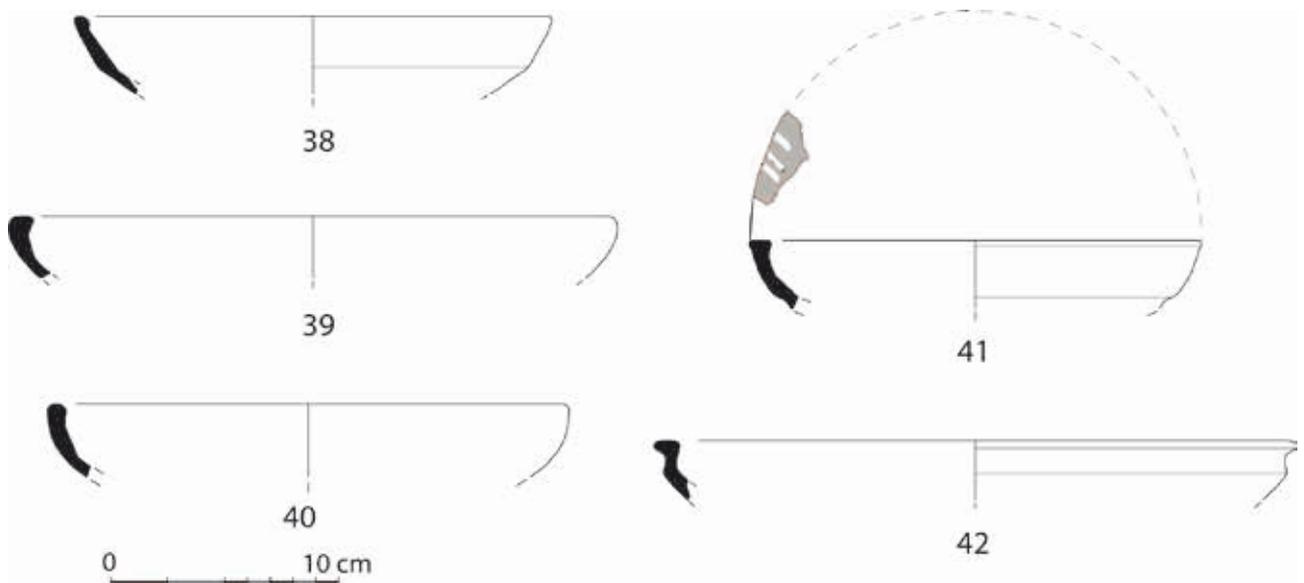


Figura 10  
Caçoilas e/ou tigelas.  
Principais formas  
identificadas.

#### 4.1.5. “Bule”

Embora com algumas reservas de classificação devido ao pequeno tamanho da peça, reconhecemos o que parece ser um “bule” de bordo extrovertido com ressalto. Quando completos, estes recipientes estão munidos de um vertedor tubular e asa, aptos para a contenção de líquidos. Os fabricos são geralmente grosseiros e, embora não seja regra, sem decoração o que parece indicado para um uso de rápida degradação como a exposição ao fogo, ou seja, seriam peças des-

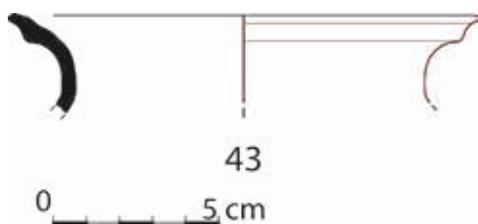


Figura 11  
"Bule". Fragmento do bordo.

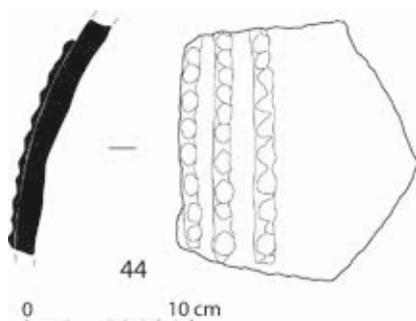


Figura 12  
Talha. Fragmento de bojo com cordões plásticos verticais digitados.

tinadas a aquecer e servir líquidos. Têm uma longa utilização no *al-Ándalus*, embora a forma "clássica" só se venha a fixar no período almóada com os perfis troncocónicos invertidos e o pé de bolacha. A peça do Serradinho será do século XII, com a definição do bordo já próxima dos protótipos almóadas e formalmente diferente do "bule" do século XI de S. Francisco de Santarém (Lopes e Ramalho, 2001, p. 58).

#### 4.1.6. Talha (*khabiya*)

A talha é a vasilha de armazenamento por excelência e também a de maiores dimensões. Com esta morfologia foi recolhido um fragmento de bojo decorado com cordões plásticos verticais com digitações. Foi fabricada manualmente numa argila grosseira vermelha-acastanhada que poderá ser de extracção local.

Trata-se de uma peça cujos elementos identificadores são pouco característicos mas, mais uma vez, encontra paralelos no espólio recuperado nas escavações do mosteiro de S. Francisco de Santarém, datado dos séculos X-XI (Lopes e Ramalho, 2001, p. 71). Atendendo à natureza pouco típica da peça, poderá ir para além da cronologia proposta e entrar pelo primeiro quartel do século XII.

#### 4.1.7. Peças de iluminação e contenção de fogo

Nesta categoria, agrupam-se dois tipos de objectos com utilizações diferentes cujo denominador comum está associado à contenção/manipulação do fogo em ambiente doméstico.

No primeiro caso temos os recipientes destinados à iluminação – *candis* – que são em certa medida as peças mais características de contextos arqueológicos de Época Islâmica. Na sua forma clássica caracteriza-se por ter um reservatório circular, com colo alto, onde é colocado o combustível, o bico, normalmente de grandes dimensões, onde é posto o pavio e a asa. Originalmente, terá evoluído das lucernas romanas, isto tendo em conta que os exemplares mais antigos são muito semelhantes aos seus congéneres tardo-romanos. Aparecem em todo o Mundo Islâmico medieval desde a Península Ibérica ao Próximo Oriente.

Do Serradinho foram recolhidos dois fragmentos em estados de conservação distintos, correspondendo também a peças de fabrico diferente. Um dos fragmentos é o que resta da parte distal do candil, ou seja, o bico, fabricado numa pasta bege com marcas de fogo na ponta (peça 46). Embora esteja muito destruído, aparenta pertencer a uma peça de dimensões modestas e bico mais curto, provavelmente do período califal (inícios a meados do século X).

O segundo fragmento, de maiores dimensões, conserva parte do depósito e o arranque do bico que aparenta ser do tipo facetado, de finais do século XI (peça 45). Foi feito numa pasta grosseira acastanhada e, a julgar pelas marcas de meteorização, sofreu uma cozedura deficiente.

Outro tipo de peça relacionada com a contenção de fogo é o que geralmente se designa de *tabaq*, um disco de argila de fabrico manual que serviria para cozer o pão sobre o lume. O exemplar recolhido reúne estas características e apresenta numerosas impressões vegetais que sugerem o uso de argila local pouco depurada, ou seja, seria um elemento de rápido fabrico e uso imediato.

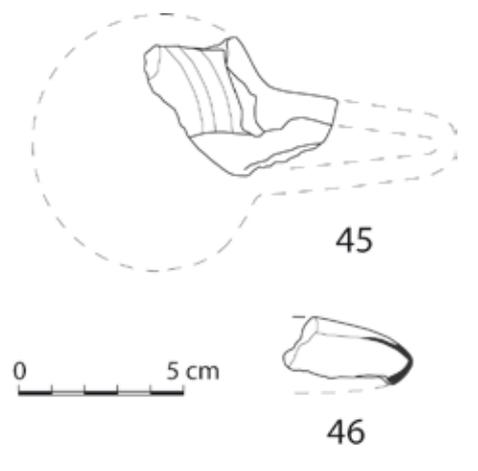


Figura 13  
Fragmentos de candis.

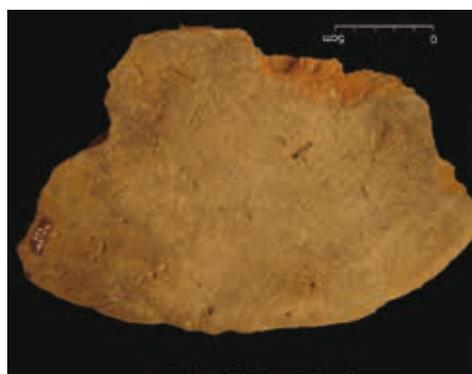
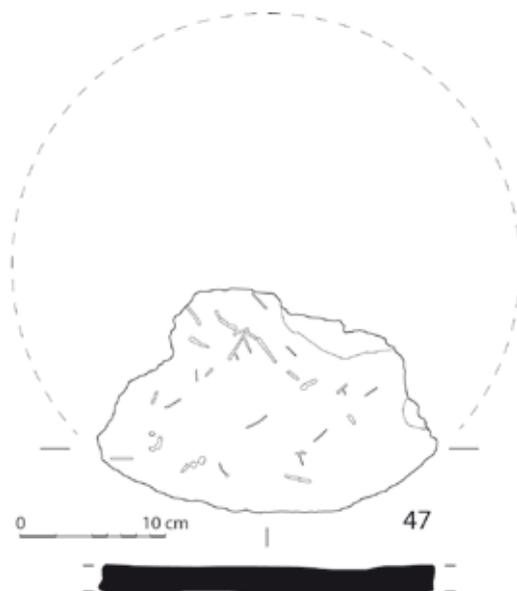


Figura 14  
Fragmento de tabaq (?).



Esta interpretação funcional poderá, no entanto, não ser pacífica considerando as peças que têm surgido nos últimos anos não só em sítios islâmicos como em ambientes pós-Reconquista até ao século XIII. Em nenhum dos contextos foi possível determinar claramente a sua função, embora se admita que possam igualmente servir como bases de lareira, com uma diacronia bastante ampla.

No mosteiro de S. Francisco apareceu uma peça completa, também discóide, datada dos séculos X-XI (Lopes e Ramalho, 2001, p.70). Ainda em Santarém, há outro fragmento identificado na Alcáçova de aspecto semelhante à peça de Muge, datada dos séculos XI-XII (Silva, 2011, Vol. 2, foto 15). Em Mérida, Miguel Alba identifica dois objectos semelhantes de cronologia seguramente emiral, resultantes da escavação da *Morería* embora os classifique como contentores associados à conservação de víveres (Alba e Feijoo, 2001, p. 353).

#### 4.1.8. Peças de “mesa”

Apesar de esta designação se revelar bastante redutora na conformação de uma tipologia concreta é a possível considerando os tipos de produção e decoração, genericamente mais cuidadas. Trata-se de um conjunto muito reduzido em termos quantitativos mas importante enquanto aferidor de cronologias e da distribuição de bens a nível regional.

Os materiais enquadráveis neste grupo restringem-se a três fragmentos, dois de peças de perfil aberto (tigelas) e uma de perfil fechado cuja forma não foi possível determinar.

A peça mais antiga pertence a uma pequena tigela ou prato com bordo em aba e decorado com reticulado vermelho. A atribuição cronológica destas peças não é consensual. Em

Figura 15

Bordo de pequena tigela ou prato com reticulado pintado a vermelho.

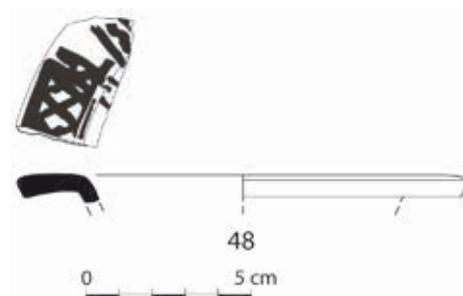


Figura 16

Fragmento de peça de perfil fechado com decoração a “verde e mangnês”.

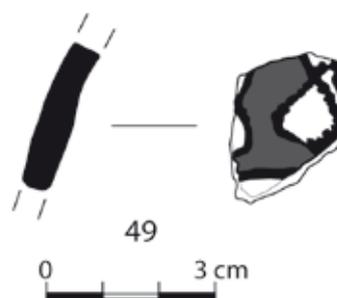
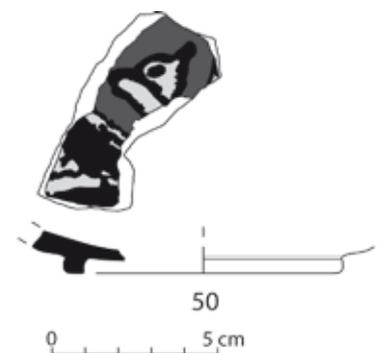
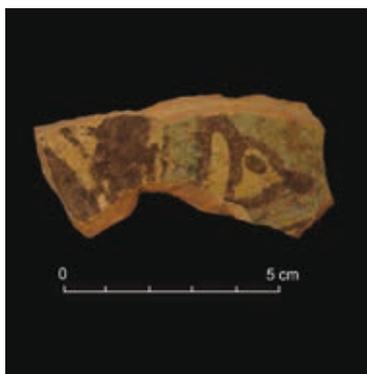


Figura 17

Fundo de tigela com pé anelar e decoração em *corda seca* total.



Silves foram datadas entre os séculos VIII e o IX, tendo Rosa Varela Gomes identificado a sua produção como norte-africana (Gomes, 1997, p. 258.).

Nas publicações dos materiais arqueológicos islâmicos de Vilamoura e Alcácer do Sal (Carvalho e Faria, 1993, p. 104), foram datadas dos séculos IX-X. Em Mértola foram identificadas duas peças com perfil e decoração semelhantes, embora com diâmetros e pastas díspares. Uma delas, de pasta clara, apresenta decoração reticulada vermelha sobre o bordo, é referida como sendo uma produção dos séculos XI-XII, a outra de pasta vermelha e pintada a branco será mais antiga, dos séculos X-XI (Gómez Martínez, 2014, p. 360).

Seguindo uma ordem cronológica temos um pequeno fragmento com decoração a verde e manganês claramente do período califal. Pertenceu a uma peça fechada, talvez um pequeno pote ou redoma. A pasta é bege com poucos elementos não plásticos e relativamente branda com o exterior vidrado a branco pintado em tom vinoso e verde, revelando o que parece ser um motivo epigráfico que não oferece leitura devido às suas reduzidas dimensões. O interior foi vidrado de melado esverdeado. Deverá rondar a segunda metade do século X, aproximando-se das tipologias califais provenientes de oficinas do sul do *al-Ándalus*, nomeadamente de *Madinatu-z-Zahra* (Cano Piedra; 1996).

A peça mais recente deste grupo é um fragmento do fundo de uma tigela de pé anelar baixo decorada em corda seca total. A pasta é rosada, com o núcleo bege, apresentando elementos não plásticos de grão muito fino, quase imperceptíveis a olho nu. Está decorado com elementos fitomórficos (flor-de-lótus), preenchidos a amarelo, sobre fundo verde-claro com os contornos delineados a manganês. Durante a cozedura o vidrado ultrapassou a linha de manganês e vitrificou dando-lhe o aspecto da cerâmica de “verde e manganês” quando, na realidade, se trata da técnica da corda seca mal aplicada. O tarsoz está vidrado em melado esverdeado. Deverá corresponder a um fabrico do primeiro quartel do século XII, provavelmente de Santarém, cujas produções já foram atestadas por trabalhos arqueológicos.

#### 4.2. Moeda



**Figura 18**  
Fracção de *dinār*  
almorávida séc. XII (?).  
Colecção privada.

O Serradinho forneceu somente um pequeno numisma em ouro de módulo irregular, ligeiramente oval com cerca de 12 mm de diâmetro. Originalmente, a legenda possuía quatro linhas em ambas as faces mas devido ao forte desgaste que apresenta apenas se pode ler, com algumas reservas, apenas a primeira linha do averso. A leitura possível será لا اله الا الله – *LĀ Ilaha I (IĀ-I-LhĀh)*. Não apresenta legenda na orla e o campo epigráfico está delimitado por uma linha perolada.

Trata-se de uma fracção de *dinār* cujo emissor, data ou origem não são possíveis de determinar. No entanto, sabemos que estas moedas não são anteriores a meados/ finais do século XI e, pelo facto de ter sido empregue caligrafia cúfica, não poderá ser posterior ao período almorávida (meados do séc. XII). Várias taifas cunharam fracções de *dinār* similares, entre as quais a de Badajoz,

na altura senhora de Santarém e do seu território. O mesmo, fizeram as oficinas monetárias almorávidas pelo que, não sendo possível retirar outra informação, esta moeda terá sido cunhada entre os meados do século XI e os meados do século XII.

#### Considerações finais

Fica bastante claro o risco de se fazer a caracterização de um sítio a partir de materiais descontextualizados, mesmo assim, considerando o desconhecimento quase absoluto do Vale do Tejo em Época Islâmica tem a vantagem de sinalizar um local que não obstante estes condicionalismos será o único da margem esquerda que apresenta uma diacronia completa para este período.

O universo material, segue obviamente as produções de Santarém, não só porque esta cidade era capital da *kūra* onde esta parte do vale do Tejo se inseria, mas igualmente pela proximidade física entre os dois lugares comunicáveis entre si, desde sempre, por via fluvial privilegiada: o Tejo.

O tipo de produções que se encontram em Muge é invariavelmente o mesmo que se encontra em Santarém, não obstante as lacunas causadas quer pela qualidade da amostra, quer pela diferença de escala dos dois sítios. Não é de crer que a maioria da cerâmica comum seja importada sequer ao nível regional atendendo à qualidade e quantidade dos barreiros, abundância do coberto vegetal para combustível ou das restantes matérias-primas usadas na produção oleira. Contudo a influência das produções escalabitanas é notória e grande parte da sua gramática formal reproduzida.

Afigurou-se, portanto, essencial compreender os materiais publicados para esta cidade, tarefa que não é fácil em virtude da disparidade de cronologias propostas para os dois conjuntos mais significativos publicados até agora: Alcáçova e mosteiro de S. Francisco. Disparidade esta que advém de datações obtidas, mais por paralelos de sítios escavados, alguns bastante distantes, do que pela estratigrafia. Por outro lado, algumas peças parecem ter sido agregadas na mesma cronologia, quando poderão ser de momentos diferentes ainda mais porque vêm de contextos de lixeira.

Confirma-se assim a proximidade das produções escalabitanas, independentemente dos problemas cronológicos e um certo afastamento de outros fabricos contemporâneos do *al-Āndalus* (e do *Gharb*), sobretudo os mais meridionais para o período pós-califal. Isto faz algum sentido se tivermos em conta a fragmentação e o isolamento políticos ocorridos a partir de 1031 que resultaram directamente na contracção das comunicações, não das capitais dos pequenos reinos e as suas áreas rurais, mas num défice da distribuição de bens manufacturados cuja produção ficava fora da respectiva taifa. O comércio não desaparece, obviamente, mas perde alguma importância fora do mundo urbano. Será bom lembrar a este propósito as constantes rivalidades entre Sevilha e Badajoz que contaram com vários episódios militares repercutidos no eixo Santarém/Lisboa.

Os bens exógenos, são muito residuais em Muge quer seja pela reduzida escala do povoado na hierarquia do território, seja pelas condições da amostra. No entanto seguem o essencial das produções *andalusís*, com algumas formas comuns ao resto do *al-Āndalus*, nomeadamente do *Sharq*, o que confirma as ligações costeiras do baixo Vale do Tejo com o resto da Península.

---

#### DOCUMENTOS MANUSCRITOS

A.H.M.S.M., *Tombo da Câmara de Muge*, fl.31-v, 172.

A.N.T.T., *Inquirições de D. Dinis*, Lº10, fl.21.

A.N.T.T., *Ordem de Cister*, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1.ª Incorporação, Docs. Particulares, Mº 4, Doc. 5.

A.N.T.T., *Ordem de Cister*, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1.ª Incorporação, Docs. Particulares, Mº 6, Doc. 12.

---

#### CARTOGRAFIA

*Carta Geológica de Portugal*, 31-C, 1967

---

#### BIBLIOGRAFIA

(1983) – *Una descripción anónima de al-Andalus (Dhikr Bilad al-Andalus)*. Ed. e trad com introd. e notas por Luís Molina. Vol. II, Madrid: CSIC.

(2001) – *Crónica de los emires Alhakam I y 'Abdarrahman II entre los años 796 y 847 (al-Muqtabis II)*. Trad. notas e índices de Mahmud 'Ali Makki e Federico Corriente, Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo.

ALBA, M.; FEIJOO, S. (2001) – Cerámica emiral de Mérida. In *Gharb: Sítios islâmicos do Ocidente peninsular*. Lisboa: IPAAR, p. 329-375.

CANO PIEDRA, C. (1996) – *La cerámica verde-manganeso de Madinat al Zahra*. S.l.: Sierra Nevada 95.

CARVALHO, A. R.; FARIA, C. (1993) – Cerâmicas muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal. *Arqueologia Medieval*. Porto. Vol. 3, p. 101-111.

GOMES, R. V. (1997) – Silves e a ocupação muçulmana do Algarve. *Setúbal Arqueológica*. S.l. Vols. 12-13, p. 250-267.

GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (1993) – La cerámica “verde y morado” de Mértola (Portugal). *Arqueologia Medieval*. Vol. 3, p. 113-132.

GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2014) – *Cerámica islámica de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

al-IDRĪSĪ (1974) – *Geografía de España*. Ed. Fac., Valencia: Almela y Vives.

- LEAL, A. S. d'A. B. P., (1878) – *Portugal antigo e moderno: dicionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, vilas, freguezias e grande numero de aldeias...* Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia. Vol. 5, p. 584-585.
- LOPES, C. ; RAMALHO, M. (2001) – Presença islâmica no convento de S. Francisco de Santarém: *In Gharb: Sítios islâmicos do Ocidente peninsular*. Lisboa: IPAAR, p. 31-83.
- MARINHO, J. R. (1993-1994) – Os Dirhames do Emirado do Ândalus no Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Série IV. Vol. 11/12, p. 405-425.
- MARQUES, G. (1972) – Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto. *Trabalhos de Antropologia Dr. Mendes Correia*, N.º 13. Faculdade de Ciências do Porto.
- MATOS, J. L. de (1991) – Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila. *In A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola, p. 429-456.
- PICARD, C. (2000) – *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle)*. Paris: Maisonneuve & Larose.
- REI, A. (2007) – Os rostos do poder na Lisboa das Taifas (1009-1093): novas lecturas. *In Actas do II colóquio nova Lisboa medieval*. Lisboa: IEM/ FCSH-UNL/ Livros Horizonte.
- ROSSELLÓ BORDOY., G.. (1991) – *El nombre de las cosas en al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*. Palma de Mallorca: Govern Balear.
- SILVA, M. (2011) – *A cerâmica islâmica da Alcáçova de Santarém, das unidades estratigráficas 17, 18, 27, 28, 30, 37, 39, 41, 193, 195, 196, 197 e 210*. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras. 2 vols.
- VIEGAS, C. ; ARRUDA, A. (1999) – Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2. N.º 2, p. 105-186.

## Uma colecção de púcaros quinhentistas de Vila Franca de Xira<sup>1</sup>

**HENRIQUE MENDES** CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX

**JOÃO PIMENTA** CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS VILA FRANCA DE XIRA – CEAX/UNIARQ

### RESUMO

O estudo dos dados contextuais da escavação do Museu do Neo-Realismo permite contribuir com novos elementos para a problemática das cerâmicas comuns e finas omnipresentes no quotidiano do homem das descobertas. A identificação de uma série de lixeiras bem datadas de meados do século XV/XVI, junto à antiga Estrada Real, permite estudar as primeiras produções destes serviços domésticos atestando a diversidade dos seus acabamentos e decorações.

### SUMMARY

The study of contextual data from the excavation of the Neo-Realism Museum allows us to contribute new elements to the studies of common and fine ceramics ubiquitous in everyday Renaissance man.

The identification of a number of trash cans well dated from the mid-century XV/XVI, near the former Royal Route, allows to study the first productions of these domestic service attesting to the diversity of its finishes and decorations

## Introdução

Na sequência da construção do edifício do futuro Museu do Neo-realismo, em pleno centro histórico da actual cidade de Vila Franca de Xira, foram realizadas escavações arqueológicas na área abrangida pelo projeto de arquitetura.

O espaço em análise corresponde a um quarteirão localizado no cruzamento da Rua Alves Redol com a Rua Almeida Garrett (Figura 1), ocupando uma área de 960 metros quadrados. Os trabalhos arqueológicos realizaram-se entre 2 de Março e 11 de Abril de 2006, tendo possibilitado apesar de todos os constrangimentos inerentes a uma intervenção em meio urbano, obter uma leitura da ocupação humana deste espaço, ainda que com prolongados hiatos, desde meados do século I d.C. até ao século XX (Pimenta e Mendes, 2007).

Situado fora do primitivo núcleo medieval, a área em análise terá sido possivelmente urbanizada na sequência das reformas Manuelinas, que tiveram um profundo impacto na Vila Baixa e na área ribeirinha (Lucas, 2003, p. 111). A leitura das múltiplas ocupações humanas aqui detectadas vem corroborar esta evolução do espaço, atestando o seu carácter periférico em relação ao núcleo urbano, até pelo menos meados do século XVI.

Um dos elementos estruturais mais relevantes detectado pela intervenção do Museu do Neo-realismo foi o de pela primeira vez se ter analisado em extensão a antiga Estrada Real. Como se sabe esta importante via, que atravessava o concelho, constituía desde época

<sup>1</sup> O presente texto foi entregue em 2006, para publicação nas Actas do VI Encontro de Olaria Tradicional de Matosinhos, organizado pelo Dr. Paulo Dórdio. Infortunadamente e apesar de ter chegado a existir uma versão revista e paginada, o mencionado volume, nunca chegou a sair. Passado quase uma década e face ao interesse do trabalho, decidiu-se trazer à coacção este contributo para o estudo da Vila Franca quinhentista.



No quadrado D4 a este da Estrada Real, foram detectadas duas estruturas negativas abertas no substracto geológico. Estas caracterizavam-se pela abundância de espólio cerâmico, osteológico e mamalógico levando-nos a supor a sua utilização como área de despejo de lixos de cariz doméstico.

A UE 66 apresenta perfil troncocónico de base plana, não tendo sido possível por questões de segurança a sua escavação em área. Encontrava-se preenchida pela UE 67, a qual a par do espólio cerâmico forneceu um expressivo conjunto faunístico. A UE 65 situada a pouco mais de um metro para sudeste, apresenta características similares de implantação. A sua planta é ovóide com cerca de três metros de diâmetro e com setenta centímetros de altura preservada. A UE 64 preenchia esta estrutura revelando um rápido processo de colmatação. Este encontra-se atestado pelo índice de fragmentação de inúmeros recipientes cerâmicos, identificados em conexão permitindo o restauro integral de diversos recipientes.

O espólio exumado nestas duas “lixadeiras” apresenta-se bastante homogêneo do ponto de vista cronológico. Ainda que o seu estudo se encontre numa fase preliminar de investigação, podemos avançar, no entanto, com uma proposta de cronologia tendo presente o espólio numismático e as associações dos conjuntos cerâmicos (Mendes e Pimenta, 2007).

Os numismas exumados correspondem a cinco ceitis. Infelizmente, apenas podemos aferir a classificação de um deles, datado do reinado de D. João II (1481/1495), visto os restantes encontrarem-se em fase de tratamento laboratorial.

O conjunto cerâmico é numeroso e diversificado. Entre este dominam as cerâmicas comuns de tradição medieval, com paralelos de finais do Século XV meados do XVI no Vale do Tejo em Lisboa (Diogo e Trindade, 2000), na Mata da Machada – Barreiro (Torres, 1990), Almada (Sabrosa, 1994) e em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1991).

As cerâmicas esmaltadas a branco de pastas claras encontram-se bem representadas por escudelas hemisféricas, carenadas e pratos. Alguns exemplares encontram-se decorados com linhas concêntricas, pintadas de tom azul de cobalto e castanho violáceo sobre o esmalte branco, com bons paralelos de finais do século XV meados do XVI, no Poço cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996b, p, 174). Ainda dentro destas importações de provável produção Sevilhana, identificou-se dois fragmentos do mesmo azulejo, com decoração tipo corda seca de finais do século XV.

Entre as cerâmicas importadas sobressai um pequeno conjunto de peças requintadas que podemos atribuir às produções de *Majólicas*, com uma provável proveniência Italiana de Montelupo, ou Holandesas e as primeiras importações de porcelana chinesa, atestadas por cinco fragmentos, provavelmente do período Ming<sup>2</sup>.

Face aos dados apresentados, propomos nesta fase inicial da investigação sobre estes contextos, uma cronologia centrada entre os finais do século XV a meados da primeira metade do XVI, que esperamos poder afinar melhor com o desenvolvimento dos trabalhos sobre a totalidade do seu espólio.

## O conjunto em epígrafe

De entre os milhares de fragmentos exumados, individualizou-se pelo seu cunho específico um conjunto de cerâmicas que embora escassamente representados, do ponto de vista quantitativo, sobressaem pelo seu índole original. Estas produções caracterizam-se pelo seu fabrico fino, com paredes pouco espessas, raramente ultrapassando os dois milímetros de espessura, e acabamentos cuidados. Do ponto de vista formal correspondem a recipientes de pequena

<sup>2</sup> Agradecemos as amáveis observações prestadas pela Professora Doutora Rosa Varela Gomes.

dimensão para consumo de líquidos, com bocais com diâmetros variáveis entre os seis e os dez centímetros, de onde parte uma asa de secção ovóide. O corpo é globular ou troncocónico terminando num fundo plano com pequeno ressalto.

A análise da amostragem disponível permitiu-nos aferir distintos acabamentos e decorações. Entre os acabamentos é possível individualizar dois grandes grupos, um com aplicação de engobe de tom vermelho espesso, aderente, cuidadosamente polido e outro com simples aguada de tom vermelho claro.

O primeiro grupo, melhor representado apresenta dois tipos de bocais:

- Bordos simples de lábio boleado com espessamento interno (Fig. 2, n.º 2 a 4 e Fig. 7), com acabamento polido.
- Bordos esvasados de lábio boleado de extremo arredondado separado do colo por uma canelura, com ou sem decoração. Esta pode ser incisa (Fig. 5, n.º 23; Fig. 12); brunida (Fig. 3, 8 e 9) ou pedrada (Fig. 16 e 17). Foi ainda possível identificar um fragmento de bojo com decoração modelada (Fig. 5, n.º 24 e Fig. 13).

O segundo grupo é bastante característico evidenciando bocais moldurados e um acabamento menos cuidado (Fig. 6, 18, 19 e 20). A aplicação de uma aguada de tom vermelho claro e a espessura das suas paredes (entre dois e três milímetros), levaram-nos a incluir estes recipientes dentro do grupo dos púcaros ainda que se trate de uma produção de inferior qualidade.

A par destes materiais identificámos um bocal com acabamento cuidado, que se destaca do restante conjunto e que incluímos no grupo das cerâmicas finas. Corresponde a uma pequena garrafa ou cantil (Fig. 6, n.º 25), com paralelos formais, ainda que a outra escala, num barril proveniente dos fornos quinhentistas da Mata da Machada (Torres, 1990, fig. 11).

Por último destaca-se dentro deste conjunto uma peça de brincar de pequenas dimensões (1,3 cm de altura por 2,8 de largura), que reproduz fielmente os modelos dos serviços de púcaros que circulariam nas mesas da população de Vila Franca quinhentista (Fig. 14 e 15). Ainda que desconheçamos paralelos para este exemplar, os “brinquedos” setecentistas em barro vermelho são relativamente comuns em Lisboa (Diogo e Trindade, 1995). Este tipo de peças ainda que raras parecem beber a sua origem em período Islâmico, tenha-se presente os exemplares Almóadas de Silves e Alcácer do Sal (Gomes, R. V., 2003 e Carvalho, 2005).

## Considerações finais

A escavação do Museu do Neo-Realismo, permite contribuir com novos dados para a problemática das cerâmicas finas não vidradas.

Este tipo de cerâmicas, bem documentado para épocas mais recentes (Rego e Santiago, 1993; Folgado e Ramalho, 2002), ainda que com outra gramática decorativa, encontra-se mal atestado para o período quinhentista. Os poucos dados disponíveis com cronologias bem aferidas, resumem-se aos dados de Almada, (Sabrosa, 1994, p. 41, n.º 20-24) e Silves (Gomes e Gomes, 1996a e 1996b).

Os conjuntos de púcaros analisados apesar de pouco expressivos no âmbito da totalidade das cerâmicas, individualizam-se pelos seus acabamentos cuidados e decorações elaboradas que nos levam a valorizá-los como peças de exceção. Os exemplares analisados apresentam decorações diversificadas dentro das quais se destaca as linhas ondeadas brunidas sobre o colo, para as quais não temos paralelos, ainda que recordem as decorações das cerâmicas da Ria de Aveiro (Alves et alii 1998 e 2003).

O estudo dos contextos da lixeira quinhentista junto à antiga estrada Real, permite assim recuar a cronologia destes “serviços sumptuários” atestando o carácter cosmopolita da Vila Franca dos descobrimentos.

### **Catálogo:**

#### **1 – N.º de Inv. MNR 049**

Fragmento de bordo de púcaro com arranque de bojo globular. Lábio boleado ligeiramente esvasado separado do colo por uma pequena canelura. Diâmetro externo de 10 cm. Pasta dura e homogénea. Com escassos elementos não plásticos, constituídos por pequenos grãos de quartzos arredondados, elementos de cerâmica moída e vacúolos alongados. Tom vermelho claro (Mun. 2.5YR 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho com acabamento brunido (Mun. 2.5YR 5/8). Figura 2, n.º 1.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **2 – N.º de Inv. MNR 060**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio boleado com espessamento interno. Diâmetro externo de 8 cm. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom castanho claro (Mun. 5YR 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom castanho alaranjado com acabamento brunido (Mun. 2.5YR 6/8). Figura 2, n.º 2.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **3 – N.º de Inv. MNR 059**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio boleado com espessamento interno. Diâmetro externo de 8 cm. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun. 10 R 7/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom castanho avermelhado com acabamento brunido (Mun. 10YR 5/6). Figura 2, n.º 3.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **4 – N.º de Inv. MNR 058**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio boleado com espessamento interno. Diâmetro externo de 7,5 cm. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun. 2.5 YR 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom castanho avermelhado com acabamento brunido (Mun. 2.5YR 6/8). Figura 2, n.º 4.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **5 – N.º de Inv. MNR 061**

Fragmento de bordo de púcaro com arranque de asa. Lábio boleado ligeiramente esvasado separado do colo por uma pequena canelura. A asa de secção ovóide arranca do bordo. Diâmetro externo de 6,6 cm. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun. 2.5 YR 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom castanho avermelhado com acabamento brunido (Mun. 10 R 6/8). Figura 2, n.º 5.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**6 – N.º de Inv. MNR 052**

Fragmento de bordo esvasado de púcaro. Lábio boleado de extremo arredondado separado do colo por uma pequena canelura. Diâmetro externo de 6,6 cm. Pasta muito compacta e homogénea. Com escassos elementos não plásticos, constituídos por pequenos vacúolos alongados. Tom castanho amarelado (Mun.5YR 6/6). Superfície externa apresenta um engobe espesso e aderente, de tom castanho avermelhado com acabamento polido e acetinado (Mun.10 R 5/6). Figura 2, n.º 6.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**7 – N.º de Inv. MNR 002**

Púcaro bem preservado. Lábio boleado ligeiramente esvasado separado do colo por uma pequena canelura de onde arranca a asa de secção ovóide. O colo é cilíndrico e apresenta uma característica decoração ondeada efectuada por brunimento. Bojo globular decorado por duas caneluras. Diâmetro externo de 7,4 cm. Pasta dura e homogénea. Com escassos elementos não plásticos, constituídos por pequenos grãos de quartzos arredondados, elementos de cerâmica moída e vacúolos alongados. Tom vermelho claro (Mun.2.5YR 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho com acabamento polido e decoração brunida sobre o colo (Mun.10 R 6/8). Figura 3, n.º 7 e figura 9.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**8 – N.º de Inv. MNR 054**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio esvasado de extremo arredondado separado do colo por uma pequena canelura. O colo é troncocónico e apresenta uma característica decoração ondeada efectuada por brunimento. Diâmetro externo de 7,8 cm. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.10 R 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho com acabamento polido e decoração brunida sobre o colo (Mun.10 R 5/8). Figura 3, n.º 8 e figura 8.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**9 – N.º de Inv. MNR 085**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio esvasado de extremo arredondado separado do colo por uma pequena canelura. O colo é troncocónico e apresenta uma característica decoração ondeada efectuada por brunimento. Diâmetro externo de 8 cm. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.10 R 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho com acabamento polido e decoração brunida sobre o colo (Mun.10 R 6/8). Figura 3, n.º 9 e figura 8.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 67.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**10 – N.º de Inv. MNR 063**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio esvasado de extremo arredondado separado do colo por uma pequena canelura. O colo é troncocónico e apresenta uma característica decoração ondeada efectuada por brunimento. Diâmetro externo de 8 cm. Pasta similar

ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.10 R 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho com acabamento polido e decoração brunida sobre o colo (Mun.10 R 5/8). Figura 3, n.º 10 e figura 8.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **11 – N.º de Inv. MNR 062**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio esvasado de extremo arredondado separado do colo por uma pequena canelura. O colo é troncocónico e apresenta uma característica decoração em raio efectuada por brunimento. Diâmetro externo de 7,2 cm. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.10 R 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho com acabamento polido e decoração brunida sobre o colo (Mun.2.5YR 7/8). Figura 3, n.º 11 e figura 8.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **12 – N.º de Inv. MNR 064**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio esvasado de extremo arredondado separado do colo por uma pequena canelura. O colo é troncocónico e apresenta uma característica decoração em raio efectuada por brunimento. Diâmetro externo de 7,9 cm. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.10 R 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho com acabamento polido e decoração brunida sobre o colo (Mun.2.5YR 6/8). Figura 3, n.º 12 e figura 8.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **13 – N.º de Inv. MNR 084**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio boleado de extremo arredondado, separado do colo por uma pequena canelura. O colo é cilíndrico e apresenta uma característica decoração ondeada efectuada por brunimento. Diâmetro externo de 8,2 cm. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.10 R 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho com acabamento polido e decoração brunida sobre o colo (Mun.10 R 6/6). Figura 3, n.º 13 e figura 8.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 67.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **14 – N.º de Inv. MNR 066**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio boleado de extremo amendoado, separado do colo por uma pequena canelura. O colo é cilíndrico e apresenta uma característica decoração em raio efectuada por brunimento. Diâmetro externo de 6,8 cm. Pasta similar ao exemplar anterior, mas mais depurada. Tom vermelho claro (Mun.10 R 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho escuro com acabamento polido e decoração brunida sobre o colo (Mun.10 R 6/6). Figura 3, n.º 14 e figura 8.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**15 – N.º de Inv. MNR 035**

Fundo e bojo de púcaro. Bojo globular recortado por uma canelura bem marcada, arranque de asa de secção ovóide, terminando com uma base plana individualizada com um pequeno ressalto. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.10 R 6/8). Superfície externa apresenta um engobe espesso de tom vermelho com acabamento polido e acetinado (Mun.2.5YR 5/8). Figura 4, n.º 15.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**16 – N.º de Inv. MNR 054**

Fragmento de fundo e bojo de púcaro. Bojo globular, terminando com uma base plana individualizada com um pequeno ressalto. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.10 R 6/8). Superfície externa apresenta um engobe espesso de tom castanho avermelhado com acabamento muito polido (Mun.2.5 YR 5/8). Figura 4, n.º 16 e figura 11.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**17 – N.º de Inv. MNR 056**

Fundo e bojo de púcaro. Bojo globular, terminando com uma base plana bem individualizada com um ressalto. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.2.5 YR 6/8). Superfície externa apresenta um engobe espesso de tom castanho alaranjado com acabamento polido (Mun.10 R 5/8). Figura 4, n.º 17 e figura 10.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**18 – N.º de Inv. MNR 055**

Fragmento de fundo e bojo de púcaro. Bojo de tendência globular, terminando com uma base plana individualizada com um ressalto boleado. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.2.5YR 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom castanho alaranjado com acabamento polido (Mun.10 R 5/8). Figura 4, n.º 18 e figura 10.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**19 – N.º de Inv. MNR 057**

Fragmento de fundo e bojo de púcaro. Bojo globular, terminando com uma base plana individualizada com um ressalto. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.2.5 YR 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom castanho avermelhado com acabamento polido, em mau estado de conservação (Mun.10 R 5/6). Figura 4, n.º 19 e figura 10.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**20 – N.º de Inv. MNR 053**

Fragmento de fundo e bojo de púcaro. Bojo globular, terminando com uma base plana individualizada com um ressalto. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro

(Mun.2.5 YR 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom castanho avermelhado com acabamento polido (Mun.10 R 6/8). Figura 4, n.º 20 e figura 10.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **21 – N.º de Inv. MNR 050**

Fragmento de fundo e bojo de púcaro. Bojo globular, terminando com uma base plana individualizada com um ressaltado. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.2.5 YR 6/8). Superfície externa apresenta um engobe espesso e aderente de tom castanho avermelhado com acabamento polido e acetinado (Mun.10 R 5/8). Figura 4, n.º 21 e figura 10.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **22 – N.º de Inv. MNR 048**

Fragmento de fundo e bojo de púcaro. Bojo globular, terminando com um pé em bolacha de base plana. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.10 YR 7/1). Superfície externa apresenta um engobe de tom castanho avermelhado com acabamento polido (Mun.10 R 6/8). Figura 4, n.º 22.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **23 – N.º de Inv. MNR 065**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio boleado ligeiramente esvasado separado do colo por uma pequena canelura. Diâmetro externo de 10 cm. Pasta dura e homogênea. Com escassos elementos não plásticos, constituídos por pequenos grãos de quartzos arredondados, elementos de cerâmica moída e vacúolos alongados. Tom vermelho claro (Mun.10 R 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho com acabamento brunido (Mun.10 R 5/8) e uma invulgar decoração ondeada efectuada por incisão com a pasta ainda fresca. Figura 5, n.º 23 e figura 12.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **24 – N.º de Inv. MNR 06**

Fragmento de bojo de púcaro. Fragmento de bojo com decoração de bolbo em relevo efectuada por pressão manual interna de um dedo na pasta ainda fresca – “Decoração Modelada”. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.10 R 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho com acabamento brunido (Mun.10 R 5/8). Figura 5, n.º 24 e figura 13.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **25 – N.º de Inv. MNR 077**

Bordo de garrafa ou cantil. Lábio boleado ligeiramente esvasado separado do colo por uma pequena canelura. Diâmetro externo de 10 cm. Pasta dura e granulosa. Com inúmeros elementos não plásticos bem distribuídos, constituídos por grãos de quartzos arredonda-

dos, elementos de cerâmica moída grãos ferruginosos e vacúolos alongados. Tom castanho alaranjado (Mun.2.5YR 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom castanho claro com acabamento brunido (Mun.2.5YR 6/8). Figura 5, n.º 25.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 67.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **26 – N.º de Inv. MNR 025**

Fragmento de “púcaro” de pequenas dimensões (1,3 cm de altura/ 2,8 de Largura) – Peça de Brincar -. Colo esvasado com arranque de lábio arredondado, bojo globular terminando numa base plana com ressalto boleado de onde parte uma pequena asa de secção ovóide (4 mm). Pasta dura e bem depurada. Com escassos elementos não plásticos, constituídos por pequenos vacúolos. Tom vermelho claro (Mun.2.5YR 6/8). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho claro com acabamento brunido (Mun.10 R 6/8). Figura 14 e 15.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **27 – N.º de Inv. MNR 118**

Fragmento de bordo de púcaro (?) com decoração pedrada. Lábio boleado ligeiramente esvasado. Pasta dura e granulosa. Com numerosos elementos não plásticos, constituídos por grãos de quartzos, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun.5YR 6/6). Superfície externa apresenta um engobe de tom vermelho claro (Mun.2.5YR 6/8), com profunda decoração incisa efectuada antes da cozedura. A superfície interna apresenta a mesma decoração incisa sobre o bordo e uma decoração efectuada com a aplicação de quartzos de dimensão variada. Figura 16 e 17.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **28 – N.º de Inv. MNR 076**

Púcaro de perfil completo. Lábio moldurado com perfil amendoado, bojo troncocónico com vestígios do arranque de uma asa, terminando numa base plana. Diâmetro externo de 6,6 cm. Pasta dura e homogénea. Com escassos elementos não plásticos, constituídos por pequenos grãos de quartzos arredondados, elementos de cerâmica moída grãos ferruginosos e vacúolos. Tom vermelho claro (Mun.2.5YR 6/8). Superfície externa apresenta uma aguada de tom vermelho claro (Mun.10 R 6/6). Figura 6, n.º 28 e figura 18.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 67.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

#### **29 – N.º de Inv. MNR 082**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio moldurado com perfil amendoado e arranque de bojo troncocónico. Diâmetro externo de 6,8 cm. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.2.5YR 6/8). Superfície externa apresenta uma aguada de tom vermelho claro (Mun.10 R 6/6). Figura 6, n.º 29 e figura 19.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 67.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**30 – N.º de Inv. MNR 013**

Fragmento de bordo de púcaro. Lábio moldurado com perfil amendoado de onde arranca uma asa de secção ovóide. Diâmetro externo de 7,3 cm. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.2.5YR 6/8). Superfície externa apresenta uma aguada de tom vermelho claro (Mun.10 R 6/6). Figura 6, n.º 30 e figura 19.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**31 – N.º de Inv. MNR 014**

Fundo de púcaro. Bojo troncocónico com arranque de asa terminando num fundo com ressalto de base plana. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.2.5 YR 6/8). Superfície externa apresenta uma aguada de tom vermelho claro (Mun.10 R 6/6). Figura 6, n.º 31 e figura 20.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

**32 – N.º de Inv. MNR 018**

Fragmento de fundo de púcaro. Bojo troncocónico com arranque de asa terminando num fundo com ressalto de base plana. Pasta similar ao exemplar anterior. Tom vermelho claro (Mun.2.5YR 6/8). Superfície externa apresenta uma aguada de tom vermelho claro (Mun.10 R 6/6). Figura 6, n.º 32 e figura 20.

**PROVENIÊNCIA:** MNR D4 UE 64.

**DEPÓSITO:** CMVFX 06.

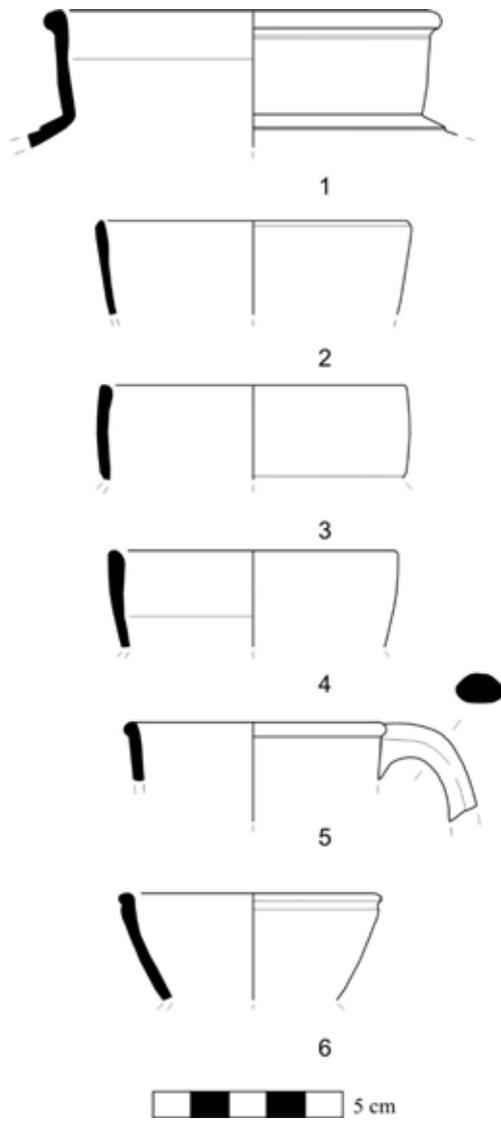
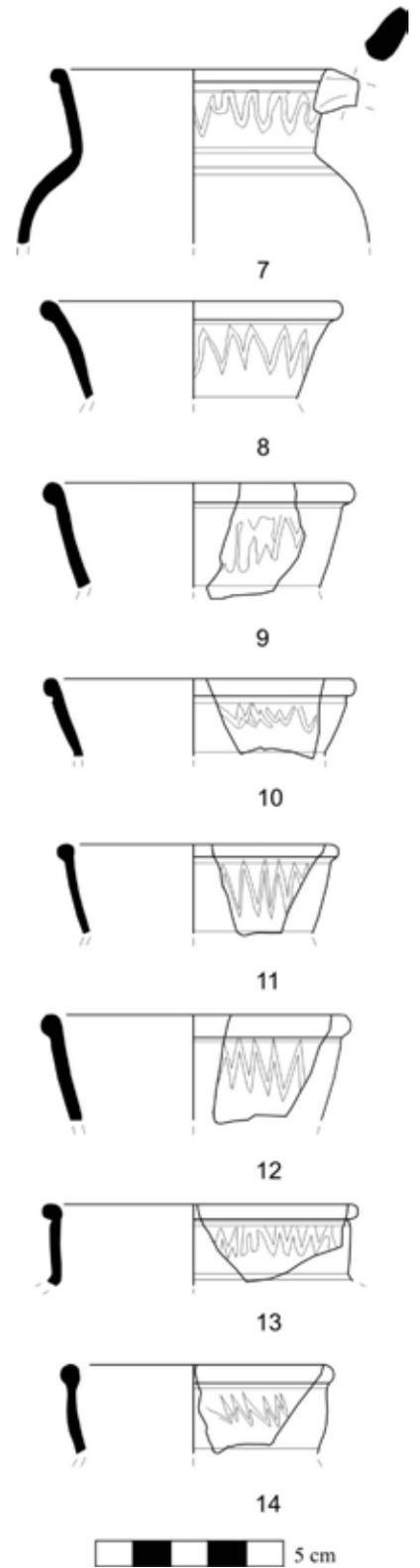


Figura 2  
Fragmentos de  
púcaros com engobe  
vermelho.

Figura 3  
Fragmentos de  
púcaros com engobe  
vermelho e decoração  
brunida.



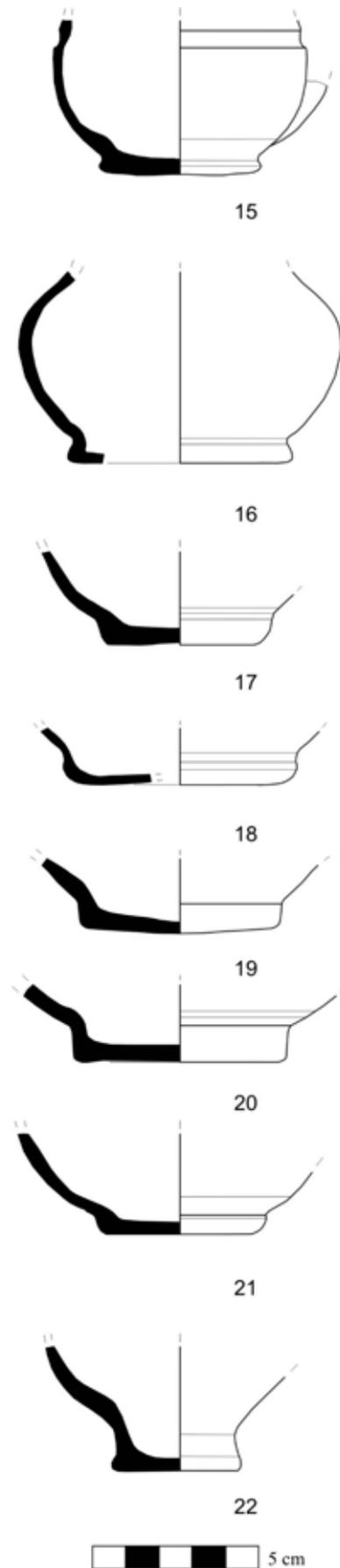
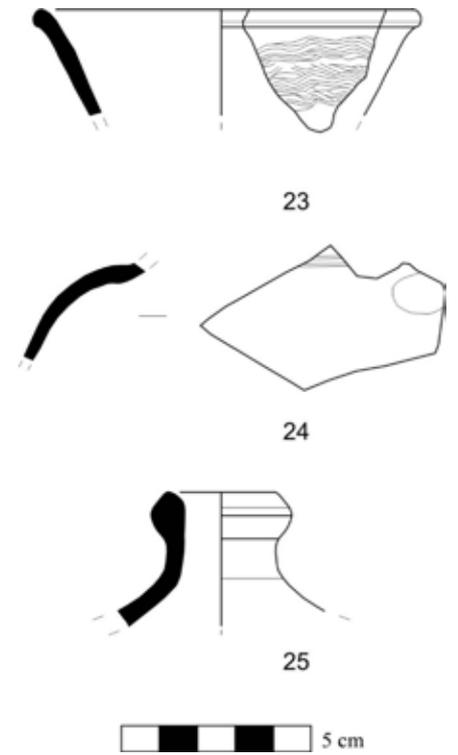


Figura 4  
Fundos de púcaros  
com engobe  
vermelho.

Figura 5  
23 – Bordo de púcaro  
com decoração  
incisa, 24 – Bojo com  
decoração modelada,  
24 – Bordo de garrafa/  
Cantil.



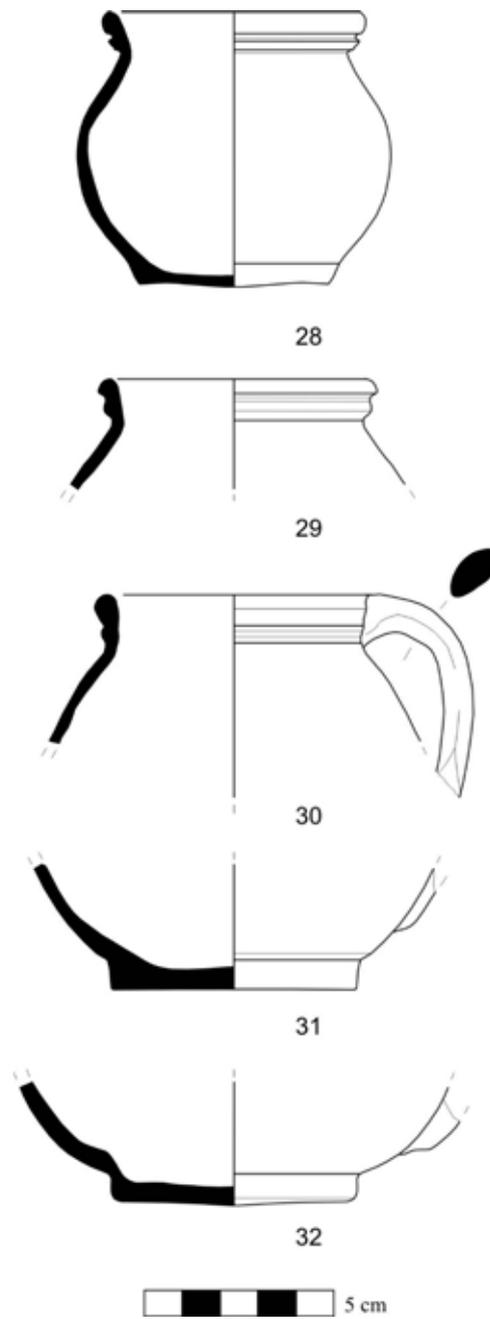


Figura 6  
Fragmentos de  
púcaros com aguada  
de tom vermelho  
claro.



Figura 7  
Fotografia de bordos  
de púcaros com  
engobe vermelho.



Figura 8  
Fotografia de bordos  
de púcaros com  
decoração brunida.



Figura 9  
Fotografia de púcaro  
com decoração  
brunida.



Figura 10  
Fotografia de fundos  
de púcaros com  
engobe vermelho.



Figura 11  
Fotografia de fundo  
de púcaro.



Figura 12  
Fotografia de bordo  
de púcaro com  
decoreção incisa.



Figura 13  
Fotografia de bojo  
com decoração  
modelada.

Figura 14  
Fotografia de peça de  
brincar de pequenas  
dimensões.



Figura 15  
Fotografia de  
pormenor de peça de  
brincar reproduzindo  
um púcaro.



Figura 16  
Fotografia externa de  
bordo de púcaro com  
decoreção pedrada.



Figura 17  
Fotografia interna de  
bordo de púcaro com  
decoreção pedrada.



Figura 18  
Fotografia de púcaro  
de perfil completo  
com aguada de tom  
vermelho claro.



Figura 19  
Fotografia de bordos  
de púcaros com  
aguada de tom  
vermelho claro.



Figura 20  
Fotografia de fundos  
de púcaros com  
aguada de tom  
vermelho claro.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, F.J.S., PAULO, J.P.R., GARCIA, C. ; ALELUIA, M. (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do Século XV Ria de Aveiro A e da Zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar. In *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, p.185-210.
- ALVES, F.; BETTENCOURT, J.; CARVALHO, P.; PEREIRA, J. ; OLIVEIRA, N.; VENTURA, P. (2003) – Projecto Ria de Aveiro A- 2000 (FCT) Relatório Preliminar de estudo das cerâmicas. *Trabalhos do CNANS*. N.º 8.
- CAMACHO, C. (1994) – A região de Vila Franca de Xira no tempo dos Descobrimentos. In *Histórias do Tejo*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 25-41.
- CARDOSO, G., RODRIGUES, S. (1991) – Alguns tipos de cerâmica dos séculos XI a XVI encontrados em Cascais. In *Actas do IV congresso internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola, p. 575-585.
- CARDOSO, G., RODRIGUES, S. (1999) – Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*. 6. Porto, p. 193-212.
- CARDOSO, G., RODRIGUES, S. (2002) – Conjunto de peças de cerâmica do século XVII do Convento de Nossa Senhora da Piedade In *Actas do 3.º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada 20-23 de Fevereiro de 1997. Monografias –Arqueologia. Câmara Municipal de Almada/Divisão de Museus, p. 269-288.
- CARVALHO, A. R. (2005) – Fragmentos de miniaturas em cerâmica provenientes do Palácio Almóada de Alcácer. *al-Madan*. Almada. 2.ª série. 13, p. 148.
- DIOGO, A.M.D., TRINDADE, L. (1998) – Intervenção arqueológica da Rua João do Outeiro, n.º 36-44, na Mouraria, em Lisboa. In *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, p.257-265.
- DIOGO, A.M.D., TRINDADE, L. (1999) – Brinquedos populares de Lisboa em Barro vermelho, à época do Marquês de Pombal. *Olisipo*. Lisboa. 2.ª Série. 10, p. 66-70.
- DIOGO, A.M.D., TRINDADE, L. (2000) – Cerâmicas de barro vermelho, encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 3. Número 2, p. 201-235.
- FERNANDES, I. C., CARVALHO, A. R. (1998) – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. In *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, p. 211-255.
- FERREIRA, M. A. (1995) – O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa. In *Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, p. 151-161.
- FOLGADO, D.; RAMALHO, M. (2002) – Cerâmica comum fina do século XVI-XVII. Inovação ou tradição? In *Catálogo Casa do Brasil*.
- GOMES, M. V., GOMES, R. V., CARDOSO, J. L. (1996a) – Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o século XV. *Xelb*. 3. Silves, p.33-78.
- GOMES, M. V., GOMES, R. V. (1996b) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI, do Poço-cisterna de Silves. *Xelb*. 3. Silves, p.143-205.
- GOMES, M. V., GOMES, R. V. (1998) – Cerâmicas, dos séculos XV a XVII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal. In *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, p. 315-348.
- GOMES, R. V. (2003) – Brinquedos Muçulmanos de cerâmica do sul de Portugal. In *Actas das 3.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, p. 94-96.
- LUCAS, M. M. (2003) – Vila Franca de Xira: História, Urbanismo e Identidade. In *Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 99-116.
- MATOS, J. L. de (1971) – Notícia de uma coleção de cerâmica Medieval do Museu Hipólito Cabaço de Alenquer. In *Actas do II congresso Nacional de Arqueologia*. Vol. II, p. 571-576.
- MENDES, H.; PIMENTA, J. (2007) – Contexto quinhentista das escavações do Museu do Neo-realismo. Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Coleção de Arqueologia. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- PINTO, M. P.; FERREIRA, M. M. (2001) – Os materiais datantes da Ermida do Mártir Santo (Vila Franca de Xira). *Era-arqueologia*. Lisboa. 3, p. 74-87.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007) – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo-Scalabbis*, em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.
- RAMALHO, M.; FOLGADO, D. (2002) – Cerâmica modelada ou o requinte à mesa do Convento de S. Francisco de Lisboa. In *Actas do 3.º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*. Almada 20-23 de Fevereiro de 1997. Monografias –Arqueologia. Câmara Municipal de Almada/Divisão de Museus, p. 247-268.
- REGO, M.; SANTIAGO, M. (1993) – Cerâmicas do século XVII do Convento de Sta. Clara (Moura). In *Arqueologia Medieval*. 3. Porto, p. 19-25.
- SABROSA, A. (1994) – Cerâmicas quinhentistas do Palácio Pragana. *al-Madan*. Almada. 2.ª série. 3, p. 38-44.

- SABROSA, A., SANTO, P. E. (1992) – Almada Medieval/Moderna: Um projecto de investigação. *al-Madan*. Almada. 2.ª Série. 1, p. 5-12.
- SARDINHA, O. (1990-92) – Olarias pedradas portuguesas: Contribuição para o seu estudo. 1 Os objectos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os-Santos. In *O Arqueólogo Português*. Série IV. Vol. 8/10. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia, p. 487-512.
- SARDINHA, O. (1999) – Notícia sobre as peças pedradas do Galeão “San Diego” 1600. In *Arqueologia Medieval*. 6. Porto, p. 183-192.
- SILVA, R. B., GUINOTE, P. (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos. Roteiro Arqueológico e Documental dos espaços e objectos*. Edição Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa.
- TORRES C. (1990) – Um forno de Cerâmica dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa. In *Fours de Potiers et “Testares” Médiévaux en Méditerranée Occidentale*. Madrid. Publications de la Casa de Velásquez. Série Archéologie XIII, p. 131-141.
- VASCONCELLOS, C. M. (1988) – *Algumas palavras a respeito de Púcaros de Portugal*. José Ribeiro Editor. Lisboa.

## Fragmentos do mundo contemporâneo: objectos em grés recuperados no Tejo

JOÃO SEQUEIRA IHC-FCSH/UNL

TÂNIA CASIMIRO IAP/IHC – FCSH-UNL. BOLSA PÓS-DOC FCT

### RESUMO

O presente artigo apresenta o estudo de um conjunto de cinco garrafas e um pequeno tinteiro recuperados na superfície dos bancos de areia do rio Tejo, perto da localidade de Muge, no distrito de Santarém. Estes recipientes em grés posicionam-se cronologicamente entre meados do século XIX e inícios do século XX, lembrando que a zona onde foram encontrados oferece com regularidade, cultura material descontextualizada, de épocas diversificadas. É comumente aceite que estas garrafas transportavam gin, genebra ou água mineral, tendo como principais centros de fabrico os Países-Baixos ou a Alemanha.

### SUMMARY

This paper aims to study a set of five stoneware bottles and a small ink container, found on the surface of the Tagus river's sandbanks, near the village of Muge, in Santarém's district. These vessels can be dated from the mid-nineteenth century to early twentieth century, supporting that the area where they were found, regularly offers material culture without context, from different chronologies. It is commonly accepted that these bottles carried gin, jenever or mineral water, which main centers of manufacturing were the Netherlands or Germany.

## Introdução

O conjunto de cinco garrafas, associado a um pequeno tinteiro, que se apresentam neste artigo, foi recuperado por um dos autores, durante uma baixa maré do rio Tejo, na zona de Almeirim, junto ao sítio conhecido como Porto do Sabugueiro, em inícios de 2015.

As peças, desenquadradas de qualquer sítio reconhecido como arqueológico, podem ser datadas entre meados do século XIX ou mesmo das primeiras décadas do século XX. Testemunham estes materiais a utilização do Tejo para o vetusto transporte de mercadorias, documentado, pelo menos, desde a Antiguidade e sucessivamente até meados do século XX.

Este tipo de objectos, em grés vidrado, fabricado no Norte da Europa, é achado comum em praticamente todos os contextos de Idade Contemporânea.

A utilização de garrafas em grés para o armazenamento e transporte de bebidas alcoólicas prende-se sobretudo com a sua capacidade de manter a temperatura e de não permitir que a luz penetre no seu interior, evitando as alterações do produto.

## Os artefactos

Foram recuperados seis objectos (Fig. 1) entre os quais se contam três garrafas grandes, uma garrafa pequena, todas oferecendo forma semelhante, uma garrafa de dimensões médias e um pequeno tinteiro.

As garrafas grandes (Fig. 2) apresentam corpo cilíndrico, gargalo estreito e uma pequena asa. A sua altura varia entre 0,295 m e 0,350 m e o diâmetro do corpo, igual ao do fundo, entre 0,085 m e 0,092 m e o diâmetro do bordo de 0,035 m. Dois daqueles objectos apre-



Figura 1  
Objectos em grés  
recuperados no Tejo

sentam legendas (Fig. 6). Uma delas mostra diversos caracteres onde se pode ler WYNAND FOCKINK/ AMSTERDAM. Relativamente à outra garrafa, a interpretação da legenda é bem mais complicada, aparecendo em dois tipos de escrita. Na primeira, cursiva, a mensagem é quase imperceptível podendo, no entanto, identificar-se algumas letras como um A e um J maiúsculos, respectivamente no início e no fim daquela legenda. Relativamente à legenda impressa são identificáveis os seguintes caracteres NMFERIER.SONEN. Esta legenda, executada por estampa, revela algum descuido no processo, pelo que a parte debaixo dos caracteres não foi bem marcada. Assim, é complicado decidir se alguns daqueles caracteres se tratam de F's ou E's, mudando, efectivamente o sentido das palavras ali existentes. Esta é a única peça que não se encontra inteira, faltando-lhe uma porção do fundo.

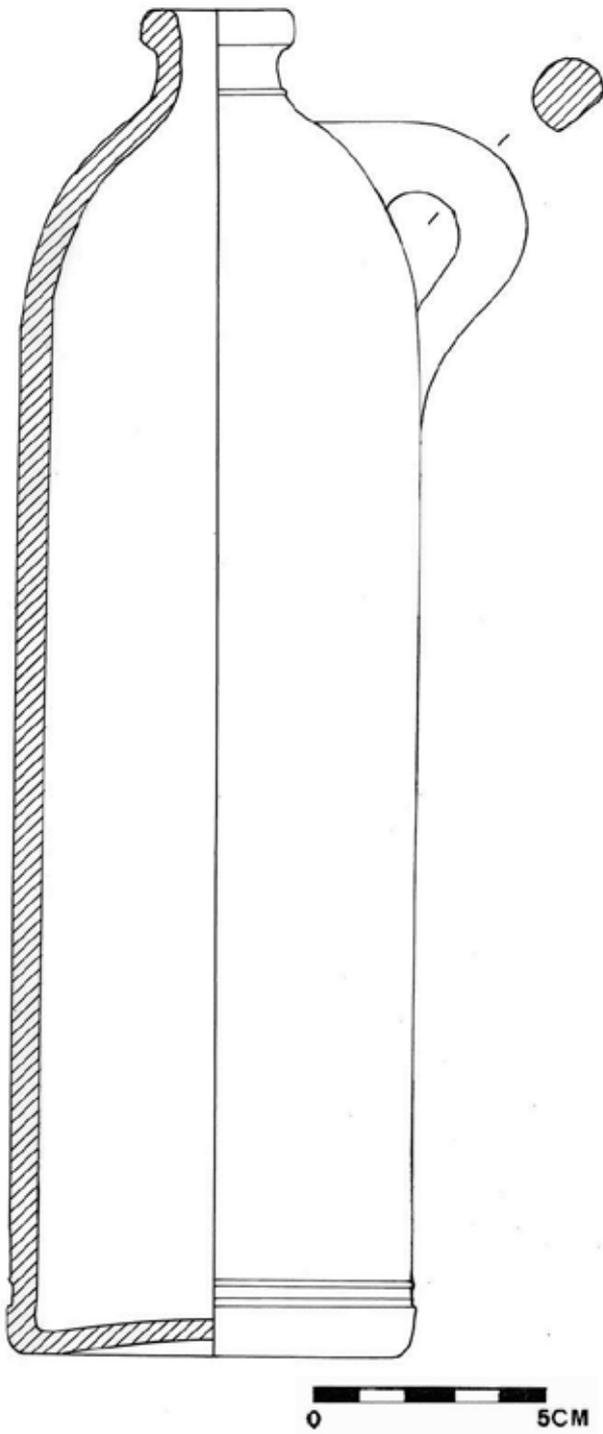


Figura 2  
Garrafa grande  
em grés

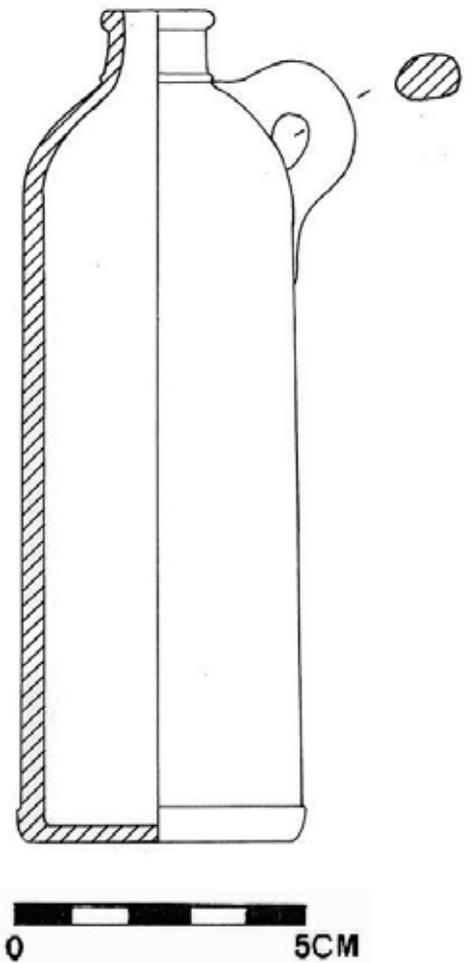


Figura 3  
Garrafa pequena  
em grés

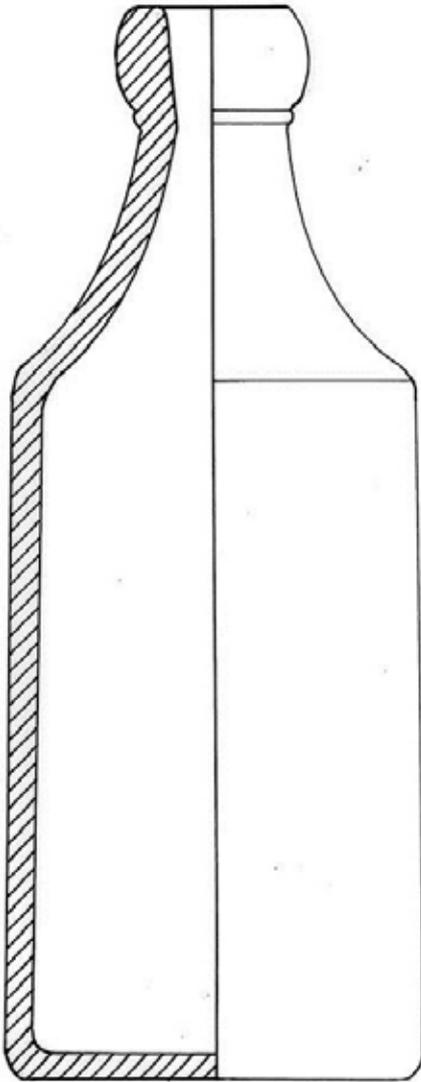


Figura 4  
Garrafa média em grés

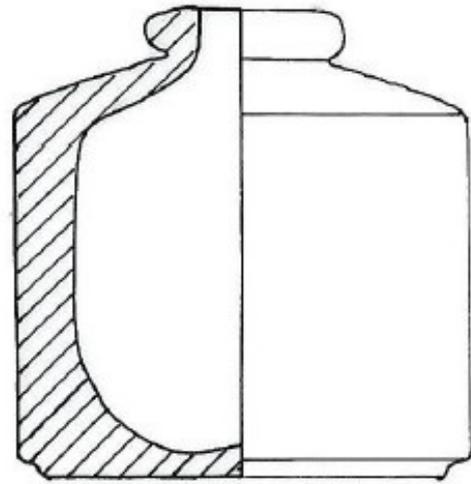


Figura 5  
Tinteiro em grés

Figura 6  
Marcas das garrafas

*H. Houw Cuy's's*  
NMFFRIER-SONEN

WYNANDFOCKINK  
AMSTERDAM

WYNANDFOCKINK  
AMSTERDAM

Uma garrafa de dimensões menores (Fig. 3), com 0,155 m de altura e 0,053 m de diâmetro no fundo e no corpo, e gargalo estreito, apenas com 0,020 m, apresenta exactamente a mesma forma que as garrafas maiores. Na parte superior do corpo apresenta a legenda WYNAND FOCKINK/ AMSTERDAM, semelhante à de outra garrafa de maiores dimensões, já descrita.

A garrafa de dimensões médias (Fig. 4) parece ter cumprido o transporte de outra bebida diferente das anteriores. Produzida com pastas mais claras, apresenta o corpo vidrado em dois tons. A parte superior mostra vidrado de coloração amarela/castanha, desde o bordo até ao início do corpo da peça, sendo o restante vidrado claro, num tom bege. A sua altura é de 0,180 m, a largura do fundo e do corpo é de 0,073 m e o diâmetro do bordo é de 0,034 m.

Associado a este conjunto foi recuperado, também em grés, um pequeno recipiente normalmente associado ao transporte de tinta (Fig. 5). Apresenta uma altura de 0,055 m, um diâmetro do corpo e fundo de 0,044 m e do bordo de 0,022 m.

## Discussão

Não existem evidências para a produção de objectos em grés, com o corpo revisto com o que normalmente se identifica como vidrado de sal em Portugal, anteriores ao século XX, quando algumas fábricas do norte, nomeadamente a Campos e Filhos em Aveiro (Rodrigues, 1996) iniciam a sua produção. Este tipo de objectos foi sobretudo produzido no norte da Europa e exportado em larga escala, um pouco por todo o mundo, desde o século XVI até ao século XX e, normalmente associado ao transporte e consumo de bebidas alcoólicas, desde a cerveja ao gin (Gaimster, 1997).

As garrafas aqui apresentadas, tanto as maiores como as menores são normalmente associadas ao transporte de genebra, ou gin. Seriam produzidas sobretudo na Alemanha e Países Baixos, ainda que notícias surjam da sua produção também na França e na Bélgica. São tradicionalmente apontadas como sendo produzidas nas proximidades da fábrica que engarrafava a bebida nelas contida, no entanto, é possível que ao elevado número de peças exigidas pela produção holandesa, aquelas possam ter sido produzidas na Alemanha, exportadas vazias para os Países Baixos e ali preenchidas e exportadas (Acker-Beittel, 2013).

As legendas nelas inscritas levam-nos a pensar que se tratam de produções exclusivamente holandesas que trouxeram produtos igualmente holandeses até Portugal.

A marca WYNAND FOCKINK. AMSTERDAM reporta-se a destilaria localizada na capital neerlandesa cuja fundação remonta ao século XVII. Ao longo da sua história foi crescendo a ponto de se tornar uma das maiores exportadoras mundiais de gin, a par de outras destilarias holandesas, nomeadamente em Roterdão. Estas empresas chegaram a ter delegações em outras cidades europeias tais como Berlim ou Paris, tal era o seu volume de negócios.

Relativamente à garrafa com a marca NMFERIER.SONEN, não foi possível identificar a sua proveniência por ausência de registos arqueológicos onde peças afins tenham sido identificadas, ou mesmo dados históricos. É provável que seja originária do Reino dos Países Baixos, já que SONEN é uma forma mais antiga da língua neerlandesa da palavra “filhos”.

Garrafas com legendas semelhantes são frequentemente identificadas um pouco por toda a parte com achados semelhantes no nosso país, nomeadamente no Porto (Martins e Abranches, 2011: 108) ou em Almada (Casimiro, Barros e Sequeira, no prelo), e certa-



Figura 7  
Imagem holandesa  
satirizando o consumo  
de gin

transporte de água mineral.

Alguns destes achados, sobretudo aqueles oriundos de naufrágios surgem, muitas vezes, associados a rolhas em cortiça que selam o seu conteúdo.

Garrafas em grés vidradas a duas cores seriam normalmente utilizada no transporte de cerveja ou de bebida não alcoólica identificada como *root beer* ou *ginger beer* (Switzer, 1974: 10). Se o gin era comercializado desde, pelo menos, o século XVII, a primeira referência documental a estas bebidas, data, apenas, dos inícios do século XIX no tratado sobre bebidas *Practical Treatise on Brewing* (1809) (Emmins, 1991). A maior parte destes objectos parece ter sido produzido no Reino Unido a partir de 1870 e até meados da centúria seguinte, ao contrário das bebidas anteriores que são produções da Europa continental. Sem a presença de uma legenda que as identifique, que para estes casos surgiria na forma de um rótulo em papel, não é fácil perceber onde eram produzidas.

Os tinteiros, ou recipientes para transportar tinta, eram conhecidos como *Dwarf ink*, nome que tem origem num catálogo da *Doulton* (fábrica que produzia objectos em grés) datado de 1873. Devido ao seu tamanho e resistência são encontrados quase sempre completos. A quantidade destes objectos identificados em contextos arqueológicos do século XIX está directamente relacionada com a disponibilidade comercial da tinta líquida a partir de inícios daquela centúria (Covill, 1971). No naufrágio do *Pembroke* foram identificados 80 daqueles recipientes, a maior parte ainda selados com a sua rolha de cortiça (Maitland, 2009). Na verdade, estes recipientes são muito comuns e identificados em grande parte dos sítios arqueológicos do século XIX (Tyler, 2004: 127)

## Conclusão

As presentes garrafas são achados frequentes um pouco por todo o mundo inclusive em Portugal, ainda que nunca muita atenção lhes tenha sido oferecida. Em Almada, numa lixeira na Quinta do Almaraz cuja cultura material ali identificada pode ser datada sensivelmente entre 1880 e 1910, surgiram garrafas semelhantes com o mesmo tipo de inscrições.

mente em demais locais, mas igualmente espalhadas pelo mundo. No Brasil são achados frequentes em quase todos os contextos do século XIX (Souza, 2013) e nos Estados Unidos são essencialmente associadas a naufrágios, tais como o naufrágio do *Bertrand*, datado de 1865 (Switzer, 1974). As Antilhas Holandesas ofereceram igualmente, um elevado número destas garrafas, sobretudo em ambiente subaquático (Nagelkerken e Hayes, 2008). São igualmente recuperadas noutros países europeus.

Este tipo de garrafas é normalmente associado ao transporte de genebra ou do seu derivado, o gin. Ainda que estas duas bebidas fossem comercializadas em larga escala na Europa e mesmo no mundo desde o século XVII, na segunda metade do século XVIII e inícios da centúria seguinte assiste-se a um enorme crescimento deste comércio internacional (Acker-Beittel, 2013). O seu consumo era de tal maneira generalizado e o alcoolismo por ele provocado de tal forma problemático que chegou mesmo a ser satirizando em algumas gravuras do século XIX (Fig. 7).

Contudo, apesar do transporte de bebidas alcoólicas, não é rara a documentação que menciona a utilização destes recipientes no

Garrafas semelhantes foram, a título de exemplo recolhidas em contextos subaquáticos em Bonaire, nas Antilhas Holandesas e datadas dos finais do século XIX.

A sua vulgaridade faz com que sejam objectos frequentes em leilões virtuais, ainda que o seu valor nunca atinja valores muito altos.

Surgem sobretudo em contextos arqueológicos datados entre 1850 e 1950, o maior número de artefactos tem sido conotado com contextos 1880-1920, o pico da exportação de gin e genebra.

Muitas garrafas aparecem marcadas, no entanto a maior parte delas teria rótulo em papel, pelo que se as garrafas estudadas neste artigo o possuíram, cerca de uma centenas de anos debaixo de água, no Tejo, eliminaram esses vestígios.

---

#### BIBLIOGRAFIA

- ABEL, E. (2001) – The gin epidemic: much ado about what, in: *Alcohol and Alcoholism*, 36, p. 401-405.
- ACKER-BEITTEL, V. (2013) – *Genever – 500 years of History in a bottle*, s.l., Flemish Lion LLC.
- CASIMIRO, T.M. BARROS, L. e SEQUEIRA, J. (no prelo) – Materiais oitocentistas da Quinta do Almaraz, *Anais de Almada*.
- COVILL, W. (1971) – *Ink Bottles and Inkwells*, Taunton: William S. Sullwold.
- EMMINS, C. (1991) – *Soft Drinks: Their Origins and History*, Colchester: Shire Publications.
- GAIMSTER, D. (1997) – *German Stoneware – 1200-1900: Archaeology and Cultural History*, London: British Museum Press.
- MAITLAND, V. (2009) – *County of Pembroke, Shipwreck report. Port of Negqura South Africa*, Durban: Centre for Heritage activities.
- MARTINS, C.; ABRANCHES, P. (2011) – Memória (i)material da Praça do Infante (Porto), *CEM Cultura, Espaço & Memória: Revista do CITEM*, 2, p. 95-119.
- NAGELKERKEN, W.; HAYES, R. (2008) – The Historical Anchorage of Kralendijk, Bonaire, Netherlands Antilles, in *Underwater and Maritime Archaeology in Latin America and the Caribbean*, Walnut Creek: Left Coast Press, Inc., p. 293-301.
- RODRIGUES, M. (1996) – Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1882-1923, *Análise Social*, XXXI, p. 631-682.
- SOUZA, R. (2013) – Grés, vinho e imigração: arqueologia de uma produção vitivinícola, São Paulo, 1920-1950, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 8 (1), p. 39-58.
- SWITZER, R. (1974) – *The Bertrand Bottles: A Study of 19th-Century Glass and Ceramic Containers*, Washington: US. Department of Interior.
- TYLER, K. (2004) – Two centuries of rubbish: excavations at an 18th and 19th century site at 12-18 Albert Embankment, Lambeth, *Surrey Archaeological Collections*, 91, p.105-136.



Câmara Municipal  
de Vila Franca de Xira  
[www.cm-vfxira.pt](http://www.cm-vfxira.pt)



MUSEU  
MUNICIPAL

[www.museumunicipalvfxira.pt](http://www.museumunicipalvfxira.pt)



Centro de Estudos  
ARQUEOLÓGICOS  
Vila Franca de Xira